

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR LEITEIRO COOPERATIVISTA
GAÚCHO (1976-1992): O MODELO CCGL

Dissertação de Mestrado

Mestrando: ROBERTO MACAGNAN

Orientador: Prof. Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Co-orientador: Prof. DILSON TRENNEPOHL

Campina Grande, Junho de 1994



M113p Macagnan, Roberto.
O processo de desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista gaúcho (1976-1992) : o modelo CCGL / Roberto Macagnan. - Campina Grande, 1994.
352 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1994.
Referências.
"Orientação : Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos, Prof. Dilson Trennepohl".

1. Setor Leiteiro - Cooperativismo Financeiro. 2. Setor Leiteiro - Trigo e Soja. 3. Cooperativa Agroindustrial - Leite. 4. Dissertação - Economia. I. Santos, Robério Ferreira dos. II. Trennepohl, Dilson. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). IV. Título

CDU 637.1:334.4(043)

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Prof. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS
Professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutor pela Universidade de São Paulo - USP
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. DILSON TRENNEPOHL
Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do
Rio Grande do Sul - UNIJUÍ
Mestre pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Co-orientador e Membro da Banca Examinadora

Prof. JURANDIR ANTONIO XAVIER
Professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutor pela Universidade de São Paulo - USP
Membro da Banca Examinadora

Profa. MARIA LÚCIA GONÇALVES CARVALHO
Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Doutora pela "Ecole de Hes Et Sciences Sociales" - FRANÇA
Membro da Banca Examinadora

Profa. IVONY LÍDIA M. SARAIVA
Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Mestre pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Membro da Banca Examinadora

Dedico esta dissertação, fruto de
muito trabalho, àqueles que mais
contribuíram para que a mesma fosse
possível.

A minha esposa e companheira Maria
Júlia, aos meus filhos ígor e ísis
que entenderam o desafio de priorizar
o estudo e a pesquisa, em detrimento
da convivência familiar.

A minha mãe que, mesmo não
presenciando esse momento, muito
contribuiu para a formação dos meus
valores morais e éticos. A ela,
minha dedicação póstuma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esse trabalho fosse possível. Ao destacar algumas pessoas e/ou instituições, não excludo aqueles não citados:

- Aos colegas do mestrado: Rodrigues, Sebastião, Castro, Carlos, Santo, Claudino e Jonas, pelo privilégio da convivência fraternal, o qual rendeu-me preciosos frutos, em termos de amizade, bem como de enriquecimento acadêmico;

- Aos professores do Mestrado de Economia da UFPB, pelo espírito profissional, bem como pela amizade dispensada durante a realização do mestrado, o que facilitou sobremaneira o enfrentamento das questões teóricas do curso;

- Ao Professor Robério Ferreira dos Santos que aceitou o desafio de orientar-me à distância, contribuindo de forma decisiva para a viabilização desta dissertação;

- Ao meu colega e co-orientador Dilson Trennepohl, pelo esforço despendido para que não me perdesse no processo de realização da pesquisa;

- A CCGL pelas informações fornecidas;

- Aos colegas da UNIJUÍ, pelas contribuições, quando dos debates das questões relacionadas ao presente trabalho;

- A UNIJUÍ, pelo apoio financeiro, o que viabilizou a realização do mestrado;

- A coordenação do Mestrado de Economia da UFPB, de Campina Grande, pelo esforço permanente em dotar o Curso de infra-estrutura material e humana, bem como de conteúdo.

RESUMO

Esta dissertação se propõe a estudar o processo de desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista gaúcho, no período 1976-1992, tendo por base o modelo CCGL, identificando e interpretando os elementos fundamentais que determinaram a organização e desenvolvimento do modelo organizado pelas cooperativas empresariais de trigo e soja, buscando fornecer uma alternativa de renda aos seus associados. Trabalha-se com duas hipóteses, sendo que a primeira é de que o desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista, do RS, constituiu-se num processo específico de acumulação, concentração e centralização de capital. A segunda é de que a organização, reprodução e desenvolvimento do modelo CCGL provocou processos diferenciados de desenvolvimento, onde alguns produtores e cooperativas ampliaram e viabilizaram a produção de leite, tornando-a uma alternativa econômica, enquanto outros abandonaram a produção. Na primeira parte, compondo os capítulos I e II, são abordadas as especificidades do modelo, sendo que no primeiro identificam-se os aspectos históricos e teóricos do modelo CCGL. Nele, trata-se do cooperativismo, suas especificidades e limites, bem como a gênese do modelo, a partir das cooperativas empresariais de trigo e soja. No segundo capítulo, caracteriza-se o complexo agroindustrial do leite, no RS, enquanto espaço de atuação do modelo CCGL. A segunda parte do trabalho, constituída pelos capítulos III, IV, V e VI, apresenta os elementos fundamentais de constituição e desenvolvimento do modelo. No terceiro capítulo descreve-se a articulação e funcionamento do modelo, a partir dos fatos históricos que contribuíram para a criação do mesmo, bem como seu funcionamento. O quarto capítulo analisa a CCGL enquanto empresa articuladora do modelo. O quinto capítulo aborda os aspectos ligados às cooperativas ligadas à CCGL, a partir do papel das mesmas na reprodução do modelo, bem como dos resultados por elas obtidos. O sexto capítulo aborda o desenvolvimento dos produtores de leite, enquanto participantes do modelo, a partir do papel dos mesmos na reprodução desse modelo. Na conclusão busca-se resgatar os principais elementos que contribuem para o entendimento da organização e desenvolvimento do modelo como um todo, bem como dos três agentes participantes: a CCGL, as cooperativas singulares e os produtores. O estudo comprova as hipóteses, demonstrando e identificando os principais elementos que viabilizaram o processo de acumulação, centralização e concentração do capital, através da CCGL enquanto empresa articuladora do modelo, bem como os elementos demonstrativos do processo diferenciado de desenvolvimento dos agentes envolvidos.

ABSTRACT

This dissertation studies the process of the Cooperative Milk Sector of State of Rio Grande do Sul, from 1976 to 1992, based on the CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda) model. It identifies and interprets the main elements which determined the organization and development of the model proposed by the wheat and soy bean cooperatives, trying to get an alternative income for their members.

I work with two hypotheses. The first one affirms that the cooperative milk sector development, in Rio Grande do Sul, was a specific process of accumulation, concentration and centralization of capital. The second hypothesis is that the organization, reproduction and development of the CCGL model caused different processes of development, in which some producers and cooperatives increased and made possible the milk production, turning it into a profitable alternative, while others abandoned the production.

In the first part, chapters I and II, some specifications of the model are studied. In chapter I, some theoretical and historical aspects of the CCGL model are identified: cooperativism, its specifications and limitations, and the genesis of the model from the wheat and soy bean cooperative perspective. In chapter II, I characterize the milk agroindustrial complex as an action space for the CCGL model.

The second part of this dissertation, chapters III, IV, V e VI, presents the principal elements of the model constitution and development. Chapter III deals with the articulation and functioning of the model based on the historical facts which have contributed for its creation and further implementation.

Chapter IV analyses the CCGL as the company which articulates the model. Chapter V studies the aspects related to the cooperatives linked to the CCGL from the point of view of the roles they take in the pursuit of the model reproduction and its results, and chapter VI broaches the development of milk producers who participate in the model as its reproducers.

This study brings up the main elements which contributed to the understanding of the organization and the development of the model as a whole and its three participant agents: the CCGL, the particular cooperatives and the producers. Moreover, it demonstrates the two hypotheses, identifying the main elements which contributed to the process of accumulation, centralization and concentration of capital through the CCGL, as the articulator of the model.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO.....	6
-----------------	---

PRIMEIRA PARTE

O MODELO CCGL E SUAS ESPECIFICIDADES

CAPÍTULO I - ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DO MODELO CCGL

INTRODUÇÃO.....	20
1 - O COOPERATIVISMO E SUAS ESPECIFICIDADES.....	22
1.1 - Cooperação, Cooperativismo e Cooperativa.....	23
1.1.1 - Cooperação.....	23
1.1.2 - Cooperativismo.....	24
1.1.3 - Cooperativa.....	28
1.2 - O Cooperativismo no Brasil.....	38
2 - A GÊNESE DO MODELO CCGL: AS COOPERATIVAS EMPRESARIAIS DE TRIGO E SOJA.....	50
2.1 - A produção de Trigo no RS e a criação de cooperativas Tritícolas.....	51
2.2 - A Soja e seu papel na viabilização da modernização da agricultura e das cooperativas.....	57
2.3 - A transformação das cooperativas de trigo e soja em "multicooperativas".....	63
2.4 - A busca da "diversificação".....	67
SÍNTESE E CONCLUSÕES.....	72

CAPÍTULO II - O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO RS

INTRODUÇÃO.....	77
1 - A PRODUÇÃO LEITEIRA GAÚCHA.....	79
1.1 - Aspectos Históricos do Setor Leiteiro Gaúcho.....	80
1.2 - Caracterização da Produção.....	85
1.2.1 - Evolução da produção, numa perspectiva comparativa.....	88
1.2.2 - Evolução da produção, numa perspectiva regional.....	111

2 - O SETOR INDUSTRIAL LEITEIRO GAÚCHO.....	123
2.1 - Aspectos Históricos.....	123
2.2 - Concentração do Setor Industrial.....	126
2.3 - O Mercado dos Produtos Industrializados.....	137
3 - RELAÇÕES INDUSTRIAS X FORNECEDORES DE MATÉRIA-PRIMA.....	142
4 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE.....	149
SÍNTESE E CONCLUSÕES	153

SEGUNDA PARTE

O MODELO COOPERATIVISTA GAÚCHO DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR LEITEIRO

CAPÍTULO III - O "MODELO CCGL"

INTRODUÇÃO.....	158
1 - ASPECTOS HISTÓRICOS.....	160
2 - O MODELO CCGL.....	172
SÍNTESE E CONCLUSÕES.....	176

CAPÍTULO IV - A CCGL ENQUANTO EMPRESA ARTICULADORA DO MODELO

INTRODUÇÃO.....	179
1 - O PAPEL DA CCGL NO MODELO.....	181
2 - ESTRUTURA DO PODER.....	184
3 - EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL.....	188
4 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL: Um processo de Acumulação e Centralização de Capital.....	192
4.1 - A Construção de Novas Indústrias.....	192
4.2 - O Processo de Centralização de Capital.....	194
4.1.1 - Aquisição da CAFRASA.....	195
4.1.2 - Aquisição da Laticínios Sítio das Cabras....	195
4.1.3 - Aquisição da LAPASA.....	196
4.1.4 - Aquisição da Mayer.....	197
4.1.5 - Aquisição da Empresa Argentina Levino	

Zaccardi.....	198
5 - ORIGEM DO CAPITAL.....	200
5.1 - Capital de Terceiro.....	201
5.2 - Capital Próprio.....	202
6 - EVOLUÇÃO DAS FONTES DE CAPITAL DA CCGL.....	204
6.1 - A Fase do Crédito Público Subsidiado.....	207
6.2 - A Fase da Reconversão das Sobras.....	214
6.2.1 - Integralização de Capital.....	218
6.2.2 - Fundos de Reserva.....	219
7 - INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	224
7.1 - Coeficientes de Liquidez.....	225
7.2 - Coeficientes de Segurança.....	227
7.3 - Coeficientes de Rentabilidade.....	229
7.4 - Coeficientes de Lucratividade.....	232
SÍNTESE E CONCLUSÕES.....	234
 CAPÍTULO V - AS COOPERATIVAS SINGULARES E O MODELO CCGL	
INTRODUÇÃO.....	239
1 - O PAPEL DAS COOPERATIVAS SINGULARES NO MODELO CCGL.....	240
1.1 - A Organização da Produção.....	241
1.2 - Fomento e Assistência Técnica.....	243
1.3 - O Repasse Financeiro.....	244
1.4 - Instrumento de Mediação.....	245
2 - O RESULTADO ECONÔMICO DAS COOPERATIVAS.....	248
2.1 - Resultados Diretos.....	248
2.2 - Resultados Indiretos.....	251
SÍNTESE E CONCLUSÕES.....	255
 CAPÍTULO VI - OS PRODUTORES DE LEITE E O MODELO CCGL	
INTRODUÇÃO.....	259
1 - O PAPEL ESTRATÉGICO DOS PRODUTORES NO DESENVOLVIMENTO DO MODELO.....	260
2 - OS DIFERENTES "TIPOS" DE PRODUTORES DE LEITE.....	262
3 - OS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA ATIVIDADE LEITEIRA.....	269

4 - MUDANÇAS NO PERFIL DA PRODUÇÃO.....	274
4.1 - Mudanças Técnicas.....	274
4.2 - Mudanças nas Práticas Comerciais.....	277
4.3 - Mudanças Econômicas.....	280
5 - CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	284
5.1 - As Diferenciações por Cooperativa.....	285
5.2 - Estratificação por produtores.....	287
SÍNTESE E CONCLUSÕES.....	291
CONCLUSÕES.....	294
BIBLIOGRAFIA.....	303
ANEXOS.....	307

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho tem como objetivo geral, identificar e interpretar os fatores histórico-econômicos do desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista do Rio Grande do Sul, a partir do estudo do modelo CCGL. Como modelo CCGL entende-se o conjunto de relações técnico-econômicas organizados pelo cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul, para viabilizar a produção, industrialização e a comercialização do leite. O modelo é composto: pelos produtores de leite, associados às cooperativas de primeiro grau; pelas cooperativas de primeiro grau filiadas à CCGL-Cooperativa Central Gaúcha de Leite; pela CCGL, enquanto cooperativa de segundo grau.

A quase totalidade dos produtores gaúchos ligados às cooperativas de trigo e soja passaram por um profundo processo de modernização, iniciado na década de 60 e intensificado durante a década de 70. Até o final da década de 50, os pequenos produtores familiares praticavam a policultura, utilizavam animais como tração e muita força de trabalho. A produtividade da terra e do trabalho era baixa, pois baseava-se fundamentalmente na produtividade natural do solo.

Com a modernização conservadora(ver SILVA,1981), os animais, enquanto tração, foram substituídos pelas máquinas e implementos (tratores e colhedeiras). Foram introduzidos fertilizantes e defensivos químicos. Com isso, houve um sensível aumento da produtividade física do trabalho e da terra.

No RS, a modernização conservadora determinou uma série de outras transformações na agropecuária gaúcha como um todo (1). Alteraram-se as técnicas de produção, as relações de trabalho, as relações dos produtores com o mercado; surgiram novas instituições (governamentais ou não); alterou-se a "cesta de produtos", sendo que alguns se transformaram de alimentos in natura para matéria-prima industrial, como é o caso da soja, do leite e do frango.

A modernização conservadora foi viabilizada por dois movimentos articulados. De um lado, as políticas públicas que criaram uma série de instrumentos visando a modernização da agropecuária. Destes instrumentos destaca-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado no início da segunda metade da década de 60. De outro lado, o movimento se dá a partir das condições de mercado de dois importantes produtos: o trigo e a soja.

No que se refere ao crédito rural, dois indicadores são fundamentais para avaliar a sua participação no processo de modernização conservadora da agropecuária: a evolução da quantidade de crédito destinado aos produtores e cooperativas, e a taxa de juros, comparada aos índices inflacionários.

Saliente-se que o crédito rural foi destinado por atividade econômica (produto), em detrimento do financiamento das unidades de produção como um todo. Ou seja, o governo federal, através dos bancos oficiais e, esporadicamente, dos

(1) Sobre os efeitos da modernização na agropecuária gaúcha, como um processo diferenciado regionalmente, por atividade econômica e por segmento social (ver TRENNEPOHL, 1991).

bancos privados, oferecia empréstimos destinados à produção de alguns produtos que se adaptavam tecnicamente à regiões específicas. No caso do Rio Grande do Sul, havia crédito para produtos de verão e de inverno. Em tese, os produtores gaúchos, no seu plantio de verão, podiam optar em produzir milho, soja, sorgo, feijão ou arroz. No inverno trigo, cevada, centeio, linho e outros. Porém, na prática, a "escolha" era determinada pelas condições técnicas de produção (clima, máquinas e implementos disponíveis, pragas, etc.) e, principalmente, pelas condições de mercado.

Outro aspecto importante do crédito rural é que este era subdividido em crédito de custeio, investimentos e comercialização. Para ter acesso ao crédito, os produtores necessitavam elaborar projetos que já previam a aplicação de "pacotes" tecnológicos.

No que se refere ao volume de crédito, seu maior crescimento ocorreu durante a década de 70. Neste período houve aumento de 214% no volume de crédito rural concedido aos produtores rurais brasileiros, bem como para as cooperativas.

Até o ano de 1973, a taxa de juros do crédito rural se aproximava dos índices inflacionários, principalmente porque esses eram baixos. A partir de 1974, a inflação passou a subir, distanciando-se muito das taxas de juro do crédito rural. Com isso, produtores e cooperativas, ao tomarem emprestado dinheiro do crédito rural, recebiam generosos subsídios (ver DELGADO, 1989:61).

O processo de modernização conservadora, no RS, se deu com base em dois produtos: o trigo e a soja. Cabe aqui apontar algumas questões sobre estes dois produtos, antes de destacar o importante papel das cooperativas gaúchas na viabilização da modernização conservadora, especialmente das pequenas unidades de produção familiar a elas vinculadas.

O trigo e a soja são dois produtos com características bastante diferentes e, ao mesmo tempo, complementares. O primeiro é uma gramínea (cereal) cultivada no inverno, enquanto o segundo é uma oleaginosa cultivada no verão. As gramíneas consomem grandes quantidades de nitrogênio, enquanto as oleaginosas têm a propriedade de fixar, no solo, o nitrogênio recolhido do ar, através de bactérias que se reproduzem em suas raízes. Assim, trigo e soja se constituem em alternativa de rotação de cultura, por consumirem nutrientes diferenciados - daí a impropriedade de produzir, num mesmo solo, trigo no inverno e milho no verão, visto que as duas culturas são gramíneas e, portanto, consomem nutrientes semelhantes. As máquinas e equipamentos utilizados para o cultivo da soja servem para o cultivo do trigo e vice versa, a partir de pequenas adaptações. Assim, os dois produtos podem ser cultivados no mesmo solo, durante um mesmo ano agrícola, utilizando-se os mesmos instrumentos e força de trabalho, além de toda a estrutura de comercialização.

Pelas características descritas, esses dois produtos acabaram constituindo-se em modelo de modernização no Rio Grande do Sul, ficando conhecido como binômio trigo-soja.

Além do crédito subsidia do e do binômio trigo-soja, as cooperativas gaúchas tiveram um papel fundamental no processo de modernização conservadora das pequenas unidades de produção familiares do RS. De um lado, as cooperativas realizaram grandes investimentos na estrutura de comercialização, tanto de insumos e instrumentos de trabalho, como dos produtos agrícolas (armazéns grandes e modernos, postos de recebimento de produtos, setores de venda de insumos, transportadoras, empresas de navegação, portos, etc.). De outro, viabilizando a aplicação dos instrumentos de política agrícola, especialmente o crédito. Sem as cooperativas, os pequenos produtores gaúchos teriam dificuldades de acesso ao crédito rural e, por consequência, ao processo de modernização. Acrescente-se, ainda, os departamentos técnicos e de fomento que repassavam os "pacotes" tecnológicos modernizantes. Quando as atuais cooperativas de trigo e soja surgiram, no final da década de 50, objetivavam quase que exclusivamente, a comercialização do trigo (daí o nome de tritícola). No final da década de 60 e, especialmente, durante os anos 70, estas cooperativas expandiram suas atividades para outros produtos, especialmente a soja.

Foi também na década de 70, que as cooperativas partiram para a agroindustrialização, aproveitando a disponibilidade de

matérias-primas e crédito rural subsidiado. Assim, as cooperativas, que nasceram com características puramente comerciais, passam para uma nova fase, constituindo-se em "multicooperativas" (ver BENETTI,1982).

Desta forma, a modernização conservadora das pequenas unidades de produção familiar, do RS - enquanto um processo com efeitos diferenciados - foi viabilizada pelo crédito rural oficial, pelo binômio trigo-soja e pelo importante papel das cooperativas organizadas empresarialmente.

No início da década de 70, o referido modelo já começava a ser questionado por diversos setores ligados à agropecuária, especialmente por trazer consequências negativas aos pequenos produtores. O trigo tornou-se praticamente inviável, devido à sua baixa produtividade e altos custos de produção.

O modelo de modernização, baseado na monocultura (trigo e soja) e no uso intensivo de máquinas e produtos químicos, causou altos prejuízos ao solo. Problemas de esgotamento da fertilidade natural, erosão, compactação, etc., elevaram sobremaneira os custos de produção. Soma-se a isso, o fato de que os preços da soja pararam de crescer e passaram a oscilar, já no início da segunda metade da década de 70.

Considerando os problemas de baixa produtividade e altos custos do trigo, os elevados custos de produção da soja, com a instabilidade dos preços no mercado internacional, tem-se o esgotamento do modelo de modernização das pequenas unidades de produção, ainda na primeira metade da década de 70. A partir

daí, o grande "vilão" da agricultura passou a ser a monocultura da soja. Com a inviabilidade da produção de trigo, constatada no início da década de 70, a soja passou a se constituir como único produto com alguma viabilidade econômica de produção, caracterizando a monocultura da soja.

Com o esgotamento do modelo, as cooperativas sofreram sérias consequências. Seus investimentos estavam dimensionados para a utilização durante o ano todo - trigo e soja - enquanto a monocultura da soja tornava esses investimentos ociosos durante parte do ano.

Assim, as instituições ligadas aos produtores, especialmente as cooperativas, passaram a buscar "alternativas" de diversificação de renda que pudessem contribuir para a reprodução das pequenas unidades de produção, bem como das cooperativas.

Sem discutir as razões, é certo que uma série de "alternativas" se inviabilizaram. Alguns produtos apresentaram problemas técnicos e outros, de mercado. A soja continuou compondo a cesta de produtos, apesar das oscilações do mercado.

Foi neste contexto histórico que o cooperativismo empresarial, do RS, organizou o setor leiteiro, através da CCGL, buscando viabilizar uma alternativa de renda aos produtores, bem como, racionalizar a utilização da estrutura das cooperativas. Cria-se assim, um modelo para organizar a produção, industrialização e comercialização do leite, baseado no cooperativismo.

Fundada em janeiro de 1976, a CCGL iniciou a comercialização de leite pasteurizado no ano de 1977 (VIA LACTEA, 1977:15). Em apenas 15 anos, a CCGL cresceu extraordinariamente, tornando-se a maior empresa do setor leiteiro gaúcho.

Frente ao quadro descrito torna-se relevante identificar e interpretar os fatores histórico-econômicos que viabilizaram a criação do modelo CCGL. Assim, o presente estudo se propõe: identificar as especificidades e limites do cooperativismo empresarial, do RS, enquanto articulação criadora do modelo; caracterizar o complexo agroindustrial gaúcho do setor leiteiro - enquanto base real - onde atua o modelo CCGL, influenciando e sendo por ele influenciado; estudar o desenvolvimento dos três agentes principais, envolvidos no modelo - produtores de leite, cooperativas singulares e CCGL.

O estudo foi realizado a partir de duas hipóteses: a) o desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista, do RS, constituiu-se num processo específico(2) de acumulação, concentração e centralização de capital; b) a organização, reprodução e desenvolvimento do modelo CCGL provocou processos diferenciados de desenvolvimento, onde alguns produtores e cooperativas ampliaram e viabilizaram a produção de leite, tornando-a uma alternativa econômica, enquanto outros abandonaram a produção.

(2) Específico, por se tratar de organização cooperativista do capital.

Para a realização do estudo, partiu-se da concepção de que trata-se de um processo de desenvolvimento agroindustrial capitalista, tendo como especificidade os mecanismos de reprodução, bem como da legislação, próprios do cooperativismo.

O trabalho de pesquisa se concentrou especialmente nos mecanismos de reprodução da CCGL enquanto empresa, tendo essa como viabilizadora do modelo. Ou seja, os mecanismos de criação e reprodução da CCGL explicam a criação e reprodução do próprio modelo.

Para a caracterização do cooperativismo foram utilizadas algumas obras que abordam o cooperativismo brasileiro e gaúcho, na dimensão empresarial, constituído a partir do processo de modernização da agricultura do RS.

O complexo agroindustrial gaúcho de leite foi caracterizado principalmente através de dados censitários e algumas informações fornecidas pelas indústrias.

A caracterização e desenvolvimento do modelo CCGL, bem como dos três agentes principais, foi elaborada a partir das informações constantes nos relatórios da direção da Central, relatórios especiais obtidos junto a mesma e entrevistas com técnicos e dirigentes das cooperativas, além de produtores.

O trabalho é apresentado em seis capítulos agrupados em duas partes, além da presente introdução e da conclusão. Os dois primeiros capítulos compõem a primeira parte, que trata do modelo CCGL e suas especificidades. A segunda parte, que trata do modelo cooperativista gaúcho de organização e

desenvolvimento do setor leiteiro, agrupa os últimos quatro capítulos. Os capítulos possuem introdução e conclusão próprias, buscando destacar os elementos que contribuem para a compreensão do objeto de estudo como um todo.

No capítulo I, identificam-se os aspectos históricos e teóricos do modelo CCGL. Nele, trata-se do cooperativismo e suas especificidades e limites, bem como da gênese do modelo CCGL, a partir das cooperativas empresariais de trigo e soja.

No capítulo II, caracteriza-se o complexo agroindustrial do leite, no RS. Para tanto, foram sistematizadas informações sobre a produção gaúcha de leite, a partir das características do rebanho, dos extratos de área e da regionalização da produção; caracteriza-se, também, o setor industrial gaúcho de leite; identificam-se as relações entre as indústrias e os produtores e, por fim a evolução dos preços.

No capítulo III, descreve-se a articulação e funcionamento do modelo, a partir dos fatos históricos que contribuíram para a criação do modelo bem como, o seu funcionamento.

No capítulo IV, analisa-se a CCGL enquanto empresa articuladora do modelo. Nele descreve-se o papel da CCGL no modelo; a estrutura do poder; a evolução do quadro social; a implantação do parque industrial; a origem do capital; as fontes de capital e alguns indicadores de desempenho econômico-financeiro.

No capítulo V, abordam-se os aspectos ligados às cooperativas singulares participantes do modelo CCGL, a partir

do papel das mesmas na reprodução do modelo, bem como dos resultados econômicos por elas obtidos.

No capítulo VI, discute-se o desenvolvimento dos produtores de leite, enquanto participantes do modelo, a partir do papel dos mesmos na reprodução do modelo; da caracterização dos diferentes tipos de produtores; dos custos de produção; das mudanças no perfil da produção, a partir do desenvolvimento do modelo e, por fim, da concentração da produção.

Finalizando, apresentam-se as conclusões gerais do trabalho, articulando os principais elementos constantes nos diversos capítulos, os quais contribuem para a compreensão do objeto de estudo. Destaque-se que o presente trabalho não se constitui num somatório de partes estanques e desarticuladas. Ao contrário, os diversos capítulos visam facilitar, metodologicamente, a abordagem dos diversos aspectos que envolvem o desenvolvimento do modelo CCGL.

PRIMEIRA PARTE

O MODELO CCGL E SUAS ESPECIFICIDADES

CAPÍTULO I

ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DO MODELO CCGL

INTRODUÇÃO

No presente capítulo procura-se resgatar alguns aspectos da especificidade do objeto de estudo, ou seja, o processo de desenvolvimento do setor leiteiro cooperativista gaúcho, no período 1976/1992. Entende-se, para efeito de análise, que o setor leiteiro gaúcho se materializa no modelo "sistema CCGL", criado por algumas cooperativas de trigo e soja, em janeiro de 1976, visando organizar o setor, no sentido de oferecer uma alternativa de diversificação de renda aos pequenos agricultores, que encontravam-se muito dependentes da soja (1). Existem outras experiências de cooperativas que atuam especificamente no setor leiteiro gaúcho. Porém, estas cooperativas são em pequeno número, com pequena área de ação e pequena importância em termos de volume de leite recebido.

O fato de o setor estar organizado com base em empresas cooperativas, com uma determinada história e, com uma legislação específica de organização desse tipo de empresa, contribui para a constituição e desenvolvimento do modelo. Busca-se assim, reconstituir alguns aspectos da história mais

(1)

Este foi o principal argumento utilizado pelos dirigentes das cooperativas, envolvidos no processo de criação do "modelo-CCGL".

geral do cooperativismo, da legislação e, o que diferencia a empresa cooperativista das demais empresas.

Assim, o presente capítulo está organizado em duas partes - além da introdução, da síntese e conclusão. Na primeira parte, é apresentado uma discussão teórico/histórica em torno do cooperativismo, enquanto especificidade de organização do capital. Inicia-se com uma rápida discussão teórica dos conceitos de cooperação, cooperativismo e cooperativa - com destaque para a especificidade da empresa cooperativa e seus limites - numa sociedade capitalista. Em seguida apresentam-se alguns aspectos ligados à história do movimento cooperativista no Brasil, abordando os aspectos ligados aos princípios doutrinários e à legislação, enquanto forma específica de intervenção do Estado. Na segunda parte, apresenta-se o processo de organização e desenvolvimento das cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul, juntamente com a modernização da produção de trigo e soja, enquanto gênese do modelo CCGL.

1 - O COOPERATIVISMO E SUAS ESPECIFICIDADES

O "sistema CCGL" constitui-se num modelo criado pelo cooperativismo empresarial de trigo e soja do Rio Grande do Sul - na segunda metade da década de 70 - juntamente com algumas cooperativas de leite, na tentativa de viabilizar, aos agricultores, uma alternativa à monocultura da soja.

Assim, torna-se fundamental o entendimento da história do movimento cooperativista, enquanto alternativa de organização de capitais específicos; da atuação do Estado na criação e organização das cooperativas, bem como na definição da legislação que regulamenta estas empresas; dos aspectos que diferenciam as empresas cooperativas das demais empresas privadas não-cooperativas, bem como seus limites na busca da reprodução de seus associados (enquanto capital ou trabalho); do processo de criação e desenvolvimento das cooperativas de trigo e soja, juntamente com a modernização destas duas culturas, no Rio Grande do Sul.

1.1 - Cooperação, Cooperativismo e Cooperativa

De modo geral, estes três conceitos, que se colocam de forma específica, são apresentados como se fossem sinônimos para representar, no caso do Rio Grande do Sul, uma especificidade capitalista de cooperação.

1.1.1 - Cooperação

Cooperação relaciona-se diretamente, com potencialização e racionalização de esforços.

A palavra cooperação origina-se do latim "cooperari" (de "cum" e "operari" - operar juntamente com alguém).

"Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que as pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo" (FLORÃO,1993:12).

Marx, em sua principal obra, "O Capital", destaca a cooperação no processo de produção de valor e mais valia, no capitalismo: "Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham junto, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos"(MARX,1989:374). Assim, a cooperação de que trata é a cooperação do trabalho. Marx detém-se em mostrar os aspectos da cooperação do trabalho, para demonstrar o quanto esta potencializa a produção de mais valia, numa sociedade capitalista. Mesmo assim, esta cooperação específica do

capitalismo do século XIX, mostra suas contradições. E o próprio Marx, embora sem aprofundar estas contradições, indica alguns aspectos de socialização do processo produtivo, que leva os cooperados (nesse caso os operários), a superação do individualismo pelo processo coletivo da produção: "Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie" (MARX,1989:378).

É importante destacar que a cooperação de que trata Marx se dá entre trabalhadores, totalmente desprovidos da propriedade dos meios de produção. São proletários, proprietários unicamente de sua força de trabalho.

A cooperação, no processo de produção de valores, não surgiu com o modo de produção capitalista. Ela esteve presente desde os processos de trabalho das comunidades primitivas. Porém, é no capitalismo, quando este concentra o processo produtivo, que a cooperação se mostra mais claramente como poderoso instrumento potencializador do processo de trabalho.

1.1.2 - Cooperativismo

A categoria cooperativismo relaciona-se mais com doutrina e com o próprio movimento que se constitui a partir da revolução industrial, na Inglaterra. Movimento este que buscava, através de uma forma específica de cooperação, a reprodução da própria força de trabalho, como forma de

resistência aos efeitos do processo de acumulação capitalista potencializado pelos novos processos tecnológicos da revolução industrial. Não trata-se aqui de cooperação do trabalho, mas de racionalização de esforços no sentido de baratear os preços dos meios de reprodução da força de trabalho (subsistência).

Com alguns princípios doutrinários, o movimento cooperativista inglês do século XIX repercutiu no mundo inteiro, especialmente nos países em que o capitalismo se desenvolvia. Tenta-se recuperar este processo, através de alguns autores, com destaque aos reflexos desse movimento no Brasil.

"Durante muito tempo, as publicações sobre cooperativismo referiam-se essencialmente aos aspectos doutrinários da prática cooperativista, refletindo a preocupação dominante, na área da história do Pensamento Econômico, de se discutir projetos de reformulação da sociedade, no contexto de diferentes sistemas econômicos, ou segundo as filiações e oposições entre autores e escolas" (PINHO, 1977:65).

Ou seja, a discussão se polarizava entre os chamados "socialistas utópicos", que viam o cooperativismo como uma alternativa de organização econômico-social ao capitalismo e mesmo ao socialismo científico, apresentando o cooperativismo como forma específica de cooperação, contribuindo para a reprodução ampliada do capital, seja na esfera da produção ou, na esfera da circulação. Nesse sentido, por mais que os princípios doutrinários apontem para a distribuição, democracia e sociedade de homens, o cooperativismo acaba na constituição de uma empresa cooperativa. No processo de viabilização de seus

objetivos, a cooperativa acaba assumindo a lógica da reprodução capitalista, por estar inserida no mercado capitalista. Assim, mesmo mantendo especificidades, a cooperativa se transforma numa empresa semelhante às empresas capitalistas (2).

Os princípios doutrinários têm grande importância no desenvolvimento do cooperativismo a nível internacional. A principal referência, no que tange aos princípios cooperativista, que compõem sua doutrina, são os pioneiros de Rochdale. Foram 28 tecelões, que em 1844, fundaram a primeira sociedade cooperativa na cidade de Rochdale, na Inglaterra. Estes pioneiros deram início ao movimento cooperativista internacional (3)

O contexto histórico, econômico e social em que ocorreu a materialização das idéias cooperativistas, foi no período de plenitude da Revolução Industrial, no seu país berço, a Inglaterra. Nesse momento desenvolvia-se a fase concorrencial do capitalismo, e o processo de acumulação se dava de forma intensa, gerando grande número de desempregados, baixa geral dos salários com altas taxas de exploração do trabalho (as novas tecnologias produtivas eram substituidoras de trabalho). Não foi por acaso que a primeira cooperativa surgiu em meio aos tecelões (operários ligados à manufatura de tecidos) e objetivava fundamentalmente reduzir os preços dos meios (2)

trata-se melhor desta questão na discussão da cooperativa enquanto termo específico.

Não abstrai-se, aqui, as importantes discussões de grandes idealizadores do cooperativismo enquanto alternativa à exploração capitalista como: Owen, Fourier, Buchez, Blanc e outros. Sobre esses autores, ver PINHO(1977:71 e seguintes).

fundamentais de subsistência dos operários. Assim a cooperativa assumia um papel de resistência à queda do nível de vida dos tecelões, antes de constituir-se em modelo de sociedade.

No processo de materialização da alternativa escolhida, os tecelões definiram algumas normas de funcionamento da sociedade, já que esta constituía-se como pioneira. Estas normas foram, aos poucos, se modificando, por iniciativa dos próprios pioneiros (em 1854) e mais tarde, nos congressos da Aliança Cooperativa Internacional, em 1937 e 1966 (PINHO,1977:23). Estas normas acabaram por constituírem-se em princípios que passaram a orientar o movimento cooperativista internacional na condição de princípios, são eles:

1. Adesão livre - também conhecida como princípio da porta aberta, e que possibilita o ingresso ou a retirada do cooperado, voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais;

2. gestão democrática - ou administração dos próprios cooperados, através de delegados eleitos, por tempo determinado, em assembleias gerais, nas quais, cada associado tem direito a um voto apenas, sem nenhuma relação com sua participação no capital social;

3. distribuição das sobras líquidas: a)ao desenvolvimento da cooperativa; b)aos serviços comuns, c)aos associados pro rata das operações que cada um realizou com a cooperativa;

4. taxa limitada de juros ao capital social - ou o pagamento de juros módicos ao capital, considerado este apenas como fator de produção;

5. constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral;

6. ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

1.1.3 - Cooperativa

O termo cooperativa está ligado a uma forma específica do ato de cooperação. Esta especificidade se materializa numa empresa também específica: a empresa cooperativa.

Por se tratar de um importante aspecto da especificidade do objeto de estudo, aborda-se algumas questões importantes sobre a empresa cooperativa.

A legislação brasileira define a empresa cooperativa como sendo,

"...sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

- IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - "quorum" para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços"(BRASIL,1971:11,12).

A especificidade da empresa cooperativa, apontada pela legislação, pouco se diferencia dos princípios dos pioneiros de Rochdale. Muitos desses princípios, por várias razões, não são seguidos pelas cooperativas e, nem por isso estas sofrem qualquer tipo de intervenção do Estado.

Alguns autores brasileiros têm apontado como especificidade da empresa cooperativa o fato destas constituírem-se como "sociedade de pessoas".

PINHO, em Economia e Cooperativismo, insiste em apontar as cooperativas como "...sociedade de pessoas, constituída e dirigida pelos usuários, em bases Rochdaleanas, com o fim de prestar serviços aos seus membros e à comunidade"(PINHO,1977:21). Para a autora, na cooperativa o associado se constitui no "usuário e no empresário". Fica

implícita a idéia de que a cooperativa pertence, de fato, a seus associados. Alguns estudos, especialmente das cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul, questionam esta assertiva, basicamente em função do nível de endividamento destas cooperativas, bem como da participação dos associados no processo decisório. A autora citada distingue as empresas cooperativas das demais empresas pelas seguintes características:

- 1 - empresa sem fim lucrativo;
- 2 - cooperando com dupla qualidade de usuário e de empresário da cooperativa;
- 3 - igualdade de direitos e de obrigações dos cooperados, baseada, sobretudo, na norma de que, nas assembleias gerais, cada associado tem direito a um voto apenas (um homem=um voto ou uma voz), independentemente de sua participação no capital social;
- 4 - indivisibilidade do Fundo de Reserva e de outros, se houver, em caso de liquidação da cooperativa;
- 5 - tratamento do capital como fator de produção, a serviço do cooperado: as sobras líquidas são distribuídas proporcionalmente às operações do associado com a cooperativa. O capital não rende juros, ou quando muito, juros módicos; quorum para deliberação, nas assembleias gerais, baseado no número de associados presentes e não no capital que representam, etc" (PINHO, 1977:21,22).

Aqui, a autora citada apresenta como novo, a dupla dimensão do associado, que seria empresário e usuário, ao mesmo tempo. Pressupõe a participação ativa dos cooperados no processo decisório da empresa cooperativa.

Para FLEURY (1983:32) a especificidade da cooperativa é sua dupla dimensão: a) associação voluntária que constitui esta sociedade e, b) o empreendimento comum pelo qual esta sociedade

alcança seus objetivos. Segundo a autora, a empresa cooperativa se diferencia da empresa privada não-cooperativa pelo seu objetivo e pelos princípios organizacionais.

"O objetivo de uma empresa é o lucro e ela procura se organizar segundo critérios de eficiência compatíveis com tal objetivo. Em termos bastante genéricos poderíamos afirmar que o modelo organizacional de uma empresa se estrutura de acordo com os princípios de formalização, hierarquia e centralização do poder, sendo o seu processo decisório norteado por um modelo de racionalidade técnica"(FLEURY,1983:32).

Quanto às cooperativas:

"...não tem como objetivo precípua o lucro para si mesma, mas propiciar os meios através dos quais seus associados podem tornar suas explorações rentáveis"(FLEURY,1983:33).

Concordando com a autora estar -se-ia, implicitamente, aceitando a hipótese de que ao cooperativismo, enquanto sua forma concreta a empresa cooperativa cabe a tarefa histórica de "garantir" a reprodução dos seus associados enquanto capital ou até mesmo enquanto trabalho.

Na tentativa de contestar Kautsky (5), quando este estaria "prevendo" a transformação das cooperativas em empresas, bem como a diferenciação entre os comoneses, com o desaparecimento destes e a polarização entre assalariados e produtores capitalistas, FLEURY (1983:19) ressalta:

"Entretanto, concretamente, estas previsões não se realizaram: a persistência de produtores familiares, assim como de cooperativas que não se

(5)

Ver KAUTSKY(1986:108 e seguintes)

transformaram em empresas, em países onde o capitalismo é plenamente desenvolvido, é um fato incontestável atualmente"(FLEURY,1983:19).(grifo nosso)

Para FLEURY(1983:20), as cooperativas são entidades 'híbridas', contraditórias, em sociedades capitalistas. Como exemplo desta afirmativa, a autora aponta "o caso dos Kibbutz e mochaus em Israel(...) No Brasil podemos citar alguns exemplos como a Cotrijuí..."(FLEURY,1983:20).

A questão das unidades familiares de produção não foi tratada, especificamente, por não contribuir diretamente no entendimento do objeto de estudo. Porém, no que se refere às cooperativas, no afã de contestar Kautsky, a autora perde a possibilidade de aprofundar e identificar a real especificidade da empresa cooperativa.

Em primeiro lugar, não se concebe uma entidade cooperativa que, buscando atingir seus objetivos, não necessite acumular capital. Mais significativo ainda, se considerarmos que as cooperativas, numa sociedade capitalista, precisam concorrer com outras empresas que atuam no mesmo ramo de atividade. É certo que o capital retido (acumulado) pelas cooperativas o é, com o nome de sobras (fundos), mas a questão não é se esse capital é retido enquanto sobra, fundos ou como reinvestimento. O fundamental é que as cooperativas precisam buscar, na sua atuação no mercado, a taxa média de lucro do setor. Nesse processo, parte desse lucro (que pode ter o nome de sobras), necessariamente será retido pela cooperativa (e esta retenção não se refere ao capital integralizado - próprio). Logo, a

cooperativa é uma empresa, e tem que ser uma empresa eficiente, para poder competir no mercado em que está inserida. É claro que é uma empresa específica, regida por uma legislação própria e com estrutura decisória específica, mas é uma empresa e, quanto a isso, não deve restar dúvidas. A especificidade deste tipo de empresa não pode ser buscada na sua estrutura formal, mas nos próprios mecanismos que a reproduzem.

Quanto aos exemplos de cooperativas que não se constituíram em empresas, citadas pela autora, não se conhece, suficientemente, a experiência Israelense, mas a Cotrijuí não deixa nenhuma dúvida de que se trata de uma empresa cooperativa (6).

No que se refere ao modelo organizacional:

"A cooperativa se estrutura segundo um modelo organizacional que se pretende democrático, no qual as políticas e estratégias a serem adotadas são definidas por um processo decisório baseado em conflito e consenso entre as partes interessadas" (FLEURY, 1983:33).

Esta dimensão da especificidade cooperativa apontada pela autora também já foi abordada pelos autores anteriormente citados. A democracia é um princípio do cooperativismo que vem sendo colocado em questão, devido a um dos principais conflitos da empresa cooperativa: de um lado, a necessidade de cumprir os objetivos de sua fundação, no sentido de melhor remunerar o trabalho (ou o capital) de seus associados; de

(6) Vários são os estudos sobre a Cotrijuí, enquanto empresa cooperativa. Dentre eles destacam-se os de FRANTZ (1982); BENETTI (1982); MÜLLER (1981).

outro, a necessidade de acumular capital, para competir com as empresas que atuam no setor. Na prática, a participação dos associados, no processo decisório, restringe-se a legitimar as decisões do Conselho de Administração. Mais uma vez este aspecto da especificidade cooperativa fica na formalidade.

A organização cooperativa do capital apresenta especificidades e limites próprios deste tipo de empresa, numa sociedade capitalista. Um primeiro aspecto da especificidade do capital cooperativo, é a existência de uma legislação própria, que regulamenta a organização e o funcionamento das cooperativas (7).

As cooperativas não estão sujeitas a lei de falências, aplicada às empresas privadas; estão isentas do imposto de renda nas operações com seus associados; desfrutam de linhas especiais de crédito, por força de dispositivo constitucional e; são obrigadas a reter parte dos excedentes por elas gerados, em fundos de sobras e reservas de capitais.

As cooperativas possuem lógica específica de inversão de capital, constituindo-se na segunda especificidade em relação ao capital privado não-cooperativo e ao capital estatal. As empresas não-cooperativas, ao aplicarem seus capitais, procuram setores da economia que lhes possibilitem auferir a taxa média de lucro e, se possível, em setores em que possam obter lucros

(7)

Está em discussão, no Congresso Nacional, uma nova legislação que regulamenta a organização e o funcionamento do chamado "sistema cooperativista". Enquanto essa nova legislação não for aprovada, está em vigor a Lei 5.764/71, com alguns artigos revogados pela Constituição de 05 de outubro de 1988.

acima da taxa média. O capital privado não-cooperativo possui ampla mobilidade.

As empresas estatais aplicam seus capitais onde se fazem necessários investimentos, no sentido de viabilizar setores - ou atividades específicas - da economia. Este tipo de capital não segue a lógica da taxa média de lucro. Por vezes é aplicado em setores onde seu retorno se dá a longo prazo, desinteressando as empresas de capital privado. O capital estatal é aplicado, também, em empresas que desempenham atividades de cunho social (habitação, transporte coletivo, saneamento básico, etc.).

As empresas de capital cooperativo aplicam seus capitais nos setores específicos para a qual foram organizadas e, neles, buscam a taxa média de lucro, e, se possível, lucros acima da taxa média. As cooperativas de leite aplicam seus capitais nas atividades ligadas à produção, industrialização e comercialização desse produto. A partir daí, buscará a taxa média de lucro deste setor da economia. Para tanto, necessitará acumular capital objetivando concorrer com as demais empresas do setor. De certa forma, o capital cooperativo possui mobilidade restrita, pela sua própria organização.

Uma terceira e importante característica específica da natureza da organização cooperativista, especialmente àquelas que industrializam os produtos de seus associados, é a relativa facilidade em obter a matéria-prima necessária para o funcionamento de suas indústrias. Com o desenvolvimento do

processo de concorrência capitalista, a obtenção de matéria-prima, por parte das indústrias, em quantidade, regularidade e qualidade se constitui em importante fator de diferenciação. As cooperativas, por suas características de organização possuem menores dificuldades em obter a matéria-prima, num primeiro momento, na quantidade e, posteriormente, na regularidade e qualidade necessária.

Ao "nascerem", as cooperativas atuam na lógica de buscar a reprodução do capital - ou trabalho - dos seus associados. Integrando-se ao mercado, necessitam concorrer com as demais empresas do setor e, a partir daí, passam a buscar a reprodução ampliada de seu próprio capital. Surge assim, o grande conflito, já destacado, o de reproduzir o capital de seus associados, ou reproduzir seu próprio capital. Percebe-se que este modo de produção capitalista implica num conflito permanente. Por mais que a cooperativa busque adotar políticas distributivistas, por pressão de seus associados, sua sobrevivência está diretamente ligada à sua capacidade de acumulação de capital.

A partir da proposição, surge uma questão: qual o real papel das empresas cooperativas numa sociedade capitalista? Embora não seja este o objeto de estudo, considera-se importante tecer alguns comentários sobre esta questão.

Não há dúvida de que as cooperativas tem um importante papel a realizar. Basta observar o crescimento destas empresas,

(8).
especialmente nos últimos 20 anos Atribuir às cooperativas o papel de garantir a reprodução econômica de seus associados é equivocado e idealista. Esta reprodução está ligada ao processo mais geral do desenvolvimento capitalista ultrapassando as possibilidades dessa forma específica de organização do capital. Quem "define" os que se reproduzem - de forma simples ou ampliada - é a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista, no processo de concorrência.

No que diz respeito às cooperativas de produtores rurais do Rio Grande do Sul, o limite se dá no sentido de organizar canais de atuação de seus associados, viabilizando a integração destes, ao grande mercado capitalista dos setores onde estas cooperativas atuam. Assim, as cooperativas tendem a garantir que seus associados obtenham preços pelos seus produtos de acordo com o grande mercado; acesso às tecnologias disponíveis e às formas de crédito podendo constituírem-se em importantes instrumentos de pressão econômica e política sobre o Estado. Considera-se esta questão fundamental, para as discussões sobre as cooperativas, no sentido de sair das discussões, de um lado, apologéticas, apresentando o cooperativismo como solução de todos os problemas na reprodução de seus associados, bastando para tanto que sejam democráticas e bem administradas. De outro lado, existem muitas críticas ideologizadas (também idealistas, por cobrarem da realidade o que esta não possui), mostrando que (8)

Vários são os trabalhos que demonstram o crescimento das cooperativas, em especial as ligadas à produção agropecuária. Dentre eles destacam-se: BENETTI(1982); LAUSCHNER E SCHNEIDER(1979); LOUREIRO(1981).

as cooperativas não passam de grandes empresas iguais a uma Sociedade Anônima qualquer, a serviço do Estado e da reprodução do capital.

É ponto de partida para as discussões das experiências cooperativistas, a apreensão de sua especificidade, bem como dos limites de sua atuação, enquanto articulação e reprodução do capital.

1.2 - O Cooperativismo no Brasil

Da mesma forma como ocorreu na Inglaterra, o cooperativismo no Brasil iniciou pelo setor de consumo. Ele buscava uma forma de barateamento da reprodução da força de trabalho e nasceu por iniciativa dos próprios trabalhadores, num momento histórico de acelerado processo de acumulação de capital, na fase concorrencial do capitalismo brasileiro, no final do século XIX, em centros urbanos industriais de São Paulo. Posteriormente, o cooperativismo se espalhou para o meio rural, especialmente no setor de crédito, leite e de produtores rurais mistas (9).

É possível dividir o movimento cooperativista, no Brasil, em duas fases históricas distintas. A primeira vai até a década de 1930 e a segunda, a que inicia naquela década. (FLEURY, 1983:40)

(9)

Para detalhamento do histórico do cooperativismo brasileiro, nos diversos setores, ver: LAUSCHNER E SCHNEIDER(1989).

A primeira fase caracteriza-se pela inexistência de legislação específica, pela organização de cooperativas de consumo e crédito e por certa independência em relação ao Estado.

A segunda fase caracteriza-se por determinada interferência do Estado, no processo de organização de cooperativas. Já em 19.12.1932 o governo brasileiro editou a primeira lei sobre o cooperativismo, baseando-se nos princípios do movimento internacional (livre adesão, gestão democrática, taxa limitada de juros do capital social, distribuição das sobras). No ano seguinte criou o Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Em 1934 foi revogado o decreto 22.239 de 1932 como tentativa de enquadrar o cooperativismo na estrutura sindical brasileira. (FLEURY, 1983:49,50)

Segundo FLEURY(1983:50), as cooperativas criadas por iniciativa dos próprios cooperados, no período pré-30, tiveram maiores condições de reprodução.

Cabe aqui um pequeno comentário em torno das razões que levaram o Estado a interferir no processo de organização das cooperativas no Brasil. Na década de 30 havia um processo crescente de aumento do custo de vida, levando os trabalhadores a lutarem por melhorias salariais. Assim, cresciam os conflitos sociais no Brasil, especialmente entre os assalariados e a burguesia industrial. O principal papel do governo revolucionário de 30 (Getúlio Vargas) era o de desenvolver o setor urbano industrial, através de um processo rápido de

acumulação de capital. Dessa forma, fazia-se necessário reduzir o valor da força de trabalho, evitando os conflitos de classes (10) e buscar soluções para os problemas de abastecimento urbano de alimentos.

A nível rural, era preciso buscar alternativas que possibilitassem a solução dos problemas de abastecimento urbano, sem ferir os interesses do latifúndio. Com isso, descartava-se qualquer proposta de Reforma Agrária.

"Assim, o cooperativismo, que já vinha sendo praticado com êxito por produtores, desde a década anterior, é assumido pelo Estado como a solução ideal para os problemas da época: 'a revolução branca no campo' "(FLEURY,1983:46).

A forte intervenção do Estado Vargasista, no sentido de incentivar o cooperativismo, aumentou consideravelmente o número de cooperativas agrícolas no pós-30. O quadro 1 mostra bem este crescimento.

(10)

O Governo de Vargas de 30, embora revolucionário, se caracterizou por ser um governo de compromisso. Em sua base de apoio estavam grandes produtores rurais, industriais e comerciantes urbanos e boa parte dos trabalhadores urbanos, através das suas entidades sindicais.

Quadro 1: Número de Cooperativas no Brasil 1935-1960

ANO	COOPERATIVAS	% CRESCIMENTO
1935	15	-
1940	369	2.360 %
1945	643	74 %
1950	800	24 %
1955	935	17 %
1960	1.247	33 %

FONTE: FLEURY(1983:48)

(11).
Com respeito ao número de cooperativas criadas, é possível dividir o segundo período em dois: o primeiro, que vai até a primeira metade da década de 50 e o segundo, que inicia na segunda metade da mesma década e se estende até o início da década de 60, com o evento da modernização da agricultura, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. No caso do Rio Grande do Sul, é impossível focar o processo de modernização da agricultura sem abordar o papel das cooperativas nesse processo, assim como é verdadeira a recíproca.

Entre 1935 e 1945, o ritmo de criação de cooperativas agrícolas foi frenético, com 4.186 % de crescimento. Não é difícil imaginar que muitas dessas cooperativas careciam de base social para a sua organização e funcionamento. Assim, muitas delas (a maioria) acabou fracassando.

Mesmo com registro nos órgãos oficiais, boa parte das cooperativas já não funcionavam na década de 40. Os dados do Quadro 2 são ilustrativos.

(11)

Encontra-se algumas divergências no número absoluto de cooperativas agrícolas, em autores diferentes. Porém, o percentual de crescimento se aproxima muito e permite visualizar a dimensão do processo de criação de cooperativas.

Quadro 2: Cooperativas Registradas e Paralizadas: São Paulo - 1940

CATEGORIA	COOPERATIVAS REGISTRADAS	COOPERATIVAS PARALIZADAS	% PARALIZADAS
Trabalho	5	3	60
Fruticultores	10	7	70
Cafeicultores	14	12	86
Mandioca	26	20	76
Crédito Agrícola	26	13	50
Laticínios	31	20	64
Consumo	41	15	36
Mistas	40	13	32
TOTAL	193	103	53

FONTE: FLEURY(1983:48)

Observa-se que o menor índice de cooperativas paralisadas se encontra nas de consumo (urbanas) e nas cooperativas mistas (rurais). Mesmo não dispondo de informações complementares, percebe-se que os dados confirmam a hipótese de FLEURY, de que as cooperativas criadas na primeira fase do desenvolvimento do cooperativismo no Brasil tiveram melhores condições de reprodução. Por outro lado, aquelas cooperativas criadas por incentivo do Estado se mostraram mais frágeis.

Entre os anos de 1955 e 1960, o cooperativismo ganhou novo "fôlego", especialmente no Rio Grande do Sul, com o processo de modernização da agricultura gaúcha e os conseqüentes incentivos do Estado, através de políticas explícitas de favorecimento às empresas de capital cooperativo (12). Com isso, entre 1950 e 1960, houve um crescimento de 56% no número de cooperativas agrícolas. A partir de 1960 ocorreu um processo de (12)

Favorecimento no repasse do crédito aos seus associados, em financiamentos para a implantação do parque de armazenamento, exclusividade na compra do trigo, etc.

centralização do capital cooperativo, com a incorporação de muitas cooperativas pequenas por outras maiores, reduzindo o número absoluto de cooperativas agrícolas em 33% (SCHNEIDER,1979:32).

Com ou sem interferência do Estado, em todas as fases de desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, estiveram presentes os princípios doutrinários Rochdaleanos. Estes princípios perpassaram também a legislação nas suas várias edições, desde o decreto 22.239 de 1932 até a Lei 5.764 de 1971.

A legislação brasileira, específica para a organização das empresas de capital cooperativo, surgiu após o início do movimento cooperativista no país. Portanto, não seria correto afirmar que o cooperativismo implementou-se por incentivo direto do Estado. Três movimentos históricos tiveram papel fundamental para que as cooperativas surgissem no Brasil: o processo de imigração, especialmente italiana e alemã (em função da transformação das relações de trabalho); as condições de desenvolvimento do capitalismo brasileiro do final do século XIX; e a implantação da república.

No final do século XIX, o capitalismo internacional já estava entrando em sua fase monopolista, com rápido processo de internacionalização de grandes corporações econômicas, incluindo os países do terceiro mundo, dentre eles o Brasil. Apesar do rápido desenvolvimento da produção cafeeira, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, o Brasil mantinha

relações de produção social e economicamente atrasadas (a escravidão). Por exigência da Inglaterra, ainda no período da monarquia (1888), a escravidão foi "abolida", abrindo espaço para o crescimento das demais formas de relações de trabalho - dentre elas o assalariamento rural. Foi necessário implementar, anteriormente, uma alternativa à força de trabalho escravo. Exerceu papel fundamental o excedente de força de trabalho existente na Europa, em função da adoção de novas tecnologias industriais poupadoras de trabalho. O excedente europeu de força de trabalho, especialmente da Itália, prontamente atendeu às necessidades brasileiras. Assim, a corte de D. Pedro II juntamente com o governo do estado de São Paulo, implementou uma série de "incentivos" para o processo de imigração de força de trabalho, especialmente para os cafezais. O processo de transformação das relações de trabalho, substituindo o trabalho escravo por outras formas de relações de trabalho, especialmente o assalariamento (destacadamente de imigrantes), se constitui no primeiro importante movimento que propiciou o surgimento das idéias cooperativistas no Brasil.

O segundo movimento está ligado ao fim da monarquia e sua substituição pela república. Com ela vieram as idéias liberais da Revolução Francesa (com um pouco de atraso). A primeira Constituição Republicana de 1891 "assegurou aos trabalhadores o direito de 'associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem' (art.72 parágrafo 8), embora não cogitasse especificamente do

cooperativismo" (PINHO,1979:68). Este dispositivo constitucional, que à primeira vista parece sem muita importância, foi fundamental para o cooperativismo. Até então, qualquer iniciativa dos operários de se organizarem, seja em sindicatos, associações de ajuda mútua ou cooperativas, eram encaradas como formas de enfrentamento político à Coroa. Assim, esta foi uma conquista do movimento operário nascente no Brasil do final do século XIX.

O terceiro e último movimento advém do próprio processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Este, a exemplo do ocorrido na Inglaterra e demais países europeus, trouxe uma série de problemas concretos de reprodução da força de trabalho. No Brasil, estes problemas sofreram os agravantes de um país colonial. Ou seja, as questões materiais de sobrevivência dos trabalhadores (agora "livres"), exigiam alternativas.

Assim, a substituição do trabalho escravo, pelo trabalho assalariado dos imigrantes; as condições precárias de reprodução destes trabalhadores, fruto da exploração acelerada promovida pela acumulação de capital, aliados à Constituição Republicana de 1891, facilitaram o desenvolvimento, no Brasil, das idéias cooperativistas materializadas na Inglaterra através dos pioneiros de Rochdale (13).

(13)

"A primeira cooperativa foi a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira no Estado de São Paulo em 1891 e a segunda, a Cooperativa Militar de consumo em 1894 no Estado do Rio de Janeiro"(SCHNEIDER,1979:13).

De 1891 a 1932, várias foram as cooperativas criadas em todo o Brasil. Apesar de não haver nenhuma Legislação específica, estas cooperativas seguiam os princípios Rochdaleanos. Seria incorreto afirmar que estes princípios, no caso brasileiro, foram forçados pelo Estado ao movimento dos trabalhadores. A verdade é que existiam muitas "ilusões" por parte desses trabalhadores, de que o cooperativismo se constituía, de fato, numa alternativa à exploração capitalista. No fundo, estavam presentes as idéias do "socialismo utópico".

A primeira intervenção legal do Estado brasileiro, no processo de desenvolvimento do cooperativismo, ocorreu no primeiro Governo de Getúlio Vargas em 1932, através do Decreto 22.239. A partir daí, várias foram as leis editadas, uma alterando a outra. A última Lei que regulamenta o funcionamento das cooperativas brasileiras é a 5.764 de 1971, vista por muitos autores como sendo liberal, paternalista e moderadamente intervencionista (PINHO, 1979:69).

Da legislação de 1971, destacamos alguns pontos que consideramos fundamentais na compreensão do desenvolvimento do cooperativismo empresarial de trigo e soja do Rio Grande do Sul (gênese do "sistema CCGL"):

- possibilitou às cooperativas registrarem seus armazéns como "armazéns gerais". Com isso, as cooperativas, que já possuíam boa estrutura de armazenagem, puderam utilizar quase que plenamente seus armazéns;

- abriu a possibilidade para que as cooperativas pudessem operar com terceiros, com limitação percentual e contabilização separada para cálculo de incidência de tributos, creditando-se os resultados positivos ao FATES-Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. As cooperativas passaram a concorrer com outras empresas privadas não-cooperativas em setores que antes não podiam, por força de lei;

- caracterização das empresas cooperativas como não produtoras de renda e, por consequência, isentas do imposto de renda;

- possibilidade das cooperativas participarem em empresas não-cooperativas. Algumas cooperativas se constituem em verdadeiros conglomerados, em função deste dispositivo. (14)

- As cooperativas centrais passaram a ter a possibilidade de contar com associados pessoa física e, as cooperativas singulares a contar com associados pessoa jurídica (15).

Além das questões acima descritas, a Lei 5.764/71 estabelece a organização do Sistema Cooperativista, separando a articulação horizontal (atrelada diretamente ao Estado), da "auto" organização verticalizada.

Na base da "auto" organização verticalizada estão as cooperativas singulares, ou de primeiro grau que, para funcionarem, necessitam no mínimo de 20 associados. Acima destas vem as Federações e Centrais. Para tanto, é necessário (14)

Para tanto as cooperativas ou centrais necessitam de autorização do órgão federal, que no caso das cooperativas agrícolas é o INCRA.

Embora a legislação tenha aberto a possibilidade de que pessoas físicas se associem em cooperativas centrais (de segundo grau), esta não tem sido a prática corrente.

reunir no mínimo 3 cooperativas singulares. Por fim, as Federações e Centrais podem se organizar em Confederações (16). (cooperativas de terceiro grau) Na verticalização, as cooperativas se articulam de acordo com seus interesses econômicos e, especialmente, pelas atividades em que atuam.

A organização horizontal, por força da Lei 5.764/71 em seu artigo 105 está atrelada ao Estado:

"A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB, sociedade civil com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do governo, estruturada nos termos desta lei..."(BRASIL,1971:42)(grifo nosso).

Todas as cooperativas, para o seu funcionamento, necessitam do registro junto à OCB ou às OCEs-Organizações das Cooperativas Estaduais. As OCEs "articulam" as cooperativas nos estados, territórios ou Distrito Federal, fazendo parte da estrutura da OCB (17).

A partir da Constituição de 1988, o Congresso Nacional iniciou debates no sentido de definir uma nova legislação para o cooperativismo brasileiro. O sistema cooperativista, através da OCB, apresentou um projeto de lei, definindo as normas de funcionamento das cooperativas. Este projeto sofreu várias (16)

São muito raros os casos em que as cooperativas tenham se organizado em Confederações no Brasil.

As cooperativas criadas a partir de 8 de outubro de 1988, não tem mais respeitado este dispositivo da Lei 5.764/71, baseadas no Artigo 5 inciso XVIII da nova Constituição, que depende de regulamentação por Lei complementar: "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento"(BRASIL,1988). Enquanto esse dispositivo constitucional não for regulamentado, vigora a Lei 5.764.

emendas e, até o momento, não foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

2 - A GÊNESE DO MODELO CCGL: AS COOPERATIVAS EMPRESARIAIS DE TRIGO E SOJA

As cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul surgiram no final da década de 50, como resultado das políticas estatais de estímulo ao setor e o movimento dos triticultores gaúchos.

"No que se refere ao poder público, o interesse na organização dos produtores em torno da cooperativa tinha a ver com sua política mais ampla de substituição das importações de trigo e, portanto, de estímulo ao desenvolvimento da triticultura nacional"(BENETTI,1982:41).

No ano de 1957, o Governo criou a Comissão de Organização da Triticultura Nacional (COTRIN), buscando fomentar a organização cooperativista. Por coincidência ou não, foi neste mesmo ano que foram criadas as principais cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul, existentes até os dias de hoje.

"O mais forte argumento de que se valeu o Estado para persuadir os produtores a se associarem foi o princípio segundo o qual as unidades armazenadoras a serem construídas pela COTRIN seriam repassadas às cooperativas. Como os produtores não tinham onde estocar sua produção e tampouco dispunham de recursos próprios para projetos dessa natureza, compreende-se que tenham acedido facilmente à idéia de sua associação"(BENETTI,1982:42).

Uma vez criadas, as cooperativas transformaram-se em importante instrumento de viabilização das políticas públicas para a modernização da agricultura. Não é possível tratar do

processo de modernização da agricultura do Rio Grande do Sul sem abordar a atuação das cooperativas de trigo e soja, assim como não se pode tratar do processo de desenvolvimento das cooperativas sem relacioná-lo com a modernização da agricultura.

Dois produtos tiveram papel fundamental para a viabilização do processo de modernização da agricultura, especialmente pelas características técnicas e históricas destes produtos: o trigo e a soja. Com eles (especialmente o trigo), articularam-se uma série de interesses políticos e econômicos que culminaram com a organização das cooperativas.

2.1 - A Produção de Trigo no RS e a Criação das Cooperativas Triticolas

É possível dividir em duas fases históricas a produção de trigo (enquanto mercadoria), no Rio Grande do Sul. Uma primeira, ligada ao processo de imigração açoriana, na primeira metade do século XVIII e a segunda, com a implantação do modelo de substituição de importações, iniciado na década de 30.

Já na primeira fase, a produção de trigo era incentivada pelo Estado, no sentido de garantir a manutenção das tropas que guarneciam as fronteiras do Brasil com países vizinhos, além de abastecer parte das necessidades da metrópole (Portugal).

A invasão espanhola, em 1763, teve papel fundamental no processo de desenvolvimento da triticultura gaúcha, em sua primeira fase. Com a invasão, os açorianos foram forçados a

fugir para a zona de fronteira do Rio Pardo, ao longo do Jacuí. O trigo acabou constituindo-se numa alternativa econômica para os imigrantes.

Segundo LEITMAN (In.FALCKEMBACH,1985:108), o ápice da produção de trigo ocorreu em 1813-16. Tornaram-se significativos os volumes de exportação do cereal para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e para Portugal. Somente no ano de 1816, o Rio Grande do Sul exportou para o Rio de Janeiro 222.000 alqueires (um alqueire é igual a 13,8 litros). A produtividade era bastante alta, inclusive se comparada com os rendimentos obtidos atualmente. Para cada alqueire semeado, chegou-se a colher entre 80 e 100 alqueires. "Contudo já em 1823, não se plantava mais trigo no Estado, sendo freqüentemente atribuída à ferrugem a causa do abandono do cultivo" (LEITMAN, IN.FALCKEMBACH, 1985:108).⁽¹⁸⁾

A pecuária extensiva passou a ocupar a maior parte das terras até então dedicadas à produção de trigo, bem como aos demais recursos (força de trabalho e capital). A opção pela pecuária está ligada às guerras e às condições de mercado dos produtos bovinos, especialmente pelos espaços criados pelos problemas que a Argentina enfrentava no processo de luta pela sua independência(FALCKEMBACH,1985:109).

(18)

Segundo FALCKEMBACH(1985:108), esta versão é contestada pelo botânico francês Saint-Hilaire que afirma terem os imigrantes desenvolvido eficientes técnicas de combate a ferrugem. Assim, seriam outras as razões do abandono da cultura.

O trigo, na sua primeira fase de produção, foi fundamental para o processo de acumulação de capital, contribuindo sobremaneira para lastrear a implantação e expansão da indústria de charque e produção de pequenos navios costeiros no Rio Grande do Sul (FALCKEMBACH, 1985:109).

Com a segunda fase do processo imigratório, buscando ocupar o espaço geo-econômico, os alemães e, mais tarde os italianos, poloneses austríacos, na segunda metade do século XIX, houve uma pequena retomada do plantio do trigo, basicamente em função de variedades européias trazidas pelos imigrantes. Esta produção atendia basicamente às necessidades de reprodução das famílias dos imigrantes sem muita importância em termos de mercado.

A segunda fase da produção de trigo no RS se dá a partir do Governo Vargas em 1930
(19)

"A Primeira Guerra Mundial, a crise econômica de 1929 e a Revolução de 1930, além de criarem limites às exportações brasileiras, induziram a rearticulação das forças sociais internas e a adequação do aparelho estatal a interesses voltados ao mercado interno" (BRUM, 1982:52 In. FRANTZ, 1982:109).

A crise internacional de 1929 criou alguns limites para as exportações brasileiras, especialmente ao café, e favoreceu a opção pela substituição das exportações, na busca da viabilização do mercado interno.

(19)

Vargas já havia mostrado interesse em incentivar a produção de trigo, quando governador do Rio Grande do Sul. Em 1928, Vargas lançou as bases para a produção tecnicamente avançada do trigo (FRANTZ, 1982:27).

A ideologia desenvolvimentista, com forte apelo nacionalista, do Governo Vargas, aliada às condições concretas da economia internacional e nacional, favoreceram muito o processo de definição de instrumentos de políticas buscando a produção do trigo, com adoção de práticas modernas de cultivo. No caso do Rio Grande do Sul, estas políticas contribuíram decisivamente para a modernização da triticultura constituindo-se também, em gênese da chamada modernização da agricultura (20).

Já no ano de 1936, através da Lei 199, o Ministério da Agricultura abriu crédito para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. No ano seguinte (1937), foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), que teve importante papel no processo de modernização da produção tritícola (FALCKEMBACH, 1985:111).

A grande expansão da produção de trigo no RS ocorreu, principalmente, na década de 50. Com a expansão surgiram uma série de problemas práticos de comercialização, crédito, e política estatal contraditória - incentivava a produção nacional por um lado e importava trigo americano por outro (21).

Convencionou-se chamar de modernização da agricultura o processo ocorrido, fundamentalmente, na década de 60, com a adoção de uma série de insumos modernos como: fertilizantes, corretivos, defensivos, etc. No caso do Rio Grande do Sul, este fenômeno deve ser visto como um processo, iniciado na década de 20, com a lavoura de arroz e, posteriormente, na década de 30, com a lavoura de trigo.

Um dos grandes problemas da triticultura eram as fraudes, que ficaram conhecidas como "trigo-papel". Várias foram as modalidades de fraudes: "O Governo Federal através da Agricultura editou o decreto ministerial n. 820 (22.11.62) dando poderes ao Banco do Brasil para comercializar em seu nome

A partir dos problemas concretos enfrentados pelos triticultores, a organização destes, foi uma consequência. Vários foram os eventos promovidos pelas organizações dos triticultores gaúchos nas décadas de 40 e 50. Três categorias diferentes de produtores formavam o chamado movimento dos triticultores:

"...os colonos, os imigrantes europeus e seus descendentes, que se localizavam principalmente no Planalto Médio e Serra, em pequenos estabelecimentos, tendo no trigo uma das alternativas da policultura de subsistência, transformado e comercializado o excedente do consumo na própria região de produção; os antigos peões de estância, precursores da agricultura nas coxilhas, plantando em terra alheia e entregando a 'meia' ou a 'terça' parte da produção ao proprietário da terra; e a terceira categoria constituída pelos granjeiros produtores rurais que investem em máquinas e equipamentos, utilizam trabalhadores assalariados e se dedicam ao cultivo especializado em grande escala e exclusivamente para o mercado" (FALCKEMBACH, 1985:118)

e por sua conta a produção nacional de trigo. Pode-se pensar que esta medida desejava colocar um fim às fraudes cometidas na comercialização do produto entre 1955-1962. Esta fraude tornara-se possível pela existência de dois tipos de trigo no mercado com preços diferentes. O trigo estrangeiro era mais barato que o trigo nacional. Para não prejudicar a produção nacional, o produtor brasileiro beneficiava-se de um subsídio. O produtor o recebia diretamente das mãos do comerciante ou do moinheiro a quem entregava a produção. Estes, pagando ao produtor o preço estabelecido pelo Governo, podiam, em seguida, procurar junto ao Banco do Brasil o valor correspondente à diferença entre o preço que haviam pago ao agricultor e o preço corrente no mercado internacional. Nesta transação a fraude tornava-se possível sob duas formas: a) o produtor declarava, de acordo com o moinheiro ou comerciante, ter-lhe livrado uma quantidade superior à efetiva; b) o contrabando de trigo argentino que, uma vez no território brasileiro, era nacionalizado, passando a "merecer" assim o subsídio governamental" (FRANTZ, 1982:29,30).

Para uma discussão mais aprofundada sobre a origem dos granjeiros, enquanto categoria social, ver: GRZYBOWSKI (1977).

Uma série de fatores histórico-políticos levaram os granjeiros a exercer certa hegemonia no movimento dos triticultores (23).

"...os 'granjeiros do trigo', podiam ser caracterizados como frações da burguesia rural, frações da pequena burguesia quer urbana, quer rural que, circunstancialmente se viram integrados numa mesma atividade produtiva, sem lastro histórico comum, mas deparando-se a partir de um certo momento, com problemas comuns que os levaram a definir um projeto político e a lutar por ele. Reuniram-se em torno de um movimento de caráter nacionalista, e seus documentos revelam que acreditavam que o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e a implementação da lavoura seriam o embrião desencadeador do desenvolvimento nacional, enquanto forçava o anacronismo da pecuária a se mover".(Idem:120)

De um lado estavam os liberais nacionalistas, ligados a vários partidos políticos. De outro, estavam simpatizantes, e até filiados, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A "unidade" dos dois grupos dava-se ao nível das questões específicas em torno da problemática da triticultura e no caráter nacionalista do movimento.

"Essas três categorias de produtores rurais: os colonos, os sem-terra - triticultores das coxilhas - e os granjeiros do trigo construíram um movimento no Estado do Rio Grande do Sul que assumiu proporções enormes, dada sua combatividade, capacidade de organização e mobilização, clareza na identificação de objetivos comuns, versatilidade tática e respaldo técnico de suas reivindicações - o movimento dos triticultores"(FALCKEMBACH,1985:120).

Num primeiro momento, a institucionalização do movimento deu-se através das associações de triticultores a nível (23)

Importante resgate das posições políticas desta categoria social foi elaborada por FALCKEMBACH(1985).

municipal e na Federação estadual e, num segundo momento, na transformação destas em cooperativas regionais de triticultores.

O resgate histórico de FALCKEMBACH(1985), do movimento dos triticultores tem grande importância, no sentido de mostrar que a criação das cooperativas tritícolas tem base real, na articulação dos produtores (heterogêneos na sua base social e com problemas comuns nos aspectos concretos da atividade econômica). Esta conclusão contrapõe-se as formulações que apresentam as cooperativas como sendo fruto quase que exclusivo das "maquinações" do Estado, que buscavam viabilizar o processo de modernização da triticultura gaúcha. Este resgate mostra que há uma espécie de casamento entre a proposta estatal, fruto de seu projeto nacional-desenvolvimentista, com o movimento dos triticultores gaúchos, liderado pelos granjeiros.

2.2 - A Soja e seu Papel na Viabilização da Modernização da Agricultura e das Cooperativas

Combinada com o trigo, a soja formou - no Rio Grande do Sul - o chamado binômio da modernização da agricultura, especialmente durante a década de 70.

"A cultura da soja iniciou aqui, no Rio Grande do Sul, em 1954, e no Paraná, em 1968, sob os auspícios da SANBRA e da SAMRIG. Desde o início eles asseguravam crédito aos pequenos produtores em troca da entrega de seus produtos. Desde o início eles abasteciam os pequenos produtores com sementes de soja, dando-lhes as instruções sobre os métodos de cultura, de plantio, de adubos, etc.". (FRANTZ, 1982:71)

Ou seja, os pequenos produtores foram precursores da produção comercial da soja e já integrados ao grande capital industrial. As cooperativas, que nasceram do movimento dos triticultores, precisavam atuar no sentido de viabilizar também a comercialização e, posteriormente, a industrialização da soja.

"Apesar de se tratar de uma cooperativa fundada por triticultores, a COTRIJUÍ ocupou-se com a soja desde os primeiros anos de sua existência. A preocupação com a soja resultava, de um lado, da excessiva dependência que tanto a cooperativa como os triticultores tinham em relação ao trigo, numa época em que este produto apresentava muitos problemas. De outro lado, porque, para a cooperativa poder receber o trigo dos pequenos e médios produtores, era fundamental que ela recebesse outros produtos seus. Para o colono, a soja era economicamente mais importante do que o trigo" (FRANTZ, 1982:70).

Assim, as cooperativas passaram a receber e comercializar a soja, como forma de "atrair" os pequenos produtores. E, apesar do grande crescimento da produção desta importante oleaginosa durante a década de 60 e, das constantes quebras de safra do trigo, este permaneceu como principal produto das cooperativas até os primeiros anos da década de 70.

Durante muito tempo a soja com o trigo viabilizaram todo o processo de modernização da agricultura do Rio Grande do Sul, especialmente na década de 70. A soja, que era produto característico dos pequenos produtores familiares passou a ser produzida pelos granjeiros e o trigo, que era produto característico dos granjeiros, passou a ser produzido pelos pequenos produtores. Os dois produtos, apesar de terem mercados

completamente diferentes, complementam-se numa série de outros fatores técnico-econômicos.

A soja é um produto de verão, enquanto o trigo é um produto de inverno. Assim, os dois produtos podem ser produzidos na mesma área, utilizando a mesma força de trabalho e as mesmas máquinas e implementos (24). Ao nível das cooperativas os efeitos são semelhantes: racionaliza a utilização da estrutura de armazenagem, assistência técnica, da estrutura administrativa e de transporte.

Exerceu papel fundamental nesse processo, a organização do crédito através das cooperativas, por repassá-lo aos pequenos produtores. O crédito oficial, viabilizado pelas cooperativas foi determinante para viabilizar o processo de modernização dos pequenos produtores.

"De maneira geral, o aumento da produção brasileira de soja, em especial a partir do final da década de 1960, pode ser atribuído à conjugação de uma série de fatores, entre os quais alguns podem ser considerados como decisivos: a crescente internacionalização da economia da soja conjugado com o fato de a soja brasileira ser colhida na entressafra dos maiores produtores mundiais; a política brasileira de incentivo à sua produção e exportação; a consolidação da indústria de processamento e da agroindústria em geral; o baixo custo da força de trabalho e da terra, comparativamente aos maiores produtores mundiais; e, no caso das regiões produtoras de trigo, a complementariedade existente ao nível da produção (insumos, tecnologia, sazonalidade) comercialização (ocupando praticamente a mesma estrutura para o trigo, como as cooperativas) e da política de

(24)

Com isso, minimiza dois problemas fundamentais da produção agrícola, como espaço de valorização de capital: o tempo de rotação do capital e a diferença entre a disponibilidade de força de trabalho e o tempo de trabalho realmente gasto no processo produtivo, melhorando sua produtividade econômica.

incentivos a esses dois produtos" (CORADINI, 1981:30).

Os fatores apontados por CORADINI (1981) dão conta das razões do grande crescimento da produção de soja que, junto com o trigo, formam o chamado binômio da "modernização conservadora" (25) do espaço agrário do Rio Grande do Sul.

Na década de 70 ocorreram as principais mudanças no espaço agrário gaúcho. A soja superou o trigo em volume e importância econômica; as cooperativas transformaram-se de "cooperativas comerciais" em "multicooperativas" (26); intensificou-se a integração dos pequenos produtores familiares ao mercado, especialmente pela consolidação do complexo agroindustrial; o subsídio ao crédito rural teve papel destacado na modernização do processo produtivo; consolidaram-se várias instituições com atuação direta junto ao espaço agrário (comercialização, pesquisa, extensão rural, processamento, crédito, organização, distribuição, comunicação, etc.).

Foi também durante a década de 70 que o trigo mostrou mais nitidamente, ser uma cultura problemática. Várias foram as frustrações de safra e, apesar dos grandes subsídios no crédito e nos preços, a área plantada permaneceu estagnada, e até com redução em alguns anos. A produtividade apresentou-se mais instável do que a área plantada. Durante a década de 70, a maior produtividade ocorreu no ano de 1978, com 1.210 Kg por hectare, enquanto a menor foi em 1972, chegando a 309 Kg por

(25)

(26) Ver SILVA (1982).

Ver BENETTI (1982).

hectare - foi a menor produtividade que se tem notícias, em
(27)
termos de trigo no RS

Apesar da ocorrência de alguns problemas de mercado e comercialização, a soja teve seu auge durante a década de 70, em termos de crescimento de área plantada e em volume de produção. Entre 1970 e 1980, a área cultivada com soja no RS, cresceu em 362 %, passando de 863.607 hectares, para 3.987.502 hectares. A produtividade cresceu, no mesmo período, em 28 %, passando dos 1.121 Kg por hectare em 1970, para 1.439 Kg por hectare em 1980 (em alguns anos houve queda de produtividade, devido a problemas climáticos).

Durante o primeiro semestre de 1973 ocorreu um fato inusitado com os preços da soja no mercado internacional. As cotações do produto passaram dos US\$ 170 por tonelada, no final de janeiro, para US\$ 300 por tonelada no mês de junho (28). Este comportamento dos preços, no mercado, resultou da conjugação de vários fatores:

- quebra da safra americana do exercício anterior. Até então, o EUA era praticamente o único produtor mundial que abastecia o mercado internacional produzindo mais de 80% dos grãos;

(27)

Dados sobre área, produção e produtividade do trigo no RS, 1920-1984, ver: FALCKEMBACH(1985:116). É importante retificar a informação constante na referida tabela, com respeito à produção de 1969. O volume produzido é de 960.945 toneladas e não 1.960.945

O aumento dos preços ocorrem exatamente no período em que os agricultores brasileiros colhiam a safra 72/73.

- suspensão da pesca, no litoral do Peru. A farinha de peixe peruana constituía-se em importante fornecedor de proteína para a formulação da ração animal nos países europeus;
- maciças compras de grãos no mercado mundial pela URSS - 50 milhões de toneladas - elevando os preços de diversos produtos agrícolas do mercado internacional;
- o fato que mais pesou no mercado foi o "embargo" imposto pelo governo dos EUA, no mês de junho. Com isso, os exportadores americanos poderiam entregar somente 50% da soja em grão e seus derivados, dos contratos já firmados. Esse fato gerou uma corrida por fornecedores "alternativos", por parte dos importadores;

Curiosamente, nenhum dos autores, estudados, reportam-se à primeira crise do petróleo, de 1973, como uma das causas da alta dos preços da soja, bem como de outros produtos agrícolas no mercado internacional. Ocorre que o petróleo, assim como a soja e seus derivados, trigo, milho e outros produtos (formam as chamadas commodities - mercadorias que são comercializadas a partir do mercado internacional) e, portanto, com preços definidos em bolsas de mercadorias. As bolsas de mercadorias - espaço onde se negociam contratos que equivalem às mercadorias e não a própria mercadoria -, são espaços de valorização de capital. Por outro lado, os "investidores" possuem a alternativa de investimento - com valorização do capital -, nas bolsas de valores. Com a alta dos preços do petróleo - uma commodity -, os capitais se deslocaram para as bolsas das

diversas mercadorias. Constitui-se num fator importante a ser considerado na explicação do aumento dos preços da soja, embora devidamente relativizado.

A área plantada com soja, no RS, já vinha crescendo em índices elevados no final da década de 60 e nos dois primeiros anos de 70 (1967:17,9%; 1968:13,4%; 1969:16,5%; 1970:33,0%; 1971:31,2% e 1972:28,8%), impulsionado pelos fatores anteriormente apontados, a partir de CORADINI(1981:30).

A alta dos preços internacionais, com reflexos nos preços pagos aos produtores, impulsionou ainda mais o incremento da área plantada com soja. Em 1973, o crescimento foi de 51,9%, passando de 1.459.594 hectares(1972) para 2.217.570 hectares(1973)⁽²⁹⁾

Este processo ficou conhecido, no Rio Grande do Sul, como o "boom da soja", que consiste no rápido crescimento desta cultura, no espaço agrário do estado.

2.3 - A Transformação das Cooperativas de Trigo e Soja em "Multicooperativas"

As políticas oficiais de incentivo ao processo de modernização da agricultura, especialmente durante a década de 70, contribuiu, decisivamente, para a transformação das cooperativas de trigo e soja de simples empresas comerciais de capital cooperativo, em grandes complexos empresariais, chamados por BENETTI(1982), de "multicooperativas".⁽²⁹⁾

Dados da evolução da área plantada, produção e produtividade de soja no RS, 1952-1985, ver: FALCKEMBACH(1985:117).

"No decurso da década de 70, as cooperativas evoluíram de uma estrutura de empresa de tipo comercial para se transformarem no que convencionamos chamar de 'multicooperativa'" (BENETTI, 1982:73).

Esta fase caracteriza-se pelo crescimento horizontal e verticalizado do capital cooperativo no Rio Grande do Sul. As cooperativas incorporaram novas áreas (30). A expansão horizontal se deu pela ampliação geográfica da área de ação e diversificação de produtos por elas comercializados ou industrializados.

O crescimento horizontal, com a incorporação de novas áreas, mostrou esgotamento já na primeira metade da década de 70. Enquanto haviam áreas não cultivadas, o crescimento foi rápido e, razoavelmente fácil. Com o decorrer do tempo, a "fronteira agrícola" do estado foi sendo ocupada (31). As cooperativas passaram a expandir-se em áreas já ocupadas por outras, gerando sérios conflitos no interior do chamado "sistema cooperativista gaúcho". Algumas áreas (as mais modernizadas), chegavam a ser abrangidas por duas, três e até quatro cooperativas diferentes. Esse conflito explica, segundo BENETTI, o dispositivo da Lei 5.764/71, que permite às cooperativas a operarem com terceiros (não associados). Permite (30)

BENETTI ilustra bem esse processo, com duas importantes cooperativas de trigo e soja do RS, a Cotrijuí e a Cotrisa, que implantaram seus parques industriais, ao mesmo tempo que ampliaram sua área de atuação para o Centro-Oeste e Norte do Brasil (área de fronteira agrícola).

Essas áreas de fronteira agrícola, no Rio Grande do Sul, não devem ser confundidas com a fronteira agrícola do Centro-Oeste da década de 70 e, tão pouco da região Norte do Brasil. No Rio Grande do Sul, são áreas onde era praticado a pecuária extensiva que, aos poucos, foi sendo ocupada com atividades agrícolas, especialmente trigo e soja.

assim, o aumento das operações, através do recebimento de maior volume de produção, dentro da mesma área de ação, via terceiros.

Foi também durante a década de 70, que as cooperativas investiram capital numa série de atividades anteriormente desenvolvidas por empresas privadas não-cooperativas, ou até mesmo estatais. Foi o processo de crescimento horizontal. Nesse processo, as cooperativas implantaram seu parque industrial, processando parte da produção recebida; algumas cooperativas investiram em hospitais, buscando minimizar problemas regionais de saúde pública; ocorreram investimentos em pesquisas, buscando novas tecnologias de produção; introduziram sistemas de comunicação sofisticados - jornais, programas de rádio, estações de rádio -; implementaram o transporte, com modernas frotas de caminhões, vagões graneleiros, barcaças, e até um porto - no caso específico da Cotrijuí. Muitos desses investimentos foram realizados através de uma rede de empresas subsidiárias.

O crescimento horizontal e vertical das cooperativas gaúchas de trigo e soja não foi um processo homogêneo. Vários foram os caminhos pelos quais as cooperativas se expandiram. Nelas encontram-se alguns traços comuns:

a) a implantação de uma sólida estrutura de armazenagem e transporte;

b) a organização de departamento técnico, para repasse dos pacotes tecnológicos, viabilizando o processo de modernização técnica da produção;

c) a organização do "setor de repasse", encarregado em viabilizar o acesso dos pequenos produtores ao crédito oficial subsidiado e, por conseqüência, sua integração ao capital financeiro e ao complexo agroindustrial. O setor de repasse atuava em estreita ligação com os bancos oficiais e, com o departamento técnico da cooperativa, com vistas à elaboração dos projetos que viabilizavam a obtenção dos empréstimos e/ou financiamentos para custeio e comercialização, bem como para investimentos, respectivamente;

d) muitas cooperativas passaram a atuar em segmentos não diretamente ligados à produção e/ou comercialização, mas afetos a questões sociais;

e) a grande maioria das cooperativas partiram para a industrialização, implantando seu próprio parque industrial;

f) implantaram razoável estrutura de venda de insumos e outras mercadorias, visando a reprodução das unidades de produção e das famílias;

g) praticamente todas entraram em elevados níveis de endividamento. Algumas cooperativas só não tiveram suas falências solicitadas pelos credores, devido ao dispositivo legal que protege este tipo de empresa da lei de falências (32).

Uma cooperativa só pode ser dissolvida pela vontade de seus

(32)

Art.4 da Lei 5.764/71.

associados, ou liquidadas por decisão judicial, a pedido de qualquer associado ou pelo órgão executivo federal (33).

Em suma, as cooperativas, que iniciaram como tritícolas, no final da década de 50, ampliaram sua atuação, passando a operar com soja, num primeiro momento, incorporaram outros produtos, constituíram complexo parque industrial e moderno setor de consumo, durante a década de 70. No final deste período, estas cooperativas entraram em crise, face ao alto grau de endividamento e, por consequência das dificuldades de refinanciamento, provocada pela crise que o Brasil passou a enfrentar a partir do início da década de 80 (34).

2.4 - A Busca da "Diversificação"

A modernização da agricultura - como um processo de efeitos diferenciados - foi viabilizada pelo crédito rural oficial subsidiado, pelo binômio trigo-soja e pelo importante papel das cooperativas organizadas empresarialmente. Durante algum tempo, especialmente na década de 70, este modelo viabilizou a reprodução da maior parte das unidades de produção. Caracterizando-se assim, o modelo de modernização das pequenas unidades de produção do Rio Grande do Sul. (35)

(33)

(34) Capítulo XI da Lei 5.764/71

Com a crise, foram reduzidos os subsídios e o próprio volume de recursos oferecidos pelo Estado, forçando as cooperativas a buscar seu refinanciamento junto aos Bancos privados, pagando juros de mercado (ver: DELGADO, 1985).

Ocorreram processos de modernização paralelos à soja e trigo. O arroz, com base na grande produção capitalista (como um processo mais antigo do que a soja e o trigo, porém sem se

No final da primeira e início da segunda metade da década de 70, o referido modelo de modernização começa a dar sinais de esgotamento. Vários foram os fatores desse novo processo:

- o trigo se mostra problemático enquanto alternativa econômica, especialmente às pequenas unidades de produção familiar. Não ocorrem melhorias de produtividade, sobem os custos de produção em função dos insumos modernos - corretivos, defensivos, fertilizantes químicos, etc. - e o surgimento de doenças fúngicas, diminuem os incentivos estatais para a produção do cereal no RS. Com isso, a produção de trigo desloca-se para o Paraná, com maior produtividade;

- a crise do petróleo de 1973, ao mesmo tempo que contribuiu para a elevação dos preços da soja no mercado internacional, também fez subir os preços dos principais insumos modernos necessários à produção do trigo;

- em 1974 o governo brasileiro iniciou uma série de políticas de intervenção no mercado da soja, com contingenciamento, imposto de exportação, etc.;

- o mercado da soja começa a dar sinais de estabilidade em termos de preços. Assim, não se dislumbrava mais a possibilidade de novos "boons";

- o modelo de modernização provocou problemas no solo (erosão, compactação e desgaste no potencial de fertilidade natural)

proliferar no estado). Ao nível das pequenas unidades de produção tem importância os suínos e aves, a partir da segunda metade da década de 70. Esses processos são localizados regionalmente.

exigindo, cada vez mais, insumos modernos e, com isso, aumentando os custos de produção.

Esse novo quadro trouxe efeitos diretos nas unidades de produção e nas cooperativas. Dentre eles; destaca-se:

- a necessidade de que as unidades de produção se reproduzissem com apenas uma atividade econômica;
- a ociosidade dos fatores de produção: terra, força de trabalho e máquinas (capital);
- os mesmos efeitos recaíam sobre as cooperativas, que precisavam viabilizar sua estrutura, que encontrava-se em plena expansão;

A monocultura da soja passa a ser apontada por agricultores, técnicos, dirigentes de cooperativas e até mesmo por pesquisadores, como sendo o grande "vilão" dos problemas enfrentados pelos agricultores gaúchos e suas cooperativas. Partindo dessa premissa, formularam-se duas propostas básicas de diversificação da produção: a) a introdução de outros produtos com a permanência da soja (organização dos sistemas de produção com uma "cesta" de produtos que pudessem diversificar as fontes de renda das unidades de produção); b) a substituição da soja por outros produtos "alternativos".

No calor desse debate é que surgem algumas alternativas de diversificação da produção, no sentido de viabilizar a reprodução das unidades de produção e das próprias cooperativas gaúchas.

Na reconstituição da história da Cotrijuí, FRANTZ (1982) resgatou alguns depoimentos importantes no sentido de melhor entender o período histórico da década de 70 e a preocupação da cooperativa (seus dirigentes), frente à questão da diversificação. Em um desses depoimentos do Presidente da Cotrijuí, Rubens Ilgenfritz da Silva (13.03.1975), é possível apreender alguns pontos de reflexão:

'...é claro que o que determina a definição do produtor por uma cultura é a sua rentabilidade. Nos parece que (...)devemos fugir da monocultura.(...). Nós temos procurado, dentro das nossas possibilidades, fazer com que haja uma diversificação na produção. E, por exemplo, embora a cooperativa não opere na área de produção e reprodução animal, estamos desenvolvendo o setor de forrageiras. E a inseminação artificial, inclusive em convênio com a Secretaria da Agricultura. Estamos buscando alternativas para os nossos produtores.(...). Infelizmente ainda não chegamos a uma conclusão sobre a experiência que fizemos com a colza.(...). Há outras culturas. O sorgo, por exemplo. Mas elas também têm problemas(...). O mercado interno é muito fraco.(...). A monocultura é uma decorrência do mercado. Quer dizer, se os suínos estão desaparecendo é porque a soja é mais competitiva. Acho que é necessário fazer uma análise do problema global. Temos que incentivar a suinocultura, mas, para isto, temos que oferecer um preço compensador ao produtor.(...). As cooperativas, de maneira geral, só têm cuidado do trigo e soja e, eventualmente, de alguma coisa de sorgo. Acho que chegou o momento de as cooperativas se preocuparem também com a comercialização de outros produtos. Nós já começamos a fazer alguma coisa, talvez atrasado...' (FRANTZ,1982:206).

De um lado, as opiniões de SILVA mostram um importante limite das chamadas culturas alternativas: o mercado. Muitas alternativas não passam de idealizações de dirigentes, sem o mínimo respaldo na realidade concreta do mercado. Ou seja, os

agricultores não diversificam sua produção com base num elenco de propostas das cooperativas. A diversificação se dá na perspectiva da reprodução ampliada do capital, no caso das unidades de produção capitalista e da reprodução da unidade de produção, na lógica da própria reprodução da unidade familiar, (36).
no caso dos produtores modernizados em produção familiar

A concepção de cooperativa, do dirigente, está implícita na entrevista citada. Ou seja, a cooperativa é um instrumento que busca viabilizar o acesso de seus associados ao mercado, de modo geral, e específico, através de um elenco de produtos.

E foi também com esta concepção de diversificação e do papel das cooperativas que foi organizado o "modelo" CCGL. Visando proporcionar uma alternativa aos produtores, especialmente aos pequenos produtores familiares modernizados, com a possibilidade de ampliarem sua "cesta" de produtos geradores de renda (37).

(36)

(37) Ver: BASSO, 1990:63 e seguintes.

No capítulo dois, trataremos com maiores detalhes, o processo de criação do "modelo CCGL" e de seus mecanismos de reprodução.

SÍNTESE E CONCLUSÕES

O modelo CCGL se baseia na organização cooperativa do capital, atuando no setor leiteiro do Estado do Rio Grande do Sul.

A organização cooperativa do capital - materializado nas cooperativas - apresenta especificidades e limites próprios deste tipo de empresa, numa sociedade capitalista. Um primeiro aspecto da especificidade do capital cooperativo é a existência de uma legislação própria, que regulamenta a organização e o funcionamento das cooperativas, no Brasil. Nela, as cooperativas não estão sujeitas à Lei de falência, aplicada às empresas privadas não-cooperativas; estão isentas do imposto de renda nas operações com seus associados; podem participar de linhas de crédito especiais, por força de dispositivo constitucional; podem reter parte do excedente por elas gerados, em fundos de sobras ou reservas de capital, por dispositivos estatutários, decisão de Assembléia Geral e, por força da própria legislação.

Um segundo e importante aspecto da especificidade do capital cooperativo é a sua lógica de inversão. Essa lógica se diferencia das empresas privadas não-cooperativas e das empresas estatais. As empresas privadas não-cooperativas, ao aplicarem seu capital, procuram setores da economia que possam lhes proporcionar a taxa média de lucro e, se possível, em

atividades em que possam obter lucros acima da taxa média. É o que se chama de mobilidade do capital. As empresas estatais aplicam seus capitais - por decisão política - onde se fazem necessários investimentos, no sentido de viabilizar setores, ou atividades específicas, da economia. Embora este capital tenha alguma mobilidade, sua aplicação não segue a lógica da taxa média de lucro. As empresas de capital cooperativo aplicam seus capitais nos setores específicos para a qual foram organizadas, neles buscam a taxa média de lucro, e, se possível, taxas acima da taxa média do setor. Neste sentido, este capital possui mobilidade restrita.

No caso das cooperativas ligadas aos produtores rurais, há uma terceira e importante especificidade, especialmente para aquelas que atuam na industrialização dos produtos de seus associados: a quase garantia do recebimento da matéria-prima, necessária para o funcionamento da indústria. Com o desenvolvimento do processo de concorrência capitalista, as indústrias necessitam, cada vez mais, de matéria-prima em quantidade, regularidade e qualidade, para fazer frente aos seus concorrentes. As características específicas da organização cooperativista facilita a obtenção desta matéria-prima (o que não significa garantia do recebimento).

Na sociedade capitalista, as empresas cooperativas enfrentam e procuram conviver com um conflito básico, que, no caso das cooperativas de produtores rurais do Rio Grande do Sul, acabou por impor, a essas empresas, alguns limites

históricos. Ao "nascerem", as cooperativas atuam na lógica de buscar reproduzir o capital - ou trabalho - dos seus associados. Integrando-se ao mercado, necessitam concorrer com as demais empresas do setor e, a partir daí, passam a buscar a reprodução ampliada de seu próprio capital. Reproduzir o capital de seus associados ou reproduzir o seu próprio capital - é o grande conflito enfrentado pelas cooperativas. Por mais que as cooperativas adotem políticas distributivistas - em consonância com os princípios doutrinários do movimento cooperativista -, a necessidade de concorrer, leva-as a reter a maior parte dos lucros (ou sobras), por elas gerado. Assim, não cabe às cooperativas o papel de reproduzir os capitais (ou mesmo o trabalho) de seus associados. Quem "define" os que se "reproduzem" - de forma simples ou ampliada -, é a própria dinâmica do desenvolvimento capitalista.

No que diz respeito às cooperativas de produtores rurais do Rio Grande do Sul, seu limite de atuação se dá no sentido de organizar canais de atuação de seus associados, viabilizando o acesso e integração destes ao grande mercado capitalista - preços, tecnologia e crédito.

Os conflitos internos das empresas de capital cooperativo, bem como seus limites não impediram e não impedem o desenvolvimento desta forma específica de organização do capital e mesmo do trabalho, em economias capitalistas, como é o caso da Brasil. Ao contrário, as cooperativas ocupam espaços significativos em diversos setores da economia brasileira e, em

especial, da economia gaúcha, com destaque as diversas atividades ligadas à agropecuária.

O "modelo-CCGL" - enquanto organização específica de capital cooperativo - foi criado em 1976, com a finalidade de viabilizar a produção de leite dos associados das cooperativas participantes do chamado "Sistema-CCGL". Assim, o leite enquanto atividade econômica, forma a segunda dimensão, constituindo-se no espaço econômico, onde o modelo - com base na cooperativa de segundo grau - busca viabilizar a integração dos produtores de leite ao grande mercado (preços, tecnologia e crédito). Nessa perspectiva, o próximo capítulo aborda a atividade leiteira, no Rio Grande do Sul, enquanto espaço de atuação do "modelo-CCGL".

CAPÍTULO II

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO RS

INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda alguns aspectos relacionados com a evolução do complexo agroindustrial leiteiro gaúcho. O complexo agroindustrial está entendido, aqui, como o conjunto de relações exercidas entre os principais agentes envolvidos no processo de produção, industrialização e comercialização do leite. Optou-se por excluir os agente produtores de máquinas e insumos, bem como os agentes envolvidos com a comercialização dos produtos industrializados, em função da extensão do trabalho. Com isso, procura-se melhor explicitar alguns aspectos do desenvolvimento dos dois segmentos principais: a produção do leite, enquanto matéria-prima e a industrialização. O enfoque da análise do complexo agroindustrial do leite - no que tange a industrialização - contempla apenas o produto que passa pelos estabelecimentos com SIF-Serviço de Inspeção Federal, devido às dificuldades na obtenção das informações sobre a industrialização realizada em estabelecimentos com inspeção estadual, nas propriedades dos produtores e mesmo em estabelecimentos clandestinos.

O capítulo está dividido em 4 pontos específicos. O primeiro trata dos aspectos ligados ao setor produtivo,

enquanto produtor de matéria-prima com aspectos históricos e uma tentativa de caracterizar a produção gaúcha no período entre 1960 e 1990. Foram utilizados alguns indicadores de produção, produtividade e utilização de instrumentos de produção, em duas perspectivas: na primeira, em comparação com alguns estados brasileiros; na segunda, as informações foram analisadas na perspectiva regional, a partir da regionalização do IBGE, a partir de dados censitários.

O segundo ponto do capítulo trata do desenvolvimento recente do setor industrial, iniciando com alguns aspectos históricos, passando pela análise da concentração do setor e o mercado dos produtos industrializados. O terceiro ponto trata das relações entre as indústrias e os fornecedores de matéria-prima e, o quarto e último, aborda a evolução do preço do leite, especialmente após a liberação deste, pelo governo federal.

1 - A PRODUÇÃO LEITEIRA GAÚCHA

Nesta parte do capítulo abordam-se alguns aspectos referentes ao leite, enquanto mercadoria, no estado do Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, trataremos dos aspectos ligados à produção e sua ligação com o processo de industrialização. Em seguida, trataremos do processo de industrialização e sua ligação com o mercado dos produtos derivados do leite.

1.1 - Aspectos Históricos do Setor Leiteiro Gaúcho

Apesar dos esforços, não foram localizados trabalhos que tratam especificamente da história do setor leiteiro no Rio Grande do Sul e sua mercantilização. O parco material resume-se a alguns textos que apontam indícios de que este processo esteja ligado diretamente com a colonização, especialmente alemã e italiana, do final do século XIX.

Os colonos, localizados ao longo dos vales do Rio dos Sinos, Taquari e das Antas, utilizavam os animais para tração e, para a produção de leite, visando a alimentação da família.

"O leite passou a ser consumido em maior quantidade, sejam 'in natura' ou em forma de derivados (nata, queijo, manteiga, cremes, etc.) de fabricação caseira. Sobretudo caracteriza-se por ser uma atividade pouco especializada, conjugada a

uma dinâmica de produção para subsistência e autoconsumo" (TRENNEPOHL, 1991:121).

A mercantilização do leite está ligada ao processo de urbanização do início do século XX. O crescimento de algumas cidades gaúchas (especialmente Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) criou um importante mercado consumidor que passou a demandar vários produtos de origem agropecuária, dentre eles o leite. Algumas características deste produto dificultaram sua comercialização e, principalmente, seu deslocamento a grandes distâncias. Assim, os imigrantes localizados nas proximidades, especialmente da capital, organizaram minimamente a comercialização do produto.

"O abastecimento das cidades era feito, na maioria das vezes, pelos próprios produtores que transportavam o leite, sem nenhum beneficiamento, diretamente do tambo ao consumidor" (CEDIC, 1974:14).

A partir da demanda dos centros urbanos, os produtores de leite passaram a realizar investimentos na atividade, ao mesmo tempo em que o mercado organizava o próprio processo de comercialização.

Na segunda metade da década de 30, ocorreram alguns fatos importantes no desenvolvimento histórico da produção leiteira do Rio Grande do Sul. O primeiro está ligado à organização dos produtores, que em 1936, fundaram a Associação dos Criadores de Gado Holandês do RS. A organização desta associação de produtores de uma raça específica de gado leiteiro, indica que a atividade já possuía um desenvolvimento tecnológico

significativo, embora não generalizado. O segundo fato importante é a atuação do governo do estado que, face aos problemas no processo de industrialização e comercialização, constrói o chamado "entrepósito de leite", em 1937. O entreposto foi entregue a uma empresa privada, que já atuava no setor leiteiro, a SABEL - Sociedade Anônima Beneficiadora de Leite. O entreposto permitiu a pasteurização do leite e, com ela, um aumento significativo da produção e do consumo.

"A SABEL instalou postos de coleta em vários municípios próximos (Feliz, Carlos Barbosa, São Sebastião do Cai e Bom Princípio), além de uma rede de desnatadeiras com o objetivo de aproveitar a produção dos municípios um pouco mais distantes - Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, e Cruzeiro do Sul - da capital. Em 1947, o objetivo passaria a ser o de atingir todo o estado e novos pontos de coleta e resfriamento foram criados. O governo do estado encampou a SABEL e criou o DEAL-Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, autarquia vinculada a Secretaria da Agricultura"(TRENNEPOHL,1991:122).

O processo crescente de mercantilização do leite, abrindo espaço para a valorização de capital, oportunizou o surgimento de várias empresas, durante as décadas de 40 e 50. Estas empresas, na sua grande maioria, de pequeno porte, e com atuação regional, ocuparam o espaço onde o DEAL não conseguia atuar. Aos poucos o espaço foi ocupado, as empresas cresceram e passaram a concorrer entre si, na disputa do mercado consumidor e pelos fornecedores de matéria prima.

No período, entre 1940 e 1960, a produção de leite, no Rio Grande do Sul, cresceu 144%, passando dos 273,3 milhões de

litros (1940), para 605 milhões de litros (1960), com crescimento médio anual de 7,2%.⁽¹⁾

A década de 60 destaca-se por grandes modificações nas estruturas das indústrias gaúchas de leite. Ocorre uma significativa modernização das plantas industriais e as empresas modificam suas relações com os fornecedores de matéria-prima.

"A conquista de novos fornecedores levou as empresas a uma fase de grande competição mútua, fato inusitado nas bacias leiteiras do Estado. Assim, a partir da década de 1960, presenciou-se uma notável alteração no relacionamento das indústrias com os produtores. Estas, que se mantinham praticamente indiferentes aos produtores, aliaram-se a eles. Temendo um colapso no setor de produção, as indústrias tomaram a iniciativa de sugerir aumentos de preços para o produto ao que, anteriormente, faziam oposição sistemática. A necessidade de obter produções condizentes com a capacidade de beneficiamento de suas empresas, ora ampliadas, foi fator fundamental que justifica essa mudança de posicionamento" (CEDIC, 1974:56).

O posicionamento das empresas, acima citado, indica que havia um mercado consumidor em crescimento, fazendo com que as indústrias processadoras se preocupassem em garantir a matéria-prima, juntamente com a modernização do parque industrial. De nada adiantaria a modernização das indústrias, buscando atender o mercado consumidor e, ao mesmo tempo, concorrer com as demais empresas, se não houvesse oferta suficiente de matéria-prima.

Este período - década de 60 - coincide com todo o processo de urbanização ocorrido no Rio Grande do Sul, em função do

(1) Censos do IBGE de 1940 e 1960.

desenvolvimento industrial do estado. Assim, as indústrias de laticínios tinham um mercado consumidor em crescimento, o que permitia-lhes oferecer melhores preços aos produtores de leite, possibilitando ainda, a ampliação das bacias leiteiras existentes e a criação de novas. O desenvolvimento da atividade leiteira, na década, se deu, destacadamente, pela sua dimensão quantitativa ou horizontal. A produção cresceu apenas 28,6%, passando dos 605 milhões de litros em 1960, 778 milhões de litros em 1970 - média de 2,6% por ano. O número de estabelecimentos que produziam leite cresceu 44,1% e o número de vacas ordenhadas cresceu 21,8%, demonstrando que o maior crescimento se deu na incorporação de novos produtores (tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos, Vacas Ordenhadas, Leite Produzido e Leite Vendido : 1960/1990.

ANO	ESTABEL. (1000)	%	VACAS ORDEN. (1000)	%	LEITE PRODUZIDO (1000L)	%	LEITE VENDIDO (1000L)	%
1960	216	-	669	-	605.033	-	S/I	-
1970	311	44,1	815	21,8	778.478	28,6	S/I	-
1975	312	0,2	836	2,6	943.461	21,1	472.147	-
1980	320	2,7	992	18,6	1.325.945	40,5	692.086	46,5
1985	S/I	-	983	(0,9)	1.280.804	(3,4)	818.879	18,3
1990	S/I	-	1.148	16,7	1.451.797	13,3	S/I	-

FONTE: Elaborada a partir dos censos - IBGE
S/I - Sem informação

A década de 70 foi marcada pela organização de duas importantes empresas do setor de laticínios. A primeira foi a CORLAC-Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos,

criada em 1970. Empresa de economia mista (2), a CORLAC assumiu as atividades e a estrutura do DEAL. Com a nova empresa, as instalações industriais foram ampliadas e modernizadas, com diversificação da linha de produção. Durante alguns anos a CORLAC constituiu-se na maior empresa do ramo no Rio Grande do Sul, com atuação em diversas regiões do estado e com sede na capital, onde se localiza sua principal planta industrial.

A segunda importante empresa do setor, organizada em janeiro de 1976, foi a CCGL.

"O maior impacto ocorreu em 1976 com a estruturação da CCGL-Cooperativa Central Gaúcha de Leite. Criada por cooperativas singulares, que se responsabilizam pela organização e coleta da produção de seus associados, a CCGL é uma cooperativa de segundo grau (suas associadas são cooperativas) especializada em laticínios. Inicialmente tratou de dar vazão a uma produção existente, através do beneficiamento simples (pasteurização) e da colocação nos mercados consumidores. Rapidamente entrou para a transformação do leite em derivados mais nobres e rentáveis e passou a fomentar a melhoria da produção de seus fornecedores em qualidade e quantidade. Sua fatia no mercado cresce rapidamente e em pouco mais de 10 anos de funcionamento já se responsabiliza pela metade do leite coletado. Sob Inspeção Federal no estado" (TRENNEPOHL, 1991:124).

O desenvolvimento da produção leiteira no estado, durante a década de 70, se caracteriza, destacadamente, pelo seu aspecto qualitativo ou vertical. O crescimento do número de produtores foi mínimo (3,0%), passando de 311 mil em 1970, para 320 em 1980. O número de vacas ordenhadas cresceu 21,2%, sendo que este crescimento deu-se especialmente na segunda metade da

(2) O controle acionário da empresa pertence ao governo do estado.

década, com 18,6%. Já a produção, apresentou crescimento de 70,3%, sendo que, novamente, este concentrou-se no período entre 1975 e 1980, com 40%. A produtividade, tomando-se o número de litros por vaca ordenhada, cresceu em 40%, ao longo da década, passando dos 954,95 litros anuais por vaca ordenhada de 1970, para 1.336,49 litros em 1980.

1.2 - Caracterização da Produção

A caracterização da pecuária leiteira gaúcha - no segmento produção - foi elaborada em duas perspectivas: a) na perspectiva comparativa com outros estados brasileiros; b) na perspectiva regional. Na perspectiva comparativa foram selecionadas quatro variáveis: finalidade do rebanho; extratos de área; condição do produtor e utilização de instrumentos de produção. Na perspectiva regional foram utilizadas as variáveis: vacas ordenhadas; leite produzido; leite vendido e utilização de ordenhadeiras. O período utilizado para a análise de cada um dos aspectos ficou subordinado a disponibilidade das informações oficiais, obtidas através dos censos agropecuários e dos anuários estatísticos do IBGE. A padronização dos períodos ficou prejudicada em função das várias alterações metodológicas na divulgação das informações censitárias. Assim, o critério utilizado foi o de analisar as informações disponíveis no período entre 1960 e 1990.

Oportuno observar que as variáveis aqui analisadas tratam de informações com algum grau de homogeneidade, sendo que, no estado e, mesmo nas diversas microrregiões, existem situações que podem destoar das médias. Porém, não se trata de estudar as diversas realidades específicas existentes dentro do estado do Rio Grande do Sul, em termos de produção leiteira. O objetivo, com esta caracterização é o de verificar o quadro da produção gaúcha, no qual insere-se o objeto de estudo: o "modelo CCGL", enquanto experiência de organização cooperativa. As características da produção leiteira gaúcha interferem no desenvolvimento do modelo CCGL, assim como são influenciadas por esse.

As informações, abaixo analisadas, constantes nas 19 tabelas no Anexo A1, permitem apontar alguns aspectos que caracterizam a produção leiteira gaúcha, nas perspectivas comparativa e regional:

- Os rebanhos não-leiteiros, especialmente os de corte, tem um peso significativo na produção leiteira gaúcha, embora esse peso seja menor do que o constatado em outros estados da federação, como é o caso de Minas Gerais e Goiás. Observa-se que a participação desses rebanhos tem crescido nos últimos anos, especialmente no que se refere ao leite vendido - mercantilizado. Com isso, o setor leiteiro, como um todo, sofre a influência desse fenômeno, no que diz respeito à sazonalidade da oferta de, e na, produtividade média do estado que, por consequência, influenciam na capacidade de absorção de

diferentes níveis de preços, por parte dos produtores, com rebanhos com certa especialização na produção de leite;

- A produção gaúcha de leite é, tipicamente, de pequenos estabelecimentos - em termos de área - com até 50 ha diferentemente de outros estados, como Minas Gerais e Goiás, onde a produção tem origem em médios estabelecimentos (mais de 50 ha.), no caso do primeiro e, grandes (mais de 100 ha.), no caso do segundo. Embora não haja informações que possibilitem a comprovação, é possível indicar que esses pequenos estabelecimentos utilizem fundamentalmente a força de trabalho familiar;

- O número médio de vacas ordenhadas por estabelecimento produtor de leite é menor que em outros estados, como é o caso de Minas Gerais e Goiás. Essa característica da atividade leiteira do RS, aponta para uma certa especialização do rebanho (sem confundir com a especialização dos produtores);

- Apesar de baixa, se comparada com a Argentina e o Uruguai, a produtividade média do estado está acima dos demais estados da federação, utilizados como comparação;

- A maioria esmagadora dos produtores gaúchos são proprietários das suas unidades de produção (mais de 88% em 1985);

- Dentre os estados utilizados como referência, o Rio Grande do Sul possui o maior percentual de utilização de ordenhadeira mecânica. Em termos de número de estabelecimentos, que utilizam esse instrumento técnico de aumento da

produtividade do trabalho, chegou a 1,3% do total dos estabelecimentos produtores de leite do RS em 1985. Porém, em termos do leite mercantilizado, a utilização de ordenhadeiras é significativa (embora esteja em queda), chegando a 13,8% em 1985;

- Com referência à regionalização, observa-se duas regiões que se destacam na produção e produtividade de leite no estado: são as macrorregiões 1 e 2 (definidas no item 1.2.2 desse capítulo). Esse fenômeno está ligado a fatores histórico-econômicos. Dentro dessa regionalização, observa-se, também, um certo deslocamento da importância relativa na produção gaúcha de leite, da região 1 para a região 2. Não significa que a região 1, que possui mais tradição, esteja diminuindo sua produção e/ou produtividade, significa sim, que a região 2 tem avançado na produção leiteira, nas dimensões quantitativa e qualitativa. Dentro dessas grandes regiões produtoras de leite, existem microrregiões que se destacam pela alta ou baixa produção e produtividade.

1.2.1 - Evolução da produção, numa perspectiva comparativa

A base da análise, nesta parte do capítulo, são os dados do Rio Grande do Sul, por se tratar do estado onde se localiza o objeto de estudo, relacionando a situação deste, com os demais estados selecionados. A opção pelos outros três estados deu-se pelas seguintes razões: Santa Catarina por estar

localizado na Região Sul e apresentar características semelhantes ao Rio Grande do Sul, na atividade leiteira; Minas Gerais, por ser o maior produtor nacional de leite e Goiás, por ser um estado típico de produção leiteira não-especializada.

1.2.1.1 - Finalidade do rebanho

A produção de leite bovino origina-se de quatro configurações diferentes do rebanho: rebanho de corte; rebanho de leite; rebanho misto (corte e leite) e; rebanho destinado ao trabalho.

No rebanho de corte, o leite se constitui em alimentação dos bezerros e, secundariamente, como sub-produto, destinado à alimentação dos proprietários e seus empregados, na unidade de produção. O leite produzido pelo rebanho de corte é destinado ao mercado, quando ocorrem excedentes em momentos de grande disponibilidade de pastagens e, quando os preços do leite, em comparação com os preços da carne compensam o desmame precoce dos bezerros.

No rebanho, especificamente de leite, o produto principal é o próprio leite. Os bezerros machos se constituem em sub-produto, assim como a carne obtida com os animais abatidos. As raças, a alimentação e o manejo do rebanho, buscam a maior produtividade do leite.

No rebanho misto, tanto o leite como a carne, são produtos considerados como principais. Neste caso, os produtores tendem

a incrementar raças de dupla finalidade, buscando aproveitar melhor as oportunidades de mercado - preço do leite versus preço da carne.

O rebanho destinado ao trabalho - geralmente de tração - pode, excepcionalmente, produzir leite. A produção de leite, oriunda de animais de trabalho é mais comum em regiões de solos de topografia acidentada, com difícil utilização de máquinas e nas propriedades de pequeno porte, onde a máquina é economicamente inviável. Nestes casos, estas vacas produzem leite que, geralmente, é consumido na própria unidade de produção ou mesmo destinado ao mercado.

Para a análise, nas dimensões da quantidade e da produtividade, em termos relativos e absolutos, foram utilizadas as variáveis: vacas ordenhadas; leite produzido e leite vendido.

1.2.1.1.1 - Análise quantitativa

Em termos relativos, constata-se, através das tabelas A1.1, A1.2 e A1.3 (no anexo) que o rebanho de corte aumentou significativamente a participação na produção gaúcha de leite, no período entre 1975 e 1985 (3). Na variável vacas ordenhadas, o rebanho de corte passou de 15,9% (1975), para 22,9%(1985). Na variável quantidade produzida, passou de 8,9% (1975), para 15,4% (1985) e, na variável leite vendido, passou dos 5,1%

(3) Período em que as informações estão disponíveis.

(1975), para 13,3% (1985). Com isso, observa-se a participação crescente, do leite originário de um rebanho não especificamente leiteiro, no mercado gaúcho. Este fenômeno tem implicações diversas, sendo que uma delas é a crescente não especialização da produção, com efeitos na produtividade média. Além disso, o leite produzido pelo rebanho de corte tem custos diferenciados, em relação ao rebanho leiteiro, o que repercute no preço e, por consequência, na possibilidade da manutenção da atividade.

O crescimento da participação do rebanho de corte, na produção de leite, representou redução da participação do rebanho leiteiro na variável leite vendido. Nas variáveis vacas ordenhadas e quantidade produzida, a participação do rebanho leiteiro manteve-se praticamente inalterada. Observa-se, porém, redução significativa na participação do leite vendido. Do total de leite destinado ao mercado, o rebanho leiteiro reduziu sua participação de 84,5% (1975), para 76,6% (1985).

O rebanho misto perdeu importância na variável vacas ordenhadas, passando de 12,8% (1975), para 11,45 (1985); manteve a participação na produção, com 10,55 (1975) e 10,3% (1985) - o que indica aumento da produtividade do rebanho - e aumentou a participação no leite vendido, passando dos 8,2% (1975), para 9,3% (1985).

O rebanho de trabalho perdeu importância, em relação ao total, nas três variáveis analisadas. Nas vacas ordenhadas, a

participação do rebanho de trabalho passou de 6,9% (1975), para 1,3% (1985); na quantidade produzida, passou dos 7,0% (1975), para 1,2% (1985); no leite vendido passou de 2,2% (1975), para 0,8% (1985)(4).

As três variáveis (vacas ordenhadas, produção e venda de leite), também foram analisadas, no confronto entre o rebanho especificamente leiteiro e o rebanho não-leiteiro (5), o que contribui para caracterizar a tendência da especialização do rebanho bovino, na produção de leite do Rio Grande do Sul.

a) vacas ordenhadas - A participação dos rebanhos não-leiteiros se manteve em 35,6% do total de vacas ordenhadas, durante o período. Com isso, o rebanho leiteiro manteve sua participação em 64,4%. Esse quadro se diferencia um pouco do estado de Santa Catarina, onde ocorreu um pequeno aumento na participação dos rebanhos não-leiteiros, passando de 30,8% (1975), para 31,1% (1985). Em Minas Gerais, ocorreu o inverso. Naquele estado, os rebanhos não-leiteiros reduziram a participação no total das vacas ordenhadas, passando de 41,7% (1975), para 36,1% (1985). Essa tendência é verificada também no estado de Goiás - embora com percentuais bastante diferentes -, onde o rebanho não-leiteiro passou de 72,4% (1975), para 60,9% (1985).

(4) Embora não constando nenhuma observação nos censos, é possível que parte do leite produzido pelo rebanho de trabalho tenha sido considerado como oriundo do rebanho de corte ou mesmo do rebanho misto.

(5) O rebanho não-leiteiro é formado pelos rebanhos de corte, misto e de trabalho.

b) quantidade produzida - No que se refere ao leite produzido, o rebanho não-leiteiro manteve sua participação, em relação ao total, em torno dos 26% (26,4% em 1975; 25,9% em 1980 e 26,8% em 1985). Em Santa Catarina, a participação dos rebanhos não-leiteiros estava abaixo da verificada no RS, com tendência a se aproximar dos 26% (24,1% em 1975; 23,9% em 1980 e 25,9% em 1985). Em Minas Gerais, observa-se uma tendência à redução da participação dos rebanhos não-leiteiros, na produção total, aproximando-se dos percentuais verificados no RS e SC, no caso de 1985 (31,4% em 1975; 31,5% em 1980 e 28% em 1985). Em Goiás, apesar da redução, a participação do rebanho não-leiteiro é bastante significativa, mantendo-se acima dos 50% (66,2% em 1975; 56% em 1980 e 54,2% em 1980).

c) leite vendido - Entre 1975 e 1985, ocorreu um significativo crescimento, na participação do rebanho não-leiteiro, no total do leite vendido, no RS, passando de 15,5% (1975), para 23,4% (1985). Este indicador é de grande importância, por se tratar do leite enquanto mercadoria - destinado ao mercado. A mesma tendência é observada em Santa Catarina, onde o rebanho não-leiteiro produziu 14,1% (1975) e 23,3% (1985), do total do leite vendido. Nos estados de Minas Gerais e Goiás, observa-se tendência de diminuição da participação dos rebanhos não-leiteiros, sendo que, no primeiro era de 29,5% (1975) e 27,5% (1985) e, no segundo, de 62,4% (1975) e 53,6% (1985).

Em termos absolutos (ver tabela A1.3 - no anexo), nas três variáveis analisadas (vacas ordenhadas, leite produzido e leite vendido), o maior crescimento, no período entre 1975 e 1985, foi do rebanho de corte.

a) vacas ordenhadas - No período entre 1975 e 1985, o crescimento absoluto de vacas ordenhadas foi de 18,6%, sendo que o rebanho de corte teve crescimento de 68,7%; o rebanho de leite cresceu 17,3% e o rebanho misto 5,3%. Destaca-se a queda do número de vacas ordenhadas do rebanho de trabalho, na ordem de 78%. O estado de Santa Catarina apresentou um quadro bastante semelhante ao do Rio Grande do Sul, exceto no rebanho misto, que teve aumento de, praticamente 27% entre 1975 e 1985. Nos dois estados, destaca-se o crescimento absoluto do número de vacas ordenhadas do rebanho de corte (68,7% no RS e 82,4% em SC). Em Minas Gerais, o número absoluto de vacas ordenhadas cresceu apenas 4,28% entre 1975 e 1985, sendo que o rebanho de corte cresceu 5%, o rebanho de leite cresceu 14,4% e o rebanho misto e de trabalho reduziram em 27,9% e 37% respectivamente. O estado de Goiás apresentou o maior crescimento absoluto no número de vacas ordenhadas, no período entre 1975 e 1985 (29,3%), sendo que o rebanho de corte cresceu 15,1%, o rebanho de leite cresceu 83,2%, o rebanho misto reduziu em 5,5% e o rebanho de trabalho cresceu em 47,7%.

b) quantidade produzida - A produção total de leite, no Rio Grande do Sul, cresceu em 35,7%, durante o período entre 1975 e 1985, sendo que o leite produzido pelo rebanho de corte

cresceu 134,1%, enquanto o rebanho de leite apresentou crescimento de 34,8% e o rebanho misto de 32,7% - muito próximo do crescimento da produção total. O leite produzido pelo rebanho de trabalho decresceu em 76,8% no mesmo período. No estado de Santa Catarina, a produção de leite cresceu 47,3%, no período, sendo que o rebanho de corte teve crescimento de 184,9%, o rebanho de leite cresceu 43,7%, o rebanho misto cresceu 61,0% e o rebanho de trabalho decresceu 74,9%. Em Minas Gerais, a produção aumentou 37,6% - bastante próximo ao crescimento registrado no RS - sendo que o rebanho de corte cresceu 60,0%, o rebanho de leite cresceu 44,4%, enquanto a produção oriunda dos rebanhos misto e de trabalho decresceram 7,7% e 24,9% respectivamente. No estado de Goiás, a produção cresceu 108,2%, sendo que o rebanho de corte cresceu 94,7%, o rebanho de leite cresceu 181,9%, o rebanho misto cresceu 30,1% e de trabalho cresceu 112,1%.

c) leite vendido - Durante o período entre 1975 e 1985, ocorreu crescimento de 73,4% no volume de leite vendido, no RS, sendo que o rebanho de corte cresceu 352,1% - o que representa crescimento anual médio de 35% - o rebanho de leite cresceu 57,2%, o rebanho misto cresceu 97,9%, enquanto o rebanho de trabalho decresceu 40,4%. Esses dados mostram claramente, que houve um processo de crescimento da mercantilização do leite, durante o período analisado, no RS. Em Santa Catarina ocorreu crescimento de 174,3% no volume de leite vendido, sendo que o rebanho de corte cresceu 630,0% - crescimento médio anual de

63% - o rebanho de leite cresceu 144,7%, o rebanho misto cresceu 258,4% e de trabalho 22,9%. Em Minas Gerais, o crescimento do volume de leite vendido foi de 39,4%, no período entre 1975 e 1985, sendo que o rebanho de corte cresceu 73,6%, o rebanho de leite cresceu 43,3%, o rebanho misto decresceu 3,7%, enquanto o rebanho de trabalho cresceu 18,4%. Em Goiás, o crescimento do volume de leite vendido foi de 167,0%, sendo que o rebanho de corte cresceu 177,0%, o rebanho de leite cresceu 228,9%, o rebanho misto cresceu 61,3% e o rebanho de trabalho cresceu 766,6% - crescimento médio anual de quase 77%.

A análise das tabelas A1.2 e A1.3 (em anexo), demonstram claramente que ocorreu significativo aumento da importância do rebanho de corte na produção leiteira gaúcha, durante o período entre 1975 e 1985. O mais significativo está ligado ao aumento do volume de leite destinado ao mercado, oriundo desse rebanho.

Tabela 2 - Relação Entre as Vacas Ordenhadas e o Rebanho Total - Principais Estados: 1973/1984

ESTADO	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1981	1982	1983	1984
MG	15,5	17,4	17,0	17,0	20,4	20,2	20,6	22,4	22,4	22,6	22,7
SP	13,4	13,3	13,1	13,1	14,2	14,8	17,7	19,0	19,5	19,3	18,9
RS	6,6	6,3	6,5	6,5	6,8	7,2	8,4	8,4	8,4	7,8	8,0
GO	11,7	11,4	11,4	11,1	11,8	13,3	14,1	13,4	11,4	11,7	12,2
RJ	23,5	21,4	20,3	21,0	22,7	20,5	20,6	20,7	20,4	21,0	20,2
SC	12,8	17,3	18,0	17,9	20,4	19,0	19,9	19,5	19,2	17,4	17,4
PR	12,9	11,4	11,1	11,0	14,1	15,1	14,6	11,1	11,5	11,3	11,3
BA	9,8	12,6	12,3	12,3	12,7	13,0	14,7	14,4	14,4	14,1	14,3
OUTROS	8,2	7,5	9,3	9,5	9,9	9,2	9,0	8,5	8,6	8,2	8,2
BRASIL	11,1	11,3	11,9	11,9	13,1	13,2	13,6	13,5	13,2	13,1	13,1

FONTE: elaborada a partir dos censos IBGE
As informações referentes a 1980 não foram localizadas

A tabela 2, que apresenta a relação entre as vacas ordenhadas e o rebanho total (6), demonstra uma certa separação do rebanho gaúcho - o que não significa especialização - entre o rebanho destinado à produção de leite e o rebanho de corte. No período entre 1973 e 1984, o Rio Grande do Sul foi o estado que apresentou o menor percentual de vacas ordenhadas em relação ao total do rebanho. Em 1973, esta relação era de 6,63%, enquanto no Brasil era de 11,16%, em Minas Gerais de 15,52% e, Santa Catarina - que, como vimos anteriormente, possui uma pecuária leiteira bastante semelhante a do RS - foi de 12,89%. Em 1984, esta relação passou para 8,01% no RS, 13,12% no Brasil, 22,7% em Minas Gerais e 17,4 em Santa Catarina. De modo geral, observa-se um aumento dos percentuais, na relação entre as vacas ordenhadas e o rebanho total, na maioria dos estados, entre 1973 e 1984. Este fenômeno ocorre especialmente pelo aumento do número de vacas ordenhadas no rebanho de corte, observado na tabela A1.2 (no anexo). Com isso, é possível afirmar que ainda existe um potencial de incremento de produção leiteira, no Rio Grande do Sul, oriunda do gado de corte.

Segundo FARINA(1990:439), esta tendência tem reflexos importantes sobre a oferta de leite:

"A primeira consequência desta tendência refere-se à sazonalidade. Na medida em que a produção de leite não é a atividade principal, sua oferta concentra-se nas épocas em que, naturalmente,

(6) Foram incluídos alguns Estados, pelo importância de seus rebanhos.

verifica-se excesso de pastagens, já que não é praticada a suplementação alimentar, nem tampouco o controle de monta. Desta forma, há tendências de intensificação das quedas de produção nos períodos de seca.

A segunda consequência é o agravamento da sazonalidade da oferta de leite em relação ao comportamento do preço do boi para o abate. Quando a relação de preços favorece o corte, engordam-se os bezerros, pratica-se o desmame precoce e, por vezes, matrizes são abatidas. Quando a relação favorece o leite, então ocorre o inverso. Na medida em que a finalidade "leiteira" compete com a de "corte", as instabilidades do mercado de carne são transmitidas para o mercado de leite através da dupla aptidão do rebanho, - que é característica do efetivo leiteiro no Brasil.

O terceiro reflexo da não especialização na atividade leiteira incide sobre a produtividade do rebanho, que, por si só, no Brasil, é extremamente baixa..."(FARINA,1990:439-440).

1.2.1.1.2 - Indicadores de produtividade do rebanho

Durante o período entre 1975 e 1985, a produção média anual das vacas ordenhadas, no Rio Grande do Sul, passou de 1.127 litros para 1.303, representando aumento de 15,6% - apesar do aumento da importância do rebanho de corte(ver tabela A1.4 - no anexo). A produção média diária passou de 3,09 litros para 3,57 litros por vaca ordenhada.

O rebanho de leite apresentou a maior produtividade, com 1.480 litros/vaca/ano e 4,06 litros/vaca/dia em 1985, representando alta de 14,9% em relação a 1975. Do rebanho não-leiteiro, o de trabalho foi o que apresentou a maior produtividade, com 1.206 litros/vaca/ano e 3,31 litros/vaca/dia em 1985, com crescimento de 5,4% em relação a 1975. O rebanho misto produziu 1.170 litros/vaca/ano e 3,21 litros/vaca/dia em

1985, com crescimento de 26% em relação a 1975. O rebanho de corte produziu 875 litros/vaca/ano e 2,4 litros/vaca/dia em 1985, com crescimento de 38,7% em relação a 1975. Ou seja, apesar de ter a menor produtividade, o rebanho de corte apresentou o maior índice de aumento na produtividade do rebanho. Com isso, permitiu o aumento geral na produtividade da atividade leiteira gaúcha, durante o período. Em Santa Catarina, embora um pouco inferior, a produtividade do rebanho é bastante semelhante à registrada no RS. Destaque-se, porém, que o crescimento da produtividade do rebanho em SC, foi maior do que o registrado no RS (22,7% em SC e 15,5% no RS). O mesmo ocorreu em Minas Gerais e Goiás, onde o crescimento da produtividade foi de 31,9% e 60,9%, respectivamente.

No geral, a produtividade do rebanho gaúcho é superior aos estados analisados, mesmo que o aumento desta produtividade tenha sido inferior aos demais estados, durante o período analisado (1985 = RS, 1.303 litros/vaca/ano; SC, 1.296 litros/vaca/ano; MG, 1.091 litros/vaca/ano e Goiás, 668 litros/vaca/ano).

1.2.1.2 - Extratos de área

Para a análise da produção gaúcha de leite, nas dimensões quantitativa e qualitativa, da variável extrato de área, utilizou-se os dados dos censos de 1970, 1975, 1980 e 1985, agrupando os seguintes extratos: menos de 20 ha; de 20 a 50 ha;

de 50 a 100 ha; de 100 a 1000 ha; e mais de 1000 ha. Para a comparação, foram utilizados os mesmos estados que serviram para a análise comparativa da produção e produtividade por finalidade do rebanho. Nesta variável, considerou-se também, o grau de mercantilização do leite, por extrato de área.

1.2.1.2.1 - Análise quantitativa

Para a análise quantitativa da produção de leite, no Rio Grande do Sul, por extratos de área, em comparação com outros estados brasileiros, foram consideradas as informações referente ao número de produtores (ou estabelecimentos), vacas ordenhadas, leite produzido e leite vendido.

a) produtores - A maioria absoluta dos estabelecimentos que produzem leite no Rio Grande do Sul possuem área inferior a 20 ha (ver tabela A1.7 - no anexo). Em 1970, esse extrato de área representava 56,18% dos produtores, passando para 56,10% em 1975, 57,37% em 1980 e 59,66% em 1985, com aumento de 3,5 pontos percentuais sobre a participação observada em 1970. O extrato de 20 a 50 ha tem reduzido sua participação, em termos de número de produtores, sendo que em 1970 era de 30,7%, passando para 30,2% em 1975, 28,8% em 1980 e 27% em 1985, representando redução de 3,7 pontos percentuais, em relação à participação deste extrato observada em 1970. Juntando os extratos de área de menos de 20 até 50 ha, a participação destes chega a 86,8% em 1970, 86,3% em 1975, 86,1% em 1980 e

86,6% em 1985. Ou seja, mais de 86% das unidades produtoras de leite do Rio Grande do Sul possuem até 2 módulos rurais (7) e mais da metade possui menos de um módulo. Por outro lado, menos de 7% das unidades de produção de leite possuem mais de 100 ha ou 4 módulos rurais.

b) vacas ordenhadas - O extrato de até 20 ha participava com 42,5% do total das vacas ordenhadas em 1970, 43,2% em 1975, 42,3% em 1980 e 45,6% em 1985, o que representa um aumento de 3,1 pontos percentuais em relação a 1970. Observa-se que esses percentuais são inferiores aos verificados na participação das unidades de produção, neste extrato de área, em função da média de vacas por estabelecimento que, no caso do extrato de até 20 ha, é menor do que os demais extratos (ver tabela A1.7 - no anexo). O extrato de área entre 20 e 50 ha participava com 30,7% das vacas ordenhadas em 1970 - o mesmo percentual observado no número de unidades de produção - passando para 31,5% em 1975, 29,9% em 1980 e 29,9% em 1985, representando redução de 0,7% em relação a 1970. Juntos, os extratos de até 50 ha, participavam, em 1970, com 73,2% do total das vacas ordenhadas, passando para 74,7% em 1975, 72,2% em 1980 e 75,6% em 1985, o que representa alta de 2,3 pontos percentuais em relação a 1970, nestes extratos de área. Os extratos com mais de 100 ha, diminuíram sua participação no número de vacas ordenhadas em 2,4 pontos percentuais durante o período, passando de 17% em 1970 para 14,6% em 1985.

(7) O módulo rural, no Rio Grande do Sul, conforme o INCRA, é de 50 ha.

Observa-se que, ao contrário do que ocorre com o extrato até 20 ha, o extrato de mais de 100 ha participa com percentuais de vacas ordenhadas bem acima dos percentuais observados no número de unidades de produção.

c) quantidade produzida - O extrato de área de até 20 ha aumentou sua participação em relação à produção total, no período entre 1970 e 1985, no RS, em 1,2 pontos percentuais, passando dos 46,7% de 1970 para 47,9% em 1985. O extrato de 20 até 50 ha diminuiu sua participação no período, em 1,4 pontos percentuais, passando dos 32,7% em 1970, para 31,3% em 1985. Juntos, os extratos de até 50 ha participavam com 79,4% em 1970, passando para 79,3% em 1985. Os extratos com mais de 100 ha participavam com 11,5% do total da produção de leite em 1970, passando para 9,9% em 1975, 13,3% em 1980 e 11,3% em 1985.

d) leite vendido - O extrato de área com até 20 ha reduziu sua participação no total do leite vendido, no RS, entre 1970 e 1985, passando dos 47,78% para 45,61% em 1985, o que representa redução de 2,1 pontos percentuais. O extrato de 20 até 50 ha reduziu sua participação no total do leite vendido em 0,8 pontos percentuais, passando dos 32,2% de 1970, para 31,4% em 1985. Juntos, os extratos de até 50 ha reduziram sua participação em 3 pontos percentuais, no total do leite vendido, no período entre 1970 e 1985, passando de 80% para 77%. Por outro lado, os extratos com mais de 100 ha aumentaram sua participação, passando de 9,6% em 1970, para 13,0% em 1985.

A participação dos diversos extratos de área na atividade leiteira gaúcha, em 1985, se assemelha com o quadro observado no estado de Santa Catarina (ver tabela A1.8 - no anexo), onde os extratos de até 50 ha participavam com 89,7% das unidades de produção, 78,9% das vacas ordenhadas, 82,6% do leite produzido e 79,2% do leite vendido. Os extratos com mais de 100 ha participavam com 3,7% das unidades de produção, 10,3% das vacas ordenhadas, 7,3% do leite produzido e 9,4% do leite vendido. Este quadro diferencia-se muito do verificado em Minas Gerais e Goiás, onde a produção concentra-se nos extratos de mais de 100 ha, sendo que no primeiro, os extratos com até 50 ha participaram, em 1985, com 56,4% das unidades de produção, 21,5% das vacas ordenhadas, 20,9% do leite produzido e apenas 18,5% do leite vendido. Os extratos com mais de 100 ha participaram com apenas 26% das unidades de produção. Em compensação, esses mesmos extratos participaram com 61,8% das vacas ordenhadas, 62% do leite produzido e 64,6% do leite vendido. No estado de Goiás, a concentração da produção nos extratos com mais de 100 ha é ainda mais nítida, sendo que os extratos de até 50 ha participaram com 34,6% das unidades de produção, 12,3% das vacas ordenhadas, 12,9% do leite produzido e 11,5% do leite vendido. Os extratos com mais de 100 ha participa com 46,6% das unidades de produção, 86,3% das vacas ordenhadas, 72,6% do leite produzido e 74,4% do leite vendido.

Assim, é possível afirmar que o leite mercantilizado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina é oriundo, na grande

maioria, de estabelecimentos de pequeno porte, em termos de área, enquanto que nos estados de Minas Gerais e Goiás, o leite mercantilizado origina-se de médios e grandes estabelecimentos (tendo-se como referência apenas a área das unidades de produção). Essa conclusão é importante, especialmente porque o estado de Minas Gerais, por ser o maior produtor nacional, serve, muitas vezes, de referência para a caracterização da pecuária leiteira nacional e, por consequência, das políticas oficiais para o setor. Destaque-se a necessária relativização desta conclusão, em função das limitações do critério área para a classificação dos estabelecimentos na comparação.

1.2.1.2.2 - Indicadores de produtividade e mercantili - zação

O número médio de vacas ordenhadas por estabelecimento, no RS, passou de 2,6 (1970), para 3,0 (1985), representando aumento de 15%. Igual percentual de crescimento é observado para o extrato de até 20 ha, que passou de 2,0 (1970), para 2,3 (1985). O extrato entre 20 e 50 ha, passou de 2,6 (1970), para 3,3 vacas por estabelecimento em 1985, representando um aumento de 27% no período (ver tabela A1.9 - anexo).

Tomando como base o ano de 1985, o número médio de vacas ordenhadas por estabelecimento, no Rio Grande do Sul assemelha-se com Santa Catarina e diferencia-se bastante de Minas Gerais e Goiás. Em Minas Gerais, a média de vacas ordenhadas por estabelecimento era de 12,9, enquanto em Goiás era de 19,9. Nos

quatro estados analisados, o maior número de vacas ordenhadas por estabelecimento se concentra no extrato de mais de 1.000 ha (ver tabela A1.10 - anexo).

A produtividade do rebanho, no RS, cresceu 36% entre 1970 e 1985, passando dos 1.048 litros/vaca/ano, para 1.303 litros/vaca/ano. O menor aumento da produtividade ocorreu no extrato de até 20 ha, com 30% e o maior aumento ocorreu no extrato de mais de 1.000 ha, com 76%.

Tomando como base o ano de 1985, a produtividade do rebanho gaúcho, por extrato de área, assemelha-se ao de Santa Catarina, sendo que o extrato de maior produtividade é o de até 20 ha, diferente porém, de Minas Gerais e Goiás, onde a maior produtividade encontra-se nos extratos de 50 a 100 ha e de 100 a 1.000, no caso do primeiro estado e no extrato de 20 a 50 ha e de 50 a 100 ha.

Durante o período analisado, é possível observar o crescente grau de mercantilização do leite, no RS, em todos os extratos de área. O volume de leite vendido, por estabelecimento, passou dos 4,2 litros/dia (1975), para 6,9 litros/dia (1985), representando aumento de 64%. O extrato de até 20 ha foi o que menos cresceu, com 51%, sendo que os extratos de 20 a 50 e de 50 a 100 ha cresceram 81%, o extrato de 100 a 1.000 cresceu 93% e o extrato de mais de 1.000 ha cresceu 329% o volume de leite vendido, por estabelecimento, nos 10 anos, entre 1975 e 1985.

Tomando como base o ano de 1985, a média de litros vendidos por estabelecimento, no RS, assemelha-se aos de Santa Catarina, enquanto nos estados de Minas Gerais e Goiás, esta média é bem mais elevada. No primeiro é de 32,6 e no segundo 31,6 litros/dia por estabelecimento.

A relação percentual entre o leite vendido e o leite produzido, no RS, passou de 50% em 1975, para 64% em 1985, com aumento de 14 pontos percentuais. O extrato de até 20 ha aumentou 10 pontos percentuais, passando de 51% para 61%. O extrato entre 20 e 50 ha aumentou 15 pontos percentuais, o extrato entre 50 e 100 ha aumentou 16 pontos percentuais, o extrato entre 100 e 1.000 ha aumentou 22 pontos percentuais e o extrato de mais de 1.000 aumentou em 37 pontos percentuais. O extrato com mais de 1.000 ha, que em 1975 mantinha o menor percentual de leite vendido, em relação à produção, com 46% passou para a maior relação percentual em 1985, com 83%. Assim, 83% do leite produzido pelos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, foi destinado ao mercado, em 1985.

Em Santa Catarina, tomando-se por base o ano de 1985, a relação entre o leite vendido e o leite produzido era de 58%; em Minas Gerais essa relação era de 85%. Nos quatro estados a relação entre o leite vendido e o leite produzido, cresce a medida em que cresce o tamanho dos estabelecimentos. Ou seja, observa-se uma tendência de maior mercantilização do leite, nos estabelecimentos com maior área.

A análise das informações referentes à produção e produtividade do leite, no RS, por extrato de área, permite algumas conclusões:

- A produção de leite, no RS, é típica de estabelecimentos de pequeno porte, em termos de área e de número de vacas ordenhadas. Por outro lado, observa-se constante crescimento dos extratos de área superior a 100 ha;

- Observa-se a crescente mercantilização do leite, com parcela cada vez maior do leite produzido, sendo destinada ao mercado. Destaque-se o crescimento da mercantilização do leite produzido pelos estabelecimentos com área superior a 100 ha.

1.2.1.3 - Por condição do produtor

A variável produção por condição do produtor, restringe-se ao RS, nos anos de 1970 e 1985. A questão fundamental é a participação das quatro diferentes categorias de produtores (proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes), na produção de leite, no estado do RS (ver tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Produção de Leite por Condição do Produtor - RS
1970/1985

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTAB. PROD. (1000)		VACAS ORDEN. (1000)		PRODUÇÃO (1000L)		VENDA (1000L)
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1985
	Propr.	259	276	701	861	668.066	1127.222
Arren.	14	12	41	33	38.566	44.307	30.022
Parc.	17	19	30	39	29.794	48.437	26.726
Ocup.	21	19	43	49	42.052	60.837	37.494
Total	311	326	815	98	778.478	1280.803	818.878

FONTE: Elaborada a partir dos censos - IBGE

Tabela 4 - Participação na Produção, por Condição do Produ-
tor:RS 1970/1985 (Relativa)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTAB. PROD.		VACAS ORD.		PRODUÇÃO		VENDA
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1985
Propr.	83,26	84,68	85,97	87,65	85,82	88,01	88,49
Arren.	4,45	3,61	5,04	3,40	4,95	3,46	3,67
Parc.	5,64	5,78	3,73	3,95	3,83	3,78	3,26
Ocup.	6,66	5,93	5,25	4,99	5,40	4,75	4,58
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Elaborada a partir dos censos - IBGE

A tabela 4 mostra claramente que a produção de leite, no Rio Grande do Sul, é tipicamente de proprietários. No período entre 1970 e 1985, essa categoria aumentou sua importância na atividade leiteira gaúcha: a) número de estabelecimentos - passou dos 83,2 % de 1970, para 84,6 % em 1985; b) vacas ordenhadas - de 85,9 % em 1970 para 87,6 % em 1985; c) leite produzido - 85,8 % em 1970, para 88 % em 1985. Em 1985, os

proprietários participavam com 88,4% do total do leite vendido no estado.

1.2.1.4 - Utilização de instrumentos de produção

A especialização da produção tende a aumentar a utilização de instrumentos de produção que possibilitem o aumento da produtividade do trabalho.

A utilização de ordenhadeiras mecânicas, na produção leiteira, constitui-se, sem dúvida, em um importante indicador de especialização - embora não seja o único.

Tabela 5 - Utilização de Ordenhadeiras - RS, SC, MG E GO:
1980/85

			RS	SC	MG	GO
ESTABEL.	1980	C/ord.	6.087	899	1.853	267
		Total	320.344	156.176	239.024	87.535
	1985	C/ord.	4.323	714	1.474	183
		Total	326.408	165.808	267.978	79.373
VACAS ORD.	1980	C/ord.	62.566	11.047	107.464	9.984
		Total	992.109	433.586	3396.674	1582.962
	1985	C/ord.	53.437	10.981	88.613	9.616
		Total	982.790	465.631	3457.259	1577.605
PROD. 1000L	1980	C/ord.	146.704	23.692	219.351	13.141
		Total	1325.945	534.157	3420.514	963.626
	1985	C/ord.	124.973	25.376	185.529	10.165
		Total	1280.804	603.704	3772.411	1055.295
VENDA 1000L	1980	C/ord.	128.164	19.628	207.118	12.044
		Total	692.086	177.719	2867.376	744.957
	1985	C/ord.	113.140	22.334	176.876	9.721
		Total	818.879	351.914	3190.613	914.273

FONTE: Elaborada a partir dos censos - IBGE

Tabela 6 - Utilização de Ordenhadeiras em Relação ao Total
RS, SC, MG E GO: 1980/1985

ESTADO	ESTAB.		VACAS ORD.		PRODUÇÃO		VENDIDO	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
RS	1,90	1,32	6,31	5,44	11,06	9,76	18,52	13,82
SC	0,58	0,43	2,55	2,36	4,44	4,20	11,04	6,35
MG	0,78	0,55	3,16	2,56	6,41	4,92	7,22	5,54
GO	0,31	0,23	0,63	0,61	1,36	0,96	1,62	1,06

FONTE: Elaborada a partir dos censos - IBGE

As informações disponíveis nos censos agropecuários do IBGE permitiram a elaboração das tabelas 5 e 6, onde a utilização de ordenhadeiras, nos anos de 1980 e 1985, foram quantificadas, em termos de estabelecimentos, vacas ordenhadas, leite produzido e leite vendido, nos estados do RS, SC, MG e GO.

O Rio Grande do Sul é o estado com maior percentual de utilização de ordenhadeiras mecânicas, dentre os quatro estados - apesar do baixo índice de utilização. Entre 1980 e 1985, observa-se redução absoluta em todos os indicadores de utilização de ordenhadeiras, nos quatro estados. No caso do Rio Grande do Sul, em 1980, apenas 1,9% dos estabelecimentos produtores de leite possuíam ordenhadeira mecânica, sendo que esse índice caiu para 1,3% em 1985. No que se refere às vacas ordenhadas, esta participação era de 6,3% em 1980, caindo para 5,4% em 1985. Em 1980, 11% do leite produzido era ordenhado mecanicamente, caindo para 9,7% em 1985. Quanto ao leite vendido, a participação da ordenha mecânica chegou a 18,5% em 1980, caindo para 13,8% em 1985. Em síntese, são poucos os

estabelecimentos gaúchos que utilizam ordenhadeira mecânica, porém, o volume de leite produzido por estes estabelecimentos, que é comercializado, é significativo - embora tenha reduzido no período. Nos demais estados a utilização de ordenhadeira mecânica é menos representativo do que no Rio Grande do Sul. A explicação para esse fenômeno pode estar no fato de que o Rio Grande do Sul sofreu um processo mais intenso de modernização da agricultura, especialmente na década de 70. Essa modernização, que teve sua maior intensidade nos grãos, destacando-se o trigo e a soja, expandiu-se para outras atividades, como é o caso do leite, suínos e frango. Outro fato que pode contribuir para a explicação desse fenômeno, é a própria ação da CCGL, através dos seus programas de fomento.

1.2.2 - Evolução da produção, numa perspectiva regional

Historicamente, é possível caracterizar a produção leiteira gaúcha em 4 macrorregiões distintas: a) a chamada região da "bacia leiteira tradicional" (8), ligada à primeira colonização (especialmente alemã e italiana) e à produção que visava atender à demanda de leite da capital do estado (ver item 2.1 deste capítulo); b) a chamada região da "nova bacia leiteira", caracterizada especialmente pelas áreas da segunda fase da colonização, bem como parte de áreas ocupadas por unidades de produção que, no período de modernização da

(8) O tradicional não se refere à idéia de contraposição ao moderno. Trata-se apenas da idéia temporal.

agricultura substituíram a pecuária de corte pela produção de grãos (especialmente soja e trigo); c) a região litorânea que não possui tradição na produção de leite, nem mesmo de outros produtos agrícolas, exceção de alguns municípios que produzem leite em quantidade e produtividade significativa; d) a região de campo, onde, historicamente, predomina a criação de gado de corte. Doravante as macrorregiões acima caracterizadas serão chamadas de região 1, formada pelas mesorregiões de Porto Alegre, Encosta do Planalto Meridional e Caxias do Sul; região 2 que compreende a mesorregião do Planalto Meridional do RS, excluindo a microrregião dos campos de Vacaria; região 3, compreendendo a mesorregião do Leste Rio-grandense; região 4, compreendendo a mesorregião do Oeste Gaúcho, mais a microrregião dos Campos de Vacaria, que o IBGE enquadra na mesorregião do Planalto Meridional.

A regionalização adotada está consubstanciada nas variáveis a serem analisadas, de acordo com as informações disponíveis, especialmente nos censos e anuários estatísticos do IBGE, no período entre 1970 e 1990.

Foram consideradas as variáveis: leite produzido (quantidade absoluta, bem como a participação regional no total da produção); produção de leite por quilômetro quadrado; leite produzido por vaca ordenhada; participação regional no número de vacas ordenhadas; número de vacas ordenhadas por estabelecimento; leite vendido; participação regional no leite vendido do estado; leite vendido em relação ao total do leite

produzido por região; venda de leite diário, por estabelecimento; utilização de ordenhadeiras.

1.2.2.1 - Leite produzido

A regionalização da produção de leite foi analisada através de três indicadores: a) a produção de cada região, bem como a participação destas no total da produção gaúcha; b) a produção de leite por quilômetro quadrado, por região; c) a produção anual e diária, por vaca ordenhada, por região.

Em termos absolutos, a região 2 participa com o maior volume de produção do estado do RS. Esta participação cresceu 2,6 pontos percentuais nos últimos 20 anos, passando de 37,8% em 1970, para 40,4% em 1990. A região 1 é a segunda em produção absoluta. Esta participação caiu 5,3 pontos percentuais, passando de 32,1% em 1970, para 26,8% em 1990. A região 3 diminuiu sua participação, na produção total do estado, perdendo a terceira posição para a região 4.

Assim, observa-se aumento relativo da produção leiteira na região 2 e 4 que, somadas, chegam a 6,8 pontos percentuais. Por outro lado, as regiões 1 e 3 somadas, diminuíram a produção relativa em 6,8 pontos percentuais (ver tabela A1.11 - no anexo).

Em termos relativos, quando observamos a produção por quilômetro quadrado (9), a região de maior produção é a região

(9) Essa informação é importante por eliminar as distorções provocadas pela extensão territorial das regiões.

1, com mais de 14 mil litros por Km² em 1990. Em 1970, a região produziu 9.500 litros de leite por Km², chegando a mais de 16.000 litros por Km² em 1980 (crescimento de 69% em 10 anos). Em 1985 ocorreu uma redução significativa, de 11% em relação a 1980. Essa queda é observada também nas regiões 3 e 4. Essa redução pode ser explicada por dois fatores fundamentais: o primeiro refere-se a problemas climáticos ocorridos no estado, especialmente nos anos de 1983 e 1984, acarretando consequências na produção das pastagens, diminuiu o número de vacas ordenhadas e, por consequência, reduziu a produção; durante algum tempo, o preço do leite - que era definido pelo governo federal - serviu como instrumento de retenção dos índices inflacionários. Isso porque o leite é um importante item da cesta básica dos trabalhadores. Assim, a redução da produção, em decorrência dos problemas climáticos não se refletiu em aumentos de preços, o que desestimulou um grande número de produtores de leite.

A microrregião Colonial do Baixo Taquari, localizada na mesorregião da Encosta do Planalto Meridional, possui a maior produção por Km², do estado do RS. Em 1970, a microrregião produziu, em média, 15.489 litros por Km², passando para 21.695 litros por Km² em 1975; 31.546 litros/Km² em 1980; 31.033 litros/Km² em 1985 e 32.100 litros/Km² em 1990, representando crescimento de 107% nos 20 anos analisados. A região 2 apresenta a segunda maior produção relativa do estado, com 9.500 litros/Km² em 1990, o que representa um aumento de 94% em

relação a 1970. A microrregião Colonial de Santa Rosa é a que apresenta a maior produção relativa dentro da região 2 e, a segunda maior produção do estado, com quase 19.000 litros/Km², representando alta de 89% em relação a 1970. As microrregiões coloniais de Ijuí e Alto do Jacuí apresentaram crescimento significativo, entre 1970 e 1990, sendo que a primeira passou de 4.475 litros/Km² em 1970 para 11.606 litros/Km² em 1990 e a segunda passou de 5.005 litros/Km² em 1970 para 13.349 litros/Km² em 1990 (ver tabela A1.12 - no anexo).

As regiões 3 e 4 mantêm a produção relativa abaixo da média do estado, sendo que a primeira registra uma média de 2.798 litros/Km² em 1990, contra os 1.696 litros/Km² de 1970 - com 65% de aumento - e a segunda registra a produção média de 2.353 litros/Km² em 1990, contra 995 litros/Km² de 1970 - com 136% de aumento.

Os aumentos verificados na produção relativa (por quilômetro quadrado), nas diversas regiões e, no estado como um todo, não foram acompanhados por aumentos de produtividade. Enquanto a produção gaúcha cresceu 86% entre 1970 e 1990, a produção anual, por vaca ordenhada - produtividade do rebanho - cresceu apenas 10% no mesmo período.

A análise das informações de produção apontam para a conclusão de que o incremento da produção, verificado no período entre 1970 e 1990, se deu de forma predominantemente horizontal ou extensiva.

1.2.2.2 - Vacas ordenhadas

A análise do número de vacas ordenhadas, bem como sua evolução, contribui para verificar a conclusão, anteriormente referida, de que o crescimento da produção gaúcha se deu de forma predominantemente horizontal.

O incremento no número absoluto de vacas ordenhadas, no período entre 1970 e 1990 foi de 41% (ver tabela 19 - no anexo). A região 2 detém o maior número de vacas ordenhadas com 36,7% do total do estado (1990), o que representa 49,4% a mais do que 1970. As regiões 1 e 4 detinham 23,4% (1990) do número de vacas ordenhadas do estado, para cada uma, sendo que a região 1 diminuiu sua participação, que era de 27,1% do total do estado em 1970 e a região 4 aumentou a participação que era de 20% em 1970. A região 3 detinha 18,3% das vacas ordenhadas do estado, passando para 16,5% em 1990.

A região 1 detém a maior produtividade média, com 1.408,78 litros/vaca/ano ou 3,9 litros/vaca/dia em 1990. A produtividade média da região 1 cresceu no período entre os anos 1970 e 1980 e decresceu entre 1980 e 1990 (conf.tabela A1.14 - no anexo). A região 2 apresentou aumento na produtividade média em todos os períodos analisados, passando de 1.044,09 litros/vaca/ano em 1970, para 1.356,51 litros/vaca/ano em 1990, com crescimento de 29,9%. A região 3 aumentou a produtividade média no período entre 1970 e 1990, passando de 845,48 litros/vaca/ano para 1.097,04 litros/vaca/ano, sendo que em 1980, chegou a 1.200,92

litros/vaca/ano. A região 4 é a que apresenta a menor produtividade média do estado, com 663,45 litros/vaca/ano em 1970, passando para 956,41 litros/vaca/ano em 1990.

Algumas microrregiões se destacam, com produtividade acima da média de sua região, como é o caso da microrregião colonial do Alto Jacuí, com 1.762,33 litros/vaca/ano, contra os 1.030,75 litros/vaca/ano de 1970, representando alta de 70,9% no período. A microrregião colonial de Ijuí apresentou alta de 46,9%, entre 1970 e 1990, passando de 982,47 litros/vaca/ano, para 1.443,77 litros/vaca/ano.

As quatro regiões produtoras de leite, no RS, apresentaram crescimento no número de vacas ordenhadas por estabelecimento, no período entre 1970 e 1980 (10). No total do estado, o número de vacas ordenhadas por estabelecimento, passou de 2,62 em 1970, para 3,1 em 1980, representando um incremento de 18,3%. A região 2 foi a que apresentou o maior crescimento, com 19,3%, enquanto a região 1 cresceu 18,4%, a região 3 cresceu 16,8% e a região 4 cresceu 15,8% (ver tabela A1.15 - no anexo).

1.2.2.3 - Leite vendido

Do total de leite produzido, apenas uma parte é destinada ao mercado (torna-se mercadoria). A outra parte é consumida nas

(10) Não foi possível incluir os dados referentes à 1985 e 1990, devido à mudança na metodologia de divulgação dos censos do IBGE.

unidades de produção, sob a forma "in natura" ou mesmo utilizado na fabricação de derivados lácteos.

Para a análise regional do leite destinada ao mercado (mercantilização) foram utilizados três indicadores: a) a quantidade absoluta de leite vendido, bem como a participação de cada região no total de leite vendido no estado; b) o percentual de leite vendido em relação ao leite produzido nas regiões do estado (percentual de mercantilização); c) a venda diária de leite, por estabelecimento, nas regiões do estado.

Até 1980, a região 1 era a que vendia a maior parcela do leite existente no mercado gaúcho, com 52,3% do total em 1975 e, 42,9% em 1980. Em 1985, com 32,3% do total, a região 1 foi ultrapassada pela região 2 que vendeu 34,6% do total do leite comercializado no estado, contra 16,3% em 1975 e 23,2% em 1980. Ou seja, entre 1975 e 1985, a região 2 aumentou em 18,3 pontos percentuais sua participação no total do leite vendido no RS. A região 3, que era a segunda em volume de leite vendido em 1975, com 20,2%, passou para terceira em 1980 e 1985, com 19,6% e 17,1% do total, respectivamente. A região 4 aumentou sua participação de 11,2% do total do leite vendido em 1975, para 14,4% em 1980 e 17,1% em 1985.

A microrregião Colonial de Santa Rosa participa com o maior volume de leite vendido, em relação ao total do estado. Essa microrregião, localizada na mesorregião do Planalto Meridional do RS, passou do oitavo lugar em 1975, com apenas 5% do total do leite vendido no estado, para o sexto lugar em

1980, com 6,7% e 10,5% em 1985. Com isso, algumas microrregiões diminuíram significativamente a participação no total do leite vendido. Destacam-se as microrregiões de Porto Alegre, que vendia 12,2% do total em 1975, passando para 6,8% em 1980 e apenas 3,7% em 1985 e a microrregião Colonial da Encosta da Serra Geral, que vendia 15,5% do total do estado em 1975, caindo para 12,0% em 1980 e 8,2% em 1985 (ver tabela A1.16 - no anexo).

No percentual de leite vendido, em relação ao total (mercantilização), observa-se que a região 1 manteve essa relação em torno de 70%, enquanto a região 2 passou dos 24% em 1975, para 34% em 1980 e mais de 54% em 1985. A região 3 aumentou um pouco o nível de mercantilização do leite, passando de 60,4% em 1975 para 71,5% em 1985. A região 4 também aumentou o percentual de mercantilização do leite, passando dos 42,7% de 1975 para 68,7% em 1985 (ver tabela A1.17 - no anexo).

Observa-se crescimento geral nos percentuais de mercantilização do leite no RS, especialmente nas regiões 2 e 4.

No que diz respeito a venda diária por estabelecimento, não foi possível identificar os indicadores de 1985 e 1990, devido à metodologia utilizada pelo IBGE na divulgação das informações censitárias (ver tabela A1.18 - no anexo).

Nos anos de 1975 e 1980, a região 1 era a que possuía a maior média de venda de leite diário, por estabelecimento, com 8,3 litros e 10,2 litros, respectivamente. • A microrregião de

Porto Alegre possuía a maior média do estado, com 22,4 litros/dia/estabelecimento em 1975 e 20,6 litros/dia/estabelecimento em 1980. A região 2 dobrou a média de leite vendido por estabelecimento, passando de 1,5 litros/dia em 1975, para 3,0 litros/dia em 1980. Os resultados das tabelas A1.15 e A1.16 (no anexo) permitem levantar a hipótese de que a média diária de leite vendido por estabelecimento, especialmente na região 2, cresceu nos anos seguintes a 1980.

1.2.2.4 - Utilização de ordenhadeiras

Conforme já foi abordado na análise comparativa, a utilização de ordenhadeira mecânica é um importante indicador de modernização do processo produtivo - embora não seja o único - no aumento da produtividade do trabalho. Observa-se, também, que o Rio Grande do Sul é o estado com o maior índice de utilização de ordenhadeiras, em comparação com Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás. Na análise regional, da produção leiteira do RS, não foi possível detectar a importância da utilização da ordenhadeira mecânica, em termos das vacas ordenhadas, leite produzido e leite vendido, em função de que o IBGE não divulgou essas informações por municípios ou região. Além disso, somente nos censos de 1980 e 1985, constam os estabelecimentos, por região, que utilizavam ordenhadeira mecânica.

Entre 1980 e 1985, ocorreu redução de 29% no número de unidades de produção de leite que utilizavam ordenhadeira mecânica no Rio Grande do Sul. Somente as microrregiões coloniais do Alto Taquari e Alto do Jacuí não apresentaram redução absoluta no número de estabelecimentos com ordenhadeira, sendo que a primeira manteve o número absoluto e a segunda cresceu 10,5% (ver tabela A1.19 - no anexo).

Além do baixo índice¹ de utilização de ordenhadeira, observa-se uma concentração regional dos estabelecimentos que utilizam esse instrumento de trabalho. Em 1980, a região 1 possuía 57,8% do total dos estabelecimentos gaúchos que utilizavam ordenhadeira mecânica, sendo que em 1985 passou para 61,4%. Somente a microrregião Colonial do Baixo Taquari participava, em 1985, com 32% do total dos estabelecimentos gaúchos com ordenhadeira mecânica. A região 2 participava com 21,6% em 1980 e 19,6% em 1985; a região 3 participava com 10,5% em 1980 e, apenas 7,3% em 1985; a região 4 participava com 10,1% em 1980 e 11,8% em 1985.

O conjunto das tabelas utilizadas para a análise do desenvolvimento quantitativo e qualitativo do setor produtivo, na dimensão regional, demonstra avanços significativos na Região 2, ou ainda, na região da nova bacia leiteira, o qual coincide com a área de atuação das principais cooperativas organizadoras do modelo CCGL. Em alguns indicadores, a Região 2 apresenta melhor desempenho do que a Região 1, que coincide com a bacia leiteira tradicional. Ou seja, em poucos anos, a região onde o

modelo CCGL atua, atingiu níveis de produção e produtividade comparáveis à região onde a produção leiteira tem uma história mais longa.

2 - O SETOR INDUSTRIAL LEITEIRO GAÚCHO

Nesta parte do capítulo estão abordados alguns aspectos ligados ao processo de industrialização do leite no Rio Grande do Sul, a partir dos principais aspectos históricos, da concentração do setor e do mercado dos produtos industrializados.

2.1 - Aspectos Históricos

O início das atividades industriais do leite, no Rio Grande do Sul, estão ligados a dois fenômenos históricos concomitantes: a colonização alemã e italiana do século XVIII e o processo de urbanização das grandes cidades, especialmente a capital. As primeiras indústrias de laticínios surgiram em função da produção de queijos, manteigas e alguns cremes, como forma de aproveitamento do excedente de produção do rebanho destinado, inicialmente, para a produção do leite necessário ao consumo dos colonos que ocuparam, especialmente, os vales do Rio dos Sinos, Rio Taquari e Rio das Antas (11). Aos poucos, o queijo e a manteiga, enquanto excedentes do consumo familiar, tornaram-se mercadorias comercializadas nas vilas próximas aos produtores e nas grandes cidades. O grande salto no processo de

(11) Esta região caracteriza a bacia leiteira tradicional.

industrialização do leite se deu pela necessidade da sua pasteurização, possibilitando a comercialização nas cidades com alguma distância dos locais de produção. Os primeiros processos de pasteurização do leite, no estado, ao que consta, ocorreram com a instalação do entreposto do leite, construído pelo estado em 1937 e entregue a uma empresa privada, através de concorrência pública, a SABEL- Sociedade Anônima Beneficiadora do Leite.

"Esta iniciativa permitiu à população da Capital consumir leite pasteurizado, criando, paralelamente, bases para o estabelecimento de uma infra-estrutura de apoio à produção. O reflexo desta medida foi o imediato incremento do volume produzido, ao mesmo tempo em que ocorria notável aumento do consumo, resultado do rápido crescimento das cidades"(CEDIC,1974:14).

Antes da pasteurização, o leite era comercializado "in natura", criando grandes problemas na distribuição, especialmente pelo alto grau de perecibilidade do produto. Paralelo a esse processo, surgiram dezenas de pequenas indústrias de caráter familiar, que produziam queijos, manteiga e cremes. Algumas dessas empresas cresceram e passaram a atuar regionalmente(12).

A construção do sistema viário (rodovias e ferrovias), teve papel fundamental no desenvolvimento das indústrias de laticínios.

"Assim, o leite, produto altamente perecível, chegava à usina de beneficiamento mais rapidamente,

(12) A exemplo da Laticínios Mayer em Santa Rosa, Laticínios Passo Fundo, Carlos Francke em Ijuí, além de outras.

estendendo-se as zonas de produção a maiores distâncias dos centros consumidores.

De 1938 a 1941, a SABEL instalou postos de coleta de leite em São Sebastião do Cai, Bom Princípio, Feliz e Carlos Barbosa, alguns já dotados de equipamentos de refrigeração.

Simultaneamente, foi estabelecida uma rede de desnatadeiras nos municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul, cuja finalidade era o aproveitamento da produção de leite daquela região, impossível de ser transportado "in natura" a Porto Alegre. O creme obtido era remetido por via fluvial, único acesso àqueles municípios, destinando-se ao fabrico de manteiga pela SABEL"(CEDIC,1974:15).

Conforme abordagem feita na primeira parte deste capítulo, a intervenção estatal foi fundamental para a organização do setor leiteiro gaúcho, possivelmente pela ausência de grandes empresas que pudessem "comandar" o processo no estado. Em 1946, o governo do estado encampou a SABEL, criando a ELSA - Entreposto do Leite S.A.. Em 1947, com a extinção da ELSA, foi criado o DEAL - Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura, com base física nas instalações das duas companhias antecessoras, mas com o objetivo de atingir todo o estado. Foram criados postos de coleta nos municípios de Bom Retiro do Sul, Montenegro, Tapes, Gramado, Taquara, Osório e outros(CEDIC,1974:15).

O DEAL foi transformado em Sociedade de Economia Mista, em 1970, surgindo a CORLAC - Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, com ampliação, modernização e diversificação das suas instalações e atividades.

Durante muito tempo, a CORLAC e suas antecessoras detiveram a maior parcela do leite industrializado do estado, atuando especialmente na região da bacia leiteira tradicional. Essa liderança foi superada somente no início da década de 80, com o rápido crescimento da CCGL.

A fundação da CCGL, com a organização do modelo cooperativista de produção, industrialização e comercialização do leite, em 1976, iniciou um processo de grandes mudanças no quadro das indústrias gaúchas de laticínios. Esta empresa, de capital cooperativo, passou a dominar o setor; organizou, juntamente com as cooperativas associadas, novas bacias leiteiras; introduziu novos animais de raças produtoras de leite - especialmente a holandesa -; modernizou o processo de coleta do leite junto aos produtores; introduziu novos produtos no mercado (leite esterelizado, sorvetes, desidratados especiais para alimentação humana e de animais); patrocinou um grande processo de centralização de capital, absorvendo várias empresas de pequeno e médio porte.

2.2 - Concentração do Setor Industrial

A concentração industrial (13) é uma das consequências do processo de desenvolvimento capitalista. Mesmo assim, esse processo não é linear nem tampouco homogêneo. Esse processo é

(13) A categoria concentração industrial está entendida aqui, como concentração de capital (meios de produção e força de trabalho).

específico em termos de atividade ou setor e mesmo regionalmente. Portanto, torna-se relevante a observação desse processo no setor industrial do leite, no Rio Grande do Sul.

Para a análise da concentração do setor, foram utilizadas informações censitárias referentes ao período entre 1960/1980 para o RS e 1970/1980 para o Brasil, para as variáveis número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Com informações obtidas junto a publicações especializadas, foi possível verificar número de empresas e estabelecimentos industriais existentes no ano de 1989 e o volume anual de leite recebido pelos estabelecimentos com Inspeção Federal, no período entre 1988/1992.

Tabela 7 - Número de Estabelecimentos c/Pessoal Ocupado:Ind. de Laticínios:RS e Brasil - 1960/1980

ANO	RS					BRASIL				
	ESTAB.		PESSOAL OCUP.			ESTAB.		PESSOAL OCUP.		
	TOTAL	T/E	OPERAR.	O/E		TOTAL	T/E	OPERAR.	O/E	
1960	99	735	7,4	499	5	-	-	-	-	-
1970	98	1312	13,4	1097	11,2	1473	23046	15,61	9162	13,0
1975	66	2133	32,3	1489	22,5	1457	27065	18,6	20288	13,9
1980	63	2743	43,5	2069	32,8	1317	29863	22,7	23286	17,7

FONTES: Elaborado a partir dos censos do IBGE

T/E - Total de trabalhadores por estabelecimento

O/E - Operários por estabelecimento

De acordo com a tabela 7, é possível observar que, durante a década de 70, ocorreu uma razoável concentração no setor industrial de leite. O número de estabelecimentos industriais, no Rio Grande do Sul decresceu 36,4%, passando de 99 para

63(14). A concentração do número de estabelecimentos é verificada também a nível de Brasil, na década de 70, porém, o ritmo é menor do que o verificado no RS.

Além do número de estabelecimentos, observa-se grande concentração na força de trabalho, aumentando significativamente o número de trabalhadores totais e operários (diretamente ligados à produção). O número total de trabalhadores por estabelecimento cresceu 488% no período entre 1960 e 1980, no RS, passando de 7,4 para 43,5. O número de operários por estabelecimento cresceu 556%, passando de 5 para 32,8. Com isso, aumentou a relação percentual entre os operários e o total dos trabalhadores que era de 67,9% em 1960, passando para 75,4 % em 1980. A nível de Brasil, o ritmo de concentração da força de trabalho foi bem menor. O número total de trabalhadores por estabelecimento passou de 15,6 em 1970, para 22,7 em 1980 e os operários, de 13 por estabelecimento em 1970, para 17,7 em 1980(15). A relação entre operários e o pessoal total, ao contrário do verificado no RS, decresceu, passando de 83,1 % em 1970, para 78% em 1980.

Durante a década de 80, houve um processo de expansão do setor, com aumento do número de estabelecimentos, o que não

(14) é possível que esse processo tenha sido acompanhado pela centralização de capital do setor. A centralização é entendida aqui, como um processo de expropriação intercapitalista, onde uns capitalistas adquirem o capital de outros, eliminando-os do setor

(15) As informações referentes ao Brasil se restringem aos anos de 1970, 1975 e 1980. a ausência das informações de 1960 não prejudicam a análise, em função de que a maior concentração, no caso do Rio Grande do Sul ocorreu na década de 70 e os dados referentes ao Brasil servem apenas como base de comparação.

significa que o capital tenha sido desconcentrado ou mesmo descentralizado. Ao contrário, a expansão do número de estabelecimentos se deu por um número pequeno de empresas, especialmente pela CCGL, que passou a liderar o setor no início da década de 80.

Em 1992 existiam 41 empresas com unidades processadoras e/ou receptoras de leite no Rio Grande do Sul(16), com 22 usinas de beneficiamento (17), 64 postos de resfriamento e recepção, 10 fábricas de laticínios, 1 entreposto usina, 1 entreposto de laticínios, 1 fábrica de produtos gordurosos e 1 fábrica de coalho e coagulantes, totalizando 99 unidades.

Tabela 8 - Evolução dos Estabelecimentos SIF de Leite:RS
1980-91

ANO	USINA BENEF.	POSTO RESFR.	FABRICA LATIC.	ENTREP. LATIC.	FABRICA PROD.GORD.	FABRICA COAL E COAG.
1980	28	25	9	1	1	1
1981	30	33	9	1	1	1
1982	30	41	10	1	1	1
1983	30	41	10	1	1	1
1984	30	46	10	1	1	1
1985	27	52	11	2	1	1
1986	25	56	9	1	1	1
1987	23	60	8	1	1	1
1988	23	60	8	1	1	1
1989	23	60	8	1	1	1
1990	23	59	8	1	1	1
1991	23	63	8	1	1	1
1992	22	64	10	1	1	1

FONTE: SIPA/MA - ELABORAÇÃO: DITEC/CCGL

(16) Com Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura.

(17) De modo geral, as usinas de beneficiamento possuem plataforma de recebimento de leite, o qual devem ser contabilizados como postos de recepção.

Constata-se, através dos dados da tabela 8, que, durante a década de 80, especialmente na segunda metade, ocorreu concentração da transformação industrial do setor leiteiro. O número de usinas de beneficiamento foi reduzido de 30 em 1981, para 22 em 1992. O número de fábricas de laticínios que era de 10, no início dos anos 80, caiu para 8 em 1987 e voltou para 10 em 1992, com a entrada em funcionamento de mais 2 fábricas.

Observa-se grande crescimento no número de postos de recebimento e resfriamento, que passou dos 25 em 1980, para 64 em 1992, representando acréscimo de 156%. Esses números, cruzados com a redução das unidades industriais, indicam a concentração da industrialização e a ampliação da rede de recebimento, como estratégia de conquista e garantia da matéria-prima.

As 99 unidades processadoras e/ou receptoras de leite estão concentradas em poucas empresas, especialmente as usinas de beneficiamento e as fábricas, conforme demonstra a tabela 8. As 22 usinas (18) são propriedade de apenas 13 empresas, sendo que somente a CORLAC, juntamente com o sistema CCGL possuem 12, representando 54,5% do total. O sistema cooperativista possui 11 usinas, representando 50% do total. As 10 fábricas de laticínios são propriedades de 9 empresas diferentes, sendo que o sistema CCGL possui 3 fábricas e o sistema cooperativista possui 4 fábricas, representando 40% do total. Os 64 postos de recebimento e resfriamento estão distribuídos entre 29

(18) O entreposto usina da CCGL está incluído nessa categoria.

empresas, sendo que a CORLAC, com 14 postos, detém, individualmente, o maior número, representando 21,8% do total. O sistema CCGL detém 28 postos, representando 43,7% do total e o sistema cooperativista detém 38 postos, representando 59,4% do total. A LACESA possui 11 postos de recebimento e resfriamento, representando 17,2% do total.

Tabela 9 - Empresas Possuidoras de Estabelecimentos Industriais de Leite C/SIF:RS - 1992.

No	EMPRESA	USINAS	POSTOS	FABRICA
		BENEF.	REC.RESF.	LATIC.
01	CCGL	04	03	02
02	Cooperativa Trit. Panambi	-	01	-
03	Cooperativa Trit. Palmeirense	-	01	-
04	Cooperativa Trit. Sarandi	-	01	-
05	Cooperativa Trit. Taperense	-	01	-
06	Cooperativa Trit. Soledade	-	01	-
07	Cooperativa Trit. Reg. Serrana	-	03	-
08	Cooperativa Agr. Mista Gal.Osório	-	01	-
09	Cooperativa Agr. Mista Alto Jacuí	-	01	-
10	Cooperativa Trit. Fred.Westphalen	-	01	-
11	Cooperativa Trit. Júlio de Castilhos	-	01	-
12	Cooperativa Trit. Mista Campo Novo	-	01	-
13	Cooperativa Trit. S. Bárbara do Sul	-	01	-
14	Cooperativa Agr. Mista Ibiraiaras	-	01	-
15	Laticínios Satélite	01	06	-
16	Cooperativa Santa Clara	01	02	-
17	Cooperativa Sul Riogr. de Latic.	01	02	01
18	Cooperativa Mista Aceguá	01	-	01
19	Cooperativa Agrícola Petrópolis	01	-	-
20	Cooperativa Riog.de L.Gabrielense	01	-	-
21	Cooperativa Agropecuária Caxiense	01	01	-
22	Cooperativa dos Suin.de Encantado	01	02	-
23	Cooperativa Agropecuária Pradense	-	01	-
24	Cooperativa Agric. Mista L. Cereja	-	01	-
25	Cooperativa Agric. Mista N. Palma	-	01	-
26	Cooperativa Mista Litoral Norte	-	01	-
27	Cooperativa Agrícola Superense	-	01	-
28	Cooperativa Paimfilhense Prod. Agri.	-	01	-
29	Cooperativa Agric.Mista Caçapava Sul	-	01	-
30	CORLAC	06	14	-
31	LACESA	03	11	01(*)
32	Laticínios Ivoti	01	-	-
33	Perdigão Agroindustrial	-	01	-
34	Olvebra	-	-	01
35	Conservas Ritter	-	-	01
36	Vontobel	-	-	01
37	Ind. de Laticínios Sulense	-	-	01
38	Du Chesse Alimentos	-	-	01
Total		22	64	10

FONTE: SIPA/MA

(*) Com o nome de SODILAC

Obs: Existe ainda 01 entreposto de laticínios, 01 fábrica de produtos gordurosos e 01 fábrica de coalho e coagulantes, de propriedade de empresas privadas diferentes.

Observa-se que várias empresas com postos de recebimento e resfriamento não possuem usina nem fábrica de laticínios, em função de serem fornecedoras de matéria-prima para outras empresas que industrializam o leite. Em contrapartida, outras empresas que possuem fábricas de laticínios não possuem postos de recebimento e resfriamento de leite, não significando, necessariamente, que essas empresas não adquiram a matéria-prima diretamente do produtor, em função de que, as usinas e algumas fábricas, possuem plataforma de recebimento.

O recebimento da produção do leite "in natura" está concentrada em apenas 3 empresas - sistema CCGL, CORLAC E LACESA - que processam 90% do leite sifado do Rio Grande do Sul.

A tabela 9 mostra tendência de aprofundamento na concentração do processamento do leite. O sistema CCGL passou dos 56% de 1988, para 63% em 1992; a Corlac reduziu sua participação, passando dos 17% de 1988 para 15,5% em 1992; a Lacesa manteve sua participação. A maior redução - absoluta e relativa - ocorreu com as pequenas empresas do setor, que passaram dos 6% em 1988, para pouco mais de 2% em 1992. Essa é uma questão importante, em função do papel que exerce a matéria-prima, no processo de concorrência do setor. O controle sobre a matéria-prima tende a concentrar ainda mais o setor e esta concentração tende a aumentar o controle sobre a matéria-prima.

Tabela 10 - Recebimento de Leite Tipo "C" SIF por Empresa:RS
1988/1992. (EM 1000 L)

EMPRESA	1988		1989		1990		1991		1992	
	(L)	(%)								
1	346.635	56	350.750	59	373.697	59	407.521	61	463.362	63
2	103.908	17	94.110	16	88.093	14	96.774	15	113.768	15
3	89.409	14	82.071	14	85.891	14	91.301	14	103.805	14
4	21.707	3	19.356	3	20.671	3	20.372	3	20.472	3
5	17.690	3	15.427	3	18.359	3	19.101	3	15.388	2
6	35.680	6	30.673	5	19.188	3	27.408	4	17.862	2
T	615.032		592.391		628.931		662.480		734.920	

FONTE: DITEC/CCGL

01-CCGL; 02-CORLAC; 03-LACESA; 04-COSUEL; 05-CAMAL; 06-OUTRAS

Obs: Informações referentes ao ano de 1990, prejudicados.

O sistema cooperativista do estado, a partir da organização do modelo CCGL (19), passou a assumir papel determinante na industrialização do leite no Rio Grande do Sul, com reflexos na organização do setor. Juntas, as cooperativas gaúchas processam quase 70% do leite recebido pelas indústrias com SIF (20). Somente o sistema CCGL participa com mais de 63% do total.

(19) O modelo CCGL está entendido aqui, como a forma pela qual as cooperativas de primeiro grau, reunidas na CCGL, enquanto uma cooperativa de segundo grau, organizam o setor de leite no Rio Grande do Sul. Esse modelo é específico em relação aos demais modelos implantados em outras regiões do país. Já, o sistema CCGL representa o conjunto de cooperativas de primeiro grau filiadas à Central, a própria CCGL - enquanto cooperativa de segundo grau e as empresas controladas (Laticínios Satélite e Levino Zaccardi).

(20) Além das 22 cooperativas associadas à CCGL, outras quatro processam leite no estado, sendo elas: COSUEL de Encantado; CAMAL de Bagé; COAPEL de Nova Petrópolis e COAPCIL de Caxias do Sul. Essas cooperativas não fazem parte do sistema CCGL. A COSUEL participou do sistema até o início da década de 80, sendo uma das fundadoras da CCGL.

A tabela 11 mostra a evolução da participação do sistema CCGL, no volume total de leite recebido pelas indústrias do Rio Grande do Sul, sendo que esta iniciou suas atividades em 1977, recebendo apenas 2,19% do total, passando para 63,08% em 1992 (16 anos de atuação no mercado). Durante o período, o volume total de leite recebido pelas indústrias, no estado, cresceu 120%, enquanto o volume de leite recebido pelo sistema CCGL cresceu 6.251%. Esses dados demonstram que a maior parcela do leite recebido pela CCGL foi deslocado de outras empresas para o sistema, através da associação de cooperativas à Central, fazendo com que o leite recebido por essas cooperativas fossem contabilizados como sistema CCGL e outra parte importante, pelo processo de centralização de capital, com a incorporação de outras empresas (21). Outra parte do leite recebido tem origem da própria expansão da atividade leiteira, provocado pela organização do modelo CCGL e a conseqüente implantação de novas linhas de leite nas áreas de atuação das cooperativas filiadas.

(21) Como são os casos da CAFRASA de Ijuí, da LAPASA de Passo Fundo, da Laticínios Mayer de Santa Rosa e outras de menor porte.

Tabela 11 - Produção de Leite SIF no RS e Sistema CCGL,
1977/1992

ANO	TOTAL DO ESTADO	% CRESC.	SISTEMA CCGL	% CRESC.	PARTIC. SIST.CCGL
1977	333.301.892	-	7.300.000	-	2,19
1978	469.162.427	41	12.003.624	64	2,56
1979	472.999.965	1	103.690.692	763	21,92
1980	488.910.857	3	140.861.790	35	28,81
1981	532.924.207	9	198.517.955	41	37,25
1982	552.028.398	4	266.560.009	34	48,29
1983	523.655.844	(5)	252.669.110	(5)	48,25
1984	464.098.538	(11)	210.103.392	(17)	45,27
1985	505.521.519	9	227.391.138	8	44,98
1986	554.698.592	10	254.360.378	12	45,86
1987	592.665.549	7	294.180.798	15	49,64
1988	621.943.045	5	347.101.550	18	55,81
1989	622.107.756	-	371.382.510	7	59,70
1990	636.871.861	2	380.740.096	2	59,78
1991	670.013.816	5	412.047.291	8	61,50
1992	734.920.139	10	463.622.222	12	63,08
Crescimento no período		120%		6.251%	

FONTE: DITEC/CCGL

Obs: Os números se diferenciam da tabela 27, em função de que a presente tabela engloba a totalidade do leite recebido.

Vários foram os fatores que contribuíram para o crescimento do sistema CCGL, enquanto modelo de organização cooperativista na produção, industrialização e comercialização do leite e seus derivados no Rio Grande do Sul: a) os projetos de implantação de bacias leiteiras que já vinham sendo organizados pelas cooperativas de trigo e soja, em função da busca de alternativas de renda aos pequenos produtores; b) a experiência de organização e administração de tipo empresarial das cooperativas transformadas em multicooperativas; c) a possibilidade de capitalização da Central, via integralização de capital pelas cooperativas filiadas; d) a inexistência de

empresas de grande porte com capacidade de concentração do setor; e) a disponibilidade de créditos especiais junto às entidades financeiras oficiais(22).

A modernização da agricultura possibilitou a integração dos mercados a nível nacional, exigindo das indústrias capacidade de concorrência, através de reinvestimentos em ampliação do mercado e modernização do processo produtivo em toda a sua extensão. As pequenas indústrias gaúchas do setor leiteiro não tiveram as condições necessárias para dar o "salto" exigido pelo mercado e acabaram sendo absorvidas pelas maiores - especialmente a CCGL. A CORLAC, em função de sua especificidade e falta de vontade política por parte do poder público, não conseguiu modernizar o processo industrial e ficou enredada no enfrentamento de problemas internos. A LACESA se limitou à região de sua abrangência, localizada na bacia leiteira tradicional. As empresas de médio porte limitaram-se à atuação num mercado regional restrito e algumas acabaram absorvidas pela CCGL (a exemplo da MAYER, CAFRASA E LAPASA).

2.3 - O Mercado dos Produtos Industrializados

A maior parte do leite processado pelas indústrias é comercializado sob a forma de leite pasteurizado. Outra parte é transformada em outros subprodutos. A transformação de parte do leite "in natura" em subprodutos se dá por diversas variáveis

(22) Os fatores de expansão do modelo CCGL estão aprofundados nos capítulos 3, 4, 5 e 6 deste trabalho.

como: a produção de novas mercadorias, a partir do leite; como forma de conservação do leite, em função da sazonalidade da oferta da matéria-prima; como forma de aproveitamento de parte da matéria-prima. É possível afirmar que a produção de queijos, iogurtes, cremes, leite esterelizado e requeijão se enquadram na produção de mercadorias alternativas, a partir do leite in natura. O leite em pó, é, tipicamente, forma de conservação do produto, devido a sazonalidade da oferta(23). A manteiga representa o aproveitamento da gordura excedente da matéria-prima. O leite C é comercializado com 3,2 % de gordura, enquanto a matéria-prima possui índices de gordura variado. O excedente dessa gordura é transformado em manteiga.

Tabela 12 - Evolução da Produção de Leite e Produtos Lácteos
RS:1987/1992 (em 1.000)

PRODUTO	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Leite Cru	592.665	621.943	622.107	636.871	672.076	734.394
Leite Past.	382.789	378.486	402.972	429.984	390.030	381.659
Reconstit.	22.622	18.138	24.369	22.559	18.695	10.824
Esteriliz.	10.980	19.147	22.798	23.632	32.129	55.884
Leite em Pó	13.423	13.211	13.328	10.127	12.566	16.925
Iogurte	10.566	9.018	9.863	9.370	13.279	9.056
Cremes	10.476	8.913	8.488	10.492	10.357	12.503
Manteiga	4.007	3.312	3.115	3.494	3.346	5.090
Doce Leite	2.760	2.583	2.316	2.161	2.324	2.936
Queijos	10.453	13.628	9.687	18.450	16.791	21.539
Requeijão	711	649	740	681	656	606

FONTE: DITEC/CCGL

(23) Durante os meses de verão, a produção, em algumas regiões, chega ao dobro da produção dos meses de inverno, Com isso, em alguns meses sobra matéria-prima, o que obriga as indústrias a produzirem leite em pó, ou mesmo intensificar a produção de outros produtos enquanto em outros meses falta matéria-prima e as indústrias precisam reconstituir o leite em pó armazenado e retrair a produção de outros produtos. Esse se constitui num dos principais problemas do setor leiteiro nacional.

A tabela 12 demonstra que houve aumento significativo, de 408,9%, na produção de leite esterelizado, durante o período entre 1987 e 1992, especialmente no último ano. Em 1987, o volume de leite esterelizado (Longa Vida) (24) produzido no estado, representava apenas 1,8% do total do leite recebido pelas indústrias; em 1992 passou a representar 7,6%, aumentando significativamente sua importância em relação aos subprodutos do leite. O leite pasteurizado, que representava 64,6% do total do leite recebido pelas indústrias em 1987, reduziu sua participação para 52%, em 1992. O leite reconstituído reduziu significativamente a sua importância, em relação aos demais subprodutos do leite. No ano de 1987 representava 3,8% do total de leite recebido, passando para 1,5% em 1992.

A produção de leite em pó cresceu, no período, 26,1% ficando bastante próximo ao crescimento do volume total de leite recebido, pelas indústrias que foi de 23,9%. Em 1987, aproximadamente 83,9 milhões de litros de leite in natura(25) foram transformados em leite em pó, gerando 13,4 milhões de kg deste produto, o que representou 14,1% do total do leite in natura. Em 1992, o volume de leite desidratado foi de aproximadamente 105,8 milhões de litros, representando 14,4% do

(24) A CCGL foi a única empresa gaúcha a produzir leite Longa Vida até o ano de 1992, embora não seja o único leite disponível no mercado do estado. Outras marcas, como a Parmalat também são comercializadas.

(25) A cada 100 litros de leite in natura são produzidos entre 15 e 18 kg de leite em pó. Para efeito de análise, estamos utilizando um rendimento de 16 kg. Com isso, um kg de leite em pó representa o equivalente a 6,25 litros de leite in natura.

total. A produção de iogurtes decresceu em 14,3% entre 1987 e 1992.

Os cremes, que servem como base na produção de manteiga e outros produtos gordurosos cresceram apenas 19,3%, passando de 10,5 milhões de kg em 1987, para 12,5 milhões kg em 1992(26). O doce de leite, embora seja produzido em quantidade significativa, não representa muito em termos de consumo de leite in natura. O leite representa apenas 1/3 do total do doce de leite, o restante são amidos e açúcar. Da mesma forma, o volume de leite in natura destinado à produção de requeijão não representa muito (menos de 0,5%).

A produção de queijos cresceu 106,0% entre 1987 e 1992, consumindo aproximadamente 115 milhões de litros de leite in natura(27), representando 19,4% do total. Em 1992, o consumo de leite in natura, na produção de queijos foi de, aproximadamente, 236,9 milhões de litros de leite in natura, representando 32,3%.

Assim, observa-se redução na produção do produto pasteurizado, que se destina a todos os níveis de renda e um

(26) Os cremes equivalem ao leite, enquanto volume, sendo que a quantidade de gordura existente no leite determina a quantidade de creme. Ex: 100 litros de leite com 3,2 % de gordura contém 3,2 kg de creme gorduroso. A partir desse creme, são elaborados outros subprodutos. No caso da manteiga, que contém 85 % de gordura, para a produção de 1 kg, são necessários em torno de 37 litros de leite com 3,2 % de gordura. Outros subprodutos consomem menos matéria gordurosa, variando entre 25 a 52 %. Com a retirada da gordura, o leite não perde as demais propriedades nutricionais, sendo utilizado comercialmente.

(27) Em média, para cada kg de queijo produzido, são consumidos 11 litros de leite in natura, variando de acordo com o tipo de queijo.

acréscimo significativo na produção do leite esterelizado e de queijos, produtos que se destinam aos mercados com maior poder aquisitivo, o que demonstra, aparentemente, uma certa concentração no consumo do leite.

3 - RELAÇÕES INDÚSTRIAS X FORNECEDORES DE MATÉRIA-PRIMA

O desenvolvimento capitalista na agricultura gaúcha, especialmente no advento da modernização, determinou mudanças significativas nas relações dos produtores rurais com o mercado. Cada vez mais, os agricultores deixam de ser produtores de alimentos(28) para tornarem-se fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias. Essa é uma tendência geral que tem se verificado na maioria dos produtos de origem agropecuária. Com isso, a relação dos agricultores com o mercado consumidor final, que passava por alguns comerciantes intermediários, passa, agora, pela agroindústria.

Outra tendência verificada, nas relações entre os produtores e o mercado, é a eliminação da intermediação. As indústrias passam a se relacionar diretamente com os seus fornecedores de matéria-prima, integrando, de forma articulada, a produção, a industrialização e o mercado consumidor. Em consequência, a indústria exerce maior controle sobre a quantidade, qualidade e regularidade da produção de sua matéria-prima. Esse processo não se dá de forma linear nem homogênea. É um processo diversificado em suas formas e com estágios distintos de desenvolvimento de produto para produto e de região para região.

(28) Vistos enquanto produtos in natura.

O leite é um produto que, devido as suas especificidades químicas e físicas, exige algum processamento industrial, no sentido de evitar sua deterioração e possibilitar o seu deslocamento aos vários mercados. Assim, antes mesmo de se constituir em consequência do desenvolvimento agroindustrial, que transforma alimentos in natura em matéria-prima, a industrialização do leite é uma exigência de sua natureza.

Essa especificidade do leite, enquanto produto, e, por consequência, do setor, forçaram as indústrias a buscarem novas formas de relacionamento com seus fornecedores de matéria-prima, especialmente a partir do final da década de 70. Essas mudanças objetivavam assegurar às indústrias a matéria-prima em quantidade, qualidade e regularidade, buscando maiores possibilidades de concorrência no mercado(29).

No caso das indústrias gaúchas, foi praticamente eliminado a figura do caminhoneiro comprador, que adquiria o leite dos produtores e o revendia às indústrias. Os caminhoneiros passaram a se constituir em prestadores de serviços, sendo que a compra do leite é realizada diretamente pela indústria. Para tanto, foram organizadas as linhas de leite, que se constituem numa rota percorrida pelo caminhão coletor de uma determinada região constituída de várias localidades.

As linhas de leite se constituem em exclusividade de determinada indústria e estão próximas a postos de recebimento

(29) O controle sobre o fornecimento da matéria-prima se constitui em importante fator de diferenciação, no processo de concorrência entre as empresas do setor.

e resfriamento ou mesmo de indústrias com plataforma de recebimento da matéria-prima. Assim, devido aos investimentos necessários, as regiões do estado estão razoavelmente divididas entre as diversas empresas que atuam no setor. A concorrência entre as empresas, pela matéria-prima tem se restringido a umas poucas regiões da bacia leiteira tradicional, onde se concentra o maior número de empresas atuando no setor leiteiro. A nova bacia leiteira é quase que exclusividade da CCGL, através da sua coligada, a Laticínios Satélite ou, das cooperativas associadas. A CCGL atua também na região da fronteira com a Argentina e no Sul do estado. A CORLAC atua na região próxima a Porto Alegre, litoral, e parte do Alto Uruguai. A LACESA se restringe à região do Baixo Taquari e proximidades. Esse quadro tende a sofrer alterações e, por consequência, acirrar o processo de concorrência pela obtenção da matéria-prima entre as três maiores empresas do estado.

A CORLAC passa por um profundo processo de reestruturação, com mudanças significativas nas suas relações com os produtores(30). Essas mudanças na CORLAC passam a representar

(30) O governo do estado do Rio Grande do Sul apresentou uma proposta de transformação da CORLAC de empresa de economia mista para cooperativa. Em linhas gerais, a proposta é a seguinte: os produtores se organizam em pequenas cooperativas de caráter regional; os funcionários se organizam em outra cooperativa; os prestadores de serviços organizam outra cooperativa. A CORLAC é extinta, sendo substituída pela COORLAC, que passa a se constituir numa cooperativa central das cooperativas que organizam os agentes envolvidos no processo. As instalações da antiga CORLAC passam para o estado que as aluga em comodato às cooperativas envolvidas. A proposta do governo foi aprovada pela Assembleia Legislativa no dia 27.10.93 (Zero Hora, 28.10.1993:49). Para melhor entendimento

mais uma alternativa aos produtores, nas regiões onde esses estão mais organizados.

A LACESA, terceira maior empresa do setor, também passa por grandes mudanças. Em março de 1993, o controle acionário da empresa foi assumido pela poderosa multinacional italiana PARMALAT, que pretende introduzir novos produtos aos já produzidos pela LACESA e ampliar significativamente a fatia de mercado da empresa (Zero Hora, 10.03.93:28,29). As inovações implementadas pela PARMALAT requerem um maior volume de matéria-prima. É provável, que a empresa tente implementar aqui, no estado, os métodos que aplica nos demais estados onde atua - São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia - no que diz respeito à obtenção da matéria-prima.

Assim, a tendência para os próximos anos é de acirramento do processo de concorrência entre as grandes empresas do setor, na busca da matéria-prima. Esse processo já começa a dar os seus primeiros sinais. Até o mês de junho de 1993 - após a liberação dos preços em 1990 -, as indústrias gaúchas de laticínios, através do SINDILAT-Sindicato das Indústrias de Laticínios - conseguiam negociar em conjunto os preços do leite, junto aos produtores rurais, representados pela FETAG-Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Os preços acertados valiam para todas as indústrias do estado. No dia 30 de julho de 1993, o Jornal Zero Hora trazia a seguinte notícia:

da organização da COORLAC (enquanto proposta), ver: GOVERNO DO ESTADO RS (1993).

"A fase de negociações conjuntas entre as três maiores indústrias de laticínios do Rio Grande do Sul e os representantes dos produtores, para fixar o reajuste no preço do leite a cada 15 dias, parece ter chegado ao fim. Ontem, tanto a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (Corlac) quanto a Central das Cooperativas Gerais de Leite (CCGL) (sic!) definiram os novos valores em nível de produtor em separado..." (Zero Hora, 30.07.1993:39).

Esse processo indica a disposição das empresas que atuam no setor, de aprofundarem a competição pela matéria-prima. A PARMALAT já iniciou tratativas em algumas regiões onde atua a CCGL, no sentido de instalar postos de recebimento e resfriamento (Jornal Cidade, 10.06.1993:6). Alguns grupos de produtores de leite, atualmente vinculados às cooperativas associadas a CCGL, estudam a possibilidade de organizarem cooperativas de produtores de leite, com o objetivo de associarem-se à COORLAC(31). Aparentemente, a concorrência tende a se acirrar nas áreas onde atua a CCGL, na medida que as duas empresas (CORLAC e LACESA) reestruturadas, adquirem capacidade de competição - A LACESA pela possibilidade de aporte de capital da PARMALAT e a CORLAC pela alternativa que oferece aos grupos de produtores com maior nível de organização.

As indústrias utilizam vários mecanismos para "garantir" o recebimento da matéria-prima. Dentre eles destacam-se:

- a) a expansão da área de atuação da indústria, procurando atingir maior número de produtores (expansão horizontal). Segundo Sorj(1980:61), em alguns casos, a expansão horizontal
- (31) Especialmente em regiões de assentamentos.

significa sair das fronteiras do estado, para atuar com outras regiões do país, especialmente Nordeste e Amazônia. Este não tem sido o caso das indústrias gaúchas que ainda limitam-se a atuarem no RS, com exceção da PARMALAT, que tem o RS enquanto área de expansão;

b) o apoio técnico aos produtores se constitui em importante mecanismo de vinculação entre os fornecedores de matéria-prima e a indústria. Além disso, o apoio técnico serve como forma de aumento da produtividade, da qualidade e regularidade da produção (expansão vertical);

c) o fornecimento de financiamentos para aquisição de vacas de raças melhoradas, de equipamentos para silagem, ordenha e resfriadores, constituem-se em importantes mecanismos de ligação, e até dependência, dos produtores à indústria. Da mesma forma que a assistência técnica, esse mecanismo contribui significativamente para a expansão vertical da produção e facilita a coleta da matéria-prima, com benefícios importantes para as indústrias;

d) a organização da coleta e resfriamento do leite, em determinada região, pode significar a única alternativa dos produtores em termos de venda do leite. Nesses casos, é fundamental a implantação de postos de recebimento e resfriamento em regiões onde a indústria busca a matéria-prima. A instalação desses postos em regiões em que a produção não é, ainda, significativa, pode inviabilizar economicamente, a

entrada de outra indústria concorrente, garantindo mercado de monopsônio.

4 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE

Durante muito tempo, o governo federal determinou os preços do leite pago aos produtores, bem como do leite pasteurizado tipo C, a nível de consumidor. Alguns autores chegam atribuir a esse controle todas as dificuldades de desenvolvimento do setor, tanto na produção da matéria-prima, como na ampliação e modernização do parque industrial.

"A situação do pequeno produtor de leite apresenta uma deterioração constante, dado que o preço do leite é controlado (sendo um dos itens mais importantes da alimentação popular, é politicamente sensível e economicamente importante no custo de reprodução da força de trabalho), ao passo que o preço dos insumos, da terra e pastagens não o é" (SORJ, 1980:58).

Está implícito, nessa citação, que os preços do leite estão baixos, devido a intervenção governamental e, que, sem esta, os preços poderiam estar mais altos e, por consequência, viabilizar os produtores e o conjunto do setor. Nesse caso, embora Sorj(1980), não defenda explicitamente a liberação dos preços do leite, esta posição está subentendida em sua obra.

Atribuir as dificuldades da reprodução dos pequenos produtores de leite ao processo de intervenção governamental na determinação dos preços, é, no mínimo, uma conclusão superficial. A reprodução desses produtores está ligada mais na própria dinâmica do desenvolvimento das relações capitalistas

na agricultura. A liberação dos preços do leite, a partir de 1990, não eliminou a exclusão dos produtores que não conseguem "acompanhar" o desenvolvimento do setor. Além disso, o leite pasteurizado tipo C era o único produto derivado do leite, que tinha o preço definido pelo governo, o que possibilitava às indústrias alguma margem de "manobra". Por outro lado, o fim do tabelamento oficial dos preços, a nível de produtor, não significou que as indústrias tenham passado a pagar preços remuneradores pela matéria-prima.

Após a liberação dos preços, estes passaram a ser reajustados a cada mês, até março de 1993, quando as indústrias, em acordo com os representantes dos produtores implementaram um processo de reajuste bimensal.

Tabela 13 - Evolução dos Preços do Leite:RS

DATA	PREÇO AO CONSUM. (A)	AUMENT. NO ANO. (%)	PREÇO PROD. (B)	AUMENT. NO ANO.	INFLAÇÃO NOANO (%)	DIF. A/B (%)
29.12.90	44,00	47,56	25,60	15,74	46,93	58,18
14.06.91	122,00	309,16	70,00	281,11	267,22	57,38
18.12.91	360,00	1213,57	185,00	864,15	907,95	51,39
22.06.92	1400,00	288,89	700,00	279,78	236,67	50,00
01.01.93	5200,00	1344,20	2600,00	1314,08	1162,20	50,00
01.07.93	26450,00	408,52	13225,00	408,52	348,23	50,00
16.08.93	30200,00	480,63	15100,00	480,63	348,63	50,00

FONTE: Elaborada a partir das informações da Fetag.

As informações constantes na tabela 13 demonstram que a liberação dos preços, num primeiro momento, serviu para ajustar os preços a nível de indústria e componentes intermediários.

Até janeiro de 1993, os reajustes do preço a nível de consumidor eram maiores do que os reajustes a nível de produtor. A partir daí, os reajustes dos preços aos consumidores e produtores foram idênticos. Após a metade de 1992, os preços aos produtores passaram a representar 50% do preço final (32). Outro aspecto que chama a atenção são os índices de reajuste aplicados no preço do leite, que foram, no caso dos preços ao consumidor, sempre acima da inflação. No caso do preço ao produtor, passou a ser acima da inflação, a partir da metade de 1992.

A liberação dos preços contribuiu também para que os varejistas pudessem aumentar o percentual que recebiam pela comercialização do leite. Até o mês de agosto de 1991, a comissão recebida pelos varejistas era de 8% do preço final do leite. Em setembro de 1991 foi de 9% e, passou para 11,2% em outubro de 1991, permanecendo nesse percentual até o presente (novembro de 1993).

Para uma análise mais aprofundada da composição do preço do leite, seria fundamental a inclusão dos preços dos derivados, que representam 48% do total do leite recebido pelas indústrias do estado.

Entre os produtores e os consumidores de leite pasteurizado, ou mesmo produtos derivados, existem alguns elementos que contribuem com importantes parcelas na formação

(32) Do preço nominal pago aos produtores são descontados os custos com frete lo percurso e Funrural.

do preço final do produto. São as indústrias, os varejistas, o transporte e o Funrural.

O valor em cruzeiros reais ou mesmo os percentuais que cabe a cada segmento da cadeia que começa nos produtores rurais e termina nos consumidores finais depende das relações econômicas e políticas exercidas entre os agentes organizados em suas entidades de classe. O Funrural compõe uma parte do preço, descontado da parte que cabe aos produtores. Com esses segmentos organizados e os preços liberados, forçam-se as negociações. Essa composição foi alterada fazendo com que as indústrias assumissem alguns custos, especialmente de transporte, face à pressão dos produtores (é o caso do famoso 2o percurso, que vai do posto de recepção e resfriamento até a usina). Atualmente (novembro de 1993), a composição do preço está assim constituída:

100,0% preço ao consumidor
11,2% varejista
38,8% indústria
7,5% frete 1o percurso
1,0% Funrural
41,5% produtor

O prazo de pagamento do leite, por parte das indústrias, tem gerado grandes discussões entre essas e os produtores. Até o mês de setembro de 1993, a maioria das empresas efetuavam o pagamento no vigésimo dia do mês subsequente a entrega do produto. Recentemente, a CCGL, em negociação com os seus produtores, decidiu efetuar o pagamento no dia 15 do mês subsequente (COTRIJORNAL, setembro/93:10).

SÍNTESE E CONCLUSÕES

A história do desenvolvimento do complexo agroindustrial do leite, no RS, determinaram-lhe características específicas em relação ao restante do país. Essas especificidades são localizadas tanto no setor produtivo, enquanto fornecedor de matéria-prima, como no setor industrial.

Ao nível do setor produtivo foram identificados alguns pontos que permitem uma certa caracterização dos produtores. No que se refere às características do rebanho, percebe-se que o rebanho de corte tem avançado, enquanto produtor de leite - no volume produzido e no leite vendido. Sendo este apenas subproduto da produção de carne, acaba por influenciar o mercado do leite como um todo. Mesmo com esse avanço, os dados analisados demonstram que em outros estados brasileiros onde a produção leiteira tem certa tradição, os rebanhos não-leiteiros tem participação maior no volume de leite vendido. Outro aspecto que contribui para a caracterização do setor é a extratificação dos estabelecimentos produtores de leite. Percebe-se claramente uma concentração da produção nos estabelecimentos de pequeno porte em termos de área - até 50 hectares. Tradicionalmente, esse tipo de estabelecimento utiliza mão-de-obra familiar. Assim, a produção gaúcha de leite é tipicamente de pequenos produtores familiares.

A produção leiteira está dividida, basicamente, em duas grandes regiões. A primeira compõe a chamada "bacia leiteira tradicional", formada pelas microrregiões onde ocorreu o primeiro processo de colonização - especialmente italiana e alemã. Nessa grande região são encontradas microrregiões com alta concentração da produção por quilômetro quadrado. Até a década de 70, era a principal fornecedora de leite do estado, concentrando a maior parte do parque industrial gaúcho. A partir da década de 70, em alternativa à monocultura do binômio trigo-soja, a atividade leiteira se desenvolveu em várias microrregiões do Planalto, Missões e Alto Uruguai, formando o que se convencionou chamar de "nova bacia leiteira".

Quanto ao setor industrial, percebe-se um alto grau de concentração, tanto dos estabelecimentos industriais, de propriedade de poucas empresas, como do recebimento da produção, que, por consequência, determina domínio do mercado, por parte dessas empresas.

As informações demonstram que apenas três empresas hegemônicas dominam o mercado de leite no RS, sendo que cada uma delas possui especificidades na composição do capital. A maior empresa do setor é a CCGL - Central que comanda o Sistema-CCGL - com capital cooperativo e constituída em 1976, passando a operar no mercado apenas em 1977. A CCGL, juntamente com as cooperativas associadas e sua empresa coligada (Laticínios Mayer), comanda 63% do leite sifado do estado. A CORLAC, de capital estatal, é a segunda maior empresa do setor. Essa

empresa surgiu como alternativa de organização do setor leiteiro, por parte do estado. A terceira é a LACESA (atual FARMALAT), de capital privado. Tanto a CORLAC quanto a LACESA estão passando por profundo processo de reestruturação. A CORLAC está sendo extinta enquanto empresa estatal e transformada em cooperativa, enquanto a LACESA foi adquirida pela multinacional do setor FARMALAT. Com isso, tende a ocorrer grandes modificações no processo de concorrência entre as três grandes empresas do setor leiteiro gaúcho. Até o presente, o setor era razoavelmente dividido entre essas empresas, com a co-participação de outras de médio e pequeno porte.

É dentro desse contexto que atua o modelo CCGL, baseado na articulação das cooperativas empresariais de trigo e soja, juntamente com algumas cooperativas mistas e outras de produtores de leite, com o objetivo de viabilizar economicamente, a atividade leiteira aos associados das cooperativas singulares.

S E G U N D A P A R T E

O MODELO COOPERATIVISTA GAÚCHO DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DO SETOR LEITEIRO

CAPÍTULO III

O "MODELO CCGL"

INTRODUÇÃO

No presente capítulo, caracteriza-se o "modelo CCGL" a partir dos fatos históricos que o originaram, bem como do seu funcionamento, desse, destacando-se o papel dos agentes econômicos envolvidos - produtores de leite, cooperativas singulares e a CCGL enquanto empresa cooperativa de segundo grau e articuladora do modelo.

A caracterização do modelo passa pelas discussões dos problemas concretos enfrentados pelas cooperativas gaúchas, no final dos anos 60 e primeira metade da década de 70. Nessas discussões, teve papel destacado o trabalho de Comunicação e Educação desenvolvido pelo IEP-Instituto de Educação Permanente da FIDENE-Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado. O IEP, juntamente com a COTRIJUÍ, desencadeou um processo de discussão, com os agricultores - especialmente com os pequenos - que gerou novas propostas de relações entre os associados e a cooperativa, bem como da necessidade de buscar alternativas econômicas para esses agricultores. Em paralelo a esse processo, as cooperativas enfrentavam vários problemas de "conflitos" entre elas, devido à expansão horizontal desarticulada, gerando sobreposição de áreas de ação.

A experiência de comunicação e educação cooperativista, gerada pela COTRIJUÍ, baseada no trabalho do IEF, possibilitou ao INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a propor um programa para que as cooperativas pudessem discutir seus problemas e "conflitos". Esse programa foi materializado nos FIDCOOPs-Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista. Desse processo nasce a idéia da articulação do modelo CCGL.

O capítulo a seguir descreve esse processo. Para tanto, está dividido em duas partes, sendo que na primeira estão descritos os fatos históricos ligados à organização do modelo e na segunda, descreve-se o próprio modelo, partindo da concepção que o originou, sua articulação e o papel dos agentes.

1 - ASPECTOS HISTÓRICOS

A criação do chamado "sistema CCGL", ocorrida em janeiro de 1976, constituindo o modelo organizado por algumas cooperativas de trigo e soja, transformadas em "multicooperativas", foi idealizado a partir da necessidade de alternativas de renda, especialmente dos pequenos produtores, ligados a essas cooperativas, em função dos riscos com a monocultura da soja, aprofundada durante a década de 70, fase conhecida como "boom da soja". Nesse processo, teve papel determinante a ação articuladora promovida pela COTRIJUÍ, face as suas estratégias de diversificação das alternativas de renda aos produtores.

Já no início da década de 70, a COTRIJUÍ, que passava por um processo de expansão horizontal e vertical (transformando-se de cooperativa com características comerciais, para "multicooperativa"), investiu no fomento de algumas atividades que pudessem aproveitar melhor as potencialidades climáticas e do solo da região de atuação da Cooperativa. A produção de culturas com grande potencial de massa verde, especialmente pastagens, acabou criando espaço para a implementação de atividades econômicas com base na produção animal (especialmente bovino, pelo aproveitamento das matérias

fibrosas). Dentre essas atividades, potencializava-se a produção leiteira. Para o fomento da atividade leiteira, fazia-se necessário a organização do processo produtivo, junto aos produtores associados, com volume de produção que possibilitasse a coleta, industrialização e comercialização do produto. Fazia-se necessário um programa de fomento à atividade leiteira, bem como a constituição de uma estrutura industrial e comercial que pudesse viabilizar a atividade na região de atuação da COTRIJUÍ. Na ocasião, a Direção da COTRIJUÍ entendeu como inviável a estruturação de um complexo industrial e comercial para atender somente seus associados, além do que, a cooperativa estava fazendo uma série de investimentos no setor de grãos (armazenagem, transporte, industrialização, comercialização). Assim, entendeu essa Direção, como melhor estratégia, a articulação das outras cooperativas da região e, se possível, de outras regiões, no sentido de que os investimentos no setor leiteiro fossem realizados pelo sistema cooperativista e não de forma isolada. Nessa época, as empresas existentes no setor - 12 empresas particulares, 15 cooperativas e 1 estatal - não tiveram condições de assumir os investimentos necessários para o desenvolvimento da atividade leiteira na região mencionada, seja porque as empresas da região eram de pequeno porte, sem o capital necessário para os investimentos, seja porque as empresas privadas de médio porte mantinham atuação limitada às suas regiões, seja ainda porque a empresa estatal (CORLAC) não conseguia ampliar sua área de ação.

Destaque-se a inexistência de uma grande empresa no setor leiteiro gaúcho, que pudesse, através dos investimentos necessários, viabilizar o desenvolvimento da atividade.

Na região do Planalto Médio e Missões, o setor leiteiro encontrava-se desarticulado, conforme argumento das cooperativas:

"A comercialização do leite era feita de uma forma desorganizada, pois o único intermediário da produção era o caminhoneiro comprador que adquiria o leite das diversas linhas. O produtor era explorado via preço, prazo de pagamento e pela incidência de leite ácido, principalmente na Região do Planalto Médio e Missões" (VIA LACTEA, No1, 1989:33).

No estado como um todo, as cooperativas atuavam no setor leiteiro, de forma desarticulada e concentrada na chamada bacia leiteira tradicional. Em 1972 as cooperativas participavam com 22,39% do leite recebido pelas indústrias, as indústrias particulares participavam com 44,9% e a estatal com 33%.

Em paralelo ao processo, acima descrito, estava em andamento o FIDCCOOP-Projeto Integrado de Desenvolvimento Cooperativista, que oportunizava a discussão, entre as cooperativas e os órgãos que atuam junto ao sistema cooperativista, dos principais problemas enfrentados pelas cooperativas e pelos seus associados, frente ao processo de modernização da agricultura (no caso das cooperativas agrícolas do RS). Embora chamado de projeto, o FIDCCOOP se constituiu, na verdade, num grande programa (conhecido como "guarda-chuva", por abrigar vários outros programas e projetos) com abrangência

em vários Estados brasileiros, articulado e financiado pelo INCRA.

Em cada estado, onde se realizou o PIDCOOP, o mesmo foi concebido e articulado conforme as especificidades regionais, como estratégia do próprio programa: "...cada estado elaborará e definirá seu Projeto, de acordo com as conveniências ditadas por suas possibilidades reais e situações concretas no campo do cooperativismo"(PIDCOOPs,1974). Esse princípio indica bem o caráter do programa. A idéia fundamental era a de criar as condições para que as entidades ligadas ao sistema cooperativista, que atuavam de forma isolada, pudessem "sentar" e discutir as questões do sistema, de forma articulada, respeitando as realidades regionais. Essas articulações levavam à necessidade de aprofundamento de algumas questões específicas ligadas ao cooperativismo, gerando novos programas. No caso do Rio Grande do Sul, havia duas questões que concentravam as discussões:1) os problemas de concorrência dentro do sistema, gerado pela expansão horizontal das cooperativas, fazendo com que em algumas regiões houvessem duas e até três cooperativas disputando a mesma produção, com investimentos desnecessários; b) a estrutura de poder, questionada pelos associados, em função do crescimento das cooperativas.

Dessas discussões surgiu o PICECOOP-Projeto de Implantação de Sistema de Comunicação e Educação Cooperativa, no Rio Grande do Sul, a partir da experiência da COTRIJUÍ, na implantação do setor de comunicação e educação. Essa

experiência foi considerada como positiva, pelas entidades envolvidas nas discussões do FIDCOOP-Alto Uruguai (versão gaúcha do programa). Assim, o PICECOOP buscava articular as demais cooperativas no sentido de propagar a experiência da COTRIJUÍ.

As discussões, em torno da organização do setor de comunicação e educação, na COTRIJUÍ, foram realizadas a partir de um trabalho realizado pelo IEP da FIDENE (hoje mantenedora da UNIJUÍ-Universidade de Ijuí), a partir dos primeiros anos da década de 60. O IEP assessorava os movimentos populares urbanos e rurais, através de cursos, palestras, seminários e orientação política, organizativa e jurídica. As discussões com os produtores - especialmente os pequenos - foi muito intensa e com grande repercussão, na região de abrangência da COTRIJUÍ, especialmente no período mais forte do regime militar, que coincidia com o período de aprofundamento da modernização da agricultura. O trabalho do IEP contribuiu significativamente para o aumento do número de associados da cooperativa, do volume de produção entregue pelos associados e pela participação desses nas decisões da mesma.

O eixo fundamental, que orientava as discussões com os pequenos agricultores, em torno do cooperativismo, era a participação desses nas decisões da cooperativa - a estrutura de poder - e a eficiência econômica da empresa. No entender dos profissionais que atuavam no IEP, essas duas questões se interligavam. Com isso, várias foram as mudanças estatutárias

da COTRIJUÍ, promovidas pelas discussões com os pequenos produtores. No final da década de 60, o trabalho do IEP gerou um convênio entre a FIDENE e a COTRIJUÍ, que perdurou até o final da década de 70.

Não há dúvida de que a experiência de COTRIJUÍ, na organização de seu quadro social, contribuiu bastante para alimentar as discussões nos vários encontros do PICECOOP bem como do PIDCOOP.

A questão da concorrência, dentro do sistema, tem desdobramentos bem mais difíceis de resolver. Das discussões surgiram alguns convênios entre as cooperativas e orientaram os investimentos futuros. Foram essas discussões que abriram espaço para que a COTRIJUÍ pudesse apresentar a idéia da organização do setor leiteiro com base na articulação do sistema cooperativista.

A concepção do modelo CCGL nasce, assim, da conjugação da necessidade real de viabilização do setor leiteiro, enquanto alternativa de renda aos pequenos produtores e as discussões do sistema cooperativista, em torno da necessidade de racionalização dos investimentos. Foram quatro encontros promovidos pelo PIDCOOP, sendo que o último (que está registrado), ocorreu na cidade de Santo Ângelo nos dias 25 a 27 de setembro de 1975, quatro meses antes da criação oficial da CCGL, ocorrido em janeiro de 1976, também em Santo Ângelo.

No processo de fundação da Central, tiveram papel destacado a COTRIJUÍ de Ijuí, a COTRISA de Santo Ângelo e a

COTRICRUZ de Cruz Alta, todas cooperativas de trigo e soja. Essas cooperativas, embora fundadas na mesma época e tendo por base a comercialização do trigo e da soja, apresentam, em sua base social, características bastante distintas, destacando-se a estrutura fundiária, e o estágio de discussão do processo de organização dos associados, bem como da expansão vertical. A CDTRIJUÍ, no início da década de 70 já havia investido na indústria de óleo de soja, na fábrica de rações, na organização de uma Trading, para atuar no mercado nacional e internacional da soja e na construção do terminal marítimo de Rio Grande (uma obra arrojada para uma cooperativa). Enquanto isso, a COTRISA havia investido numa fábrica de óleo de soja e a COTRICRUZ se limitava aos investimentos em armazéns, permanecendo ainda na chamada fase comercial das cooperativas.

Quando da criação da CCGL, esta não possuía nenhuma estrutura industrial e nem mesmo comercial própria. Assim, havia necessidade de investimentos especialmente industriais, a fim de possibilitar o processamento e comercialização do leite. Apesar de fundada em janeiro de 1976, a Central iniciou a comercialização do leite somente em 02 de fevereiro de 1977, através de um convênio com a cooperativa de Languirú, que possuía usina de processamento. No início, a CCGL comercializava apenas 37.510 litros de leite pasteurizado por dia, na grande Porto Alegre. A partir de abril do mesmo ano, a COSUEL de Encantado, passou a produzir leite pasteurizado com a marca da Cooperativa Santa Clara, sendo que esse produto era

comercializado pela CCGL. No mesmo mês, a CCGL passou a comercializar, na grande Porto Alegre, os produtos derivados do leite produzidos pela Cooperativa Santa Clara. Constatou-se que, apesar de a Central ter sido articulada pelas cooperativas de trigo e soja, o início das suas atividades ocorreu em função da infraestrutura das cooperativas com características diferentes dessas (as duas cooperativas são diversificadas e possuem a suinocultura como atividade principal). Essa fase foi fundamental para a CCGL, pois permitiu sua inclusão no mercado de leite e derivados, adquirindo a experiência necessária.

Contribuiu decisivamente, para a organização do modelo CCGL, o momento histórico vivido pelas cooperativas, bem como a situação da própria agricultura, na região de atuação dessas cooperativas.

Do ponto de vista da situação histórica da agricultura, além do processo de modernização, apresentado na segunda parte do capítulo I desse trabalho, destacam-se questões importantes, que refletiam a necessidade de busca de alternativas de renda aos produtores, bem como para a própria sobrevivência das cooperativas tritícolas.

A modernização da agricultura, viabilizada pela política agrícola, em especial os mecanismos de crédito, privilegiava alguns produtos, em especial aqueles destinados à exportação. Esse processo levou à monocultura, em algumas regiões, destruindo os sistemas de produção baseados na policultura. Se, de um lado, a monocultura possibilitou a especialização dos

agricultores e, os preços obtidos no mercado internacional, favoreciam a produção de alguns produtos - como é o caso da soja - por outro, gerou uma série de efeitos nocivos, especialmente para a reprodução das pequenas unidades de produção que não possuíam escala para viabilizarem-se apenas com uma cultura. A dependência de apenas um produto, enquanto renda, tornava as unidades de produção de pequeno porte bastante vulneráveis. Alia-se ao problema da dependência de uma só cultura enquanto geradora de renda (monorenda), os sérios problemas de desgaste do solo.

É importante destacar que, juntamente com os produtos de monocultura, que no caso da região abrangida pelas cooperativas tritícolas, era a soja, associaram-se práticas culturais extremamente desgastantes da fertilidade natural do solo, como: problemas de compactação do solo, em função dos excessos de aragem e outras atividades que exigiam o trator ou mesmo a automotriz; eliminação de uma série de espécies de pequenos animais e microrganismos, através da utilização de inseticidas e pesticidas; destruição da flora, pelo desmatamento na incorporação de novas áreas ao processo agrícola, bem como pela utilização de herbicidas. Em decorrência, ocorreram problemas de erosão do solo (pelo desmatamento e compactação do solo); desequilíbrio biológico, com o surgimento de uma série de novas doenças que atacavam as plantações, bem como de insetos que, por não possuírem inimigos naturais, proliferavam-se em grande escala. O aumento dos custos de produção e da redução dos

níveis de produtividade tornaram antieconômica a produção de soja em muitas das unidades de produção.

As cooperativas, caudatárias do processo de modernização, sofriam as consequências dos problemas enfrentados pelos produtores. Além disso, o processo de concorrência pela obtenção da soja, enquanto matéria-prima, gerou sérios conflitos entre as próprias cooperativas, conforme já abordado.

O debate em torno da necessidade de rever o processo de monoculturização dos produtores, bem como das cooperativas, mobilizou os produtores, os técnicos e as instituições ligadas à produção agrícola.

Outro aspecto a ser destacado, em relação ao momento histórico em que o modelo CCGL foi criado, relaciona-se com as políticas públicas. Destaque-se que foi exatamente no início da segunda metade da década de 70, que o crédito rural atingiu o seu auge em termos de disponibilidade, prazos de pagamento e subsídios. As cooperativas eram contempladas com linhas especiais de financiamento, em especial para quotas partes. Esses recursos eram emprestados para as cooperativas, que os devolviam aos Bancos oficiais, quando da integralização dessas quotas por parte dos produtores associados, via entrega dos produtos.

Assim, vários fatores ligados à realidade das cooperativas, aos produtores e à agricultura como um todo, foram decisivos para que, juntamente com as articulações e o debate entre as cooperativas e as entidades de assessoria,

fosse possível, viável e oportuno a organização de um modelo, baseado numa central de cooperativas, para o processamento e a comercialização do leite, enquanto alternativa de renda aos agricultores e às cooperativas.

2 - O MODELO CCGL

A CCGL foi a primeira de uma série de centrais cooperativas (de 2o grau) criadas pelas cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul, buscando viabilizar o processo de industrialização e comercialização de produtos específicos (oportuniza o acesso dos produtores ao mercado). Assim, o modelo CCGL se insere numa estratégia mais ampla, não se esgotando em si próprio. Na reconstituição do processo de concepção e organização do modelo é fundamental salientar o fato de que as cooperativas gaúchas que participaram do processo, conforme já abordado no capítulo I, são cooperativas que surgiram a partir do trigo, na década de 50, ampliaram suas atividades para a soja, durante a década de 60 e incorporaram outros produtos na década de 70 - em função da necessidade de diversificação da produção(1). As cooperativas singulares ou de 1o grau passaram a atuar com vários outros produtos, além do trigo e da soja, embora esses permanecessem como sendo os principais.

Após a organização do setor leiteiro, através do modelo CCGL, em janeiro de 1976, as cooperativas criaram, em 1978, a

(1)Esse processo não foi linear e nem se deu de forma homogênea. Cada cooperativa desenvolveu esse processo de forma específica, em função da realidade regional e das diferentes categorias de produtores.

CCGTEL- Cooperativa Central Gaúcha de Telecomunicações; em 1980 a CCGC-Cooperativa Central Gaúcha de Carnes; e, em 1981, a CCGH-Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros (2). Das quatro centrais idealizadas e organizadas pelas cooperativas, apenas a CCGL se reproduziu e assumiu importância econômica no setor específico no qual foi criada(3).

Outra importante experiência de Central de cooperativas foi a CENTRALSUL-Central das Cooperativas dos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul. Esta Central, embora não atuando apenas com um produto, desempenhou importante papel no estado. Durante o período em que funcionou, a CENTRALSUL processava arroz, mantinha uma empresa de navegação, uma empresa de transporte rodoviário, duas indústrias de soja, fábrica de calcário, indústria de herbicidas e duas corretoras - uma de seguros e outra de mercadorias. Durante algum tempo a CENTRALSUL enfrentou uma importante "batalha" comercial e até judicial com a Nortox (empresa subsidiária da Shell), em função da concorrência que exercia na produção da Trifluralina (importante herbicida para a soja). Os preços da Trifluralina, produzida pela Defesa (empresa da CENTRALSUL) eram muito mais baixos do que o tradicional produto da Nortox, o Teflan. No

(2)A CCGTEL e a CCGH não chegaram a funcionar na prática e a CCGC funcionou até o ano de 1989, quando foi liquidada sendo que o patrimônio foi assumido pela COTRIJUÍ.

(3)O objeto de estudo desse trabalho limita-se ao modelo organizado para o setor leiteiro, ficando os demais apenas como referência de que havia uma estratégia mais ampla de organização do cooperativismo gaúcho pela verticalização dos investimentos, através de cooperativas centrais por atividade econômica.

final dos anos 70 e início dos anos 80, a CENTRALSUL foi abalada com denúncias de irregularidades praticadas pelos seus Diretores e, acabou sendo extinta.

No caso do setor leiteiro, o modelo compreende as principais fases do complexo agroindustrial: processo produtivo do leite "in natura", resfriamento, industrialização e comercialização, passando pelo fomento e a melhoria da produtividade do setor. Para o desenvolvimento das 4 fases principais do processo, estas foram divididas entre as cooperativas singulares e a central.

Numa espécie de divisão do trabalho, as cooperativas singulares ficaram responsáveis pelas seguintes fases e serviços:

- a) organização da produção, junto aos seus associados;
- b) organização da coleta do leite "in-natura", através das chamadas linhas de leite;
- c) prestação de assistência técnica buscando a melhoria do rebanho, da nutrição animal e do manejo apropriado, bem como das questões sanitárias;
- d) viabilização do recebimento e resfriamento do leite "in-natura", possibilitando a sua conservação;
- e) repasse dos pagamentos do leite aos produtores associados.

A CCGL coube:

- a) receber o leite resfriado das cooperativas, processá-lo industrialmente e viabilizar a sua comercialização junto ao mercado;

b) realizar os pagamento do leite às cooperativas singulares;

c) implementar programas de melhoria da produção e produtividade, bem como da qualidade do leite.

Com essa "divisão do trabalho", entre as cooperativas e a CCGL, o sistema cooperativista evitou a concorrência entre o próprio sistema, constituindo-se em tendência dos diversos setores da economia.

No caso das cooperativas que possuíam Usina de leite - COSULATI, COSUEL, SANTA CLARA e LANGUIRÚ - a CCGL apenas comercializava os produtos produzidos pelas mesmas. Com a implantação do parque industrial próprio da Central, a LANGUIRÚ desativou sua Usina localizada na mesma localidade da unidade IV da CCGL.

O desenvolvimento do modelo CCGL se deu de forma desigual. Em algumas regiões as cooperativas investiram de forma determinada e o setor cresceu significativamente; em outras as cooperativas não investiram e acabaram abandonando o setor de leite. Nesses casos, onde já havia alguma estrutura - linhas de leite e postos de resfriamento -, a CCGL acabou assumindo a estrutura e o processo como um todo, fugindo do modelo inicial que previa a "divisão de trabalho", através da Laticínios Satélite S.A.. Assim, onde as cooperativas permaneceram atuando no setor, funciona o modelo inicial e onde as cooperativas abandonaram a atividade, funciona o instrumento jurídico que a CCGL possui, ou seja, sua S.A.. São os casos típicos da COTRICRUZ e da COTRISA - principais fundadoras do modelo CCGL,

juntamente com a COTRIJUÍ. A primeira simplesmente abandonou o setor de leite e vendeu o posto de recebimento e resfriamento para a Laticínios Satélite e a segunda, por problemas econômicos/financeiros ocorridos no início da década de 80, obrigou-se a redefinir sua estrutura. Enquanto isso, a COTRIMAIO, que teve papel secundário no início das atividades da CCGL, com a aquisição da Laticínios Mayer, passou a ter papel destacado na produção de leite. Atualmente, essa cooperativa se constitui na maior fornecedora de matéria-prima da CCGL.

Grande parte do crescimento da chamado Sistema CCGL, em relação ao total do leite recebido pelas indústrias gaúchas, se deve ao crescimento da Laticínios Satélite.

Em poucos anos, o modelo CCGL assumiu papel decisivo no mercado gaúcho de leite. A CCGL, enquanto sistema, o qual inclui a Laticínios Satélite e as cooperativas que apenas comercializam seus produtos através da Central, recebe mais de 63% do total do leite sifado recebido pelas indústrias do estado. Com esse "domínio" sobre a matéria-prima, a CCGL acaba exercendo função de um "quase" monopólio do leite gaúcho.

SÍNTESE E CONCLUSÕES

A articulação do modelo CCGL se deu, fundamentalmente, por quatro fenômenos que atuaram de forma conjunta:

- 1 - a necessidade das cooperativas em viabilizar uma alternativa de renda aos seus associados, especialmente àqueles para os quais a monocultura da soja não se apresentava como suficiente para a reprodução das unidades de produção;
- 2 - a inexistência de uma grande empresa que atuasse no setor leiteiro, capaz de articular a atividade leiteira, em todo o estado;
- 3 - o estágio de desenvolvimento do cooperativismo empresarial gaúcho de trigo e soja, em que várias cooperativas passavam da fase que as caracterizava pelos aspectos comerciais, para a fase das multicooperativas;
- 4 - por fim, a disponibilidade dos financiamentos públicos, através do crédito rural subsidiado, com linhas especiais para as cooperativas.

Esses fatores históricos, conjugados, ajudam a explicar o porquê da viabilidade da organização desse modelo, na segunda metade da década de 70.

Outro aspecto importante a ser destacado, é a definição do papel exercido pelas cooperativas singulares, bem como da CCGL, enquanto cooperativa de segundo grau, constituindo-se como uma

espécie de organizadora da "divisão do trabalho". Com isso, as cooperativas envolvidas evitaram a possibilidade do surgimento de possíveis conflitos pela concorrência interna no modelo criado. Assim, as cooperativas não investem no processo de industrialização e a CCGL não se relaciona, diretamente, com os produtores. Com a saída de algumas cooperativas da atividade leiteira, por razões diversas, a CCGL assumiu a tarefa dessas, através da Laticínios Satélite, o que foi possível pelo fato de a CCGL ter adquirido essa sociedade anônima e, ao mesmo tempo, possibilitou a manutenção e até ampliação da área de ação da CCGL, agora enquanto Sistema CCGL. Para o estudo do desenvolvimento do modelo CCGL, coloca-se, como fundamental, o estudo do desenvolvimento dos três agentes econômicos participantes do modelo: a CCGL, enquanto empresa cooperativa de segundo grau; as cooperativas singulares, enquanto articuladoras do modelo; e, os produtores de leite, enquanto fornecedores de matéria-prima.

CAPÍTULO IV

A CCGL ENQUANTO EMPRESA ARTICULADORA DO MODELO

INTRODUÇÃO

São abordados, neste capítulo, aspectos ligados à constituição e reprodução da CCGL enquanto empresa cooperativa de segundo grau, com papel determinante na constituição e desenvolvimento do modelo CCGL. A questão fundamental é a de identificar as condições em que se tem dado a reprodução da Central, enquanto empresa articuladora do modelo, bem como, os mecanismos que tem possibilitado esta reprodução. Parte-se do pressuposto de que os fatores que determinam a reprodução da CCGL, representam, em última instância, a reprodução do modelo como um todo. Para responder à questão colocada, foram sistematizadas e analisadas algumas variáveis relacionadas ao desenvolvimento histórico da CCGL.

Assim, o capítulo está dividido em 8 itens, que abordam diferentes variáveis as quais contribuem para o entendimento dos principais fatores de desenvolvimento da empresa, com reflexos no desenvolvimento do próprio modelo CCGL. No primeiro item, descreve-se aspectos ligados ao papel estratégico que a CCGL desempenha no modelo, enquanto empresa. No segundo item, discute-se a forma e o conteúdo da estrutura do poder na Central, partindo-se das definições estatutárias para o poder

político - ligado as grandes decisões da empresa, em função do modelo como um todo - e do organograma para as decisões no funcionamento interno da empresa. No terceiro item, analisa-se a evolução histórica do quadro social da CCGL, constatando-se dois momentos importantes: crescimento e, posterior "enxugamento" do quadro social. No quarto item, descreve-se o processo de implantação do parque industrial, destacando-se a centralização de capital, a partir da expropriação de capitais existentes no setor. No quinto item, analisa-se as características das fontes de financiamento por capital de terceiros, no curto e longo prazo, através de endividamento e por capital próprio, com as especificidades do capital cooperativista. No sexto item, analisa-se a evolução histórica das fontes de capital - de terceiros e próprio - da CCGL. No sétimo item, analisa-se a evolução histórica da aplicação do capital, com destaque nos investimentos. No oitavo e último item, analisa-se o desempenho econômico-financeiro, a partir dos coeficientes de liquidez, margem de segurança, rentabilidade e lucratividade.

1 - O PAPEL DA CCGL NO MODELO

Para viabilizar o projeto de verticalização do setor leiteiro cooperativista gaúcho, idealizado pelos dirigentes das cooperativas, como forma de gerar uma alternativa de renda aos produtores rurais e elas associados, foi necessário a criação de uma cooperativa central, que assumiu o papel da industrialização e comercialização do leite.

A CCGL, enquanto Central, constituiu-se numa empresa de capital cooperativo, regido pela legislação específica das cooperativas e administrada segundo seus estatutos sociais.

"Tem por objetivo principal unir cooperativas singulares, que tenham como associados produtores de leite e estabelecer uma relação direta entre a produção e o consumo. Entre os objetivos da CCGL destacam-se os seguintes: receber a produção das cooperativas associadas, distribuindo-as aos mercados consumidores; promover a industrialização de matéria-prima e derivados de acordo com a exigência e a melhor técnica; organizar o serviço de transporte para a veiculação da produção em geral; zelar pela pureza absoluta e qualidade apurada dos produtos derivados, destinados ao consumo público; propugnar pela manutenção dos preços dos produtos e de derivados, em nível que atenda as justas aspirações dos produtores e as necessidades e interesses dos consumidores" (VIA LACTEA, No1, 1989:35).

Os objetivos estatutários correspondem à "divisão do trabalho" do modelo adotado, cabendo à Central a industrialização e a comercialização do produto. Para tanto, a CCGL constituiu-se numa empresa que busca apropriar-se - no

processo de concorrência - do maior volume de excedente econômico possível. Na lógica da concorrência capitalista a CCGL, enquanto empresa, busca adquirir a matéria-prima e os demais meios de produção pelos preços do mercado, com a regularidade, quantidade e qualidade necessárias para o processo de concorrência com as demais empresas que atuam no setor. Ao transformar a matéria prima e os demais insumos em produtos a CCGL utiliza os processos industriais mais adequados, com a maior produtividade do trabalho possível. E, por fim, busca os melhores mercados para a obtenção dos melhores preços. Nesse processo, a Central busca obter a maior quantidade possível de lucros - que no cooperativismo chama-se sobras.

As sobras são destinadas segundo critérios estabelecidos pela legislação cooperativista pelos estatutos sociais da CCGL e, por último, por decisão da assembléia geral. A assembléia geral, ao decidir sobre o destino das sobras, pode criar fundos que servem como fonte de financiamento dos ativos da empresa, ou então destiná-los à distribuição entre os associados.

A questão da distribuição das sobras é fundamental no processo de reprodução das cooperativas e dos seus associados. Quanto maior a retenção das sobras, maiores serão as possibilidades de crescimento e modernização da empresa cooperativa. Por outro lado, quanto menor a retenção das sobras, maiores serão os ganhos dos associados. No caso da

CCGL, que é uma Central de cooperativas, os associados são as próprias cooperativas singulares. Essas é que decidem o destino das sobras da Central, ou seja, são as cooperativas, através de seus dirigentes, que detêm o poder de decisão dentro da CCGL.

2 - ESTRUTURA DO PODER

As instâncias de decisão, a composição dessas, bem como a forma de acesso a elas, configuram a estrutura formal de poder nas diversas instituições. Essa estrutura formal materializa-se nos estatutos sociais. No caso da CCGL, os estatutos sociais, em seu artigo 20o define que os órgãos de decisão são: Assembléia Geral das Cooperativas Associadas; Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A assembléia geral, ordinária ou extraordinária, é constituída por um delegado de cada cooperativa associada - tendo esse que ser associado da cooperativa singular - e se constitui no órgão supremo da sociedade, tendo poderes para deliberar soberanamente acerca de quaisquer assuntos. Cada cooperativa poderá indicar ainda dois assessores - sem direito a voto - que deverão ser associados da mesma. A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Central, por 1/5 das Cooperativas Associadas, pelo Conselho Fiscal ou ainda pelo Conselho de Administração. Na prática, a convocação das Assembléias tem-se limitado ao Presidente. Os delegados que

compõe a Assembléia Geral são indicados pelas cooperativas associadas.

O Conselho de Administração é constituído por 7 membros titulares, todos associados das filiadas, com os cargos de Presidente, Vice-Presidente mais e 5 Conselheiros Efetivos e 5 Suplentes, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 anos. Ao término de cada mandato o Conselho é renovado, no mínimo, em 1/3 dos seus membros. Os documentos da Central mostram que desde a eleição da primeira diretoria, após a organização da Central, no exercício 1976/1977, a renovação desses membros não tem atingido os dois conselheiros ocupantes dos cargos de Presidente e Vice-Presidente. Para a definição dos Conselheiros, a área de ação da Central está dividida em 5 regiões com seus respectivos municípios. As cooperativas localizadas nas regiões definidas indicam seus conselheiros. A entrada de novas associadas está condicionada à consulta e aprovação das cooperativas da região onde se localiza a pretendente. O Conselho de Administração reúne-se mensalmente. As principais decisões da gestão da empresa são de poder do Conselho de Administração com execução da Presidência e Vice-Presidência. No mínimo 2 vezes por ano o Conselho de Administração é ampliado com a convocação dos Presidentes das cooperativas associadas, visando maior integração entre a CCGL e as mesmas.

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros titulares e 3 suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição por mais um período, de apenas 1 efetivo e 1 suplente.

Além da direção eleita, a empresa é administrada por mais duas diretorias, a diretoria técnica e a diretoria industrial, sendo que a primeira é comandada por um diretor contratado e a segunda pelo Vice-Presidente da Central, que acumula as funções, face a sua experiência no setor industrial. O dia a dia da empresa é administrado basicamente pelos três diretores, sendo dois eleitos - Presidente e Vice-Presidente - e um contratado. Esses diretores, pelas informações que possuem, acabam por ter papel determinante nas decisões da empresa, ainda que tomadas no Conselho de Administração e mesmo, na Assembléia Geral. Os diretores tendem a assumir o papel de defensores diretos dos interesses da Central no processo de sua reprodução e, por consequência, contribuir para o aprofundamento do dilema das cooperativas, qual seja, de serem criadas na lógica da reprodução dos seus associados e, com o processo de concorrência e a consequente necessidade de reinvestimentos, acabam por entrar na lógica da auto-reprodução. No caso da CCGL, os produtores de leite tendem a serem encarados como fornecedores de matéria-prima e não como produtores associados, embora o discurso traga esse conteúdo.

Essa questão tem grande importância, uma vez que irá definir as grandes decisões da Central enquanto empresa. De um lado, a percepção dos produtores de leite, enquanto associados a cooperativas que estão associadas na Central, reforça as decisões distributivistas das sobras auferidas pela empresa, o que enfraquece a sua capacidade de reinvestimento. De outro lado, a percepção dos produtores, enquanto fornecedores de matéria-prima, reforça as políticas de retenção das sobras auferidas e o conseqüente reinvestimento, o que possibilita à empresa, melhores condições de competitividade no setor em que atua. Afora o discurso, o destino das sobras da Central permite avaliar essa "percepção", orientadora das grandes decisões da empresa.

3 - EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL

A CCGL, enquanto cooperativa de 2o grau, foi fundada por 10 cooperativas de 1o grau (ou singulares) todas tritícolas, em 21 de janeiro de 1976, que subscreveram seu capital sendo elas: COTRIJUÍ, COTRISA, COTRICRUZ, COTRIROSA, COTRICAMPO, COTAP, COTRIFRED, COTRIPAL, COTRISABAL, e COTRIMAIO. No mês de agosto de 1976 foram admitidas como sócias fundadoras mais três cooperativas que já atuavam no setor leiteiro, sendo elas: COSUEL, LANGUIRÓ e COSULATI. As duas primeiras caracterizam-se pela diversificação, tendo como atividade principal a suinocultura. Localizadas na região do Baixo Taquari - bacia leiteira tradicional - possuíam usina de leite própria, sendo que a COSUEL estava investindo recursos significativos na atividade leiteira, visando sua industrialização. A COSULATI era específica de produtores de leite, localizada na zona sul do estado, no município de Pelotas.

Desde a fundação da Central, a evolução do quadro social passou por duas fases bastante distintas, sendo a primeira de expansão e a segunda de enxugamento. A primeira fase vai desde a fundação até 1982/83, quando o quadro social atinge o número de 35 cooperativas associadas, nas mais diversas regiões do

estado. A partir daí, inicia-se um processo de reestruturação do quadro social. Já no exercício de 1983/84, a CCGL contava com 30 associadas. Esse número se manteve até o exercício de 1986/87, quando baixou para 29. No exercício de 1987/88 baixou para 26 e 25, no exercício de 1989/1990. Em 1994 a CCGL conta com 22 cooperativas associadas, localizadas especialmente nas regiões das Missões, Alto Uruguai, Baixo Taquari e Planalto Médio. Dessas, 17 são tritícolas e 5, classificadas como outras.

Das 13 cooperativas fundadoras da CCGL, 4 saíram e 9 ainda permanecem no quadro social. Das que saíram, três são tritícolas: COTRISA, COTRICRUZ e COTAP e uma diversificada, a COSUEL. Das 10 tritícolas, permanecem 7.

A identificação dos motivos que levaram as cooperativas ao seu desligamento da CCGL e, por consequência, do modelo, demandaria novo trabalho. Vários são os motivos que vão desde o simples fechamento da cooperativa, como é o caso da VENDECOOP e COOPASSO, até estratégias de atuação independente no mercado, como é o caso da COSUEL, passando por desativação de projetos de bacia leiteira e problemas econômico financeiros das cooperativas singulares.

TABELA No 1 - EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL DA CCGL 1976-1992

ANO	ASSOCIADAS			ENTREGARAM PRODUÇÃO	
	Tritícolas	Outras(*)	(A) Total	(B)	A/B
1976	10	03	13	-	-
1977	12	05	17	03	17,6 %
1978	17	05	22	13	59,1 %
1979	20	06	26	15	57,7 %
1980	24	07	31	20	64,5 %
1981	26	07	33	27	81,8 %
1982	26	07	35	29	82,5 %
1983	23	07	30	29	96,6 %
1984	23	07	30	28	93,3 %
1985	23	07	30	26	86,6 %
1986	22	07	29	24	82,7 %
1987	19	07	26	23	88,5 %
1988	19	07	26	23	88,5 %
1989	19	06	25	22	88,0 %
1990	19	06	25	20	80,0 %
1991	18	05	23	19	82,6 %

FONTE: elaborada a partir dos relatórios da Diretoria da CCGL
 (*) Estão agrupadas a cooperativas de leite, as mistas e outras

É importante destacar que nem todas as cooperativas associadas entregaram produto durante os vários exercícios. A tabela No 1 mostra a evolução do quadro social, por tipo de cooperativa, bem como o número de cooperativas que entregaram produção para a CCGL. Observa-se que no início da década de 80 houve um significativo aumento no número de cooperativas associadas a entregarem leite à CCGL. Esse fato deve-se a expansão da Central em áreas até então não atingidas, especialmente após a inauguração da unidade IV em Languirú e a aquisição da Mayer. Muitas das cooperativas que se incorporaram nesse processo acabaram se retirando do setor de leite e, por

consequência, do quadro social da CCGL. O maior percentual de cooperativas que entregaram leite ocorreu no exercício de 1983, com 96,6%, ou seja, apenas 1 cooperativa não efetuou entrega de leite. Em 1992, o nível de entrega foi de 90,9 %, com apenas 2 cooperativas que não entregaram leite. Saliente-se que considera-se como tendo entregue leite, apenas as cooperativas que o fazem enquanto matéria-prima (in natura). Considerando que duas cooperativas associadas (COSULATI e SANTA CLARA) não entregam leite in natura, pode-se afirmar que 100 % das associadas participam ativamente da Central, através da entrega de produto.

4 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL: UM PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A implantação do parque industrial da CCGL, enquanto Central e empresa articuladora do modelo, se deu através da acumulação de capital, viabilizado pela integralização realizada pelas cooperativas associadas - processo viabilizado pela especificidade de uma cooperativa central. Boa parte do parque industrial foi formado através da aquisição de outras empresas do setor, caracterizando a expropriação de outros capitalistas - centralização de capital.

A CCGL conta, atualmente, com 8 unidades industriais, sendo que uma pertence a Laticínios Satélite e outra a Levino Zaccardi, localizada na Argentina, empresa subsidiária da Laticínios Satélite. O Sistema CCGL conta ainda com as unidades industriais pertencentes as cooperativas COSULATI e SANTA CLARA.

4.1 - A Construção de Novas Indústrias

Uma das primeiras questões que se apresentou para os dirigentes das cooperativas envolvidas no modelo CCGL - especialmente as três principais COTRIJUÍ, COTRISA e COTRICRUZ

- foi a localização da primeira indústria da Central. Para a definição desta questão, foi elaborado um estudo técnico que concluiu pela localização na cidade de Ijuí, por convergir a região produtora de leite.

O projeto inicial previa uma planta industrial com capacidade para:

- a) 200.000 litros/dia de pasteurização
- b) 50.000 litros/dia para queijaria
- c) 200.000 litros/dia de conservação em frio
- d) 100.000 litros/dia de empacotamento

Antes mesmo da conclusão da 1ª fase da construção da Usina, essa capacidade foi ampliada.

Para a construção da Usina de Ijuí foram gastos US\$ 2 milhões, que foram financiados pelas seguintes fontes:

85,7% BNCC

6,5% recursos próprios

7,8% doações de terceiros.

A 1ª etapa da Usina de Ijuí entrou em funcionamento no dia 19.10.1978.

A assembléia do dia 30.03.1978 aprovou a construção da Usina de Uruguaiana - região da fronteira oeste do estado - viabilizando a filiação da VALURUGUAI-Cooperativa de Lã's Vale do Uruguai Ltda. A capacidade inicial da Usina seria de 50.000 litros/dia, fornecidos exclusivamente pelos associados da

VALURUGUAI. O investimento total na Usina foi orçado em US\$ 730 mil, distribuídos da seguinte forma:

- a) 46,2 % - subscrição de capital pela VALURUGUAI
- b) 9,9 % - terreno cedido pela VALURUGUAI
- c) 28,2 % - recursos próprios (equipamentos existentes)
- d) 5,5 % - recursos próprios (moeda corrente)
- e) 10,2 % - recursos financiados pelo BADESUL

A Usina de Uruguaiana iniciou suas atividades no mês de novembro de 1979.

No exercício de 1979, foi concluído o projeto de construção da Usina de Languirú, chamada de unidade IV, visando a produção de leite fluído "C", leite em pó, leite longa vida, doce de leite, cremes, manteiga, sorvetes, sucos de frutas, rações substitutivas para bezerros. A capacidade inicial projetada era de processar 600.000 litros/dia, localizada em Languirú, então município de Estrela - hoje município de Teutônia -, a menos de 100 Km de Porto Alegre. A construção da unidade IV iniciou apenas em 1980, com dois financiamento do BNCC, totalizando US\$ 6,5 milhões. A inauguração da Usina de Languirú ocorreu ainda em 1980.

4.2 - O Processo de Centralização do Capital

A expropriação de capitalistas, constituiu-se em importante instrumento de constituição do parque industrial da

Central. Essa expropriação foi viabilizada, especialmente, pelo crédito oficial subsidiado.

4.2.1 - Aquisição da CAFRASA

Enquanto era construída a Usina de Ijuí, o processo de industrialização próprio da CCGL iniciou com a aquisição da empresa Carlos Francke S.A., de Ijuí. Essa empresa, que industrializava leite, estava com suas atividades praticamente paradas. A CCGL adquiriu seu patrimônio em 12.09.1977 por US\$ 433 mil, sendo que US\$ 358,3 mil de equipamentos, veículos e marcas e US\$ 74,7 mil em estoques. A CCGL assumiu as operações da CAFRASA em 01.10.1977, utilizando a estrutura existente, viabilizando o recebimento de leite dos associados. A compra da CAFRASA foi viabilizada com recursos obtidos junto ao BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo, via financiamento de quotas partes das cooperativas. Parte dos equipamentos da antiga CAFRASA foram utilizados na nova Usina.

4.2.2 - Aquisição da Laticínios Sítio das Cabras

No exercício de 1978, a CCGL adquiriu os equipamentos da Laticínios Sítio das Cabras Ltda, da cidade de Sapucaia do Sul, a qual se encontrava desativada, pelo valor de US\$ 45 mil, sendo que 75% do valor foi financiado pelo BNCC e os 25%

restantes com recursos próprios. Os equipamentos adquiridos foram destinados para equipar as usinas de Ijuí e Uruguaiana.

4.2.3 - Aquisição da LAPASA

Ainda em 1978, a Direção da CCGL iniciou negociações para a compra da LAPASA-Laticínos Passo Fundo S.A., juntamente com as cooperativas da região de Passo Fundo. A proposta apresentada pela CCGL previa: a compra de todos os estoques de produtos; do almoxarifado; equipamentos de transporte e aluguel da fábrica durante um ano, até que fossem gerenciados os agentes financiadores. A proposta foi aceita pela então direção da LAPASA e a CCGL iniciou as operações da fábrica no dia 10 de novembro de 1978. Com isso, filiaram-se a Central, mais 5 cooperativas - COTRISAL, COOPASSO, COAGRISOL, MARAUENSE e COOPERA - que subscreveram as quotas necessárias para o investimento. O patrimônio da LAPASA foi adquirido em junho de 1979, pelas filiadas, através de financiamento do Banco do Brasil (88%) e recursos próprios (12%). O custo total do investimento - incluindo ampliação e modernização da planta -, foi de US\$ 345 mil.

4.2.4 - Aquisição da Mayer S.A.

Em setembro de 1976 a CCGL recebeu a primeira proposta para compra de 64% das ações da Laticínios Mayer S.A., sendo considerada inviável. Em 13.04.1977 a Direção da Mayer voltou a realizar nova proposta, dessa vez oferecendo todo o patrimônio da empresa pelo valor de US\$ 2 milhões. A proposta foi novamente rejeitada.

No final de 1980 e início de 1981, as negociações foram retomadas e, finalmente ocorreu a transação. Com isso, a CCGL passou a ocupar um espaço até então da Mayer, nas regiões da grande Santa Rosa, São Lourenço do Sul e Rio Grande, eliminando uma de suas principais concorrentes.

"A Laticínios Mayer S.A. - Indústria e Pecuária era uma das mais efetivas concorrentes da Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda, no interior do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da Grande Santa Rosa, onde se encontra a sede daquela empresa" (CCGL, relatório 1981/82).

No momento da aquisição do controle acionário, a Mayer ocupava, em patrimônio líquido, o 29o lugar nas indústrias de laticínios de todo o país com rentabilidade de 12,6 % contra os 2,1 % de média do setor, em 1982 (conf. VISÃO, 1982:168).

Com a aquisição do controle acionário da Mayer (99,4%), a CCGL incorporou ao seu parque industrial mais 4 unidades industriais localizadas: a) Santa Rosa; b) Três de Maio; c) Cerro Largo; d) São Lourenço do Sul. As 3 primeiras foram

incorporadas ao modelo CCGL e a última passou a funcionar diretamente com os produtores.

O contrato realizado com a Mayer previa a extinção da empresa num prazo de 2 anos. Assim, findo o prazo, foi criada a Laticínios Satélite S.A. que, somada ao modelo CCGL, constitui o que se chama de Sistema CCGL. A sede da Laticínios Satélite S.A. foi transferida para Porto Alegre, funcionando junto a sede da CCGL. Na prática, a administração das duas empresas funcionam conjuntamente, sem distinção. A diferença fica por conta dos aspectos jurídicos, específicos de uma cooperativa e de uma S.A. - controlada por uma cooperativa.

A aquisição da Mayer foi viabilizada através de subscrição de quota capital por parte das cooperativas associadas.

4.2.5 - Aquisição da Empresa Argentina Levino Zaccardi

Em 1991 a CCGL, através da Laticínios Satélite S.A., adquiriu o controle acionário da empresa argentina Levino Zaccardi Y Cia S.A., como estratégia de atuação no MERCOSUL- Mercado Comum do Sul. Com essa aquisição, a CCGL viabilizou a importação de queijos especiais - principalmente os queijos de massa dura -, manteiga e leite em pó e, por outro lado, a exportação de queijos tipo lanche.

Logo que assumiu o controle acionário da empresa argentina, a CCGL investiu recursos na modernização da planta industrial daquela empresa.

5 - ORIGEM DO CAPITAL

A realização dos objetivos de qualquer empresa, seja ela pública ou privada, S.A. ou mesmo cooperativa, demanda um certo volume de capital, que varia de acordo com o porte dessa empresa. Esse capital serve para os investimentos fixos e para as operações - capital de giro - da empresa. A primeira fonte do capital deve vir dos sócios e\ou proprietários, que constituem o capital inicial mínimo para o funcionamento da empresa. Além dos sócios e\ou proprietários, a empresa pode buscar capital, em outros agentes como: bancos públicos ou privados, nos fornecedores de mercadorias diversas - matéria-prima, insumos diversos, máquinas e equipamentos, etc. - e outros agentes financiadores. Os próprios sócios podem se constituir em financiadores. Essas fontes irão constituir o passivo da empresa. Passivo esse que deve ser resgatado, em função de que esse capital não pertence à empresa, mas a terceiros. O resgate pode ser de curto ou longo prazo. Entende-se como de curto prazo, os resgates que devem ser efetuados num período inferior a um exercício fiscal - correspondente a um ano - e de longo prazo, os resgates com prazo superior a um exercício fiscal.

Como qualquer outra empresa capitalista, a CCGL financia seus ativos - aplicações - através de duas fontes fundamentais de recursos financeiros, capital próprio e de terceiros.

5.1 - Capital de Terceiros

O capital de terceiros tem origem externa aos sócios e/ou proprietários da empresa, bem como das suas operações, subdivide-se ainda em duas modalidades: de funcionamento e de financiamento. O capital de terceiros para funcionamento destina-se ao capital de giro e é obtido especialmente junto a fornecedores. No caso da CCGL, boa parte deles referem-se a dívidas com fornecedores de matéria-prima - as cooperativas associadas. Além dos fornecedores, os bancos oficiais e privados também se constituem em fontes de capital por funcionamento. De modo geral, os empréstimos para funcionamento são de curto prazo, com vencimento em período inferior a um exercício contábil.

O capital de terceiros para financiamento, como já diz o nome, destina-se aos investimentos de caráter permanente ou fixos. Geralmente os recursos de terceiros para financiamento são originários de instituições bancárias privadas ou públicas, de longo prazo - mais de um exercício contábil.

5.2 - Capital Próprio

A segunda grande fonte de financiamento para os investimentos e reinvestimentos das empresas são os recursos próprios. Esses, tem origem nos sócios, via integralização ou como resultado das operações da própria empresa. A especificidade da empresa cooperativa permite constituir seu capital social a partir de mecanismos próprios que podem se tornar poderosos instrumentos de capitalização.

"A apropriação dos excedentes, ou das sobras, pelas cooperativas acha-se regulamentada por Lei Federal e pelos seus regimentos internos. As formas jurídico-contábeis que assumem são duas: capital social e fundos.

De acordo com a Lei, o capital social é subdividido em quotas-partes. O produtor associado subscreve um determinado número de partes-ideal desse capital, as quais serão pagas, segundo o mesmo diploma legal, mediante 'prestações periódicas independentemente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais'.

Além do capital social, a lei obriga a formação dos chamados 'fundos indivisíveis', mais especificamente de Reserva e o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), além de permitir que a Assembléia Geral da Cooperativa crie outros fundos"(BENETTI,1982:121).

No caso da CCGL, atualmente, existem 6 (seis) fundos diferentes, com origem nas sobras, sendo eles: Fundo de Assistência Técnica e Educacional-FATES; Fundo de Reserva;

Fundo para Aumento de Capital; Fundo para Investimentos Relevantes a Realizar; Fundo para Contingência e Fundo de Assistência Creditícia e Técnica-FACTEC. Ao todo, os fundos de reservas de sobras, da CCGL, absorvem em torno de 73% das sobras líquidas do exercício (no caso do exercício 1991/92 foi 73,7%), assim distribuídos: 23,7% para o FATES; 5% para o FACTEC; 10% para o Fundo de Reserva e 35% para o Fundo para Aumento de Capital.

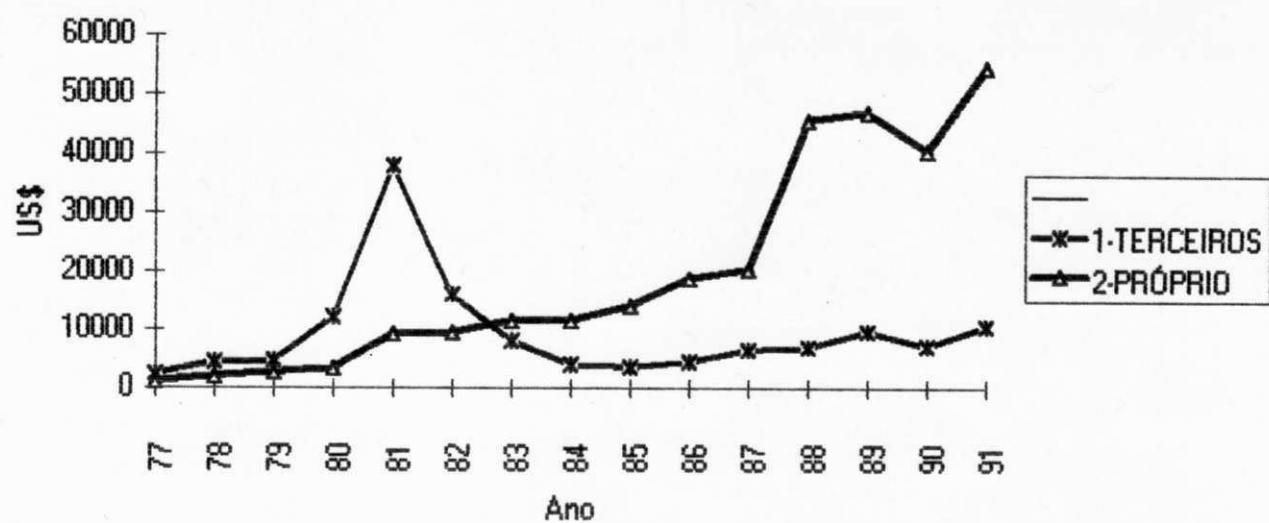
Os fundos de reserva de sobras constituem-se em poderoso instrumento de retenção de recursos para os reinvestimentos da CCGL.

6 - EVOLUÇÃO DAS FONTES DE CAPITAL DA CCGL

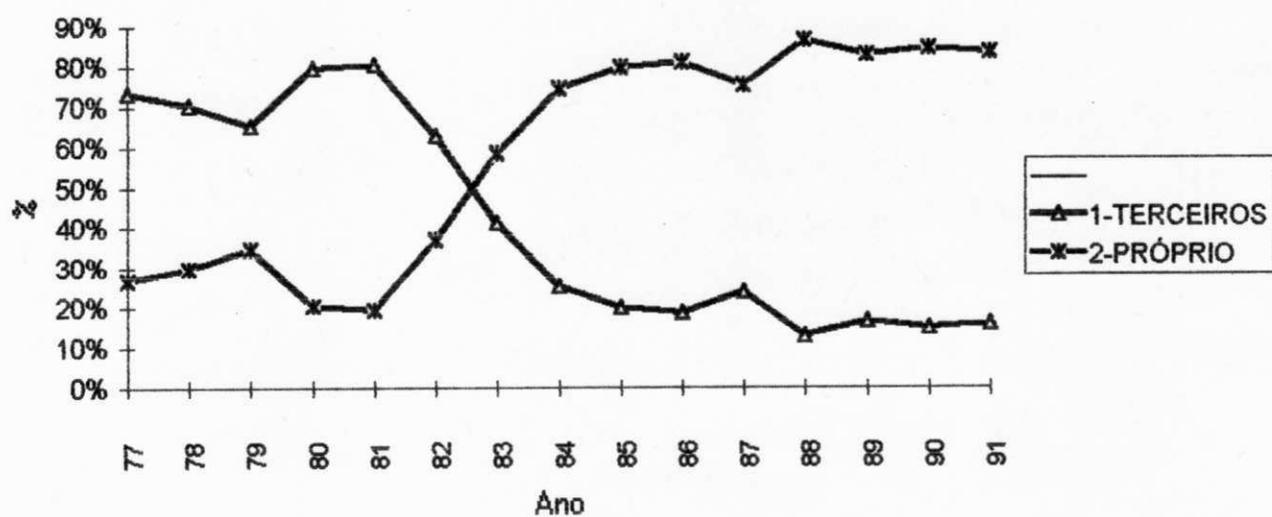
Historicamente, é possível identificar duas fases distintas na origem do capital da CCGL. A primeira, com duração de 7 (sete) anos, começa com o início das operações da Central em 1977 e vai até 1983, caracterizando-se pela predominância do capital de terceiros, especialmente públicos. O mesmo período coincide também com a predominância dos recursos de terceiros para financiamento, sobre os recursos de terceiros para funcionamento, o que indica que esses recursos, nesse período, tiveram a função de viabilizar a instalação do parque industrial da Central. Essa fase pode ser caracterizada como fase dos recursos oficiais subsidiados.

A segunda fase inicia no exercício de 1983 estendendo-se até o presente. Essa fase caracteriza-se pela predominância do capital próprio como fonte de financiamento dos ativos. É importante salientar que, nessa segunda fase, os recursos de terceiros para financiamento desaparecem (Ver anexos, tabelas A1.1, A1.2 e A1.3), conf. gráficos 1 e 2.

Graf.1- CCGL: Origem do capital



Gráf.2 - CCGL: Partic. Relativa da Origem do Capital



6.1 - A Fase do Crédito Público Subsidiado

A constituição do parque industrial da CCGL ocorreu numa época particularmente favorável, em função da política oficial de crédito rural, que teve seu período de maior disponibilidade durante a década de 70, com juros subsidiados e sem correção monetária. Esse fato histórico contribuiu decisivamente para que a CCGL, enquanto cooperativa, tivesse se beneficiado dos recursos públicos, especialmente via financiamento de antecipação de integralização de quota capital.

O "esgotamento" dessa fase se deu exatamente no período em que se modificam as condições de crédito oficial, conjugada a maturidade do parque industrial da Central.

"A orientação expansionista é retomada com menor vigor em 1978 e 1979, à luz do discurso oficial do governo de prioridade ao setor agrícola, para ser revertida novamente a partir de 1980. Essa nova reversão - que se mantém cada vez mais acentuada em 1981 e 1982, com tendências de se agravar em 1983 - ocorre agora sob condições mais adversas, quer do próprio contexto da economia brasileira, quer das suas relações críticas com a economia internacional" (DELGADO, 1985:79).

A especificidade da CCGL, enquanto uma central de cooperativas, atuando no complexo agroindustrial do leite, contribuiu decisivamente para que pudesse usufruir do crédito oficial, num momento histórico particularmente propício para investimentos, a partir dessa generosa fonte de capital.

"Além disso, o sistema cooperativista da COTRIJUI, FECOTRIGO e de outras grandes cooperativas do Paraná e de São Paulo, conta, nesta década, com a poderosa aliança dos bancos estatais federais e estaduais (Banco do Brasil, BNCC e BNDS), os quais financiam, a juros reais negativo e prazos favoráveis de amortização, o capital de longo prazo que propicia a vigorosa expansão do conglomerado até praticamente final dos anos 70" (DELGADO, 1985:166).

Embora DELGADO(1985) não cite explicitamente a CCGL, os relatórios da Diretoria, sobre os financiamentos, não deixam dúvidas de que esta se enquadra perfeitamente na citação acima.

Assim, pode-se caracterizar a etapa de constituição do parque industrial, como a fase do capital público subsidiado. Os financiamentos, em condições especiais de crédito, foram obtidos através de três linhas específicas: quota capital; equipamentos e veículos. As tabelas 2, 3 e 4 apresentam os financiamentos obtidos pela CCGL, no período entre dezembro de 1976 e junho de 1980, com os prazos de vencimento, bem como, os juros e correção monetária. A tabela 5 apresenta os índices inflacionários brasileiros do período entre 1976 e 1992. Comparando-se os prazos dos financiamentos, bem como as taxas de juros e correção monetária, é possível afirmar que os subsídios públicos recebidos pela CCGL, especialmente da fase de implantação de seu parque industrial, tiveram papel determinante na sua reprodução.

Tabela 2 - Financiamentos Para Quota Capital: CCGL - 1976\1980

Banco	Valor (US\$1000)	Contra - tação	Venci - mento	Prazo (anos)	Juros % aa	Cor.Mon. % aa
BNCC	830	24.12.76	12.12.84	8	7	8
BNCC	150	12.06.78	12.03.86	8	15	-
BNCC	450	26.07.78	26.08.86	8	15	-
BNCC	766	06.07.79	26.07.87	8	19	-
BNCC	7.300	28.03.80	28.03.92	12	15	-
BNCC	2.136	05.12.80	30.12.86	6	5	24
B.B	500	22.06.79	22.06.85	6	15	-
BADESUL	281	30.10.79	30.10.90	11	7	8

FONTE: Elaborada a partir dos relatórios da Diretoria da CCGL

Tabela 3 - Financiamentos Para Equipamentos: CCGL - 1977\1980

Banco	Valor (US\$1000)	Contra - tação	Venci - mento	Prazo (anos)	Juros % aa	Cor.Mon. % aa
BNCC	585	30.05.77	30.03.89	12	21	-
BNCC	133	17.08.78	17.07.83	5	21	-
BNCC	42	11.07.79	27.06.84	5	30	-
BNCC	133	07.08.79	11.07.87	8	30	-
BNCC	27	01.11.79	11.06.87	8	15	-
C.E.E	61	29.07.80	22.07.85	5	5	24

FONTE: Elaborada a partir dos relatórios da Diretoria da CCGL

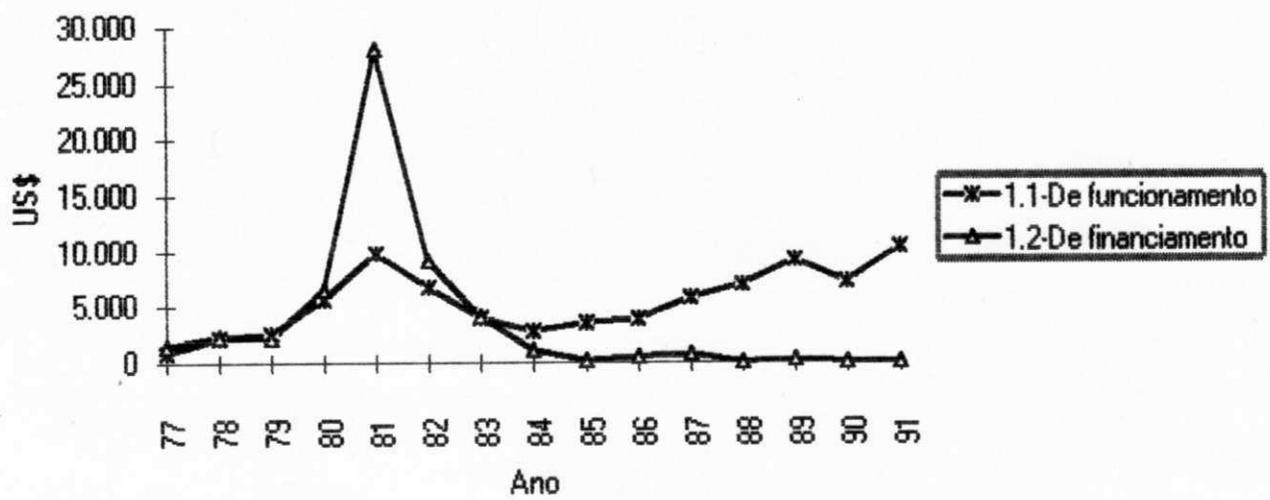
Tabela 4 - Financiamentos Para Veículos da CCGL - 1978\1980

Banco	Valor (US\$1000)	Contra - tação	Venci - mento	Prazo (anos)	Juros % aa	Cor.Mon. % aa
BNCC	61,6	11.05.78	11.04.83	5	21	-
BNCC	96,0	10.09.78	11.11.83	5	21	-
BNCC	149,0	05.07.79	11.06.84	5	30	-
FORD	4,8	15.01.80	15.01.81	1	15	-
BRADESCO	30,4	15.01.80	15.01.81	1	15	-

FONTE: Elaborada a partir dos relatórios da Diretoria da CCGL

Os gráficos 3 e 4 apresentam a participação absoluta e relativa, do capital de terceiros, por finalidade.

Gráf.3 - Recursos de Terc. p/finalidade



Gráf. 4 - Participação Relativa Capital Terceiros

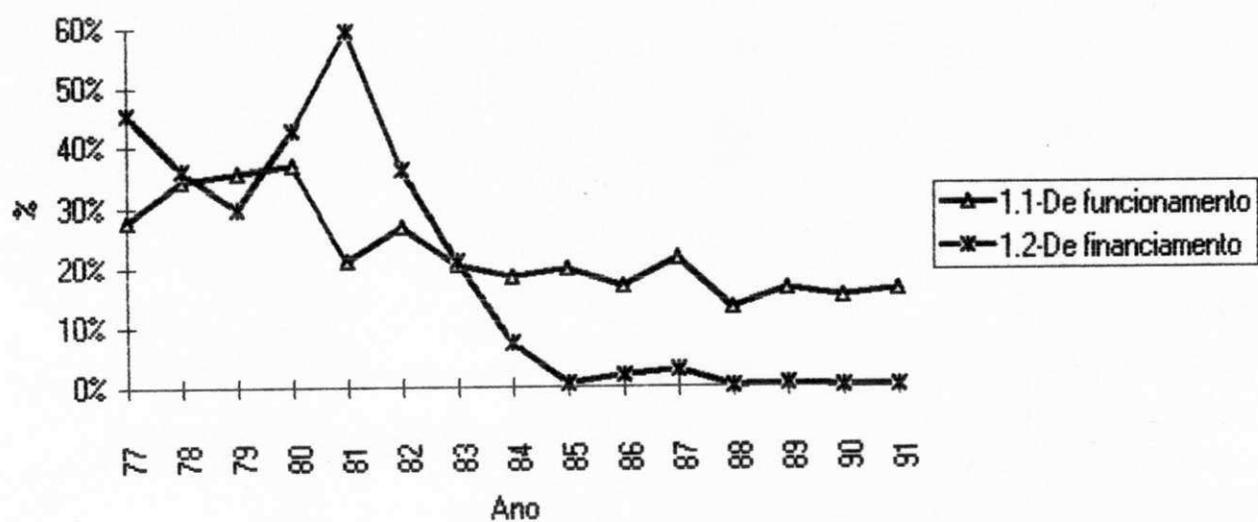


Tabela 5 - Brasil: Inflação Anual 1976/92 - IGP/FBV

ANO	ÍNDICE	ANO	ÍNDICE
1976	46,2	1985	235,1
1977	38,8	1986	65,0
1978	40,8	1987	415,8
1979	77,2	1988	1.037,5
1980	110,3	1989	1.782,9
1981	179,1	1990	1.476,5
1982	99,7	1991	480,2
1983	211,0	1992	1.157,9
1984	223,8		

FONTE: Revista Suma Econômica

Foram três as principais linhas de financiamentos subsidiados auferidos pela CCGL, sendo que cada uma dessas linhas possuíam características específicas, sendo elas: quota parte; equipamentos e veículos.

O financiamento de quota capital só foi possível, a partir de uma linha de crédito especial, destinada a antecipar a integralização de capital junto a cooperativa, por parte dos associados. Essa modalidade de financiamento não vincula sua aplicação, seja para capital de giro ou investimentos em capital fixo. Para a obtenção dessa linha de crédito, se faz necessário a subscrição das quotas capital, por parte dos associados. A Central salda o financiamento a partir da retenção de parte dos preços do leite entregue pelas cooperativas, a título de integralização de capital.

Conforme os relatórios da Diretoria da CCGL, no período entre 1977 e 1983, a maioria dos investimentos da Central foram realizados através desse mecanismo de financiamento. A maior parte dos financiamentos para quota capital (93,7%) foram obtidos junto ao BNCC.

No total, entre 1976 e 1980, a CCGL captou, sob a forma de financiamento para quota capital, o equivalente a US\$ 12,4 milhões, constituindo-se na principal fonte de capital da empresa na primeira fase, que pode ser chamada de constituição do parque industrial.

Os financiamentos para compra de equipamentos, diferentemente da quota capital, tinha objetivo específico, qual seja, para a compra de equipamentos, na sua maioria destinados às indústrias. Entre 1977 e 1980, a CCGL obteve 6 (seis) financiamentos nessa modalidade. Desses, 5 (cinco) foram obtidos junto ao BNCC, sendo que dois, tiveram prazo de 5 (cinco) anos, outros dois, com prazo de 8 anos e um com prazo de 12 anos. Nessa modalidade, embora as taxas de juros, na maioria dos contratos, estivessem acima das taxas praticadas pelo crédito rural, se comparadas com os índices inflacionários (tabela 5), contiveram subsídios significativos.

A terceira modalidade de financiamento utilizada pela CCGL junto a rede bancária, na sua primeira fase, destinou-se à compra de veículos. Essa modalidade não teve a mesma importância das duas anteriores.

Levando-se em consideração os índices inflacionários da época, embora com pequena importância, os financiamentos para compra de veículos também foram realizados com taxas de juros subsidiadas, especialmente nos contratos com o BNCC, face aos prazos de pagamento de 5 anos, sem cláusula de correção monetária.

6.2 - A Fase da Reconversão das Sobras

A partir do exercício de 1983, a CCGL, enquanto empresa, passa para uma nova fase de reprodução do seu capital. As fontes de terceiros, notadamente de capital público subsidiado, são reduzidas ao mínimo e os reinvestimentos passam a ter origem na retenção das sobras, via fundos legais e/ou estatutários, bem como, de fundos criados pela assembléia geral. Esta fase coincide com o período em que a CCGL, através de suas operações agroindustriais, consegue se apropriar, junto ao mercado, de taxas de lucratividade (sobras)(1) significativas. A decisão de distribuir as sobras às associadas (as cooperativas) ou mesmo aos produtores de leite, enquanto associados às cooperativas, colidiu com a necessidade de reinvestimentos da Central, face à pressão concorrencial do setor. Assim, a partir de 1983, a

(1) Para um maior aprofundamento a respeito da natureza das sobras nas empresas cooperativas, ver BENETTI (1982:135). No caso da CCGL, os excedentes por ela apropriados classificam-se, na concepção da autora, como lucros industriais, devido à sua natureza.

principal fonte de financiamento da CCGL passa a ser o capital próprio, especialmente pelas sobras retidas via fundos e, pelo capital integralizado pelas cooperativas.(2)

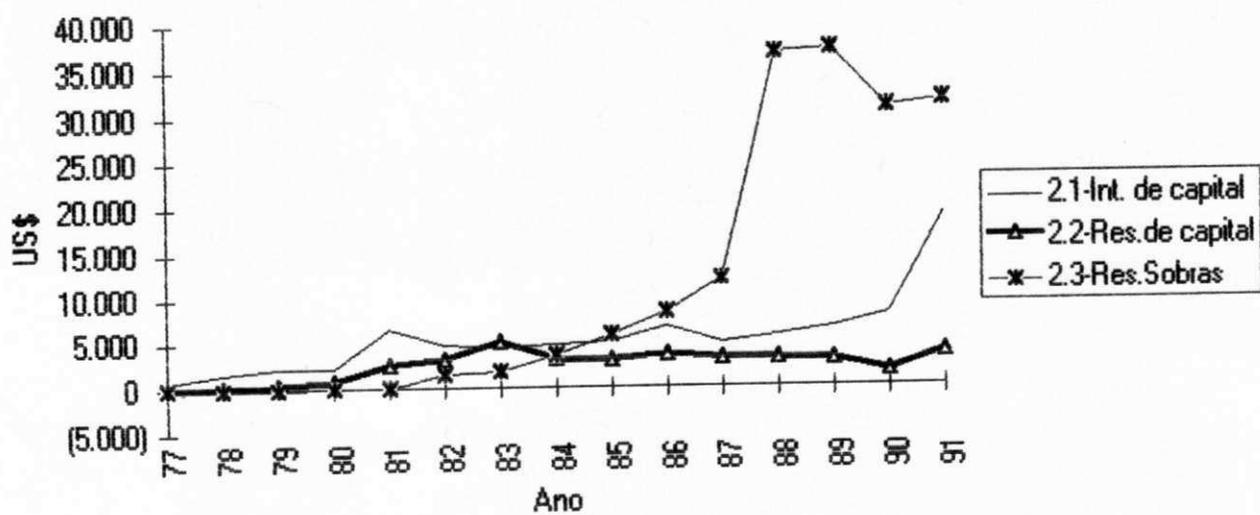
As duas fases foram viabilizadas pela especificidade cooperativa da empresa. Na primeira possibilitou à Central, obtenção de financiamentos de quotas de capital, antecipando a integralização destes, pelas cooperativas associadas, e a segunda fase possibilitou a retenção das sobras, através dos fundos, cuja especificidade é restrita às empresas cooperativas. A retenção das sobras, via fundos legais ou estatutários, constituíram-se em poderoso instrumento de financiamento dos reinvestimentos da CCGL possibilitando que a mesma constituísse uma estrutura industrial e comercial compatível com as necessidades de concorrência do mercado.

Para efeito de análise, o capital próprio, enquanto fonte de recursos para os reinvestimentos da CCGL, foram subdivididos em capital integralizado, fundos de reserva de capital e fundos de reserva de sobras.

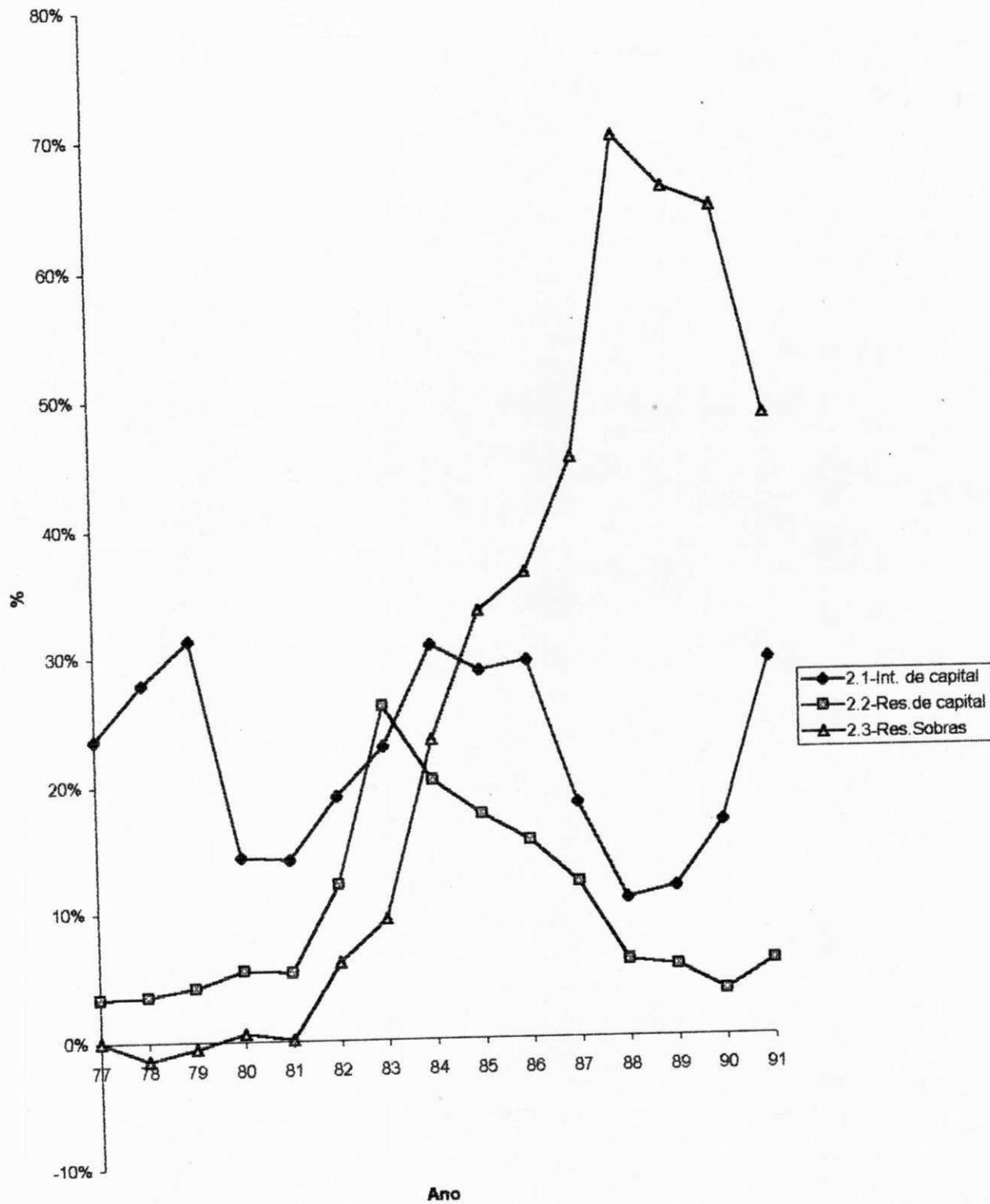
Os gráficos 5 e 6 apresentam a evolução histórica das fontes próprias de capital.

(2) Destaque-se que, entre 1977 e 1990, passaram-se 13 anos embora os balanços tenham sido convertidos em moeda forte (US\$), esta também sofreu desvalorização, em função da inflação dos EUA, que chegou a 114% no período(cf.REVISTA CONJUNTURA ECONOMICA).

Gráf.5 - CCGL: Origem do Capital Próprio



Gráf. 6 - Origem do Capital Próprio da CCGL



6.2.1 - Integralização de Capital

A integralização de capital é o mecanismo de participação direta das cooperativas associadas, enquanto fonte de recursos da CCGL. Os critérios de subscrição das quotas, bem como, da sua integralização, estão previstas nos Estatutos da Central. Conforme já fora abordado anteriormente, a subscrição de quotas partes serviu como mecanismo de capitalização da Central, na fase de implantação do parque industrial, através de linhas de crédito de bancos oficiais, fazendo com que o capital integralizado(3) tivesse se constituído na principal fonte de recursos próprios até o exercício de 1985, quando foi superada pelos fundos de reserva de sobras.

6.2.2 - Fundos de Reserva

Os fundos de reserva subdividem-se em reserva de capital e reserva de sobras. Para efeito de análise do papel dos fundos, enquanto fonte própria de reinvestimentos, interessa especificamente a evolução histórica dos fundos de reserva de sobras.

(3) Nos balanços da CCGL o capital integralizado aparece separado dos mecanismos de correção, contabilizados nas contas de reserva de correção monetária e reserva especial de capital. Para facilitar a análise, estas contas foram somadas ao capital integralizado.

A retenção das sobras obtidas pela Central constituíram-se numa poderosa fonte de financiamento da CCGL, especialmente a partir de 1982, quando a empresa passou a apresentar bons resultados em suas operações. Essa retenção foi realizada através dos diversos fundos de reserva previstos pela legislação, pelos Estatutos da Central e por decisão da Assembléia Geral.

Pode parecer o óbvio afirmar que os fundos de reservas de sobras só passaram a ter importância a partir de que os lucros (sobras) passaram a ser significativos no processo de funcionamento da CCGL. A afirmação deixa de ser tão óbvia quando considerada a possibilidade do caminho distributivista dos excedentes apropriados pela empresa. Nesse caso, as sobras poderiam crescer e, não necessariamente, com elas cresceriam os fundos. No caso da CCGL, os dois fenômenos andaram juntos, conforme demonstram os gráficos.

No primeiro ano de real funcionamento, o balanço da CCGL apresentou prejuízo (perda) equivalente a US\$ 87,8 mil. Essas perdas constituíram um fundo que foi sendo compensado pelos lucro (sobras) dos exercícios seguintes, até sua extinção, no exercício de 1982. Já no segundo exercício (1978), o balanço da empresa apresentou pequeno lucro (sobra), equivalente a US\$ 65,7 mil, que serviu para abater parte dos prejuízos do exercício anterior, não restando valores destinados aos fundos legais, nem tampouco para a Assembléia Geral decidir seu

destino. 1979 constituiu-se no primeiro exercício em que a Assembléia Geral da Central teve o "poder" de decidir sobre parte das sobras (as sobras líquidas do exercício equivaliam a US\$ 159,9 mil). Mesmo assim, 92 % dessas sobras foram destinadas previamente, sendo que 2 % foi absorvido pelo FATES, 7 % pelo Fundo de Reserva e 83 % para o Fundo de Reserva de Resultados Inflacionários a Realizar. No exercício de 1980, o percentual do resultado do exercício, destinado à decisão da Assembléia Geral subiu para 36 % do total das Sobras Líquidas do Exercício, sendo que o FATES recebeu 35 % e o Fundo de Reserva recebeu 29 % do total das sobras. No exercício de 1981, o total das sobras foram destinadas ao Fundo de Reserva de Resultados Inflacionários a Realizar, o que ajuda a explicar o crescimento do Fundo de Equalização, enquanto Fundo de Reserva de Capital.

Ao longo dos 15 exercícios, aqui analisados, o volume total das sobras líquidas obtidas pela CCGL, chegou a aproximadamente US\$ 42 milhões (descontados os prejuízos do exercício de 1977). Desse total, 62,4 % foram retidos compulsoriamente, em forma de sobras, sendo que somente o Fundo para Aumento de Capital absorveu 31 % do total das sobras, o FATES absorveu outros 13,2 %, o Fundo de Reservas ficou com 9,8 %, o Fundo de Reserva de Resultado Inflacionário a Realizar absorveu mais 4,3 % e, finalmente o FACTEC absorveu 4,1 %. Do total das sobras líquidas, 36,8 % destinaram-se a decisão da

Assembléia Geral Ordinária. Os 0,8 % restantes foram distribuídos antecipadamente, para as cooperativas (Ver anexo, tabela A2.3).

Os relatórios não permitem a identificação do destino dado às sobras, durante todos os 15 anos analisados. Apenas 6 relatórios, entre 1982 e 1988, possuem em anexo, cópias das atas das Assembleias Gerais. Com essas atas, é possível ter uma idéia do destino dessas sobras:

. exercício de 1982/83 - os US\$ 416 mil a disposição da Assembléia foram capitalizados, de acordo com a entrega de leite das associadas;

. exercício de 1983/84 - os US\$ 338 mil foram capitalizados, em função de compromisso assumido por ocasião da obtenção de recursos pela Resolução 761 do Banco Central, sendo que para tanto, as associadas foram divididas em 3 categorias:

a) para as cooperativas possuidoras de Postos de recepção e resfriamento com laboratório próprio, capitalização do equivalente a US\$ 0,0027 por litro de leite entregue;

b) para as cooperativas que utilizam plataforma da CCGL com despesas de pessoal, de produtos químicos e de limpeza, capitalização equivalente a US\$ 0,0015 por litro de leite entregue;

c) para as cooperativas que mantêm apenas pessoal de controle nas plataformas, capitalização equivalente a US\$ 0,0008 por litro de leite entregue.

. exercício de 1984/85 - dos US\$ 986 mil a disposição da Assembléia Geral, US\$ 607 mil foram destinados ao Fundo de Reserva de Contingência e o restante, equivalentes a US\$ 379 mil foram capitalizados, seguindo os critérios do exercício anterior.

. exercício de 1985/86 - dos US\$ 1,1 milhão, US\$ 537 mil foram para o Fundo de Reserva de Contingência e os restantes US\$ 563 mil foram capitalizados seguindo os critérios dos exercícios anteriores;

. exercício de 1986/87 - os US\$ 861 mil foram distribuídos em três formas diferentes:

a) US\$ 431 mil foram distribuídos para as cooperativas, de acordo com o volume de leite entregue no exercício;

b) US\$ 334 mil foram para o Fundo de Reserva de Contingência;

c) os US\$ 96 mil restantes foram capitalizados;

. exercício de 1987/1988 - dos US\$ 987 mil à disposição da Assembléia Geral, US\$ 8,4 mil foram doados aos Diretores em forma de gratificação e os US\$ 978,6 mil foram capitalizados em quotas-partes.

As sobras à disposição da Assembléia Geral, dos exercícios entre 1982/83 e 1987/1988 totalizaram US\$ 4.688 mil. Destes, US\$ 4.248,6 mil representando 90,6 % do total ficaram retidos na Central e apenas 9,4 % foram distribuídos. Das sobras

retidas, por decisão da Assembléia Geral, 59,1 % do total foram capitalizados e 31,5 % foram destinados ao Fundo de Reserva de Contingência. As sobras distribuídas foram de US\$ 439,4 mil, sendo que US\$ 431 mil, representando 9,2 % do total foram distribuídos entre as cooperativas e US\$ 8,4 mil, representando 0,2 % do total foram repassadas aos Diretores, a título de gratificação.

As sobras distribuídas, por decisão da Assembléia Geral representaram 9,4 % das sobras, ao qual esta, teve poder de decidir, comparadas com as sobras líquidas do exercício, que no período entre 1982/1983 e 1987/1988 chegaram US\$ 11.543.992, representaram apenas 3,8 %.

Embora as decisões tomadas pela Assembléia Geral no período analisado não possam ser estendidas aos exercícios seguintes, é possível afirmar que está configurada uma prática dentro da Central, no que diz respeito à distribuição das sobras. Assim, a quase totalidade do excedente que a CCGL consegue com suas operações são retidos em forma de fundos de sobras e capitalização. Assim, a retenção das sobras se constituíram, ao longo do desenvolvimento da empresa, numa poderosa fonte de financiamento dos investimentos da CCGL, a exemplo dos recursos públicos subsidiados.

7 - INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme constatado no item 6.2, a partir da segunda metade da década de 80, os resultados obtidos nas operações da CCGL, enquanto empresa do ramo industrial, foram fundamentais como fonte de capital, viabilizando sua reprodução. Alguns indicadores, aqui analisados, contribuem sobremaneira para comprovar essa assertiva. Tanto os indicadores de liquidez, de endividamento, bem como, de rentabilidade e lucratividade, apontam para dois períodos bem distintos na vida econômica e financeira da CCGL. O primeiro inicia em 1977 e se estende até 1982, caracterizando-se pelo alto grau de endividamento e pela baixa rentabilidade do capital. O segundo período inicia em 1983 e se estende até o último exercício analisado (1991), caracterizando-se pelo baixo nível de endividamento e por melhores taxas de rentabilidade do capital, tendo como excepcional o exercício de 1989, tido pela direção da CCGL como "um ano de grandes dificuldades". Para a análise do desempenho econômico e financeiro da CCGL foram selecionados os seguintes indicadores: coeficientes de liquidez; endividamento; lucratividade e rentabilidade do capital.

7.1 - Coeficientes de Liquidez

O estudo da liquidez objetiva verificar a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos em dia, num dado momento. Trata-se, pois, de encontrar os coeficientes que mostrem a situação das dívidas da empresa em relação a sua capacidade de pagamento.

Para a análise da capacidade de pagamento das dívidas da CCGL foram utilizados o coeficiente de liquidez circulante, de liquidez geral e o capital de trabalho. A liquidez circulante identifica a capacidade da empresa em liquidar seus compromissos de curto prazo, a partir de seus recursos aplicados em disponível, estoques e direitos de curto prazo, esse coeficiente é obtido a partir da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. A liquidez geral identifica a capacidade da empresa em liquidar todos seus compromissos, de curto e longo prazo, a partir de suas aplicações no ativo circulante e no realizável a longo prazo, sendo que esse coeficiente é obtido a partir da divisão do ativo circulante - somado ao ativo realizável a longo prazo - pelo passivo circulante - somado ao passivo exigível a longo prazo. O capital de trabalho indica o volume de recursos próprios aplicados no ativo circulante - obtido após a subtração das dívidas de curto prazo.

Tabela 6 - CCGL: Coeficientes de Liquidez - 1977/91

EXERCÍCIO	CIRCULANTE	GERAL	CAPITAL DE TRABALHO
1977	0,41	0,50	(142)%
1978	0,76	0,79	(31)%
1979	0,92	0,79	(8)%
1980	0,82	0,47	(22)%
1981	0,68	0,84	(46)%
1982	0,82	0,89	(22)%
1983	1,33	1,29	25 %
1984	1,89	1,80	47 %
1985	2,79	1,64	64 %
1986	2,43	2,66	59 %
1987	2,01	2,01	50 %
1988	3,61	3,64	72 %
1989	2,99	3,15	67 %
1990	3,18	3,30	69 %
1991	2,77	2,91	64 %

FONTE: Elaborada a partir dos balanços da CCGL

Os coeficientes de liquidez, bem como, o capital de trabalho, constantes na tabela 6, tiveram comportamentos semelhantes ao longo dos 15 exercícios analisados, dividindo-se em duas fases.

Na primeira fase, que inicia em 1977 e vai até 1982, o capital próprio da CCGL não era suficiente para resgatar as suas dívidas, bem como, apresentava capital de trabalho negativo. Em alguns exercícios, os indicadores de liquidez eram tão baixos, que, certamente, criavam dificuldades na obtenção de crédito junto a instituições bancárias. Ou seja, a CCGL não constituía-se como empresa "confiável", enquanto resgate de suas dívidas.

Na segunda fase, que iniciamos no exercício de 1983, os indicadores de liquidez se invertem passando de negativos para positivos. A CCGL passa, então, de não-confiável, para uma empresa de alta confiabilidade, enquanto resgate de suas dívidas. Esse comportamento está ligado ao processo de reprodução da empresa como um todo, conforme já analisado no item anterior desse trabalho. Ou seja, a periodização das fontes de capital da CCGL coincidem com a periodização da sua capacidade de liquidar seus compromissos.

7.2 - Coeficientes de Segurança

Os coeficientes de segurança medem o nível de garantias que a empresa oferece para o resgate de seus compromissos junto aos credores. É um indicador bastante utilizado pelos bancos quando a empresa solicita novos empréstimos. Para medir o nível de segurança da CCGL, foram utilizados 4 diferentes coeficientes: o primeiro é o coeficiente de dívidas totais, que possibilita medir a garantia oferecida pela empresa para o resgate das suas dívidas totais. Obtém-se o coeficiente de margem de segurança em relação às dívidas totais, divide-se o passivo total pelo patrimônio líquido; o segundo é o coeficiente de dívidas correntes, que mede o nível de garantia que a empresa oferece para o resgate dos compromissos de curto prazo. O coeficiente é obtido pela divisão do passivo circulante pelo patrimônio líquido; o terceiro é o coeficiente

de dívidas de longo prazo, que mede a capacidade de garantia das dívidas de longo prazo, através do capital de trabalho, ou do capital circulante líquido; o quarto, e último coeficiente utilizado, é o de segurança máxima, que mede as garantias de resgate dos compromissos da empresa em caso de parada total de suas atividades. Esse coeficiente é obtido através da divisão do passivo total pelo ativo total.

Tabela 7 - CCGL: Coeficientes de Segurança - 1977/91

EXERCÍCIO	DÍVIDAS TOTAIS	DÍVIDAS CORRENTES	DÍVIDAS DE LONGO PRAZO	SEGURANÇA MÁXIMA
1977	2,73	1,52	1,35	0,36
1978	2,23	1,23	3,43	0,70
1979	1,87	1,15	8,17	0,65
1980	3,91	1,88	6,00	0,80
1981	4,16	2,57	1,96	0,81
1982	1,69	1,26	1,93	0,63
1983	0,71	0,53	0,95	0,41
1984	0,34	0,27	0,01	0,25
1985	0,25	0,22	0,10	0,20
1986	0,23	0,23	0,01	0,19
1987	0,33	0,32	0,03	0,25
1988	0,15	0,15	0,00	0,13
1989	0,20	0,20	0,00	0,17
1990	0,18	0,18	0,00	0,15
1991	0,19	0,19	0,01	0,16

FONTE: Elaborada a partir dos balanços da CCGL.

Os coeficientes constantes na tabela 7 permitem uma periodização idêntica a verificada nos coeficientes de liquidez. Ou seja, no período entre 1977 e 1982, a CCGL podia ser considerada, pelos agentes financiadores de capital, como

uma empresa que não inspirava confiabilidade. No segundo período, que se inicia em 1983, a situação inverte-se e, a cada exercício que passava, a empresa melhorava sua situação, em termos de segurança que oferecia aos seus emprestadores de capital. Esse fenômeno está diretamente ligado ao desempenho econômico da CCGL, medido através dos coeficientes de rentabilidade e lucratividade do capital.

7.3 - Coeficientes de Rentabilidade

O estudo da rentabilidade tem por finalidade constatar os percentuais de remuneração dos diversos tipos de indicadores de capitais, de ativos e de outros aspectos do patrimônio da empresa. Para analisar a rentabilidade da CCGL foram selecionados 4 coeficientes calculados a partir do lucro líquido do exercício (sobra líquida, no caso da CCGL): o primeiro é o coeficiente de rentabilidade do capital social, que demonstra a rentabilidade do capital dos associados (do capital integralizado, no caso da CCGL) da empresa e, é obtido pela relação entre as sobras líquidas do exercício pelo capital integralizado; o segundo é o coeficiente de rentabilidade do patrimônio líquido, que mede a rentabilidade do capital próprio, obtido a partir da relação das sobras líquidas do exercício, pelo patrimônio líquido; o terceiro é o coeficiente de remuneração do ativo total, que mede a rentabilidade de todo

o capital aplicado na empresa, obtido através da relação das sobras líquidas do exercício, pelo ativo total; o quarto, e último, é o coeficiente de retorno do capital operacional, obtido a partir da relação das sobras líquidas do exercício, pelo ativo total, descontando o capital aplicado nos investimentos (capital aplicado em outras empresas). Todos os quatro coeficientes foram calculados a partir do exercício de 1978, em função de que no exercício de 1977 não ter ocorrido lucro (ou sobras).

Tabela 8 - CCGL: Coeficientes de Rentabilidade - 1978/91

EXERCÍCIO	CAPITAL SOCIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ATIVO TOTAL	TAXA DE RETORNO
1978	3,8	3,4	1,1	1,1
1979	7,2	6,5	2,2	2,3
1980	5,8	4,1	0,8	0,8
1981	25,0	18,1	3,5	3,7
1982	31,1	15,9	5,9	6,5
1983	16,0	5,3	3,7	4,0
1984	45,4	18,8	14,0	15,7
1985	53,5	19,3	15,4	17,2
1986	28,4	10,3	8,4	9,3
1987	53,1	12,9	9,7	10,7
1988	53,7	6,6	5,8	6,3
1989	194,5	27,2	22,6	23,8
1990	79,7	15,7	13,4	14,9
1991	22,5	7,9	6,6	7,2

FONTE: Elaborada a partir dos balanços da CCGL

A análise do coeficiente de rentabilidade do capital social mostra que houve certa irregularidade nesse indicador,

entre 1978 e 1991, não possibilitando nenhum tipo de periodização.

Em alguns exercícios, a CCGL conseguiu remunerar seu capital próprio com altos índices. Em outros, porém, o capital próprio apresentou baixas taxas de rentabilidade.

O coeficiente de remuneração do ativo total, ao longo dos 14 anos analisados, não apresenta alterações significativas em relação a rentabilidade do patrimônio líquido. Em alguns exercícios, a remuneração do ativo total foi bastante elevada, especialmente se considerado que estão incluídos todo o capital permanente da empresa.

A rentabilidade do capital aplicado no ativo total, excluída as aplicações nos investimentos financeiros (em outras empresas), segue a mesma tendência dos coeficientes anteriormente analisados, com alternância entre exercícios de elevado retorno e exercícios com percentuais bastante baixos.

O comportamento do mercado do setor leiteiro, bem como, as constantes mudanças ocorridas na política econômica podem explicar as variações dos indicadores de rentabilidade do capital da CCGL ao longo dos 14 exercícios analisados, constantes na tabela 8. Ou seja, ao atuar no mercado do setor leiteiro, a CCGL, por um lado, influencia esse mercado e, por outro, recebe influências desse mesmo mercado, que, por sua vez, é influenciado pela ação das políticas governamentais.

7.4 - Coeficientes de Lucratividade

Estudar a lucratividade consiste em comparar os diversos estágios do resultado (lucro bruto, lucro operacional, e lucro líquido do exercício) da empresa com o volume monetário da receita operacional líquida do período em análise. Para tanto, foram utilizados: o coeficiente de margem de lucro operacional bruto, que consiste em analisar a margem de lucro bruto sobre as receitas líquidas operadas pela empresa; a margem de lucro operacional líquida que é obtida a partir da relação do lucro operacional líquido pela receita operacional líquida; a margem de lucro líquido do exercício, que relaciona o lucro líquido do exercício com a receita operacional líquida. No caso da CCGL, a análise dos coeficientes de lucratividade dos exercícios de 1977 e 1978 ficam prejudicados, em função de que no primeiro exercício ocorreram prejuízos e no segundo, os lucros foram apenas inflacionários.

Tabela 9 - CCGL: Coeficientes de Lucratividade: 1979-1991

EXERCÍCIO	OPERACIONAL BRUTA	OPERACIONAL LÍQUIDA	LÍQUIDA
1979	7,2	(54,8)	1,9
1980	5,9	0,7	0,8
1981	10,0	6,9	4,9
1982	19,2	0,6	4,0
1983	17,2	3,2	2,9
1984	20,2	9,8	10,5
1985	20,7	17,8	10,2
1986	19,1	13,4	6,0
1987	25,1	15,1	7,9
1988	32,2	24,1	7,0
1989	40,3	60,2	46,0
1990	28,2	24,2	12,4
1991	34,6	35,4	9,9

FONTE: Elaborada a partir dos balanços da CCGL

Os indicadores constantes da tabela 9 apresentam uma evolução distinta nos 13 exercícios analisados. Esse fenômeno se deve, especialmente, ao processo inflacionário, que interferiu decisivamente na lucratividade da empresa, seja pelos custos financeiros, seja pela receita obtida através de aplicações no mercado financeiro, o qual é contabilizada enquanto receita não operacional. Exemplo típico é o exercício de 1989, em que o lucro operacional líquido foi maior do que o lucro operacional bruto. Outro fator que interferiu nos diversos níveis de lucratividade foi o lucro obtido com as empresas controladas. Esses lucros não são contabilizados enquanto lucro operacional.

SÍNTESE E CONCLUSÕES

A CCGL, enquanto empresa cooperativa de segundo grau, teve papel determinante no processo de reprodução do modelo criado pelas cooperativas gaúchas de trigo e soja para viabilizar a industrialização do leite no Estado. Constituída a partir da junção de capital das cooperativas, a empresa se desenvolveu - nas dimensões da quantidade e da qualidade - em ritmo bastante acelerado, se comparada com às empresas existentes no setor de leite, no Estado.

O nível de acumulação - investimentos produtivos - levou à concentração de capital, transformando a CCGL num "quase" monopólio do setor leiteiro gaúcho. Essa acumulação está diretamente ligada à constituição do parque industrial - foi viabilizada pelos recursos públicos subsidiados, através do crédito rural, numa primeira fase e, pela reconversão das sobras, numa segunda fase.

A obtenção de crédito oficial subsidiado teve papel fundamental no processo de implantação e desenvolvimento do parque industrial e, por consequência, da própria CCGL. Essa obtenção só foi possível pela constituição jurídica da empresa, ou seja, por tratar-se de uma cooperativa. O acesso a essa forma de captação de capital se deu especialmente pelas linhas

de crédito especiais para o financiamento de quotas-capital, sem aplicação previamente determinadas. É importante salientar que esses recursos, embora com certa abundância, na época da constituição da Central, eram limitados na quantidade. Essas linhas de crédito destinavam-se às cooperativas como um todo. Para que a CCGL pudesse obter maiores volumes do crédito, foi necessário que as cooperativas singulares "abrissem mão" de recursos que poderiam ser utilizados por elas, como forma de financiamentos subsidiados para seus investimentos. Assim, além do capital que as cooperativas integralizaram, através dos financiamentos obtidos junto ao crédito oficial para as quotas-partes, contribuíram muito, com a transferência de subsídios que poderiam ser auferidos por elas se captados esses recursos.

O nível de acumulação e centralização do capital permitiu à CCGL concorrer com "vantagens" frente as demais empresas que atuavam no setor. Esse processo levou a Central a centralizar capital, especialmente na primeira fase de constituição do seu parque industrial, quando expropriou outras empresas do setor de laticínios.

Nos primeiros anos da década de 80, a CCGL alterou sensivelmente a sua fonte de financiamento dos investimentos. Para tanto, ocorreram dois fenômenos importantes:

1 - o esgotamento do modelo de crédito rural subsidiado, implantado no final da década de 60, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, praticamente inviabilizou essa fonte

como financiadora dos investimentos da CCGL no seu parque industrial;

2 - a CCGL, enquanto indústria processadora do leite, passava por um período que pode ser considerado como de "maturação" dos seus investimentos. Com isso, a Central começou a apresentar resultados operacionais positivos e em ritmo de crescimento nos exercícios seguintes.

Com isso, a reconversão das sobras passou a se constituir no novo padrão de financiamento da empresa. Esse processo só foi possível em função da especificidade jurídica do capital cooperativo, que permitiu a retenção de lucros (ou sobras), através de diversos fundos previstos pela legislação cooperativista, pelos Estatutos Sociais e pela Assembléia Geral.

A reconversão das sobras, se, de um lado, possibilitou o processo de acumulação de capital, por outro, recoloca a discussão do princípio doutrinário que prega a distribuição dessas sobras, nas cooperativas e o conflito já abordado no capítulo 2, onde a empresa cooperativa deixa a lógica da reprodução dos seus associados, para viabilizar a sua própria reprodução, forçada pela concorrência capitalista, que exige o constante reinvestimento dos seus lucros (ou sobras). A CCGL é a própria materialização desse conflito. Distribuindo as sobras, a empresa não consegue acumular no ritmo que lhe permite vantagens em relação aos concorrentes que, em última

instância, se constitui no fator fundamental de apropriação do excedente social. Se, de outro lado, reinveste as sobras, retendo-as, gera conflitos com os produtores de leite, que, embora sejam associados das cooperativas singulares, sentem-se proprietários da Central.

CAPÍTULO V

AS COOPERATIVAS SINGULARES E O MODELO CCGL

INTRODUÇÃO

No presente capítulo analisa-se o desenvolvimento das cooperativas singulares, enquanto participantes do modelo CCGL. Para tanto, pressupõe-se que as mesmas não são cooperativas específicas de produtores de leite, mas cooperativas de trigo e soja que atuam no setor leiteiro enquanto alternativa de renda aos seus associados. Mesmo que as cooperativas, em seus discursos oficiais, busquem a reprodução dos seus associados, é certo que necessitam viabilizar sua própria reprodução, caracterizando um dos principais conflitos das cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul, conforme abordagem, no capítulo 1 desse trabalho.

Assim, procura-se responder a questão: quais as vantagens econômicas que as cooperativas singulares possuem ao atuar na atividade leiteira e participarem do modelo CCGL? Para responder essa questão, aborda-se o tema em duas dimensões, sendo que na primeira, caracteriza-se o papel estratégico que as cooperativas possuem no modelo, enquanto que na segunda dimensão, relaciona-se especificamente às vantagens econômicas de forma direta e indireta que as cooperativas possuem ao participar do modelo CCGL. Para tanto utilizou-se, como referência, a COTRIJUÍ.

1 - O PAPEL DAS COOPERATIVAS SINGULARES NO MODELO CCGL

As cooperativas singulares, ou de 1º grau, exercem papel fundamental na reprodução do modelo por elas criado (1), ao nível da produção, da assistência técnica, dos aspectos financeiros e como instrumento de mediação. Nesse processo, as cooperativas investem capital e, por outro lado, obtêm receitas diretas e indiretas com o setor de leite. Destaque-se que a maioria das cooperativas participantes do modelo CCGL são cooperativas de trigo e soja, sendo que a atividade leite compõe o rol de produtos considerados como alternativos à renda dos associados(2).

A entrada da maioria das cooperativas no setor do leite foi uma imposição da necessidade histórica de criar alternativas de renda, especialmente aos pequenos produtores. A permanência ou não no setor, por parte das cooperativas depende especialmente dos resultados obtidos de forma direta ou indireta com a atividade. Assim, quais as vantagens que as cooperativas possuem em atuar no setor leiteiro e fazer parte do modelo CCGL? Esta é a grande questão que se coloca ao

(1)O desenvolvimento da atividade leiteira descaracterizou o modelo, em alguns aspectos, especialmente pela relação direta entre a Central e os produtores de leite, através da Laticínios Satélite.

(2)O leite não se constitui em atividade principal das cooperativas associadas, nem dos produtores a elas ligados - com algumas exceções.

analisar a participação dessas no modelo. A resposta a essa questão está diretamente ligada ao papel das cooperativas no modelo.

Conforme já abordado no item que descreve o modelo CCGL, neste capítulo, a tarefa fundamental das cooperativas está ligada à organização do processo produtivo. Em síntese, as cooperativas são responsáveis pelo setor, desde a organização do processo produtivo (organização das bacias leiteiras), até a entrega do leite para a industrialização, quando passa a atuar a CCGL.

1.1 - A Organização da Produção

As cooperativas organizam as bacias leiteiras, de acordo com as características do seu quadro social. Cada bacia leiteira é composta por uma série de linhas de leite, que, por sua vez, englobam vários produtores. As linhas de leite, cujo critério de definição é o trajeto percorrido pelo caminhão de coleta, de modo geral, são compostas por uma ou mais comunidades do interior dos municípios. A coleta é realizada diariamente, quando os produtores não possuem resfriadores e de dois em dois dias, quando os produtores possuem resfriadores. A CCGL e as cooperativas vêm intensificando um programa de coleta do leite a granel. Para tanto, os produtores necessitam dos

refriadores, que podem ser específicos para o leite (3) ou mesmo freezer convencional, desde que possam conservar o produto com temperaturas baixas o que inibe o desenvolvimento de bactérias que causam a acidez. Os resfriadores podem ser individuais ou mesmo comunitários.

No caso da COTRIJUÍ, que entrega a segunda maior produção de todas as cooperativas ligadas a CCGL, 90 % do leite é coletado a granel e a meta é chegar a 100 % no mês de abril de 1994. A coleta do leite a granel apresenta algumas vantagens em relação a coleta convencional. Do ponto de vista do produtor, evita perdas por acidez e diminui os custos com transporte (4). Do ponto de vista da indústria, além de viabilizar uma matéria-prima de melhor qualidade, dispensa todas as operações da plataforma de recebimento, exigidas na coleta convencional.

As cooperativas são responsáveis pela manutenção das instalações físicas e pelas atividades operacionais dos postos de recebimento e resfriamento do leite. Nas regiões onde existem usinas e o leite é recebido dispensando os postos de resfriamento, as cooperativas são responsáveis pelas operações da plataforma de recebimento - pessoal e produtos necessários.

(3) A CCGL, através da Laticínios Satélite, está produzindo resfriadores e ordenhadeiras, que são comercializados junto aos produtores, com financiamento pelo sistema "troca-troca".

(4) Os custos de transportes com a coleta a granel são menores, por não exigir coleta diária, diminuir o uso de tarros, demandar menor desgaste de veículo e menos força de trabalho.

1.2 - Fomento e Assistência Técnica

Os programas de fomento à produção são de responsabilidade das cooperativas. Alguns programas são organizados pela CCGL e executados pelas cooperativas, através de seu corpo técnico. São os programas gerais. Outros programas são específicos de cada cooperativa, dependendo de sua realidade.

Para a assistência técnica aos produtores, as cooperativas mantêm uma equipe técnica composta por agrônomos, zootecnistas, veterinários e técnicos agrícolas. A equipe técnica, de modo geral, atende as diversas atividades de produção animal e vegetal dos associados. As cooperativas onde o setor de leite possui maior importância, mantêm um coordenador que, geralmente é um agrônomo ou veterinário. Esse coordenador é responsável pelo planejamento da atividade em toda a área de abrangência da cooperativa. Nas diversas unidades da cooperativa a atividade é acompanhada pelos técnicos, juntamente com as demais atividades. Praticamente todas as cooperativas mantêm postos de inseminação artificial, visando a melhoria genética do gado leiteiro.

Para a manutenção da assistência técnica, a CCGL repassa para as cooperativas 1,5 % sobre a fatura mensal do leite repassado ao produtor. No caso da COTRIJUÍ, que entrega o equivalente a US\$ 10 milhões por ano, a cooperativa recebe US\$ 150 mil por ano, ou US\$ 12.500 por mês (em média). Esses recursos permitem manter uma equipe técnica de bom nível. Com

essa sistemática de repasse de recursos para a assistência técnica, interessa às cooperativas entregar o maior volume possível de leite à Central.

1.3 - O Repasse Financeiro

A relação direta entre indústria e produtores se dá somente nas áreas onde as cooperativas não atuam no setor de leite. Nesse caso, a relação entre CCGL e produtores se dá através da Laticínios Satélite.

Onde há cooperativa, a relação entre os produtores e a CCGL passa, necessariamente, pela mesma. Nesse caso, o produtor entrega a produção à cooperativa singular e essa entrega toda a produção de seus associados à CCGL. A CCGL paga a produção entregue para a cooperativa, que faz o repasse aos seus associados. Esse pagamento é realizado no dia 15 do mês subsequente ao da entrega da produção. No mesmo dia, as cooperativas repassam aos produtores. Para esse repasse, é utilizada a estrutura do cooperativismo de crédito, através do SICREDI que mantém postos em todos os municípios sede das cooperativas que atuam no setor de leite e são ligadas à CCGL(5) .

(5)Ao SICREDI interessa muito realizar o pagamento do leite, em função do volume de recursos que gira no sistema e porque muitos produtores movimentam conta corrente e acabam não utilizando todo o dinheiro na data do depósito. Outros produtores que se encontram em boa situação aproveitam para realizar aplicações financeiras no próprio SICREDI. Para as cooperativas de produção representa economia na estrutura de pagamento necessária.

Além do pagamento do leite, as cooperativas repassam os financiamentos, através de programas específicos de investimentos. Atualmente, a CCGL financia diretamente, através do sistema "troca-troca", ou "equivalência produto", todos os equipamentos e animais necessários aos produtores. Nesses casos, os produtores adquirem os animais ou equipamentos, através da cooperativa, a CCGL efetua o pagamento do mesmo e amortiza o empréstimo, retendo certa quantia de leite mensalmente. A cooperativa retém a mesma quantia de leite entregue pelo produtor, acrescida de um percentual, para abater suas despesas.

As cooperativas ficam com os possíveis riscos pelos financiamentos, embora os problemas com pagamentos sejam mínimos, em função das características da atividade e da forma de pagamento via produto entregue. Os riscos ocorrem na eventualidade de alguns produtores abandonarem a atividade sem saldar suas dívidas. Todos os insumos, equipamentos e animais integrantes dos programas de financiamento têm seus preços acrescidos de um percentual destinado a cobrir os custos da cooperativa. Esse acréscimo é determinado pelas cooperativas, podendo ser diferente de uma para outra.

1.4 - Instrumento de Mediação

As cooperativas exercem a mediação na negociação de preços e demais condições entre os produtores e a CCGL e entre os produtores e os freteiros.

Entre os produtores as principais discussões ficam centradas no preço pago pelo leite, nos prazos de pagamento e na questão do leite extra-quota, além dos programas de financiamento e dos programas de incentivo à melhoria da qualidade do leite.

Entre os produtores e os freteiros, a discussão fundamental ocorre na determinação do frete. Os valores do frete, que é pago pelos produtores, é determinado: pela distância entre a unidade de produção e o posto de recebimento; pelo sistema de coleta e pela quantidade de leite entregue pelo produtor. Assim, o produtor que paga o maior frete é aquele que fica mais longe do posto de recebimento ou que não possui resfriador para coleta a granel ou ainda que entrega pequena quantidade de leite. Por outro lado, o produtor que paga o menor frete é aquele que mora perto do posto de recebimento, possui resfriador possibilitando a coleta a granel e entrega grande quantidade de leite. Uma vez negociado o preço do frete, a cooperativa desconta do valor do leite a ser pago ao produtor e repassa aos freteiros.

Os freteiros estão organizados numa associação que os representa nas negociações junto aos produtores, e junto a

CCGL, em questões diversas, bem como reivindica, perante o poder público, melhorias nas estradas.

Os produtores, na maior parte das cooperativas, estão organizados nas comissões do leite, que, a partir da metade de 1993, passaram a ser reconhecidas pela CCGL como instância de representação consultiva dos fornecedores de matéria-prima. Ao nível das cooperativas, essas comissões desempenham importante papel. De modo geral, são bastante ativas e organizadas.

No caso da COTRIJUÍ, a comissão de produtores possui três instâncias de participação: a nível de linha de coleta; a nível de unidade de recebimento; a nível de cooperativa/comissão regional de produtores de leite. "A escolha dos conselheiros e suplentes pode ser por linha de coleta de leite ou por núcleos da linha. Se por linha, terá um conselheiro para cada 50 produtores e no mínimo 01 por linha. Se por núcleo, então, 01 por núcleo, escolhidos em reunião convocada para tal."(COTRIJUÍ, Normas de Funcionamento da Comissão de Produtores de Leite).

2 - O RESULTADO ECONÔMICO DAS COOPERATIVAS

Uma das grandes questões levantadas sobre a reprodução do modelo CCGL, diz respeito aos resultados econômicos das cooperativas ao atuarem no setor de leite e participarem do modelo. Para tentar responder essa questão, foram utilizados os dados da COTRIJUÍ, tendo-a como paradigmática, em função de que essa cooperativa foi a principal articuladora do modelo e, atualmente, mantém a segunda maior produção das cooperativas associadas a CCGL. Com isso, ficam ressaltadas as possibilidades de que em outras cooperativas os resultados possam não ser os mesmos.

As cooperativas participantes do modelo possuem vantagens econômicas diretas e indiretas. As vantagens diretas podem ser facilmente verificadas, através do balanço de resultado e pelos percentuais de repasse e capitalização. As vantagens indiretas são de difícil quantificação, necessitando de pesquisa específica.

2.1 - Resultados Diretos

Conforme já abordado anteriormente, a CCGL repassa às cooperativas os custos que estas possuem com o recebimento do leite, junto as plataformas. Esse repasse varia de acordo com

as mais diversas especificidades das cooperativas. Com isso, ficam ressarcidas as despesas com recebimento do leite. Outro repasse importante é o percentual de 1,5 % sobre o valor do leite repassado pela CCGL às cooperativas, para cobrir despesas de assistência técnica. No caso da COTRIJUÍ, o repasse para assistência técnica é de aproximadamente US\$ 150 mil por ano ou US\$ 12,5 mil por mês. Levando-se em consideração que os técnicos pagos com essa receita não atuam somente na atividade leiteira, torna-se um importante subsídio para a assistência técnica de outras atividades econômicas que a cooperativa atua.

A cooperativa, no caso a COTRIJUÍ, desconta, sobre o preço do leite pago ao produtor, 1 % a título de taxa de custeio e mais 2 % a título de capitalização. O primeiro entra como receita operacional e o segundo, embora seja lançado como integralização de capital, constitui-se numa fonte de capitalização própria da cooperativa. Considerando os volumes de repasse da COTRIJUÍ, aos seus associados, os valores retidos a título de taxa de custeio e capitalização giram em torno dos US\$ 300 mil anuais.

Analisando os balanços de resultados da COTRIJUÍ, que apresentam as sobras e perdas com a atividade leite, verifica-se que nos 16 exercícios, entre 1977 e 1992, a atividade leite apresentou perdas em 9 e sobras em apenas 7 exercícios. As perdas ocorreram entre os exercícios de 1978 e 1986. Ocorreram sobras no exercício de 1977 e a partir do exercício de 1987. Nos últimos 6 exercícios não ocorreram perdas com a atividade.

Transformando os valores na moeda forte da época (dólar), observa-se que a soma das perdas chegaram a US\$ 284.501, enquanto a soma das sobras chegaram a US\$ 57.911. Assim, no período, como um todo, a cooperativa teve perdas de US\$ 226.590 de forma direta, na atividade leite.

Tabela 1 - COTRIJUÍ: Sobras e Perdas com a Atividade Leite 1977/92 (EM US\$)

EXERCÍCIO	SOBRAS/PERDAS	EXERCÍCIO	SOBRAS/PERDAS
1977	703	1985	(9.530)
1978	(30.255)	1986	(1.807)
1979	(22.980)	1987	3.538
1980	(31.606)	1988	711
1981	(39.278)	1989	26.957
1982	(95.607)	1990	1.274
1983	(41.440)	1991	15.083
1984	(12.025)	1992	9.645

 FONTE: Elaborada a partir dos Balanços de Resultados da COTRIJUÍ

As sobras ocorridas a partir do exercício de 1987 se devem a dois fatores, em especial. O primeiro foi a compra dos equipamentos dos postos de recebimento e resfriamento das cooperativas, por parte da CCGL. Com isso, diminuíram os custos com depreciação desses equipamentos. O segundo fator refere-se a uma série de repasses que a CCGL passou a realizar para as cooperativas, buscando cobrir custos que essas possuem com a atividade, como é o caso da assistência técnica e das operações com o recebimento.

Mesmo com esse quadro, onde as cooperativas - aceitando a COTRIJUÍ como referência - tiveram perdas, ou prejuízos com a

atividade durante muitos anos (6) a maioria das cooperativas (7) permaneceram na atividade desenvolvendo projetos de fomento. Em algumas cooperativas, o setor de leite já foi considerado pelos técnicos e dirigentes, como "o primo pobre" das atividades econômicas, especialmente nos primeiros anos em que as mesmas assumiram a atividade como alternativa aos produtores. De modo geral, o setor de leite cresceu em todas as cooperativas que permaneceram na atividade, constituindo-se, em muitos casos, num dos mais importantes setores. Essa permanência só pode ser explicada com resultados econômicos indiretos, que não se verificam com os balanços de resultados.

2.2 - Resultados Indiretos

Os resultados econômicos indiretos das cooperativas com o setor leiteiro, apresenta-se como preponderante na explicação da permanência das cooperativas nessa atividade. Mesmo não aferidos quantitativamente, esses resultados são destacados pelos dirigentes das cooperativas.

De uma forma ou de outra, a renda dos produtores de leite acaba girando dentro da cooperativa. A maior parcela dessa renda, face as características dos produtores de leite ligados

(6) Considerando-se que os 2 % de capitalização, que varia de uma cooperativa para outra, não é considerado como receita do setor.

(7) Conforme verificado na evolução do quadro social da CCGL.

às cooperativas (8) destina-se à compra do "rancho"(9) . Outra parte destina-se a compra de equipamentos para investimentos na própria atividade ou mesmo de outras atividades. A renda obtida com o leite se diferencia das demais por ser uma renda mensal com destino específico. No caso dos grãos, quando ocorrem colheitas de inverno e verão, a renda é semestral. Na produção de animais, como suínos e frangos, as rendas variam entre 60 a 180 dias. Ou seja, a atividade leiteira permite ao produtor certa liquidez. Essa liquidez acaba, de uma forma ou de outra, girando dentro da cooperativa.

Com a renda do leite, as cooperativas movimentam o setor de insumos, ao comercializarem uma série de produtos como: peças de reposição; instrumentos de trabalho (ensiladeiras, ordenhadeiras); maquinário (resfriadores); rações, alimentos para criação de terneiros; medicamentos e vacinas. Ao comercializar esses itens, as cooperativas conseguem certa margem de lucro.

A maioria das cooperativas mantém uma rede de supermercados que comercializam desde os alimentos básicos até roupas e calçados, passando pelos eletrodomésticos e bazar. Todas essas mercadorias, de modo geral, são adquiridas pelos produtores, para pagamento com a renda do leite. Nesse caso, as

(8) Com pequena área de terra, pequena produção, força de trabalho familiar, tendo a atividade leiteira como complementar às demais atividades, na reprodução da unidade de produção.

(9) Em outras regiões do país, o "rancho" é conhecido como "feira", sendo composto pelos mantimentos necessários à reprodução da unidade familiar.

cooperativas apenas apontam as compras que são abatidas no leite a ser pago ao produtor.

Outro aspecto importante que significa alguma vantagem às cooperativas é a racionalização do quadro de pessoal, bem como toda a estrutura do departamento técnico. Os técnicos e o restante da estrutura são utilizados para a assistência técnica e fomento do leite e de outras atividades de produção animal ou vegetal, o que racionaliza a sua utilização.

A viabilização dos produtores, enquanto unidade de produção torna-se fundamental para a estabilidade da cooperativa. Essa viabilidade, se não, garantida pela renda do leite, com certeza tem desse, grande contribuição. Assim, o leite, enquanto atividade econômica torna-se uma exigência e não apenas uma opção, para grande parte das cooperativas que participam do modelo CCGL.

O aspecto da liquidez, em termos de renda dos produtores, contribui significativamente para evitar os "velhos" problemas que os produtores passavam, quando limitavam-se à renda oriunda das lavouras de soja e trigo. Nessa época, os produtores necessitavam recorrer às cooperativas para reproduzirem-se nos períodos de entressafra dessas culturas, causando sérios problemas de liquidez. Se esse problema não foi eliminado, com a atividade leite, por certo ficou sensivelmente reduzido. Em muitos casos a situação se inverteu. Com renda mensal, muitos produtores "deixam" o dinheiro do leite depositado na cooperativa, aumentando a liquidez dessa.

Destaque-se, ainda, o potencial de mercado do leite. Na atualidade, em função da concentração de renda e da crise brasileira, o leite é sub-consumido. Políticas distributivistas, ou mesmo a retomada do desenvolvimento, tendem a aumentar significativamente o consumo do leite que caracteriza-se pela sua elasticidade em termos da renda. Essa possibilidade pesa, certamente, na decisão das cooperativas gaúchas em fomentar a atividade(10).

(10) A Cotrijuí, por exemplo, pretende fomentar a produção de leite, para os próximos anos: "As excelentes condições que a Região Noroeste do Rio Grande do Sul apresenta para produzir leite, melhores mesmo que para a produção de grãos, considerando-se o clima, a topografia, o solo propriamente dito, a estrutura fundiária e até mesmo o grau de mecanização, levam a COTRIJUI a fomentar a atividade"(COTRIJUI,1993:54).

SÍNTESE E CONCLUSÕES

- Articuladoras do modelo CCGL, as cooperativas singulares "comportaram-se" de forma diferenciada. Algumas investiram na atividade, criando programas próprios de fomento e, com isso, contribuíram para o desenvolvimento - quantidade e produtividade - da produção leiteira. Outras cooperativas mantiveram-se na atividade apenas repassando os programas de fomento definidos pela CCGL. Na área de atuação dessas cooperativas o desenvolvimento da atividade foi bem menor do que as primeiras. Por fim, algumas cooperativas simplesmente abandonaram a atividade leiteira, deixando espaço para a atuação da Laticínios Satélite.

Os diferentes comportamentos das cooperativas, acima descrito, está ligado às diferentes realidades sócio-econômicas das regiões onde essas cooperativas atuam, associado à situação econômico-financeira das cooperativas. Em algumas regiões, a atividade leiteira constituiu-se como alternativa para grande parte dos associados das cooperativas, em função das características das unidades de produção. Nessas regiões, os investimentos no setor foram consequência das demandas dos produtores. Noutras regiões, as características das unidades de produção determinou que a atividade leiteira se constituísse em alternativa para um número bem menor de produtores, fazendo com

que as cooperativas permanecessem na atividade, porém sem muitos investimentos. As cooperativas que abandonaram a atividade, o fizeram por motivos diversos. No caso da COTRISA - uma das três principais articuladoras do modelo - a sua saída da atividade se deu devido a grande crise econômica-financeira por que passou na primeira metade da década de 80. O caso da COTRICRUZ - outra das três principais articuladoras do modelo - o abandono da atividade se deu pela própria realidade das unidades de produção dos seus associados.

Considerando-se que a maioria absoluta das cooperativas ligadas ao modelo são cooperativas empresariais de trigo e soja, a análise da reprodução do modelo CCGL coloca, inevitavelmente, a seguinte questão: qual a vantagem econômica das cooperativas singulares em atuar na atividade leiteira e participarem do modelo CCGL? Certamente, algumas das cooperativas que abandonaram a atividade o fizeram ao responder esta questão.

Os balanços de resultados demonstram que os "ganhos" econômicos diretos, das cooperativas, com a atividade leiteira são pequenos e, na maioria dos exercícios, entre 1977 e 1992, apresentaram prejuízos. Obviamente, esse comportamento não se aplica a todas as cooperativas. Assim, a análise pura e simples dos balanços levam a concluir, do ponto de vista das cooperativas, pela inviabilidade econômica do setor leiteiro. A explicação da permanência das cooperativas no setor ficaria por

conta dos princípios doutrinários do cooperativismo, enquanto alternativa de reprodução dos seus associados.

A ampliação da análise demonstra, porém, que as cooperativas possuem vantagens econômicas indiretas, ao atuarem no setor leiteiro. Essas vantagens são de difícil mensuração, em função de que se diluem nas atividades da própria cooperativa. Para mensurá-las seria necessário uma pesquisa específica. De qualquer forma, essas vantagens existem e justificam a permanência e ampliação das cooperativas de trigo e soja na atividade leiteira. As vantagens indiretas ocorrem, essencialmente, na movimentação da renda auferida pelos produtores. Essa renda pode destinar-se a compras nos mercados das cooperativas, nos setores de insumos, de máquinas e implementos. Parte dessa renda ajuda as cooperativas na captação de recursos financeiros para financiar seu capital de giro, uma vez que os produtores nem sempre gastam todo dinheiro ganho na atividade leiteira, de forma imediata. Para tanto, muitas cooperativas criaram a "conta leite", o qual controla a movimentação desses recursos.

Se as cooperativas possuem uma série de vantagens diretas e, especialmente indiretas, ao participarem do modelo CCGL, resta verificar a situação dos produtores participantes desse modelo.

CAPÍTULO VI

OS PRODUTORES DE LEITE E O MODELO CCGL

INTRODUÇÃO

No presente capítulo, analisa-se o desenvolvimento dos produtores de leite, enquanto agentes econômicos participantes do modelo CCGL. A preocupação fundamental é de se saber até que ponto os produtores de leite, enquanto fornecedores de matéria-prima, desenvolveram-se durante a reprodução do modelo. A questão não é respondida num todo, em função dos limites do trabalho. Porém algumas variáveis permitem indicações dessas respostas. Para tanto, a questão foi abordada em cinco pontos específicos. No primeiro, caracteriza-se o papel estratégico dos produtores na reprodução do modelo. No segundo ponto discute-se os diferentes tipos de produtores de leite, em função das especificidades de cada grupo de produtores. No terceiro, aborda-se alguns aspectos referentes aos custos de produção da atividade leiteira. No quarto, discute-se alguns aspectos referentes às mudanças ocorridas no perfil da produção, no processo de desenvolvimento do modelo CCGL. No quinto e último ponto, apresenta-se a concentração da produção como uma das tendências do desenvolvimento do modelo.

1 - O PAPEL ESTRATÉGICO DOS PRODUTORES NO DESENVOLVIMENTO DO MODELO

Os produtores de leite, enquanto associados às cooperativas singulares ligadas à cooperativa de 2o grau completam o modelo CCGL. Conforme já fora abordado, esse modelo foi organizado pelas cooperativas gaúchas de trigo e soja, para criar uma alternativa de renda aos produtores, especialmente aos pequenos, que se encontravam demasiadamente dependentes da soja e do trigo. Assim, o modelo, em sua proposta inicial, foi organizado com essa função. Com o passar do tempo, a necessidade de concorrência, por parte da Central, transformou os produtores de leite de agentes principais, em meros fornecedores de matéria-prima para a transformação industrial, cujo principal objetivo passou a ser o de reproduzir a CCGL enquanto empresa, cuja especificidade jurídica se constituiu numa cooperativa de 2o grau. Nesse processo, que transformou os produtores de "sujeitos" em "objetos", cabe a questão, de como esses agentes se desenvolveram, ou seja, o modelo serviu para viabilizá-los enquanto unidades de produção?

Quando as cooperativas organizaram o modelo, os diversos produtores que nele foram inseridos, encontravam-se nas mais variadas situações. Alguns já produziam leite e entregavam a empresas que o industrializavam, outros produziam para o autoconsumo e para a produção de queijo e outros produtos, de forma

artesanal, outros ingressaram na produção a partir da implantação das linhas de leite e dos incentivos das cooperativas. Além das características em torno da produção do leite, os produtores eram diferentes quanto aos sistemas de produção, aos padrões tecnológicos por eles empregado, no tamanho das propriedades, no nível de endividamento, na capacidade de investimento e até mesmo na disponibilidade de força de trabalho, além da própria localização, em relação a cooperativa ou mesmo do posto de recebimento e resfriamento. Assim, a resposta à questão acima colocada não pode ser simplista a ponto de afirmar que o modelo serviu para viabilizar a reprodução das unidades de produção, ou então, ao contrário, de que o modelo não serviu para tanto ou mesmo aprofundou as dificuldades dos produtores. Na verdade, existem várias respostas, de acordo com as diversos "tipos" de produtores.

2 - OS DIFERENTES "TIPOS" DE PRODUTORES DE LEITE

A tipificação dos produtores não é uma questão simples. Já no início do século, as divergências nos critérios de tipificação ou diferenciação dos produtores foram bastante debatidas entre Lênin e os populistas. Nesse debate, que tinha como pano de fundo as diferentes concepções de sociedade, a grande questão residia nos critérios de diferenciação dos produtores. Lênin defendia que os produtores se diferenciavam por um conjunto de fatores, como: tamanho da propriedade, volume da produção, capital de trabalho e do nível de assalariamento, enquanto seus opositores se restringiam ao tamanho das propriedades (Ver LÊNIN, 1980:VII a XXVII). Sem aprofundar esse debate, o certo é que a tipificação dos produtores pode seguir vários caminhos, de acordo com os interesses de quem os "classifica".

Para efeito de enquadramento no crédito rural, o Banco Central classifica os produtores em mini, pequenos, médios e grandes, de acordo com a produção econômica desses produtores. Para o Banco, não interessa o nível tecnológico, a força de trabalho, se familiar ou assalariada, o tamanho da unidade de produção, etc. Alguns autores diferenciam os produtores pelo tamanho da unidade de produção, partindo dos módulos rurais definidos pelo INCRA, para as diversas regiões do país(1).

(1) Para o Rio Grande do Sul, o módulo rural equivale a 25 hectares.

A CCGL, por ocasião da elaboração dos custos de produção dos seus fornecedores de matéria-prima, em 1983, identificou três categorias de produtores:

"Procurou-se traçar um perfil da atividade leiteira na área de ação da CCGL, obedecendo uma metodologia para identificar os níveis tecnológicos desta atividade. A tipificação dos níveis tecnológicos basearam-se em informações recolhidas junto aos técnicos das cooperativas filiadas à CCGL, e no levantamento de dados junto ao produtor. Esta, constituiu a aplicação de questionários do tipo "complexo", em 150 propriedades rurais. De acordo com o volume de produção diária vendida, cada produtor foi enquadrado em um determinado sistema"(CCGL,1983:19).

A partir dessa metodologia, a CCGL identificou três tipos diferentes de produtores - identificados como sistemas - a ela ligados, com as seguintes características:

Sistema A):

- . pequena produção com baixa utilização de tecnologia;
- . entrega diária de leite nas plataformas das unidades de processamento de leite, compreendida entre 1 e 20 litros, inclusive;
- . propriedade média de 17,4 ha (2) de terra dos quais, 1/4 utilizado na atividade leiteira. Desta, 2 ha são ocupados com pastagem nativa, 0,9 ha com pastagem cultivadas perenes, 0,9 ha de forragens de inverno/verão em rotação. Utiliza 2 ha para a cultura do milho, do qual destina 25 % à atividade leiteira, 0,1 ha para o plantio de alfafa, destinando 50 % da produção à

(2) Trata-se de área total, útil ou não.

atividade leiteira. O restante da área o produtor destina ao cultivo da soja;

. dedicam-se também à criação de suínos;

. localizam-se, em média, a 33,5 km da sede do município e 35,9 do posto ou usina;

. a mão de obra é basicamente familiar constituindo-se cada família de 4 membros, onde o proprietário e a esposa ocupam-se com a produção;

. a estrutura do rebanho é composta, em média, por 4 vacas em lactação e 2 secas, todas de raça mista;

. fazem uso da monta livre e controlada e, eventualmente, utilizam a inseminação artificial;

. a ordenha é manual.

Sistema B):

. nível de tecnologia um pouco melhor que o estrato anterior;

. entrega diária de leite nas plataformas entre 21 a 40 litros de leite, inclusive;

. propriedades médias com 27,51 ha de terra dos quais, 1/3 é utilizado na atividade leiteira. Desta, 2 ha são ocupados com pastagem nativa, 2 ha com pastagens cultivadas perenes, 2,2 ha de pastagens de inverno/verão em rotação e 0,5 ha para o plantio de alfafa. Cultiva 3 ha de milho, destinando 50 % da sua produção para a atividade leiteira e 1,3 ha para o plantio de cana-de-açúcar, destinando 74,6 % para a atividade leite. O restante da área utiliza para outros cultivos, principalmente para a soja e trigo;

- . dedica-se também à criação de suínos e aves, entre outras;
- . as unidades ficam localizadas, em média, a 27,74 ka da sede do município e 31,34 km do posto ou usina;
- . a mão-de-obra é basicamente familiar constituindo-se, cada família de 5 membros, onde o proprietário e a esposa ocupam-se com a produção;
- . a estrutura do rebanho é constituída de 6 vacas em lactação e 3 vacas secas, sendo que 1/3 das vacas são de raça pura e o restante de raça mista;
- . faz uso de inseminação artificial e da monta controlada;
- . a ordenha é manual.

Sistema C):

- . usando tecnologia melhor que o estrato do Sistema B;
- . entrega diária de leite na plataforma entre 41 a 90 litros de leite;
- . propriedades médias de 40 ha de terra dos quais 1/3 é utilizada na atividade leiteira. Destas, 2,3 ha são ocupadas com pastagem nativa, 2,2 ha com pastagens cultivadas perenes, 5 ha de pastagens de inverno/verão em rotação e 0,5 ha para o plantio de alfafa. Utiliza 5 ha para a cultura do milho, destinando 50 % da sua produção para a atividade leiteira e 0,9 ha para o plantio de cana-de-açúcar destinando 91 % à atividade leiteira. O restante da área utiliza para o cultivo em geral da soja, trigo e cevada;
- . dedica-se também à criação de suínos e aves, entre outras;

. as unidades localizam-se, em média, a 25,55 km da sede do município e 27,21 km do posto ou usina;

. a mão-de-obra é basicamente familiar constituindo-se cada família de 5 membros, onde o proprietário e a esposa ocupam-se com a produção de leite, e eventualmente o primeiro filho;

. a estrutura do rebanho é de 8 vacas em lactação e 4 secas, sendo 66,6 % de raça pura;

. fazem uso da inseminação artificial;

. a ordenha é mecânica, principalmente (Ver CCGL, 1983:19).

Os três sistemas identificados pela CCGL, na estratificação dos produtores a ela ligados, através das cooperativas singulares, apresentam algumas características que podem contribuir para a análise da reprodução das unidades de produção:

- uma primeira característica diz respeito à participação da atividade leiteira em relação às demais atividades econômicas.

Observa-se que nos três sistemas, o leite se constitui numa das fontes de renda, não a única, se considerado a área física que utiliza (25 % no sistema A e 33,3 % nos sistemas B e C);

- outra característica, é a utilização da força de trabalho, que é quase totalmente familiar, onde o casal se ocupa da atividade;

- a distância das unidades de produção da plataforma de recebimento de leite é inversamente proporcional ao tamanho e o nível tecnológico das mesmas. Com isso, os custos de transporte

das unidades com maior produção e nível tecnológico tende a ser menor, em relação às demais.

Em 1992, a Divisão Técnica da CCGL, juntamente com as cooperativas filiadas elaborou uma pesquisa visando a identificação do perfil dos produtores de leite ligados ao sistema. Para tanto, foram aplicados mais de 20.400 questionários, representando mais de 50 % do total de produtores que fornecem matéria-prima ao Sistema CCGL - incluindo a Laticínios Satélite mais a COSULATI e a SANTA CLARA. Para tanto, foram consideradas 20 variáveis. Os principais resultados foram os seguintes:

1 - a distância média entre as unidades de produção e o posto de recebimento é de 22,8 Km;

2 - as unidades de produção têm, em média, 26,4 Ha no total, sendo que 18,2 Ha são mecanizáveis;

3 - em média, as unidades de produção possuem 9 vacas, sendo 6,1 em produção e 2,9 secas, 3,5 novilhas e 5,7 outros, com rebanho total de 16,2 cabeças de gado bovino;

4 - do total dos produtores que responderam ao questionário, 11,53 % possuem ordenhadeira mecânica e 88,47 % não possuem;

5 - 14,81 % utilizam inseminação artificial sempre, 42,8 % às vezes e 40,57 % nunca;

6 - 21,5 % fazem silagem, com 18,1 Ton. em média, por ano;

7 - 26,85 % dos produtores usam ensiladeira, sendo que desses 42,6 % possuem ensiladeira própria, 30,66 % participam

de grupos de produtores, 7,97 % utilizam de forma cooperada e 20 % de outras formas;

8 - 86,77 % dos produtores que responderam ao questionário pretendem investir na atividade leiteira e somente 8,8 % não pretendem investir;

9 - no que diz respeito à participação da renda obtida com o leite, em relação à renda total da unidade de produção, tem-se o seguinte: - para 40,19 % representa entre 0 e 20 %

- "	24,32 %	"	"	21 e 40 %
- "	13,82 %	"	"	41 e 60 %
- "	5,58 %	"	"	61 e 80 %
- "	2,25 %	"	"	81 e 100 %

O item 8 tem grande importância, pois demonstra a tendência da atividade que, embora apresente vários "problemas", ao nível da produção, tende a crescer em quantidade e qualidade. Com isso, apresenta-se a tendência de que ocorra alterações quanto à participação da atividade leiteira na reprodução das unidades de produção, constantes no item 9. A tipificação dos diferentes grupos de unidades de produção, baseado nas características técnicas e econômicas, determinam o papel que a atividade leiteira exerce na reprodução dessas unidades, bem como os custos dessa atividade.

3 - OS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA ATIVIDADE LEITEIRA

O levantamento dos custos de produção dos produtos agropecuários não podem ser considerados como suficiente para a avaliação da reprodução das unidades de produção, em função de que avaliam apenas parte da lógica de reprodução dessas unidades. De modo geral, esses custos são elaborados de forma parcial, considerando apenas uma ou duas atividades, ignorando as demais; ignoram ainda a lógica da utilização dos fatores de produção - especialmente a terra e o trabalho. Além disso, as questões metodológicas são fundamentais na obtenção dos resultados. Não pouco são os casos em que determinada metodologia conclui pela inviabilidade da produção de certo tipo de atividade, enquanto outra metodologia de cálculo dos custos da mesma atividade pode concluir pela viabilidade da atividade.

No caso dos produtores ligados à CCGL, os custos de produção considerados são elaborados pela EMBRAPA de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais. Esses custos levam em consideração uma estrutura considerada como "ideal", em termos de atividade leiteira, partindo do princípio de que o preço do leite deve remunerar aqueles produtores que dispõem da melhor tecnologia. Levando-se em consideração a estrutura da produção do leite no Rio Grande do Sul, o modelo de produção da EMBRAPA representa custos maiores, especialmente pela grande utilização

de concentrado na alimentação dos animais, pelo custo da mão de obra e pela sofisticação dos equipamentos. A planilha da EMBRAPA considera os custos de produção com coeficientes anuais de safra e coeficientes de entressafra.

A tabela A3.1(anexo) apresenta a planilha de custos da EMBRAPA referente a dezembro de 1988. Nela, é possível observar que os três coeficientes apresentam custos diferentes durante o ano. Durante a safra, os custos totais do litro de leite foram equivalentes a US\$ 0,3041 sendo que na entressafra os custos passaram para US\$ 0,3435. Nos coeficientes anuais, os custos chegaram a US\$ 0,3243 por litro de leite produzido. Esses custos, mesmo subtraídos da receita com animais vendidos, ficavam bastante acima dos preços recebidos pelos produtores gaúchos. Saliente-se que, na época, os preços do leite eram definidos pelo governo, tomando como referência a planilha de custos da EMBRAPA. Em 1988, existiam 4 diferentes preços do leite para os produtores: leite cota consumo, leite indústria, leite excesso 1 e leite excesso 2. Dependendo do caso, um mesmo produtor poderia receber os quatro preços diferentes, por determinada quantidade de leite entregue no mesmo dia. O leite cota consumo referia-se ao equivalente a média do produto entregue durante a entressafra e comercializado como leite fluído pela indústria. O leite indústria referia-se ao leite cota destinado ao fabrico de produtos derivados pela indústria. O leite excesso 1 e 2 referiam-se ao que excedia à cota, quando comercializado no período de safra. Comparados aos custos de

produção da EMBRAPA, os produtores gaúchos estariam recebendo pouco mais da metade de seus custos (US\$ 0,1886 pelo leite cota consumo, US\$ 0,1782 pelo leite cota indústria, US\$ 0,1404 pelo leite excesso 1 e US\$ 0,1226 pelo leite excesso 2).

A planilha de custos da EMBRAPA sofreu algumas mudanças em seus coeficientes técnicos, em outubro de 1990. Essas mudanças alteraram a estrutura dos custos de produção. A mudança nos coeficientes por certo não alterou os custos, o que alterou foi o resultado obtido pela nova planilha. Tomando como base a planilha de 20.01.1994 (ver tabela A3.2 - anexo) ocorreu significativas alterações no total dos custos variáveis e fixos, em relação a 1988. Os custos variáveis que em 1988 representavam 73 % dos custos totais passaram a representar 81 % em 1994. Por outro lado, os custos fixos que representavam em torno de 27 % na planilha de 1988, passaram para pouco mais de 23 %. As mudanças mais significativas, ao nível dos custos variáveis ocorreram com os custos com mão de obra que passou dos 18,6 % dos custos totais em 1988, para 22,1 % em 1994 e com os concentrados que representavam 18,3 % dos custos totais em 1988 e passaram a representar 22,6 % em 1994. No que tange ao capital fixo, as principais mudanças ocorreram na depreciação anual, que passou dos 13,2 % de 1988, para 8,7 % em 1994 e a remuneração do capital fixo, que passou dos 11,2 % de 1988 para 8,2 % em 1994.

Além das mudanças ocorridas com os custos da atividade, observa-se alteração no que diz respeito à receita obtida com a

venda de animais. Na planilha de 1988, essa receita representava 13,5 % do total dos custos da atividade leiteira, passando para 16,3 % em 1994.

Transformando os custos calculados em moeda nacional em moeda forte (o dólar americano), observa-se que não ocorreram mudanças significativas nos custos da atividade leiteira, calculados pela EMBRAPA (3). Por outro lado, os preços do leite, que, durante mais de 40 anos foi controlado e até definido pelo Governo, passou a ser liberado, no ano de 1990. Com isso, os preços subiram um pouco, a nível de produtor. No Rio Grande do Sul, os produtores receberam, em 20.01.94, o equivalente a US\$ 0,1916 por litro de leite cota consumo, o que representou 61,3 % do custo elaborado pela EMBRAPA, contra os 58,1 % de 1988.

Em 1983 a CCGL elaborou a sua própria planilha de custos (Ver tabela A3.3 - anexo), levando em consideração a realidade de seus produtores. Baseada numa pesquisa, a Central chegou a três tipos diferentes de produtores, o qual denominou de Sistema A, Sistema B e Sistema C (4). Essa planilha foi utilizada durante algum tempo, como instrumento de pressão, utilizado pela CCGL, nas negociações com o Governo, por ocasião das negociações de preços. A partir de 1988, a CCGL passou a aceitar a planilha da EMBRAPA, desativando a sua.

(3) Destaque-se que nesse período ocorreram mudanças na política cambial, além da própria inflação em dólar, o que altera o valor desse em relação à moeda nacional.

(4) Conforme descrito no item que trata da tipologia dos produtores, nesse capítulo.

A metodologia utilizada pela CCGL diferencia-se muito da planilha da EMBRAPA em vários itens:

- enquanto a EMBRAPA considerou um produtor "ideal", a CCGL baseou-se na realidade de seus produtores;
- a alimentação considerada pela CCGL baseia-se em massa verde (pastagens e silagem), com complementação de concentrado, enquanto a alimentação do gado leiteiro utilizada pela EMBRAPA, tem forte aporte no concentrado;
- enquanto a EMBRAPA se baseia na mão de obra contratada (assalariada), a CCGL baseia-se na mão de obra familiar;
- enquanto a EMBRAPA considera, para efeito de custo, a remuneração do capital, a CCGL apenas inclui uma parcela que serve para remunerar os produtores.

Considerando-se essas diferenças, os custos da CCGL são bem menores do que os custos levantados pela EMBRAPA. No caso do exercício de 1983, a planilha da CCGL chegou a um custo de US\$ 0,1588 por litro para os produtores do sistema A, US\$ 0,2149 para o Sistema B e US\$ 0,2393 para o Sistema C.

Não resta dúvida de que os custos de produção, acima analisados, não refletem a realidade dos produtores de leite, caso contrário, não seria possível explicar a reprodução da atividade e, especialmente a sua modernização que vem ocorrendo, com maior intensidade, a partir da década de 80.

4 - MUDANÇAS NO PERFIL DA PRODUÇÃO

O desenvolvimento do modelo CCGL provocou uma série de mudanças ao nível do processo produtivo, com consequências econômicas para os produtores de leite. São mudanças técnicas, que atingiram os aspectos genéticos, nutricionais e de manejo do gado leiteiro; mudanças no processo de comercialização; mudanças na participação do leite, enquanto atividade econômica. Essas mudanças ocorrem de uma forma desigual, conforme os diversos grupos de produtores e regionalmente, baseado na realidade de cada região, bem como da ação das cooperativas singulares.

4.1 - Mudanças Técnicas

Não há dúvida de que o desenvolvimento do modelo CCGL provocou várias mudanças técnicas ao nível do processo produtivo do leite.

O nível genético do gado leiteiro sofreu alterações significativas. Com algumas excessões, até o final da década de 70, na região de atuação das cooperativas ligadas à CCGL, predominavam as raças mestiças, com baixo nível genético para a produção de leite. A estratégia inicial da CCGL, juntamente com as cooperativas, para a melhoria do nível genético do rebanho,

foi a importação de novilhas e vacas da raça holandesa do Uruguai. Foram realizadas várias importações, com financiamentos dos Bancos oficiais, especialmente do BNCC. Nessas importações os animais passavam por um período de adaptação nos municípios próximos à fronteira com o país de origem, especialmente para a imunização. Esse processo é conhecido como premunicação.

Aos poucos, as importações de gado de raça foi sendo substituída pela produção própria através de cruzamentos genéticos, aproveitando as raças mistas existentes, que possuíam maior resistência às doenças típicas das regiões. Para a viabilização desses cruzamentos teve papel fundamental a inseminação artificial que, atualmente, é prática corrente em grande parte dos produtores de leite ligados ao modelo.

É grande o número de produtores de leite que passaram a produzir animais de raça para a comercialização, especialmente nas chamadas "feiras de terneiras". Assim, a venda de animais passou a representar importante fonte de renda da atividade leiteira para muitos produtores.

É claro que o processo de melhoria do gado leiteiro não foi homogêneo, nem linear. Muitos produtores permanecem produzindo leite com gado mestiço. Porém, observa-se que o número de produtores que melhoraram a qualidade genética de seus plantéis é grande e tende a crescer.

Outro aspecto técnico fundamental, que apresentou mudanças significativas é a nutrição dos animais. De nada adianta a

qualidade genética, se a alimentação é deficiente. A estratégia utilizada pela CCGL, juntamente com as cooperativas é a de utilização, ao máximo, de massa verde, com pastagens no verão e silagem no inverno. Um dos maiores problemas enfrentados pela atividade leiteira é a baixa produção do leite no período de entressafra (no Rio Grande do Sul é o inverno, nos Estados do Nordeste é o verão, devido à seca). Esse processo gerou os preços diferenciados através do estabelecimento de cotas de produção, estabelecidas durante a entressafra. Aqueles produtores que produzissem quantidades de leite durante a safra, superiores à cota, receberiam preços menores para aquele volume considerado como excesso. A principal causa da baixa produção é a alimentação, aliada ao manejo do gado.

A CCGL, logo no início de sua organização, implantou o Programa de Silagem, que consiste em armazenar a alimentação verde, através de silos com baixo custo, para a utilização no período de inverno. Esse processo garante a quantidade alimentar para o gado leiteiro mas não garante a qualidade. Para tanto, foram desenvolvidos programas de educação aos produtores, para a melhor utilização dos alimentos para o gado. Além do processo educativo, a CCGL implantou um programa em que as cooperativas utilizam várias formulações, conforme a realidade de cada produtor, através de sistema computadorizado. Da mesma forma que o nível genético, a melhoria nutricional é uma tendência que tem atingido um número cada vez maior de produtores, mas de longe representa um processo homogêneo ou

linear. São muitos os produtores que se limitam a alimentar as vacas de forma inadequada.

Por fim, o manejo completa o tripé dos aspectos técnicos da produção. O manejo correto dos animais, especialmente quanto à inseminação ou controle da monta, do descarte das vacas velhas, da reposição dessas por novilhas e a utilização de piquetes para as pastagens, além de outras, contribuem decisivamente para a melhoria da produção do leite. Algumas dessas práticas tem sido utilizadas com maior intensidade pelos produtores, constituindo-se em tendência para a atividade leiteira.

4.2 - Mudanças nas Práticas Comerciais

No período anterior a organização do modelo CCGL, o processo de comercialização do leite era bem diferente ao atual nas regiões de atuação das cooperativas ligadas à CCGL. Uma grande parte dos produtores destinavam o volume de leite excedente ao consumo familiar para a produção de queijos e manteiga. Esses produtos eram comercializados junto aos "bolichos"(5). Os poucos agricultores que produziam leite para

(5) Os pequenos estabelecimentos comerciais do interior do Rio Grande do Sul são conhecidos popularmente como bolichos. Neles, os produtores podem vender algumas mercadorias, muitas vezes fazem pequenos empréstimos por conta de vendas futuras e adquirem parte das mercadorias que necessitam. Com o desenvolvimento do capitalismo, bem como do crescimento das cooperativas, que instalaram redes de supermercados, com lojas no interior, os bolichos perderam muito da sua importância.

a comercialização acabavam vendendo para os caminhoneiros que faziam as "linhas de leite", no interior.

As condições de transporte e higiene, especialmente dos transportadores acabava por deteriorar boa parte do produto. No final da década de 70, a incidência de leite ácido era de aproximadamente 7%, o que representa um volume significativo. Como a acidez do leite só era medida na plataforma de recebimento da indústria, o prejuízo com o leite ácido acabava ficando com o produtor, independentemente das condições do transporte.

Todo a comercialização do leite era realizada com tarros de metal, desde a unidade de produção, até a plataforma de recebimento.

Atualmente, a maior parte do leite recebido pelo sistema CCGL é granelizado. Para tanto, foi necessário uma série de mudanças ao nível das unidades de produção. Após a ordenha, que pode ser manual ou mecânica, o leite é colocado nos tarros de metal ou de PVC e após resfriado a uma temperatura próxima dos 10 graus centígrados, inibindo o desenvolvimento das bactérias que causam a acidez do leite. A coleta pode ser realizada de dois em dois dias, ou mesmo diariamente, dependendo da distância e outros fatores ligados às características da linha de leite ao qual o produtor faz parte.

A coleta é realizada através de caminhões equipados com tanques isotérmicos. Esses tanques são fornecidos pela própria CCGL aos caminhoneiros que são proprietários do caminhão e

atuam como autônomos. No momento da coleta o caminhoneiro verifica as condições do leite, quanto à acidez e mede a quantidade. O leite que estiver ácido fica na unidade de produção e é utilizado pelos produtores, geralmente para a alimentação dos animais. O leite que estiver em boas condições é colocado no tanque do caminhão, perdendo sua "identidade", quanto à procedência. Periodicamente o caminhoneiro coleta amostras do leite - em dias alternados -, para a verificação do percentual de gordura. Essas amostras são coletadas em dias alternados para evitar que os produtores possam adulterar a qualidade do leite - adicionando água por exemplo -, nos dias em que as amostras não são coletadas.

A coleta do leite a granel, tem eliminado uma série de custos no processo de comercialização. Ao nível da coleta, diminui o número de caminhões, reduz pela metade o número de tarros - antes era necessário a duplicidade de tarros -, reduz o número de motoristas envolvidos, bem como o número de ajudantes. Mas as principais vantagens, sem dúvida, ficam por conta da qualidade do leite, onde a acidez cai para índices próximos a zero e, a eliminação das atividades de plataforma de recebimento. No sistema antigo, existia uma série de atividades que se realizavam na plataforma, como o processo de descarregamento dos tarros, que eram manuais, a verificação da qualidade do leite, a lavagem dos tarros, o controle da quantidade do leite recebido e o recarregamento dos tarros vazios que seriam reconduzidos às unidades de produção.

É certo que nem toda a produção está granelizada, na área de atuação da CCGL. Muitos produtores permanecem entregando o produto em tarros, com alguma incidência de acidez. Mas, pelo ritmo de implantação dessa modalidade, em muito pouco tempo a granelização será generalizada, eliminando os produtores que a ela não aderirem.

Para viabilizar esse processo, os produtores necessitam investir em resfriadores, que podem ser específicos ou então os próprios freezers ou mesmo geladeiras, o que significa que a unidade de produção deve possuir energia elétrica - os resfriadores funcionam com energia elétrica.

4.3 - Mudanças Econômicas

As mudanças técnicas e comerciais foram e estão sendo fundamentais para o aumento da produtividade do trabalho, na produção do leite, dentro da região de atuação das cooperativas ligadas ao modelo CCGL. Como consequência, constata-se algumas mudanças econômicas importantes, ao nível das unidades de produção.

Uma primeira e importante mudança é, o caráter da atividade leiteira, para uma grande parcela dos produtores ligados ao modelo CCGL. Historicamente, esse caráter pode ser caracterizado em três períodos distintos. O primeiro, anterior à organização do modelo, o leite era produzido com a finalidade de auto-consumo, sendo que o excedente era destinado à

comercialização direta, na cidade, ou mesmo para a produção de queijo e manteiga. Assim, o leite era apenas um produto, não se constituindo em mercadoria, pois para o produtor, esse produto não tinha valor de troca - ou tinha muito pouco -, seu valor fundamental era o valor de uso.

Com o desenvolvimento da atividade passa-se ao segundo período, em que o leite passa a constituir-se numa mercadoria. A renda obtida com o leite era destinada à reprodução mínima da família, com a aquisição de gêneros alimentícios que não eram produzidos na própria unidade de produção e para a compra de algumas roupas. Com isso, cresceu, para o produtor, a dimensão do valor de troca do leite. Porém, esse valor de troca destinava-se principalmente à reprodução mínima da família. Essa fase, no desenvolvimento da produção leiteira, grosso modo, ocorreu durante a primeira metade da década de 80.

Por fim, o leite passa a se constituir numa mercadoria como qualquer outra. Assim, a renda obtida com o leite visa não somente a reprodução mínima da família, mas contribui para a reprodução de toda a unidade de produção. Nessa fase, alguns produtores passam a utilizar parte da renda obtida com a atividade leiteira - representada pela venda do leite ou de animais -, para a compra de insumos utilizados na produção de outras mercadorias, como a soja e o milho, bem como para investimentos em máquinas e implementos. Com isso, muitos produtores passam a ter um grau maior de dependência da atividade leiteira, enquanto fonte de renda, ou seja, de uma

atividade que utilizava recursos excedentes - força de trabalho e terra que não era utilizada para outras atividades - o leite passa a representar uma importante fonte de renda para a reprodução da unidade de produção.

Essa "evolução", no caráter da atividade leiteira, enquanto reprodução das unidades de produção não supõe, necessariamente, uma quarta fase, a especialização. Alguns produtores podem chegar a essa fase, onde o leite passa a representar a principal fonte de renda, porém, as características histórico-econômicas tendem a limitar a quantidade de produtores que atingem essa fase(6).

Ao projetar possíveis alternativas de intervenções, ao nível das diferentes categorias de unidades de produção, DUDERMEL(1993:51 e 52) aponta a atividade leiteira como uma importante alternativa de reprodução dessas unidades, com consequências no emprego agrícola:

"1.1. Introdução da produção animal (leite) nas UdPs(7) tipo 'B': a nível regional, esta intervenção traduz-se potencialmente num crescimento de 8% do emprego rural, representando a manutenção média de 1,9 UTH por unidade de produção";

1.3. Introdução da produção animal (leite) nas UdPs tipo 'D': mesmo que o valor agregado global possa ser insignificante, esta operação é interessante do ponto de vista do emprego agrícola, permitindo manter em torno de 1,5 UTH (8) por unidade de produção. Além do emprego rural, o desenvolvimento

(6) Os riscos com a dependência de uma única atividade como fonte de renda, deixou ensinamentos aos produtores, além disso, outras atividades tem se mostrado como viáveis aos produtores. A tendência é a integração entre a lavoura e a pecuária, seja ela leiteira ou de corte.

(7) Unidades de Produção.

(8) Unidade de Trabalho Homem.

da produção animal nas explorações monotorizadas é também interessante do ponto de vista da rentabilidade econômica e, principalmente, para a conservação do meio natural, compensando amplamente uma pequena redução do valor agregado a longo prazo" (DUDERMEL, 1993:51).

As conclusões de DUDERMEL (1993), são específicas para alguns tipos de produtores. Com isso, supõem-se que, para outros, a produção leiteira pode ser inviável.

5 - CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

As mudanças ocorridas ao nível da atividade leiteira, na região produtora abrangida pelas cooperativas ligadas à CCGL, tiveram efeitos diferenciados, na dimensão regional e na dimensão dos diferentes grupos de produtores. Essas diferenciações decorrem da própria realidade das unidades de produção - baseadas em aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais - e da atuação das cooperativas singulares, nos programas de fomento à atividade leiteira. Nesse sentido, ocorrem diferenciações significativas entre as diversas cooperativas, que vão desde o abandono da atividade, deixando para a Sociedade Anônima Laticínios Satélite, que compõe o Sistema CCGL, organizar os produtores, ligando-os diretamente à indústria, até as cooperativas que mantêm programas permanentes de fomento à atividade. Como resultado da conjugação dos dois fatores - realidade das unidades de produção e os programas de fomento das cooperativas - os produtores e a produção de leite concentra-se em algumas regiões abrangidas por poucas cooperativas e por grupos de produtores diferenciados pelo volume de produção entregue diariamente à CCGL, através das cooperativas.

5.1 - As Diferenciações por Cooperativa

Em 1982, de um total de 20 cooperativas que entregaram leite à CCGL, apenas 5 possuíam 68 % do total dos produtores e respondiam com 62,1 % da produção, conforme mostram as tabelas A3.4, A3.5, A3.6, A3.7 e A3.8 (no anexo) (9). Dessas, 4 estão localizadas na chamada nova bacia leiteira e uma, na bacia leiteira tradicional.

A evolução do volume de leite entregue pelas cooperativas à CCGL demonstra que ocorreu concentração da produção, especialmente a partir de 1984. O volume de produção total entregue à CCGL cresceu durante todo o período, entre 1978 e 1992, chegando a 2.624 %. A exceção ficou por conta do exercício de 1983 que acusou redução no volume de leite entregue, conjugando redução do número de produtores e redução do volume de leite entregue por produtor. Esse fenômeno ocorreu por problemas climáticos ocorridos durante o ano, conjugados a problemas de preços, reduzindo a produtividade e excluindo muitos produtores. Esses problemas tiveram reflexos nos anos seguintes, determinando certa "seleção" dos produtores.

O número de cooperativas que entregaram leite à CCGL passou por uma fase de crescimento, entre 1977 e 1983 e outra

(9) São elas: COTRIMAIO de Três de Maio; COTRIJUÍ de Ijuí; COTRIROSA de Santa Rosa; COOLAN de Languirú e COOPERLUIZ de Santa Rosa.

fase de redução, a partir de 1984, determinando, também para as cooperativas, uma "seleção".

Com o aumento da produção entregue e a redução do número de cooperativas, observa-se certa concentração da produção em algumas dessas cooperativas. Em 1982 a média de leite entregue, por cooperativa, foi de 6 milhões de litros. Com a queda na produção, essa média caiu para 5,2 milhões em 1983, cresceu um pouco em 1984, chegando a 5,8 milhões de litros. Nos exercícios seguintes essa média cresceu constantemente, chegando a 16,3 milhões de litros por cooperativa em 1992.

Outro aspecto importante a ser destacado é o crescimento da produção entregue por algumas cooperativas que não fazem parte das 5 maiores. Esse é o caso da Cotrisoja que passou de 1 milhão de litros em 1980, para 18,2 milhões de litros em 1992, representando um aumento de 1.691 %. Com isso, a cooperativa, que participava com apenas 2,1 % do total do leite recebido pela CCGL em 1980, passou para 5,6 % em 1992. Esse aumento da produção se deve, especialmente, ao crescimento do volume de leite entregue por produtor, que passou de 8,2 litros/dia em 1980, para 36,56 litros/dia em 1992, representando alta de 346 %, enquanto o número de produtores cresceu 302 %. Em outras cooperativas, o crescimento da produção foi bem menor, com diminuição significativa do número de produtores e aumento do número de litros entregue por produtor. Esse é o caso da Valoruguai, situada em Uruguaiana, na região da fronteira oeste do estado, onde a produção, entre 1979 e 1982 cresceu apenas 81

%, o número de produtores caiu em 53 % e o volume médio de leite entregue, por produtor, cresceu 282 %, passando de 28,33 litros/dia por produtor, para 108,25 litros/dia, constituindo-se na maior média de todas as cooperativas ligadas à CCGL(10).

Os dados constantes nas tabelas A3.9, A 3.10, A3.11, A3.12 e A3.13 (anexo) demonstram certa tendência de consolidação da atividade, com aumento significativo na média de leite entregue por produtor, nas regiões das Missões, especialmente Santa Rosa e Ijuí, no Alto Uruguai, destacando-se Três de Maio a região do Alto Jacuí e alguns municípios do Baixo.

5.2 - Estratificação por Produtores

O desenvolvimento da atividade leiteira tende a forçar os produtores a aumentar a escala de produção - ou a destinar uma parcela maior do leite produzido ao mercado. A estratificação desses produtores, tendo como critério único, o volume de leite entregue às cooperativas, constantes nas tabelas A3.14 e A3.15 (no anexo), demonstram essa tendência.

(10) É importante destacar que a CCGL mantém uma usina de beneficiamento de leite no município de Uruguaiana, com capacidade para processar 50.000 litros diários. Em 1992, a usina recebeu, em média, pouco menos de 7.700 litros diários. Destaque-se também, que essa região - fronteira oeste - se diferencia muito da região das cooperativas tritícolas (Missões, Planalto Médio e Alto Uruguai), especialmente pela estrutura fundiária, caracterizada por grandes propriedades destinadas à produção de gado de corte e parte com lavoura de arroz. Assim, são poucos produtores que investiram na atividade leiteira (apenas 71 no ano de 1992).

Em 1985, o estrato de produtores que entregavam até 50 litros de leite por dia, participava com 95,04 % dos produtores e 78,01 % do volume de leite entregue. O estrato de 51 a 100 litros por dia participava com 3,9 % dos produtores e 13,99 % do volume de leite entregue e o estrato com mais de 100 litros por dia participava com apenas 1,05 % dos produtores e 8 % do volume de leite entregue. No ano seguinte, o primeiro estrato caiu para 93,05 % no número de produtores e 71,89 % no volume de leite entregue, enquanto o segundo estrato cresceu para 5,78 % no número de produtores e 18,48 % no volume de leite entregue. O estrato com mais de 101 litros por dia cresceu para 1,17 % no número de produtores e 9,63 % no volume de leite entregue.

No exercício de 1990 ocorreu aumento na importância do primeiro estrato e conseqüente redução nos outros dois estratos. O último exercício em que as informações estão disponíveis (1993), apresenta uma significativa queda na importância do estrato dos produtores que entregam até 50 litros por dia, passando para 86,95 % no número de produtores e apenas 58,39 % do volume de leite entregue. Por outro lado, ocorreu aumento na importância do estrato entre 51 e 100 litros, que passou para 9,76 % dos produtores e 23,06 % do volume de leite entregue. O estrato com mais de 101 litros por dia aumentou para 3,29 % no número de produtores e 18,55 % no volume de leite entregue.

Entre 1990 e 1993, a redução no estrato dos produtores que entregavam até 50 litros se concentrou nos estratos de produtores que entregavam de 0 a 10 e entre 11 e 20 litros de leite por dia. O primeiro reduziu sua participação no volume de leite entregue de 14,61 % em 1990, para 5,45 % em 1993, enquanto o segundo reduziu de 26,61 % de 1990, para 16,14 % em 1993.

Esse processo de concentração, acima descrito, se deu de forma diferenciada entre os produtores ligados às diversas cooperativas. Em algumas, o grau de concentração foi maior e em outras foi menor, dependendo especialmente dos dois fatores já mencionados: a realidade das unidades de produção e os programas de fomento implementados pelas cooperativas. Mesmo com a diferenciação no ritmo, é possível afirmar que existe uma tendência ao aumento da escala no volume de leite entregue pelos produtores. Se comparados às médias do Brasil e Rio Grande do Sul, constantes no capítulo 2 desse trabalho, é possível observar que a estratificação, na entrega da produção de leite que ocorre entre os produtores ligados ao modelo CCGL é bastante diferenciada.

O mercado capitalista tende à concentração. Nela, sobram os mais "eficientes", sendo que os demais são forçados a abandonar a atividade. O programa para a década, da Cotrijuí, ao planejar o fomento da atividade leiteira, reconhece essa tendência: "O número de produtores não deverá mais crescer nos próximos anos, pelo contrário, estima-se até que deverá cair.

Devido as pressões de mercado, fundamentalmente, tudo indica que só permanecerão na atividade os produtores mais eficiente. Aqueles que realmente valorizam a produção leiteira e optam por ela como atividade econômica importante na propriedade, e não simplesmente complementar e marginal à produção de grãos"(COTRIJUÍ,1993:53).

SÍNTESE E CONCLUSÕES

Os produtores - ou as unidades de produção - ligados ao modelo CCGL desenvolveram-se de forma diferenciada. Esta diferenciação do desenvolvimento deu-se em função da própria diferenciação desses produtores, ao ingressarem na atividade leiteira, bem como pelas diferentes expectativas postas pelos produtores em relação à participação dessa atividade na reprodução das unidades de produção.

Vários são os fatores de diferenciação desses produtores: o tamanho das unidades de produção; a área útil cultivável; os instrumentos de trabalho disponíveis; a força de trabalho familiar; os diversos sistemas de produção; afinidades históricas com a atividade leiteira; a viabilidade de implantação de linhas de leite, em função da disposição dos vizinhos em produzir leite; o nível de endividamento dos produtores e; a disposição política da cooperativa em desenvolver a atividade. Partindo dessas diferenciações, os vários grupos de produtores tiveram comportamentos também diferenciados, no desenvolvimento da atividade.

De modo geral, ocorreu significativo desenvolvimento da atividade, nas regiões produtoras ligadas ao modelo CCGL. Esse desenvolvimento se deu na dimensão quantitativa, com a incorporação de produtores, novas regiões e vacas ordenhadas,

bem como na dimensão qualitativa, com aumento da produtividade do rebanho, na qualidade do leite produzido - especialmente pela redução da acidez - e pelo volume médio de leite entregue pelo produtor.

Durante o período analisado, é possível identificar fases em relação ao papel exercido nas unidades de produção, enquanto renda. Numa primeira fase, o leite comercializado representava apenas um excedente, a partir do consumo familiar. Nessa fase, a finalidade da produção do leite não era o mercado e a renda obtida pela venda do excedente - em forma de queijo, manteiga, nata ou mesmo "in natura" - representava apenas um complemento para a aquisição de algumas mercadorias não produzidas na própria unidade de produção. Numa segunda fase, destaca-se a produção destinada ao mercado e a renda obtida com o leite destinava-se especialmente para a reprodução da família dos produtores - aquisição do "rancho" mensal e algumas roupas. Na terceira fase, o leite passa a desempenhar papel determinante, na reprodução de toda a unidade de produção.

A identificação dessas fases, embora não possa ser generalizada, traz importantes consequências para o entendimento do setor, especialmente no que se refere à absorção, por parte dos produtores, de novas tecnologias e nos investimentos realizados na atividade, bem como do destino de força de trabalho e áreas de pastagens. Na primeira fase, não havia muito interesse na melhoria da atividade. Na segunda fase, começam a interessar a aquisição de vacas mais

produtivas, destina-se maior área de pastagens, melhora-se o manejo da atividade. Na terceira fase ocorrem maiores investimentos. A implantação do modelo CCGL corresponde à segunda fase.

C O N C L U S I O N S

O modelo CCGL foi criado pelas cooperativas empresariais de trigo e soja do Rio Grande do Sul, em janeiro de 1976, para organizar e desenvolver o setor leiteiro, enquanto alternativa de diversificação de renda aos produtores.

Vários foram os fatores que permitiram a organização do modelo. O primeiro, sem dúvida, foi a necessidade das cooperativas em organizar o setor leiteiro. Na época, haviam muitos produtores associados às cooperativas de trigo e soja que já produziam leite, seja para o autoconsumo, seja para o mercado. Assim, havia uma base mínima de produção, independentemente da atuação das cooperativas. O leite produzido, destinado ao mercado, era adquirido por pequenas ou médias indústrias de caráter regional, com dificuldades para provocar mudanças importantes no setor e/ou ampliar a produção, através de programas de fomento para a atividade.

Outro importante fator que contribuiu para a organização do modelo foi a necessidade de buscar alternativas de renda, através de novas atividades econômicas, que pudessem contribuir para a reprodução das unidades de produção, contrapondo à monocultura da soja. Nesse sentido, o leite se mostrava como uma dessas alternativas, em função de suas características: o aumento da produção não requeria grandes investimentos; já havia uma base mínima de produção; o leite permitia uma receita financeira mensal, diferentemente das demais atividades, especialmente as safras de grãos, que geram uma ou, no máximo, duas receitas anuais.

A inexistência de uma grande empresa de laticínios, na região do Planalto gaúcho, que pudesse implementar programas de fomento para o desenvolvimento da atividade deixava "espaço" para as cooperativas.

O estágio de desenvolvimento do cooperativismo empresarial gaúcho, transformando as cooperativas de simples estabelecimentos comerciais em multicooperativas, integrando grande número de produtores, constituiu-se em "garantia" de "fiéis" fornecedores de matéria-prima.

O crédito rural oficial, subsidiado, foi determinante, enquanto fator de viabilidade das pretensões das cooperativas. Na época da organização do modelo, com a criação da CCGL, o crédito rural passava pela sua fase de maior abundância, com os maiores níveis de subsídios (em pleno "milagre" da economia brasileira). As cooperativas tinham acesso privilegiado ao crédito subsidiado, com linhas especiais de financiamento, especialmente para quota capital.

A existência de experiências de organização do setor leiteiro pelas cooperativas de outros estados brasileiros serviu para que as cooperativas gaúchas definissem o seu modelo. A "divisão de trabalho", onde as cooperativas de primeiro grau organizam a produção e a CCGL, enquanto cooperativa de segundo grau, industrializa e comercializa os produtos finais, foi definida em função das experiências existentes. Essas experiências demonstravam que era necessário

evitar a "concorrência" interna, entre as próprias cooperativas.

O processo de desenvolvimento do modelo se deu, de forma diferenciada, entre a CCGL, as cooperativas e os produtores, enquanto agentes envolvidos.

A CCGL, criada pelas cooperativas, desenvolveu-se - quantitativamente e qualitativamente - passando a comandar o modelo. Os investimentos, os programas de fomento, as inovações tecnológicas, etc. passaram a ser definidos pela Central.

O desenvolvimento da CCGL, enquanto empresa cooperativa de segundo grau, constituiu-se, a partir da acumulação, em ritmo intenso, levando à concentração do capital, que lhe permitiu concorrer com as demais empresas do setor com "vantagens", chegando a centralizar capital, através da aquisição de outras empresas que atuavam no setor de laticínios do Estado.

A acumulação de capital da CCGL se deu em duas fases distintas. Na primeira, que vai desde a sua fundação, em 1976, até os primeiros anos da década de 80. Nessa época os investimentos produtivos foram viabilizados através do crédito rural oficial subsidiado, especialmente para quota capital. A obtenção desses recursos foram viabilizadas, face aos "privilégios" das cooperativas, que tinham acesso a linhas de crédito especiais. Assim, o acesso aos subsídios oficiais, viabilizados pela especificidade cooperativa, constituíram-se em fator determinante, na constituição do parque industrial da CCGL, com consequências diretas na capacidade de concorrência

da mesma, em relação às demais empresas do setor. Sem esses subsídios, torna-se inexplicável, o ritmo de acumulação da CCGL, chegando a centralizar capital.

Na segunda fase, que inicia a partir de 1983-84, os investimentos produtivos foram viabilizados pela reconversão das sobras obtidas pela Central, nas suas operações e, retidas sob a forma de fundos, legitimados pela legislação cooperativista, pelos Estatutos Sociais da Central ou ainda por decisões da Assembléia Geral.

Os indicadores de desempenho econômico-financeiro, de modo geral, correspondem as fases de acumulação do capital. Na primeira fase, de modo geral, os indicadores demonstram alto grau de endividamento, com baixa capacidade de pagamento das obrigações da Central, junto a seus fornecedores. Na segunda fase, impulsionada pelos investimentos realizados na fase anterior, e, especialmente pelos níveis de rentabilidade e lucratividade do capital, os níveis de endividamento foram reduzidos a níveis próximos a zero. Esse bom desempenho, na segunda fase, só se explica com os investimentos realizados na fase anterior.

As cooperativas singulares ligadas à CCGL, apresentaram comportamentos diferenciados no desenvolvimento do modelo. Algumas abandonaram o setor, abrindo espaço para a atuação da subsidiária da CCGL, a Laticínios Satélite S.A., integrando alguns produtores diretamente à indústria de laticínios. Outras cooperativas permaneceram no setor, sem maiores investimentos

nos programas de fomento. Outras permaneceram no setor, com razoáveis investimentos em programas de fomento. Esses comportamentos diferenciados se deram por duas razões fundamentais. A primeira diz respeito a realidade dos produtores associados a essas cooperativas, onde a atividade leiteira não chegou a constituir-se como alternativa de diversificação de renda. A segunda decorre da situação econômico-financeira das próprias cooperativas. Algumas delas não tiveram condições de responder aos investimentos que se faziam necessário. Além desses dois fatores fundamentais, contribuiu também, a avaliação econômica que as cooperativas faziam por estarem atuando no setor. Muitas delas abandonaram o setor, face aos prejuízos operacionais, sem a análise dos resultados indiretos.

O desenvolvimento da produção, ou das unidades de produção de leite, enquanto matéria-prima, a exemplo das cooperativas singulares, deu-se de forma diferenciada. Essa diferenciação ocorreu, fundamentalmente, pelas diferenças já existentes entre esses produtores. São diferenças no tamanho das unidades de produção; tradição na produção de leite; na possibilidade de investimento x endividamento; na localização das unidades de produção e nos sistemas de produção desenvolvidos pelas produtores.

Mesmo com as diferenças, é possível identificar três fases no desenvolvimento da produção, na área de ação do modelo CCGL. A primeira, vai até a organização do modelo, onde o leite era

destinado para o auto-consumo e comercializado o excedente, especialmente através de queijo e manteiga. Nessa fase os investimentos na atividade eram mínimos e o leite caracterizava-se pela importância na reprodução biológica da família (enquanto alimento). A segunda fase, que compreende basicamente a década de 80, caracterizou-se pela mercantilização do leite, na área de atuação do modelo. A lógica da produção passou a ser o mercado. Nessa fase, a renda obtida com a atividade desempenha importante papel na reprodução econômica da família. Com o dinheiro do leite os produtores adquiriam o "rancho", roupas e outros itens de consumo familiar. Ou seja, o leite constituía-se numa mercadoria que possibilitava a aquisição de outras mercadorias de consumo familiar. Nessa fase ocorrem alguns investimentos da melhoria da produção, com aquisição de animais melhorados, cruzamentos realizados na própria unidade de produção e aquisição de alguns instrumentos de trabalho.

Na terceira fase, bem recente, o leite, enquanto mercadoria, contribui na reprodução de toda a unidade de produção, assumindo grande importância como renda. Nessa fase os investimentos tornam-se mais importantes, com aquisição de ordenhadeiras, resfriadores e outros instrumentos de trabalho.

O desenvolvimento do modelo CCGL tem gerado tensões entre os agentes envolvidos. Estas tensões podem ser localizadas especialmente no que diz respeito aos preços pagos pelo leite aos produtores e pelos prazos de pagamento. Ou seja,

concentram-se na repartição da renda obtida com a atividade. Os conflitos ocorrem especialmente pela contradição vivida pelas empresas cooperativistas gaúchas, que nascem na lógica da reprodução dos seus associados e acabam passando para a lógica da auto-reprodução, a partir do momento em que necessitam concorrer com outras empresas do setor. Nesse processo, os produtores, que são sócios-proprietários das cooperativas, passam a constituir-se como fornecedores de matéria-prima. A CCGL é a materialização desse conflito. O fato dessa constituir-se em cooperativa de segundo grau, onde a relação com os produtores se dá de forma indireta, faz com que esses sintam-se cada vez mais como simples fornecedores de matéria-prima e cada vez menos como sócios-proprietários indiretos, já que os sócios-proprietários diretos são as cooperativas singulares. Nesse sentido, a CCGL não diferencia-se das demais empresas não-cooperativas, no relacionamento com os produtores.

A distribuição pura e simples das sobras, inviabilizaria a Central reproduzir-se em níveis de concorrência com as demais empresas do setor.

Esse conflito pode ser minimizado pela aplicação de parte das sobras no desenvolvimento de programas que possibilitem aos produtores a redução dos custos de produção e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade e a produtividade do leite. Esse mecanismo de distribuição pode ser chamado de distribuição indireta das sobras. Com isso, é possível à Central obter matéria-prima de melhor qualidade, quantidade e regularidade (fundamental para a

competitividade) e os produtores podem obter melhor rentabilidade com a atividade.

As perspectivas de acirramento, no processo de concorrência do setor, especialmente pela atuação da multinacional Parmalat, torna inadiável a busca de relações mais estreitas entre os produtores e a CCGL enquanto Central. O reconhecimento dos Conselhos de Produtores, enquanto instância consultiva, ocorrido recentemente, é um passo importante, mas ainda insuficiente. É fundamental que os produtores sintam-se sócios-proprietários da CCGL, ainda que indiretamente. Para tanto, é necessário que os produtores tenham poder de influência nas decisões da Central, especialmente nas suas políticas de aplicação das sobras e, nos programas de fomento.

BIBLIOGRAFIA

- ANO LEITEIRO. Porto Alegre: SCE - Simon Comunicações Empresariais, agosto de 1992 e agosto de 1993;
- BENETTI, Maria Domingues. **Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980**. Porto Alegre: FEE-Fundação de Economia e Estatística, 1982;
- BASSO, David. **As Relações Entre Cooperativa e Produtores Rurais: uma avaliação da importância do cooperativismo empresarial para os produtores associados**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1990;
- BRASIL. **Constituição**. 1988;
- BRASIL. **Legislação Cooperativista**. Ministério da Agricultura/ INCRA, 1971;
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mesa Redonda do Leite**. (mimeo). Brasília, Comissão de Agricultura e Política Agrícola, 1973;
- CCGL. **Relatórios e Balanços**. Porto Alegre: CCGL. 1977 a 1992;
- CEDIC. **Perfil do Leite**. Porto Alegre: Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul, 1974;
- CORADINI, Odacir Luiz. **Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e a soja**. In-CORADINI, Odacir Luiz e FREDERICQ, Antoniette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;
- COTRIJORNAL. Ijuí: Cotrijuí, setembro/1993;
- COTRIJUÍ. **Programa Para a Década**. IIª edição - revisada e ampliada. Ijuí: Cotrijuí, 1993;
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: ícone Editora, 1985;
- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e Cooperativismo no R.G.S.** Porto Alegre: L & PM - Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1986;
- FALCKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Dinâmica Social e Cooperativismo: o caso da FECOTRIGO - 1958/72** In.BENETTI, Maria Domingues e FRANTZ, Telmo Rudi (coordenadores). **Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do RS 1957-84**. Porto Alegre: FEE-Fundação de Economia e Estatística, 1985;
- FARINA, Elizabeth M.M. Querido. **Política Pública e Evolução**

- Recente da Pecuária Leiteira no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa, VASQUES, José Garcia e VILLA VERDE, Carlos M. (org.) **Agricultura e Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, 1990;
- FEE. **Programa Agroindústria do Rio Grande do Sul: Indústria de Leite e Derivados.** Tomo 1 - Programa de investimentos. Porto Alegre: FEE, 1978;
- F.I.B.G.E. **Anuários Estatísticos.** Rio de Janeiro: FIBGE. 1960-1991;
- F.I.B.G.E. **Censos Agropecuários.** Rio de Janeiro: FIBGE. 1940-1985;
- F.I.B.G.E. **Censos Industriais.** Rio de Janeiro: FIBGE. 1960-1980;
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Cooperativismo no Brasil.** São Paulo: Global, 1983;
- FLORÃO, Santo Remi dos Santos. **Das Bases do Movimento Utopista ao Cooperativismo Capitalista.** Projeto de Dissertação (mimeo). Campina Grande-PB: UFPB, 1993;
- FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola.** Ijuí-RS: COTRIJUÍ-Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda/FIDENE-Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, 1982;
- FREDERICQ, Antoinette. A "babá" dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. IN: CORADINI, Odacir L. e FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981;
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Corlac.** Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1993;
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Formação da Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul.** Tese de terceiro ciclo. Paris: Universidade de Paris I - Sorbone, 1979;
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Vozes/FASE, 1987;
- HETZEL, Moacir e outros. **A Cadeia Agroalimentar do Leite: Desafio aos Pequenos Produtores Rurais.** Ijuí: Unijui, 1993;
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986;
- KRUG, Ernesto Enio B. **O Complexo Agroindustrial do Leite no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Unisinos, 1980;
- LAUSCHNER, Roque e SCHNEIDER, José Odelso. **Evolução e Situação**

- Atual do Cooperativismo Brasileiro. In. FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN. **O Cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuições**. Curitiba: ASSOCEP, 1979;
- LENIN, Vladimir I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Apresentação Wladimir Pomar, São Paulo: Brasil Debates, 1980;
- LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982;
- LOUREIRO, Maria Rita (organizadora). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981;
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989;
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Problemas Referentes ao Leite** (série de conferências). Série Estudos Técnicos - No 8, sd. (década de 50);
- PINHO, Diva Benevides. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977;
- PINHO, Carlos Marques e PINHO, Diva Benevides. **O Estado Brasileiro e o Cooperativismo**. In. FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN. **O Cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuições**. Curitiba: ASSOCEP, 1979;
- PREÇOS AGRÍCOLAS. Piracicaba: FEALQ/CEPEA e USP/ESALQ/DESR, ano 7, julho de 1993;
- SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982;
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Segunda edição. Rio de Janeiro: Guanabarra, 1986;
- SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. **Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira**. In. SORJ Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (organizadores). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TRENNEPOHL, Dilson. **O Processo de Desenvolvimento Recente da Agropecuária Gaúcha**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande UFPB, 1991;
- VIA LACTEA. Porto Alegre: CCGL, No 2, 4 e 5.
- ZERO HORA. Porto Alegre. várias edições.

A N E X O S

ANEXO I

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO II

RELAÇÃO DAS TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO II

- Tabela A1.1 - Vacas Ordenhadas, Produção e Leite Vendido por Finalidade do Rebanho - RS, SC, MG e GO: 1975/80/85
- Tabela A1.2 - Participação dos Rebanhos nas Vacas Ordenhadas, Produção, Leite Vendido - RS, SC, MG e GO 1980/85
- Tabela A1.3 - Crescimento das Vacas Ordenhadas, Produção, Leite Vendido por Finalidade do Rebanho - RS, SC, MG e GO: 1975/1980/1985
- Tabela A1.4 - Produtividade do Rebanho Bovino - RS, SC, MG e GO 1975/1980/1985
- Tabela A1.5 - Produção de Leite por Extrato de Área - RS: 1970/85
- Tabela A1.6 - Informantes, Vacas Ordenhadas e Leite Vendido, por Extrato de Área - RS, SC, MG e GO: 1985
- Tabela A1.7 - Participação dos Diversos Grupos de Área, na Produção Total - RS: 1970/1985
- Tabela A1.8 - Participação dos Diversos Grupos de Área, no Número de Informantes, Vacas Ordenhadas e Leite Vendido - RS, SC, MG e GO: 1985
- Tabela A1.9 - Produtividade por Extrato de Área - RS: 1970/1985
- Tabela A1.10- Produtividade por Extrato de Área - RS, SC, MG e GO: 1985
- Tabela A1.11- Leite Produzido por Região - RS: 1960-1990 (em 1000L)
- Tabela A1.12- Produção de Leite por Km² na Regiões - RS: 1970-1990 (em 1000 L)
- Tabela A1.13- Vacas Ordenhadas por Região - RS: 1960-1990
- Tabela A1.14- Leite Produzido, por Vaca Ordenhada nas Regiões - RS: 1970-1990
- Tabela A1.15- Número de Vacas Ordenhadas por Estabelecimento nas Regiões - RS: 1970-1990
- Tabela A1.16- Leite Vendido por Região - RS: 1975-1985

Tabela A1.17- Leite Vendido em Relação em Relação ao Total do Leite Produzido por Região no RS: 1975-1985

Tabela A1.18- Venda Diária de Leite, por Estabelecimento, nas Regiões do RS: 1975-1980

Tabela A1.19- Utilização de Ordenhadeiras Mecânicas por Região RS: 1980-1985

Tabela A1.1 - Vacas Ordenhadas, Produção e Leite Vendido por Finalidade do Rebanho
RS, SC, MG, e GO: 1975/1980/1985

ESTADO	FINALIDADE DO REBANHO	VACAS ORDENHADAS			PRODUÇÃO 1000L.			VENDA 1000L.		
		1975	1980	1985	1975	1980	1985	1975	1980	1985
RIO GRANDE DO SUL	Corte	133.455	233.603	225.205	87.255	217.138	197.248	24.050	73.015	108.736
	Leite	538.957	656.174	632.615	694.483	982.053	936.789	399.018	561.175	627.373
	Mixto	106.720	92.759	112.391	99.114	114.582	131.589	38.683	55.998	76.575
	Trabalho	57.372	9.573	12.579	65.610	12.171	15.176	10.396	1.897	6.193
	Total	836.504	992.109	982.790	943.461	1.325.945	1.280.804	472.147	692.086	818.879
SANTA CATARINA	Corte	48.175	80.876	87.905	27.495	66.702	78.346	5.641	14.358	41.183
	Leite	268.670	298.794	312.074	311.144	406.703	447.339	110.258	149.274	269.820
	Mixto	47.828	49.827	60.739	44.237	55.193	71.249	10.904	13.920	39.082
	Trabalho	23.400	4.089	4.913	26.962	5.558	6.768	1.485	185	1.826
	Total	388.073	433.586	465.631	409.837	534.157	603.704	128.288	177.719	351.914
MINAS GERAIS	Corte	759.412	889.568	797.905	389.749	623.316	623.684	295.107	484.429	512.353
	Leite	1.931.987	1.993.442	2.210.411	1.880.280	2.341.829	2.715.565	1.613.581	2.005.348	2.312.188
	Mixto	615.590	509.010	443.664	464.144	451.453	428.314	377.298	375.006	363.012
	Trabalho	8.383	4.654	5.279	6.461	3.915	4.847	2.582	2.592	3.058
	Total	3.315.372	3.396.674	3.457.259	2.740.633	3.420.514	3.772.411	2.288.548	2.867.376	3.190.613
GOIÁS	Corte	612.104	756.000	705.013	209.778	395.545	408.542	125.249	277.992	346.955
	Leite	336.346	579.806	616.387	171.266	423.867	482.917	128.631	349.784	424.350
	Mixto	270.317	246.657	255.445	125.564	143.883	163.416	88.418	116.940	142.619
	Trabalho	515	499	760	197	329	418	39	240	338
	Total	1.219.284	1.582.962	1.577.605	506.805	963.626	1.055.295	342.337	744.957	914.273

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.1 - Vacas Ordenhadas, Produção e Leite Vendido por Finalidade do Rebanho
RS, SC, MG, e GO: 1975/1980/1985

ESTADO	FINALIDADE DO REBANHO	VACAS ORDENHADAS			PRODUÇÃO QUANTIDADE 1000L.			VENDA QUANTIDADE 1000L.		
		1975	1980	1985	1975	1980	1985	1975	1980	1985
RIO GRANDE DO SUL	Corte	133.455	233.603	225.205	87.255	217.138	197.248	24.050	73.015	108.736
	Leite	538.957	656.174	632.615	694.483	982.053	936.789	399.018	561.175	627.373
	Mixto	106.720	92.759	112.391	99.114	114.582	131.589	38.683	55.998	76.575
	Trabalho	57.372	9.573	12.579	65.610	12.171	15.176	10.396	1.897	6.193
	Total	836.504	992.109	982.790	943.461	1.325.945	1.280.804	472.147	692.086	818.879
SANTA CATARINA	Corte	48.175	80.876	87.905	27.495	66.702	78.346	5.641	14.358	41.183
	Leite	268.670	298.794	312.074	311.144	406.703	447.339	110.258	149.274	269.820
	Mixto	47.828	49.827	60.739	44.237	55.193	71.249	10.904	13.920	39.082
	Trabalho	23.400	4.088	4.913	26.962	5.558	6.768	1.485	165	1.826
	Total	388.073	433.586	465.631	409.837	534.157	603.704	128.288	177.719	351.914
MINAS GERAIS	Corte	759.412	889.568	797.905	389.749	623.316	623.684	295.107	484.429	512.353
	Leite	1.931.987	1.993.442	2.210.411	1.880.280	2.341.829	2.715.565	1.613.561	2.005.348	2.312.188
	Mixto	615.590	509.010	443.664	464.144	451.453	428.314	377.298	375.006	363.012
	Trabalho	8.383	4.654	5.279	6.461	3.915	4.847	2.582	2.592	3.059
	Total	3.315.372	3.396.674	3.457.259	2.740.633	3.420.514	3.772.411	2.288.548	2.867.376	3.190.613
GOIÁS	Corte	612.104	756.000	705.013	209.778	395.545	408.542	125.249	277.992	346.965
	Leite	336.348	579.806	616.387	171.266	423.867	482.917	128.631	349.784	424.350
	Mixto	270.317	246.657	255.445	125.564	143.883	163.416	88.418	116.940	142.619
	Trabalho	515	499	760	197	329	418	39	240	338
	Total	1.219.284	1.582.962	1.577.605	506.805	963.626	1.055.295	342.337	744.957	914.273

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.2 - Participação dos Rebanhos nas Vacas Ordenhadas, Produção e Leite Vendido
RS, SC, MG, e GO: 1980/1985

ESTADO	FINALIDADE DO REBANHO	VACAS ORDENHADAS		PRODUÇÃO		VENDA	
		1980	1985	QUANTIDADE 1000L.		QUANTIDADE 1000L.	
		1980	1985	1980	1985	1980	1985
RIO GRANDE DO SUL	Corte	23,55%	22,91%	16,38%	15,40%	10,55%	13,28%
	Leite	66,14%	64,37%	74,06%	73,14%	81,08%	76,61%
	Mixto	9,35%	11,44%	8,64%	10,27%	8,09%	9,35%
	Trabalho	0,96%	1,26%	0,92%	1,18%	0,27%	0,76%
	Total	100,00%	100,00%				
SANTA CATARINA	Corte	18,65%	18,88%	12,49%	12,98%	8,08%	11,70%
	Leite	68,91%	67,02%	76,14%	74,10%	83,99%	76,67%
	Mixto	11,49%	13,04%	10,33%	11,80%	7,83%	11,11%
	Trabalho	0,94%	1,06%	1,04%	1,12%	0,09%	0,52%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MINAS GERAIS	Corte	26,19%	23,08%	18,22%	16,53%	16,89%	16,06%
	Leite	58,68%	63,94%	68,46%	71,98%	68,94%	72,47%
	Mixto	14,99%	12,83%	13,20%	11,35%	13,08%	11,38%
	Trabalho	0,14%	0,15%	0,11%	0,13%	0,09%	0,10%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
GOIÁS	Corte	47,76%	44,69%	41,05%	38,71%	37,32%	37,95%
	Leite	36,63%	39,07%	43,99%	45,76%	46,95%	46,41%
	Mixto	15,58%	16,19%	14,93%	15,49%	15,70%	15,60%
	Trabalho	0,03%	0,05%	0,03%	0,04%	0,03%	0,04%
	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.3 - Crescimento das Vacas Ordenhadas, Produção e Leite Vendido por Finalidade do Rebanho
RS, SC, MG, e GO: 1975/1980/1985

ESTADO	FINALIDADE DO REBANHO	VACAS ORDENHADAS			PRODUÇÃO			VENDA		
		1975	1980	1985	QUANTIDADE 1000L			QUANTIDADE 1000L		
					1975	1980	1985	1975	1980	1985
RIO GRANDE DO SUL	Corte	100,00%	175,84%	168,75%	100,00%	248,85%	226,06%	100,00%	303,60%	452,12%
	Leite	100,00%	121,75%	117,38%	100,00%	141,41%	134,89%	100,00%	140,64%	157,23%
	Mixto	100,00%	86,92%	105,31%	100,00%	115,61%	132,77%	100,00%	144,76%	197,96%
	Trabalho	100,00%	16,89%	21,93%	100,00%	18,55%	23,13%	100,00%	18,25%	59,57%
	Total	100,00%	118,60%	117,49%	100,00%	140,54%	135,76%	100,00%	146,58%	173,44%
SANTA CATARINA	Corte	100,00%	167,88%	182,47%	100,00%	242,60%	284,95%	100,00%	254,53%	730,07%
	Leite	100,00%	111,21%	116,16%	100,00%	130,71%	143,77%	100,00%	135,39%	244,72%
	Mixto	100,00%	104,18%	126,99%	100,00%	124,77%	161,06%	100,00%	127,66%	358,42%
	Trabalho	100,00%	17,47%	21,00%	100,00%	20,61%	25,10%	100,00%	11,11%	122,96%
	Total	100,00%	111,73%	119,99%	100,00%	130,33%	147,30%	100,00%	138,53%	274,32%
MINAS GERAIS	Corte	100,00%	117,14%	105,07%	100,00%	159,93%	160,02%	100,00%	164,15%	173,62%
	Leite	100,00%	103,18%	114,41%	100,00%	124,55%	144,42%	100,00%	124,28%	143,30%
	Mixto	100,00%	82,69%	72,07%	100,00%	97,27%	92,28%	100,00%	99,39%	96,21%
	Trabalho	100,00%	55,52%	62,97%	100,00%	60,59%	75,02%	100,00%	100,39%	118,44%
	Total	100,00%	102,45%	104,28%	100,00%	124,81%	137,65%	100,00%	125,29%	139,42%
GOIÁS	Corte	100,00%	123,51%	115,18%	100,00%	188,55%	194,75%	100,00%	221,95%	277,02%
	Leite	100,00%	172,38%	183,26%	100,00%	247,49%	281,97%	100,00%	271,93%	329,90%
	Mixto	100,00%	91,25%	94,50%	100,00%	114,59%	130,15%	100,00%	132,26%	161,30%
	Trabalho	100,00%	96,89%	147,57%	100,00%	167,01%	212,18%	100,00%	615,38%	866,67%
	Total	100,00%	129,83%	129,39%	100,00%	190,14%	208,23%	100,00%	217,61%	267,07%

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.4 - Produtividade do Rebanho Bovino: RS, SC, MG e GO
1975, 1980 e 1985

ESTADO	FINALIDADE DO REBANHO	LITROS P/ VACA ORD/ ANO			LITROS P/ VACA ORD/ DIA		
		1975	1980	1985	1975	1980	1985
RIO GRANDE DO SUL	Corte	631,34	929,52	875,86	1,73	2,55	2,40
	Leite	1288,57	1496,64	1480,82	3,53	4,10	4,06
	Mixto	928,73	1235,27	1170,81	2,54	3,38	3,21
	Trabalho	1143,59	1271,39	1206,46	3,13	3,48	3,31
	Total	1127,86	1336,49	1303,23	3,09	3,66	3,57
SANTA CATARINA	Corte	570,73	824,74	891,28	1,56	2,26	2,44
	Leite	1158,09	1361,15	1433,44	3,17	3,73	3,93
	Mixto	924,92	1107,69	1173,04	2,53	3,03	3,21
	Trabalho	1152,22	1359,26	1377,57	3,16	3,72	3,77
	Total	1056,08	1231,95	1296,53	2,89	3,38	3,55
MINAS GERAIS	Corte	513,22	700,70	781,65	1,41	1,92	2,14
	Leite	973,24	1174,77	1228,53	2,67	3,22	3,37
	Mixto	753,98	886,92	965,40	2,07	2,43	2,64
	Trabalho	770,73	841,21	918,17	2,11	2,30	2,52
	Total	826,64	1007,02	1091,16	2,26	2,76	2,99
GOIÁS	Corte	342,72	523,21	579,48	0,94	1,43	1,59
	Leite	509,19	731,05	783,46	1,40	2,00	2,15
	Mixto	464,51	583,33	639,73	1,27	1,60	1,75
	Trabalho	382,52	659,32	550,00	1,05	1,81	1,51
	Total	415,66	608,75	668,92	1,14	1,67	1,83

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.5 - Produção de Leite por Extrato de Área RS: 1970 - 1985

ANO	EXTRATOS (EM HA)	INFORMANTES	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO 1000 L	VENDA 1000L
1970	Até 20	174.697	346.876	363.682	0
	20 - 50	95.452	250.335	254.624	0
	50 - 100	20.838	78.819	69.997	0
	100 - 1000	17.549	115.007	74.783	0
	1000 e mais	2.414	24.069	15.391	0
	Total do ano	310.950	815.206	778.478	0
1975	Até 20	174.807	361.449	443.732	225.577
	20 - 50	94.243	263.873	310.220	152.298
	50 - 100	21.863	84.493	89.331	46.015
	100 - 1000	18.251	105.051	83.557	40.572
	1000 e mais	2.461	21.636	10.388	4.822
	Total do ano	311.625	836.504	943.461	472.147
1980	Até 20	183.771	419.703	602.113	314.622
	20 - 50	92.213	296.831	417.431	217.781
	50 - 100	21.819	110.580	129.565	68.713
	100 - 1000	19.912	136.343	148.274	76.394
	1000 e mais	2.629	28.652	28.559	14.574
	Total do ano	320.344	992.109	1.325.945	692.086
1985	Até 20	194.738	449.065	614.005	373.523
	20 - 50	88.115	294.259	401.903	257.741
	50 - 100	21.139	95.618	118.984	80.758
	100 - 1000	19.892	120.939	120.038	85.462
	1000 e mais	2.524	22.909	25.870	21.382
	Total do ano	326.408	982.790	1.280.804	818.879

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.6 - Informantes, Vacas Ordenhadas e Leite Vendido, por Extrato de Área					
RS, SC, MG e GO: 1985					
ESTADO	EXTRATO EM HA	INFORMANTES	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO 1000L	VENDA 1000L
	Até 20	194.738	449.065	614.005	373.523
Rio Grande do Sul	20 - 50	88.115	294.259	401.903	257.741
	50 - 100	21.139	95.618	118.994	80.758
	100 - 1000	19.892	120.939	120.038	85.462
	1000 e mais	2.524	22.909	25.870	21.392
	Total do ano	326.408	982.790	1.280.804	818.879
	Até 20	101.240	209.922	288.711	151.779
	20 - 50	47.612	157.811	210.067	126.994
Santa Catarina	50 - 100	10.774	49.765	60.384	39.813
	100 - 1000	5.879	43.303	39.889	29.189
	1000 e mais	303	4.830	4.649	4.136
	Total do ano	165.808	465.631	603.704	351.914
	Até 20	80.373	263.804	272.655	186.147
	20 - 50	70.795	481.120	518.123	406.412
Minas Gerais	50 - 100	47.003	572.487	640.455	535.915
	100 - 1000	65.977	1.854.801	2.071.417	1.817.251
	1000 e mais	3.830	285.047	269.757	244.884
	Total do ano	267.978	3.457.259	3.772.411	3.190.613
	Até 20	10.628	47.815	33.032	22.675
	20 - 50	16.843	146.579	103.697	82.459
	50 - 100	14.903	214.668	151.575	128.553
Goiás	100 - 1000	32.501	950.051	639.938	567.767
	1000 e mais	4.498	218.492	127.051	112.817
	Total do ano	79.373	1.577.605	1.055.295	914.273
FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE					

Tabela A1.7 - Participação dos Diversos Grupos de Área, na Produção Total - RS: 1970 - 1985

ANO	EXTRATOS (EM HA)	INFORMANTES	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO 1000 L	VENDA 1000L
1970	Até 20	56,18%	42,55%	46,72%	0,00%
	20 - 50	30,70%	30,71%	32,71%	0,00%
	50 - 100	6,70%	9,67%	8,99%	0,00%
	100 - 1000	5,64%	14,11%	9,61%	0,00%
	1000 e mais	0,78%	2,95%	1,98%	0,00%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%
1975	Até 20	56,10%	43,21%	47,03%	47,78%
	20 - 50	30,24%	31,54%	32,88%	32,26%
	50 - 100	7,02%	10,10%	9,47%	9,75%
	100 - 1000	5,86%	12,56%	8,86%	8,59%
	1000 e mais	0,79%	2,59%	1,10%	1,02%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1980	Até 20	57,37%	42,30%	45,41%	45,46%
	20 - 50	28,79%	29,92%	31,48%	31,47%
	50 - 100	6,81%	11,15%	9,77%	9,93%
	100 - 1000	6,22%	13,74%	11,18%	11,04%
	1000 e mais	0,82%	2,89%	2,15%	2,11%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1985	Até 20	59,66%	45,69%	47,94%	45,61%
	20 - 50	27,00%	29,94%	31,38%	31,47%
	50 - 100	6,48%	9,73%	9,29%	9,86%
	100 - 1000	6,09%	12,31%	9,37%	10,44%
	1000 e mais	0,77%	2,33%	2,02%	2,61%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.8 - Participação dos Diversos Grupos de Área, no Número de Informantes					
Vacas Ordenhadas e Leite Vendido - RS, SC, MG e GO: 1985					
ESTADO	EXTRATO EM HA	INFORMANTES	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO 1000L	VENDA 1000L
	Até 20	59,66%	45,69%	47,94%	45,61%
Rio Grande do Sul	20 - 50	27,00%	29,94%	31,38%	31,47%
	50 - 100	6,48%	9,73%	9,29%	9,86%
	100 - 1000	6,09%	12,31%	9,37%	10,44%
	1000 e mais	0,77%	2,33%	2,02%	2,61%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Até 20	61,06%	45,08%	47,82%	43,13%
	20 - 50	28,72%	33,89%	34,80%	36,09%
Santa Catarina	50 - 100	6,50%	10,69%	10,00%	11,31%
	100 - 1000	3,55%	9,30%	6,61%	8,29%
	1000 e mais	0,18%	1,04%	0,77%	1,18%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Até 20	29,99%	7,63%	7,23%	5,83%
	20 - 50	26,42%	13,92%	13,73%	12,74%
Minas Gerais	50 - 100	17,54%	16,56%	16,98%	16,80%
	100 - 1000	24,62%	53,65%	54,91%	56,96%
	1000 e mais	1,43%	8,24%	7,15%	7,68%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Até 20	13,39%	3,03%	3,13%	2,48%
	20 - 50	21,22%	9,29%	9,83%	9,02%
	50 - 100	18,78%	13,61%	14,36%	14,06%
Goiás	100 - 1000	40,95%	60,22%	60,64%	62,10%
	1000 e mais	5,67%	13,85%	12,04%	12,34%
	Total do ano	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE					

Tabela A1.9 - Produtividade por Extrato de Área - RS: 1970-1985

ANO	EXTRATOS EM HA	VACAS ORD. P/INFORM.	PRODUÇÃO P/VACA/ORD./ANO	VENDA P/ INFORM./ DIA	% LEITE VENDIDO
1970	Até 20	2,0	1.048	0,0	0,0
	20 - 50	2,6	1.017	0,0	0,0
	50 - 100	3,8	888	0,0	0,0
	100 - 1000	6,6	650	0,0	0,0
	1000 e mais	10,0	639	0,0	0,0
	Total do ano	2,6	955	0,0	0,0
1975	Até 20	2,1	1.228	3,5	51
	20 - 50	2,8	1.176	4,4	49
	50 - 100	3,9	1.057	5,8	52
	100 - 1000	5,8	795	6,1	49
	1000 e mais	8,8	480	5,4	46
	Total do ano	2,7	1.128	4,2	50
1980	Até 20	2,3	1.435	4,7	52
	20 - 50	3,2	1.406	6,5	52
	50 - 100	5,1	1.172	8,6	53
	100 - 1000	6,8	1.088	10,5	52
	1000 e mais	10,9	997	15,2	51
	Total do ano	3,1	1.336	5,9	52
1985	Até 20	2,3	1.367	5,3	61
	20 - 50	3,3	1.366	8,0	64
	50 - 100	4,5	1.244	10,5	68
	100 - 1000	6,1	993	11,8	71
	1000 e mais	9,1	1.129	23,2	83
	Total do ano	3,0	1.303	6,9	64

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.10 - Produtividade por Extrato de Área
RS, SC, MG, e GO: 1985

ESTADO	EXTRATOS EM HA	VACAS ORD. P/INFORM.	PRODUÇÃO P/VACA/ORD./ANO	VENDA P/ INFORMANTE, DIA	% LEITE VENDIDO
RIO GRANDE DO SUL	Até 20	2,3	1.367	5,3	61
	20 - 50	3,3	1.365	8,0	64
	50 - 100	4,5	1.244	10,5	68
	100 - 1000	6,1	992	11,8	71
	1000 e mais	9,1	1.129	23,2	83
	Total do ano	3,0	1.303	6,9	64
SANTA CATARINA	Até 20	2,1	1.375	4,1	53
	20 - 50	3,3	1.331	7,3	60
	50 - 100	4,6	1.213	10,1	66
	100 - 1000	7,4	921	13,6	73
	1000 e mais	15,9	962	37,4	89
	Total do ano	2,8	1.296	5,8	58
MINAS GERAIS	Até 20	3,3	1.033	6,3	68
	20 - 50	6,8	1.076	15,7	78
	50 - 100	12,2	1.118	31,2	84
	100 - 1000	28,1	1.116	75,5	88
	1000 e mais	74,4	946	175,2	91
	Total do ano	12,9	1.091	32,6	85
GOIÁS	Até 20	4,5	690	5,8	69
	20 - 50	8,7	707	13,4	80
	50 - 100	14,4	706	23,6	85
	100 - 1000	29,2	673	47,9	89
	1000 e mais	48,6	581	68,7	89
	Total do ano	19,9	668	31,6	87

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.11 - Leite Produzido por Região - RS: 1960-1990 (em 100DL)

REGIÃO	1960	1970	% S/ TOTAL	1975	% S/ TOTAL	1980	% S/ TOTAL	1985	% S/ TOTAL	1990	% S/ TOTAL
REGIÃO 1	n/d	249.651	32,1	340.485	36,1	422.088	31,9	374.369	29,2	378.662	26,8
PORTO ALEGRE	n/d	45.034	5,8	67.665	7,2	60.092	4,5	39.192	3,1	42.168	3,0
P. Alegre	n/d	45.034	5,8	67.665	7,2	60.092	4,5	39.192	3,1	42.168	3,0
ENC. DO PLAN. MERIDIO	n/d	153.706	19,7	207.642	22,0	278.674	21,0	254.379	19,9	256.209	18,1
Col. Enc. Ser. Geral	n/d	63.124	8,1	87.733	9,3	103.497	7,8	84.995	6,6	73.228	5,2
Colon. Baixo Taquari	n/d	53.674	6,9	75.179	8,0	109.316	8,2	107.537	8,4	111.237	7,9
Fumic. Sta. Cruz do Sul	n/d	36.908	4,7	44.730	4,7	65.861	5,0	61.847	4,8	71.744	5,1
CAXIAS DO SUL	n/d	50.911	6,5	65.178	6,9	84.122	6,3	80.798	6,3	80.285	5,7
Vin. Caxias do Sul	n/d	50.911	6,5	65.178	6,9	84.122	6,3	80.798	6,3	80.285	5,7
REGIÃO 2	n/d	294.405	37,8	321.887	34,1	473.692	35,7	520.242	40,6	571.610	40,4
PLAN. MERIDION. DO RS	n/d	294.405	37,8	321.887	34,1	473.692	35,7	520.242	40,6	571.610	40,4
Col. A. Taquari	n/d	32.665	4,2	36.636	3,9	52.649	4,0	60.381	4,7	55.865	3,9
Col. Missões	n/d	23.043	3,0	25.224	2,7	42.448	3,2	41.627	3,3	52.080	3,7
Col. Santa Rosa	n/d	82.975	10,7	86.249	9,1	118.049	8,9	133.452	10,4	156.656	11,1
Col. Iral	n/d	45.296	5,8	52.920	5,6	68.987	5,2	75.076	5,9	75.410	5,3
Col. Erchim	n/d	55.493	7,1	65.252	6,9	96.024	7,2	106.845	8,3	108.876	7,7
Col. Ijuí	n/d	17.370	2,2	20.487	2,2	42.861	3,2	43.017	3,4	45.050	3,2
Passo Fundo	n/d	21.580	2,8	20.249	2,1	30.334	2,3	32.052	2,5	40.976	2,9
Col. Alto Jacuí	n/d	7.006	0,9	6.903	0,7	9.435	0,7	13.638	1,1	18.686	1,3
Soledade	n/d	8.977	1,2	7.967	0,8	12.905	1,0	14.154	1,1	18.011	1,3
REGIÃO 3	n/d	126.029	16,2	157.510	16,7	221.555	16,7	196.096	15,3	207.973	14,7
LESTE RIO-GRANDENSE	n/d	126.029	16,2	157.510	16,7	221.555	16,7	196.096	15,3	207.973	14,7
Lit. Setentr. do RS	n/d	18.529	2,4	24.020	2,5	33.539	2,5	24.966	1,9	29.111	2,1
Vale do Jacuí	n/d	28.219	3,6	37.254	3,9	57.372	4,3	41.927	3,3	43.864	3,1
Lagoa dos Patos	n/d	51.142	6,6	65.842	7,0	84.041	6,3	84.078	6,6	79.238	5,6
Lit. Or. Lag. dos Patos	n/d	4.921	0,6	7.298	0,8	8.953	0,7	8.225	0,6	13.643	1,0
Lagoa Mirim	n/d	7.484	1,0	7.773	0,8	11.730	0,9	12.937	1,0	11.120	0,8
Alto Camaquã	n/d	15.734	2,0	15.323	1,6	25.920	2,0	23.963	1,9	30.997	2,2
REGIÃO 4	n/d	108.396	13,9	123.580	13,1	207.800	15,7	190.086	14,8	256.411	18,1
OESTE GAÚCHO	n/d	108.396	13,9	123.580	13,1	207.800	15,7	190.086	14,8	256.411	18,1
Santa Maria	n/d	16.468	2,1	19.409	2,1	27.427	2,1	25.036	2,0	34.757	2,5
Campanha	n/d	47.313	6,1	53.081	5,6	90.492	6,8	80.070	6,3	84.073	5,9
Tritic. de C. Alta	n/d	17.995	2,3	20.539	2,2	41.874	3,2	43.624	3,4	62.984	4,5
Campos de Vacaria	n/d	26.620	3,4	30.551	3,2	48.007	3,6	41.356	3,2	74.597	5,3
Total do Estado	605.033	778.478	100,0	943.461	100,0	1.325.945	100,0	1.280.804	100,0	1.414.656	100,0

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.12 - Produção de Leite por Km2 nas Regiões - RS: 1970-1990 (em 1000L)

REGIÃO	KM2	1970	1975	1980	1985	1990
REGIÃO 1	26280,48	9.499	12.956	16.091	14.245	14.408
PORTO ALEGRE	6492,50	6.936	10.422	9.256	6.037	6.495
P.Alegre	6492,50	6.936	10.422	9.256	6.037	6.495
ENC. DO PLAN. MERIDION.	14871,16	10.336	13.963	18.739	17.106	17.229
Col.Enc.Ser.Geral	4672,17	13.511	18.778	22.152	18.192	15.673
Colon.Baixo Taquari	3465,28	15.489	21.695	31.546	31.033	32.100
Funic.Sta.Cruz do Sul	6733,71	5.481	6.643	9.781	9.185	10.654
CAXIAS DO SUL	4916,82	10.354	13.256	17.109	16.433	16.329
Vin. Caxias do Sul	4916,82	10.354	13.256	17.109	16.433	16.329
REGIÃO 2	59754,85	4.927	5.387	7.927	8.706	9.566
PLAN.MERIDION.DO RS	59754,85	4.927	5.387	7.927	8.706	9.566
Col.A.Taquari	4668,40	6.997	7.848	11.278	12.934	11.967
Col. Missões	9602,28	2.400	2.627	4.421	4.335	5.424
Col. Santa Rosa	8251,57	10.056	10.452	14.306	16.173	18.985
Col. Irajá	7291,70	6.212	7.258	9.461	10.296	10.342
Col. Erechim	12076,70	4.595	5.403	7.951	8.847	9.015
Col. Ijuí	3881,62	4.475	5.278	11.042	11.082	11.606
Passo Fundo	7504,22	2.876	2.698	4.042	4.271	5.460
Col. Alto Jacuí	1399,78	5.005	4.931	6.740	9.743	13.349
Soledade	5078,58	1.768	1.569	2.541	2.787	3.546
REGIÃO 3	74331,23	1.696	2.119	2.981	2.638	2.798
LESTE RIO-GRANDENSE	74331,23	1.696	2.119	2.981	2.638	2.798
Lit. Setentr. do RS	6170,53	3.003	3.893	5.435	4.046	4.718
Vale do Jacuí	13272,20	2.126	2.807	4.323	3.159	3.305
Lagoa dos Patos	15257,21	3.352	4.315	5.508	5.511	5.193
Lit. Or. Lag. dos Patos	6788,00	725	1.075	1.319	1.212	2.010
Lagoa Mirim	13084,20	572	594	897	989	850
Alto Camaquã	19759,09	796	775	1.312	1.213	1.569
REGIÃO 4	108976,55	995	1.134	1.907	1.744	2.353
OESTE GAÚCHO	108976,55	995	1.134	1.907	1.744	2.353
Santa Maria	8259,72	1.994	2.350	3.321	3.031	4.208
Campanha	62325,27	759	852	1.452	1.285	1.349
Tritic. de C.Alta	20233,56	889	1.015	2.070	2.156	3.113
Campos de Vacaria	18158,00	1.466	1.683	2.644	2.278	4.108
Total do Estado	281963,30	2.761	3.346	4.702	4.542	5.149

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.13 - Vacas Ordenhadas por Região - RS: 1960-1990

REGIÃO	1960	1970	% S/ TOTAL	1975	% S/ TOTAL	1980	% S/ TOTAL	1985	% S/ TOTAL	1990	% S/ TOTAL
REGIÃO 1	n/d	220.751	27,1	241.938	28,9	255.777	25,8	236.834	24,1	268.787	23,4
PORTO ALEGRE	n/d	32.494	4,0	35.819	4,3	30.140	3,0	22.860	2,3	34.576	3,0
P. Alegre	n/d	32.494	4,0	35.819	4,3	30.140	3,0	22.860	2,3	34.576	3,0
ENC. DO PLAN. MERIDIO	n/d	146.756	18,0	159.291	19,0	175.891	17,7	165.110	16,8	177.559	15,5
Col. Enc. Ser. Geral	n/d	56.058	6,9	59.865	7,2	59.540	6,0	49.651	5,1	55.403	4,8
Colon. Baixo Taquari	n/d	51.445	6,3	57.691	6,9	65.348	6,6	64.322	6,5	67.803	5,9
Fumic. Sta. Cruz do Sul	n/d	39.253	4,8	41.735	5,0	51.003	5,1	51.137	5,2	54.353	4,7
CAXIAS DO SUL	n/d	41.501	5,1	46.828	5,6	49.746	5,0	48.864	5,0	56.652	4,9
Vin. Coxias do Sul	n/d	41.501	5,1	46.828	5,6	49.746	5,0	48.864	5,0	56.652	4,9
REGIÃO 2	n/d	281.971	34,6	286.089	34,2	350.030	35,3	382.044	38,9	421.384	36,7
PLAN. MERIDION. DO RS	n/d	281.971	34,6	286.089	34,2	350.030	35,3	382.044	38,9	421.384	36,7
Col. A. Taquari	n/d	27.453	3,4	30.272	3,6	35.507	3,6	38.141	3,9	39.922	3,5
Col. Missões	n/d	23.329	2,9	23.665	2,8	30.423	3,1	33.968	3,5	46.490	4,1
Col. Santa Rosa	n/d	79.740	9,8	78.930	9,4	88.822	9,1	100.673	10,2	107.615	9,4
Col. Iraí	n/d	41.477	5,1	42.964	5,1	49.954	5,0	55.556	5,7	60.586	5,3
Col. Erechim	n/d	54.310	6,7	61.054	7,3	70.831	7,1	81.053	8,2	78.714	6,9
Col. Ijuí	n/d	17.680	2,2	17.112	2,0	34.485	3,5	27.210	2,8	31.203	2,7
Pesso Fundo	n/d	18.776	2,3	17.511	2,1	21.253	2,1	23.671	2,4	29.939	2,6
Col. Alto Jacuí	n/d	6.797	0,8	5.559	0,7	6.652	0,7	8.652	0,9	10.603	0,9
Soledade	n/d	12.409	1,5	9.022	1,1	11.103	1,1	13.120	1,3	16.312	1,4
REGIÃO 3	n/d	149.062	18,3	151.190	18,1	184.487	18,6	171.146	17,4	189.576	16,5
LESTE RIO-GRANDENSE	n/d	149.062	18,3	151.190	18,1	184.487	18,6	171.146	17,4	189.576	16,5
Lit. Setentr. do RS	n/d	18.804	2,3	21.323	2,5	23.826	2,4	19.344	2,0	22.434	2,0
Vale do Jacuí	n/d	31.919	3,9	34.205	4,1	44.680	4,5	36.202	3,7	39.922	3,5
Lagoa dos Patos	n/d	50.236	6,2	54.813	6,6	62.366	6,3	64.382	6,6	65.268	5,7
Lit. Or. Lag. dos Patos	n/d	7.027	0,9	9.261	1,1	8.530	0,9	7.765	0,8	11.157	1,0
Lagoa Mirim	n/d	12.811	1,6	9.040	1,1	13.008	1,3	12.065	1,2	12.250	1,1
Alto Camaquã	n/d	28.265	3,5	22.548	2,7	32.077	3,2	31.388	3,2	38.545	3,4
REGIÃO 4	n/d	163.382	20,0	157.287	18,8	201.815	20,3	192.766	19,6	268.097	23,4
OESTE GAÚCHO	n/d	163.382	20,0	157.287	18,8	201.815	20,3	192.766	19,6	268.097	23,4
Santa Maria	n/d	22.001	2,7	22.362	2,7	29.813	3,0	27.706	2,8	36.749	3,2
Campanha	n/d	66.977	8,2	61.417	7,3	78.578	7,9	71.421	7,3	94.101	8,2
Tritic. de C. Alta	n/d	24.757	3,0	24.496	2,9	33.867	3,4	36.345	3,7	53.185	4,6
Campos de Vacaria	n/d	49.647	6,1	49.012	5,9	59.557	6,0	57.294	5,8	84.062	7,3
Total do Estado	668.905	815.206	100,0	836.504	100,0	992.109	100,0	982.790	100,0	1.147.844	100,0

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.14 Leite Produzido, Por Vaca Ordenhada nas Regiões - RS: 1970-1990

REGIÃO	1970		1975		1980		1985		1990	
	ANUAL	DIÁRIO								
REGIÃO 1	1130,92	3,1	1407,32	3,9	1653,35	4,5	1580,72	4,3	1408,78	3,9
PORTO ALEGRE	1385,92	3,8	1889,08	5,2	1993,76	5,5	1714,44	4,7	1219,57	3,3
P. Alegre	1385,92	3,8	1889,08	5,2	1993,76	5,5	1714,44	4,7	1219,57	3,3
ENC. DO PLAN. MERIDION	1047,36	2,9	1303,54	3,6	1584,36	4,3	1540,66	4,2	1442,95	4,0
Col. Enc. Ser. Geral	1126,05	3,1	1465,51	4,0	1738,28	4,8	1711,85	4,7	1321,73	3,6
Colon. Baixo Taquari	1043,33	2,9	1303,13	3,6	1672,83	4,6	1671,85	4,6	1640,59	4,5
Fumic. Sta. Cruz do Sul	940,26	2,6	1071,76	2,9	1291,32	3,5	1209,44	3,3	1319,96	3,6
CAXIAS DO SUL	1226,74	3,4	1391,86	3,8	1691,03	4,6	1653,53	4,5	1417,16	3,9
Vin. Caxias do Sul	1226,74	3,4	1391,86	3,8	1691,03	4,6	1653,53	4,5	1417,16	3,9
REGIÃO 2	1044,09	2,9	1125,13	3,1	1353,29	3,7	1361,73	3,7	1356,51	3,7
PLAN. MERIDION. DO RS	1044,09	2,9	1125,13	3,1	1353,29	3,7	1361,73	3,7	1356,51	3,7
Col. A. Taquari	1189,85	3,3	1210,23	3,3	1482,78	4,1	1583,10	4,3	1399,35	3,8
Col. Missões	987,74	2,7	1065,88	2,9	1395,26	3,8	1225,48	3,4	1120,24	3,1
Col. Santa Rosa	1040,57	2,9	1092,73	3,0	1314,25	3,6	1325,60	3,6	1455,71	4,0
Col. Iraí	1092,08	3,0	1231,73	3,4	1381,01	3,8	1351,36	3,7	1244,68	3,4
Col. Erechim	1021,78	2,8	1068,76	2,9	1355,68	3,7	1318,21	3,6	1383,18	3,8
Col. Ijuí	982,47	2,7	1197,23	3,3	1242,89	3,4	1580,93	4,3	1443,77	4,0
Passo Fundo	1149,34	3,1	1156,36	3,2	1427,28	3,9	1354,06	3,7	1368,65	3,7
Col. Alto Jacuí	1030,75	2,8	1241,77	3,4	1418,37	3,9	1576,28	4,3	1762,33	4,8
Soledade	723,43	2,0	883,06	2,4	1162,30	3,2	1078,81	3,0	1104,16	3,0
REGIÃO 3	845,48	2,3	1041,80	2,8	1200,92	3,3	1145,78	3,1	1097,04	3,0
LESTE RIO-GRANDENSE	845,48	2,3	1041,80	2,8	1200,92	3,3	1145,78	3,1	1097,04	3,0
Lit. Setentr. do RS	983,28	2,7	1126,48	3,1	1407,66	3,9	1290,63	3,5	1297,63	3,6
Vale do Jacuí	864,08	2,4	1089,14	3,0	1284,06	3,5	1158,14	3,2	1098,74	3,0
Lagoa dos Patos	1018,03	2,8	1201,21	3,3	1347,55	3,7	1305,92	3,6	1214,04	3,3
Lit. Or. Leg. dos Patos	700,30	1,9	788,04	2,2	1049,59	2,9	1059,24	2,9	1222,82	3,4
Lagoa Mirim	584,19	1,6	859,85	2,4	901,75	2,5	1072,28	2,9	907,76	2,5
Alto Camaquã	556,66	1,5	679,57	1,9	808,06	2,2	763,44	2,1	804,18	2,2
REGIÃO 4	663,45	1,8	785,70	2,1	1029,86	2,8	986,10	2,7	956,41	2,6
OESTE GAÚCHO	663,45	1,8	785,70	2,1	1029,86	2,8	986,10	2,7	956,41	2,6
Santa Maria	748,51	2,1	867,95	2,4	919,97	2,5	903,63	2,5	945,79	2,6
Campanha	706,41	1,9	864,27	2,4	1151,62	3,2	1121,10	3,1	893,43	2,4
Tritic. de C. Alta	726,87	2,0	838,46	2,3	1236,42	3,4	1200,28	3,3	1184,24	3,2
Campos de Vacaria	536,19	1,5	623,34	1,7	806,07	2,2	721,82	2,0	887,40	2,4
Total do Estado	954,95	2,6	1127,86	3,1	1336,49	3,7	1303,23	3,6	1236,77	3,4

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.15 - Número de Vacas Ordenhadas por Estaberecimento
nas Regiões: RS 1970-1990

REGIÃO	1970	1975	1980
REGIÃO 1	2,71	2,97	3,21
PORTO ALEGRE	4,85	5,09	4,83
P. Alegre	4,85	5,09	4,83
ENC. DO PLAN. MERIDION.	2,48	2,70	2,98
Col. Enc. Ser. Geral	2,81	3,09	3,33
Colon. Baixo Taquari	2,69	3,04	3,55
Funic. Sta. Cruz do Sul	1,94	2,02	2,24
CAXIAS DO SUL	2,70	3,09	3,46
Vin. Caxias do Sul	2,70	3,09	3,46
REGIÃO 2	2,03	2,05	2,42
PLAN. MERIDION. DO RS	2,03	2,05	2,42
Col. A. Taquari	2,10	2,19	2,52
Col. Missões	2,09	2,06	2,54
Col. Santa Rosa	2,08	2,14	2,41
Col. Iraí	1,79	1,74	1,93
Col. Erechim	2,03	2,16	2,40
Col. Ijuí	2,30	2,41	4,62
Passo Fundo	1,97	1,85	2,24
Col. Alto Jacuí	2,22	2,08	2,55
Soledade	2,09	1,86	1,86
REGIÃO 3	2,85	2,94	3,33
LESTE RIO-GRANDENSE	2,85	2,94	3,33
Lit. Setentr. do RS	2,43	2,94	3,04
Vale do Jacuí	3,05	3,17	3,64
Lagoa dos Patos	2,59	2,78	3,13
Lit. Or. Lag. dos Patos	3,42	3,39	3,06
Lagoa Mirim	4,34	3,30	4,72
Alto Camaquã	2,91	2,79	3,24
REGIÃO 4	4,24	3,95	4,91
OESTE GAÚCHO	4,24	3,95	4,91
Santa Maria	2,57	2,65	3,27
Campanha	5,22	4,41	5,70
Tritic. de C. Alta	2,94	2,73	3,47
Campos de Vacaria	5,70	5,77	7,08
Total do Estado	2,62	2,68	3,10

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.16 - Leite Vendido por Região - RS: 1975 - 1985

REGIÃO	1975	% S/ TOTAL	1980	% S/ TOTAL	1985	% S/ TOTAL
REGIÃO 1	246.915	52,3	296.770	42,9	264.769	32,3
PORTO ALEGRE	57.581	12,2	47.001	6,8	29.907	3,7
P. Alegre	57.581	12,2	47.001	6,8	29.907	3,7
ENC. DO PLAN. MERIDION.	145.603	30,8	195.593	28,3	183.494	22,4
Col. Enc. Ser. Geral	73.180	15,5	83.315	12,0	67.369	8,2
Colon. Baixo Taquari	54.792	11,6	80.082	11,6	80.655	9,8
Funic. Sta. Cruz do Sul	17.631	3,7	32.196	4,7	35.470	4,3
CAXIAS DO SUL	43.731	9,3	54.176	7,8	51.368	6,3
Vin. Caxias do Sul	43.731	9,3	54.176	7,8	51.368	6,3
REGIÃO 2	77.196	16,3	160.338	23,2	283.088	34,6
PLAN. MERIDION. DO RS	77.196	16,3	160.338	23,2	283.088	34,6
Col. A. Taquari	6.036	1,3	13.793	2,0	24.549	3,0
Col. Missões	5.954	1,3	19.670	2,8	26.476	3,2
Col. Santa Rosa	23.527	5,0	46.508	6,7	86.011	10,5
Col. Iraí	12.179	2,6	13.498	2,0	33.180	4,1
Col. Erechim	14.885	3,2	25.986	3,8	48.590	5,9
Col. Ijuí	7.468	1,6	26.550	3,8	32.981	4,0
Passo Fundo	5.040	1,1	9.837	1,4	16.224	2,0
Col. Alto Jacuí	719	0,2	2.500	0,4	9.530	1,2
Soledade	1.388	0,3	1.996	0,3	5.547	0,7
REGIÃO 3	95.255	20,2	135.481	19,6	140.265	17,1
LESTE RIO-GRANDENSE	95.255	20,2	135.481	19,6	140.265	17,1
Lit. Setentr. do RS	15.884	3,4	21.331	3,1	16.910	2,1
Vale do Jacuí	26.739	5,7	40.575	5,9	30.580	3,7
Lagoa dos Patos	42.382	9,0	57.465	8,3	64.398	7,9
Lit. Or. Lag. dos Patos	4.205	0,9	4.633	0,7	5.313	0,6
Lagoa Mirim	3.014	0,6	4.674	0,7	9.562	1,2
Alto Camaquã	3.031	0,6	6.803	1,0	13.502	1,6
REGIÃO 4	52.780	11,2	99.486	14,4	130.746	16,0
DESTE GAÚCHO	52.780	11,2	99.486	14,4	130.746	16,0
Santa Maria	7.751	1,6	11.388	1,6	12.140	1,5
Campanha	24.408	5,2	44.910	6,5	64.538	7,9
Tritic. de C. Alta	4.365	0,9	17.996	2,6	28.987	3,5
Campos de Vacaria	16.256	3,4	25.192	3,6	25.081	3,1
Total do Estado	472.147	100,0	692.086	100,0	818.879	100,0

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.17 - Leite Vendido em Relação ao Total do Leite
Produzido por Região no RS: 1975-1985

REGIÃO	1975	1980	1985
REGIÃO 1	72,5	70,2	70,7
PORTO ALEGRE	85,1	78,2	76,3
P. Alegre	85,1	78,2	76,3
ENC. DO PLAN. MERIDION.	70,1	70,2	72,1
Col. Enc. Ser. Geral	83,4	80,5	79,3
Colon. Baixo Taquari	72,9	73,3	75,0
Funic. Sta. Cruz do Sul	39,4	48,9	57,4
CAXIAS DO SUL	67,1	64,4	63,6
Vin. Caxias do Sul	67,1	64,4	63,6
REGIÃO 2	24,0	33,9	54,4
PLAN. MERIDION. DO RS	24,0	33,9	54,4
Col. A. Taquari	16,5	26,2	40,7
Col. Missões	23,6	46,3	63,6
Col. Santa Rosa	27,3	39,4	64,5
Col. Iraí	23,0	19,6	44,2
Col. Erechim	22,8	27,1	45,5
Col. Ijuí	36,5	61,9	76,7
Passo Fundo	24,9	32,4	50,6
Col. Alto Jacuí	10,4	26,5	69,9
Soledade	17,4	15,5	39,2
REGIÃO 3	60,5	61,2	71,5
LESTE RIO-GRANDENSE	60,5	61,2	71,5
Lit. Setertr. do RS	66,1	63,6	67,7
Vale do Jacuí	71,8	70,7	72,9
Lagoa dos Patos	64,4	68,4	76,6
Lit. Dr. Lag. dos Patos	57,6	51,8	64,6
Lagoa Mirim	38,8	39,9	73,9
Alto Camaquã	19,8	26,3	56,4
REGIÃO 4	42,7	47,9	68,8
OESTE GAÚCHO	42,7	47,9	68,8
Santa Maria	39,9	41,5	48,5
Campanha	46,0	49,6	80,6
Tritic. de C. Alta	21,3	43,0	66,5
Campos de Vacaria	53,2	52,5	60,7
Total do Estado	50,0	52,2	63,9

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.18 - Venda Diária de Leite, por Estabel
nas Regiões do RS: 1975 - 1980

REGIÃO	1975	1980
REGIÃO 1	8,3	10,2
PORTO ALEGRE	22,4	20,6
P. Alegre	22,4	20,6
ENC. DO PLAN. MERIDION.	6,7	9,1
Col. Enc. Ser. Geral	10,3	12,7
Colon. Baixo Taquari	7,8	11,9
Fumic. Sta. Cruz do Sul	2,3	3,8
CAXIAS DO SUL	7,9	10,3
Vin. Caxias do Sul	7,9	10,3
REGIÃO 2	1,5	3,0
PLAN. MERIDION. DO RS	1,5	3,0
Col. A. Taquari	1,1	2,6
Col. Missões	1,4	4,5
Col. Santa Rosa	1,7	3,4
Col. Iraí	1,3	1,4
Col. Erechim	1,4	2,4
Col. Ijuí	2,8	9,7
Passo Fundo	1,4	2,8
Col. Alto Jacuí	0,7	2,6
Soledade	0,7	0,9
REGIÃO 3	5,1	6,3
LESTE RIO-GRANDENSE	5,1	6,3
Lit. Setertr. do RS	5,9	7,4
Vale do Jacuí	6,7	9,0
Lagoa dos Patos	5,8	7,9
Lit. Or. Lag. dos Patos	4,2	4,5
Lagoa Mirim	3,0	4,6
Alto Camaquã	1,0	1,8
REGIÃO 4	3,6	6,6
DESTE GAÚCHO	3,6	6,6
Santa Maria	2,5	3,4
Campanha	4,8	8,9
Tritic. de C. Alta	1,3	5,0
Campos de Vacaria	5,2	8,2
Total do Estado	4,1	5,9

FONTE: Elaborada a partir dos Censos - IBGE

Tabela A1.19 - Utilização de Ordenhadeiras Mecânicas por Região - RS: 1980 - 1985

REGIÃO	ESTABELECIM. TOTAL	1980/C/ ORD.	% S/ 1985(*)/C/ TOTAL	1985/1980 ORD.	CRESCIM. 1985/1980	%ESTABEL. C/ORD. 1980	%ESTABEL. C/ORD. 1985
REGIÃO 1	79.637	3.520	4.42	2.653	57.83	57.83	61.37
PORTO ALEGRE	6.244	370	5.93	189	51.08	6.08	4.37
P. Alegre	6.244	370	5.93	189	51.08	6.08	4.37
ENC. DO PLAN. MERIDI	59.013	2.714	4.60	2.076	76.49	44.59	48.02
Col. Enc. Ser. Geral	17.894	1.041	6.82	541	51.97	17.10	12.51
Colon. Baixo Taquari	18.391	1.447	7.87	1.391	96.13	23.77	32.18
Fumic. Sta. Cruz do Sul	22.728	226	0.99	144	63.72	3.71	3.33
CAXIAS DO SUL	14.380	436	3.03	388	88.99	7.16	8.98
Vin. Caxias do Sul	14.380	436	3.03	388	88.99	7.16	8.98
REGIÃO 2	144.170	1.315	0.91	846	64.33	21.60	19.57
PLAN. MERIDION. DO RS	144.170	1.315	0.91	846	64.33	21.60	19.57
Col. A. Taquari	14.065	82	0.58	82	100.00	1.35	1.90
Col. Missões	11.970	98	0.82	58	59.18	1.61	1.34
Col. Santa Rosa	37.280	340	0.91	198	58.24	5.59	4.58
Col. Iraí	25.890	170	0.66	39	22.94	2.79	0.90
Col. Erechim	29.457	126	0.43	88	69.84	2.07	2.04
Col. Ijuí	7.459	274	3.67	264	96.35	4.50	6.11
Passo Fundo	9.476	110	1.16	63	57.27	1.81	1.46
Col. Alto Jacuí	2.604	38	1.46	42	110.53	0.62	0.97
Soledade	5.969	77	1.29	12	15.58	1.26	0.28
REGIÃO 3	55.471	638	1.15	314	49.22	10.48	7.26
LESTE RIO-GRANDENS	55.471	638	1.15	314	49.22	10.48	7.26
Lit. Setentr. do RS	7.850	116	1.48	68	58.62	1.91	1.57
Vale do Jacuí	12.258	215	1.75	107	49.77	3.53	2.48
Lagoa dos Patos	19.905	234	1.18	99	42.31	3.84	2.29
Lit. Or. Lag. dos Patos	2.790	28	1.00	9	32.14	0.46	0.21
Lagoa Mirim	2.756	19	0.69	13	68.42	0.31	0.30
Ato Camaquã	9.912	26	0.26	18	69.23	0.43	0.42
REGIÃO 4	41.066	614	1.50	510	83.06	10.09	11.80
OESTE GAÚCHO	41.066	614	1.50	510	83.06	10.09	11.80
Santa Maria	9.107	57	0.63	29	50.88	0.94	0.67
Campanha	13.776	314	2.28	277	88.22	5.16	6.41
Tritic. de C. Alta	9.771	140	1.43	118	84.29	2.30	2.73
Campos de Vacaria	8.412	108	1.22	86	83.50	1.69	1.99
Total do Estado	320.844	6.087	1.90	4.323	71.02	100.00	100.00

(*) Não foi possível estabelecer o percentual de utilização em 1985, por não constar o número de informantes no censo daquele ano.

ANEXO II

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV

RELAÇÃO DAS TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV

Tabela A2.1 - Origem Geral dos Recursos da CCGL: 1977 - 1991
em Moeda Forte (US\$ 1.000) da época

Tabela A2.2 - Participação Relativa das Fontes de Financiamento
da CCGL: 1977 - 1991

Tabela A2.3 - Distribuição das Sobras Líquidas da CCGL (em%)
1979-1991

Tabela A2.1 - Origem Geral dos Recursos da CCGL: 1977 a 1991
Em Moeda Forte (1.000 US\$) da Época

EXERCÍCIO	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91
1-TERCEIROS	2.223	4.360	4.634	12.083	37.878	15.987	8.005	3.907	3.516	4.265	6.446	6.931	9.485	7.147	10.498
1.1-De funcionamento	637	2.117	2.532	5.599	9.646	6.747	3.938	2.802	3.446	3.832	5.725	6.931	9.206	7.147	10.498
1.2-De financiamento	1.386	2.233	2.102	6.484	28.032	9.140	4.067	1.105	71	433	721	0	280	0	0
2-PRÓPRIO	815	1.852	2.474	3.089	9.114	9.408	11.256	11.385	13.933	18.597	20.144	45.713	47.058	40.587	54.683
2.1-Int. de capital	715	1.729	2.228	2.181	8.608	4.817	4.420	4.716	5.028	6.743	4.878	5.858	6.586	8.010	19.232
2.2-Res. de capital	100	218	291	823	2.478	3.071	5.032	3.095	3.062	3.517	3.198	3.094	3.084	1.665	3.739
2.2.1-Res. de doação	100	152	110	185	185	120	108	104	103	125	109	108	104	58	122
2.2.2-Res. Incent. fiscais	0	0	0	0	0	0	27	29	36	44	43	45	45	31	193
2.2.3-Res. equalizaçãoc	0	66	181	658	2.313	2.951	4.899	2.962	2.923	3.348	3.048	2.943	2.815	1.578	3.424
2.3-Res. Sobras	0	(95)	(43)	85	28	1.520	1.804	3.574	5.843	8.337	12.068	36.961	37.408	30.912	31.712
2.3.1-FATES	0	0	3	48	49	787	780	1.009	1.331	1.720	3.855	9.952	10.812	8.545	14.324
2.3.2-Fundo de reserv	0	0	10	46	46	366	391	580	820	1.192	1.300	1.580	2.760	2.082	3.797
2.3.3-Fundo p/aum. ca	0	0	0	0	0	0	236	821	1.777	2.838	3.385	4.335	8.558	8.881	11.994
2.3.4-Invest. relev. a rec	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	167	110	43	221
2.3.5-Fundo p/continq	0	0	0	0	0	0	78	78	875	1.479	2.385	6.299	8.041	3.271	7.094
2.3.6-FACTEC	0	0	0	0	0	0	0	124	247	345	485	1.091	885	1.559	
2.3.7-Prov. p/correção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.014	0	8.749	0
2.3.8-Correção mon. (l	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(8.598)
2.3.9-Perdas acumul	0	(95)	(88)	(87)	(87)	(48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3.10-Sobras disp. A	0	0	13	58	0	418	338	986	1.116	861	987	1.149	8.238	2.846	1.321
TOTAIS	3.038	6.202	7.108	15.172	46.992	25.295	19.261	15.292	17.449	22.882	26.590	52.644	56.543	47.734	65.181

Fonte: Elaborada a partir dos Balanços da CCGL.

Tabela A2.2 - Participação Relativa das Fontes de Financiamento da CCGL: 1977 a 1991

EXERCÍCIO	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91
1-TERCEIROS	73,17%	70,14%	65,19%	78,64%	80,61%	62,81%	41,56%	25,55%	20,15%	18,86%	24,24%	13,17%	16,77%	14,97%	16,11%
1.1-De funcionamento	27,55%	34,13%	35,62%	36,90%	20,95%	26,67%	20,45%	18,32%	19,74%	16,76%	21,53%	13,17%	16,28%	14,97%	16,11%
1.2-De financiamento	45,62%	36,00%	28,57%	42,74%	59,65%	38,13%	21,12%	7,23%	0,41%	1,88%	2,71%	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%
2-PRÓPRIO	26,83%	29,86%	34,81%	20,36%	19,39%	37,19%	58,44%	74,45%	79,85%	81,34%	75,76%	88,83%	83,23%	85,03%	83,88%
2.1-Int. de capital	23,54%	27,88%	31,32%	14,38%	14,06%	19,04%	22,95%	30,84%	28,82%	29,49%	18,35%	10,75%	11,65%	16,78%	29,51%
2.2-Res. de capital	3,29%	3,51%	4,09%	5,42%	5,27%	12,14%	26,13%	20,24%	17,55%	15,38%	12,03%	5,88%	5,42%	3,49%	5,74%
2.2.1-Res. de doação	3,29%	2,45%	1,55%	1,09%	0,35%	0,47%	0,55%	0,68%	0,59%	0,55%	0,41%	0,20%	0,18%	0,12%	0,19%
2.2.2-Res. Incent. fiscais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,14%	0,19%	0,21%	0,19%	0,16%	0,09%	0,08%	0,06%	0,30%
2.2.3-Res. equalizaçãoc	0,00%	1,06%	2,56%	4,34%	4,92%	11,67%	25,43%	19,37%	16,75%	14,64%	11,46%	5,58%	5,16%	3,31%	5,25%
2.3-Res. Sobras	0,00%	-1,53%	-0,80%	0,58%	0,06%	8,01%	9,37%	23,37%	33,49%	38,47%	45,39%	70,21%	88,18%	64,78%	48,65%
2.3.1-FATES	0,00%	0,00%	0,04%	0,32%	0,10%	3,11%	3,95%	6,80%	7,83%	7,52%	13,75%	18,90%	18,77%	13,71%	21,98%
2.3.2-Fundo de reserv	0,00%	0,00%	0,14%	0,30%	0,10%	1,45%	2,03%	3,78%	4,70%	5,21%	4,89%	2,86%	4,88%	4,38%	5,83%
2.3.3-Fundo p/aum. ca	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,23%	6,02%	10,18%	12,41%	12,73%	8,23%	15,13%	14,02%	18,40%
2.3.4-Invest. relev. a rec	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,32%	0,19%	0,09%	0,34%	
2.3.5-Fundo p/continq	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,41%	0,51%	3,87%	6,47%	8,97%	11,97%	10,68%	6,85%	10,88%
2.3.6-FACTEC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,71%	1,08%	1,30%	0,82%	1,93%	1,85%	2,39%
2.3.7-Prov. p/correção	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	24,72%	0,00%	18,33%
2.3.8-Correção mon. (l	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2.3.9-Perdas acumul	0,00%	-1,53%	-0,97%	-0,44%	-0,14%	-0,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2.3.10-Sobras disp. A	0,00%	0,00%	0,18%	0,38%	0,00%	1,64%	1,75%	6,45%	8,40%	3,77%	3,71%	2,18%	14,57%	5,54%	2,03%
TOTAIS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada a partir dos Balanços da CCGL.

Tabela A2.3 - Distribuição das Sobras Líquidas da CCGL (em %) - 1979/91

ANO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Sobra Líquida Exercício	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
FATES	2	35	...	50	9	13	12	5	12	12	8	12	24
FACTEC	5	5	5	5	5	5	5
F.RESERVA	7	29	...	22	10	9	9	10	10	10	10	9	10
Fundo p/Aumento Cap	33	32	32	35	35	35	34	32	35
Res. Result. Inflac. Rea	83	...	100
Total de Fundos	92	64	100	72	52	54	58	55	62	62	57	58	74
Sobras Líq. após Distrib	8	36	...	28	48	46	42	45	38	38	43	42	26
Sobras Distrib. Antecip	5
Sobras Líq. Dispos. A.C	8	36	...	28	48	46	42	45	38	38	43	42	5

FONTE: Elaborada a partir dos relatórios da Diretoria da CCGL

ANEXO III

TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO VI

RELAÇÃO DAS TABELAS REFERENTES AO CAPÍTULO VI

- Tabela A3.1 - Planilha de Custos de Produção da EMBRAPA - Dezembro de 1988
- Tabela A3.2 - Custos de Produção da CCGL - Agosto de 1983
- Tabela A3.3 - Planilha de Custos de Produção - EMBRAPA 20.01.1991 - Coeficientes anuais
- Tabela A3.4 - Evolução do Volume de Leite por Cooperativa (em 1000L) - CCGL: 1977/92
- Tabela A3.5 - Participação das Cooperativas na Produção de Leite - CCGL: 1977/92
- Tabela A3.6 - Crescimento da Produção de Leite por Cooperativa CCGL: 1977/92 - Base 100 = segundo ano de entrega da produção
- Tabela A3.7 - Crescimento da Produção de Leite por Cooperativa CCGL: 1977/92 - ano a ano
- Tabela A3.8 - Número de produtores de leite por cooperativa - CCGL: 1980/92
- Tabela A3.9 - Participação relativa do número de produtores de leite por cooperativa - CCGL: 1980/92
- Tabela A3.10- Evolução do número de produtores de leite por cooperativa - CCGL: 1980/92 - Base 100 = Primeiro ano de entrega de leite pela cooperativa
- Tabela A3.11- Evolução do número de produtores de leite por cooperativa - CCGL: 1980/92 - ano a ano
- Tabela A3.12- Litros de leite entregue por produtor das cooperativas ligadas à CCGL: 1977/92 (por dia)
- Tabela A3.13- Crescimento no no de litros de leite entregue por produtor das cooperativas ligadas à CCGL: 1980/92 ano a ano
- Tabela A3.14- Número de produtores de leite, por estrato, das cooperativas associadas à CCGL: 1985/86/90/93
- Tabela A3.15- Litros de leite entregue, por extrato de produtores das cooperativas associadas à CCGL: 1985/1986 média diária (em 1000 litros)

Tabela A3.1 - Planilha de Custos de Produção da EMBRAPA - Dezembro de 1988

	Coeficientes Anuais		Coef. de Saída		Coef. de Entressaída	
	Cz\$	Partic.	Cz\$	Partic.	Cz\$	Partic.
1. CUSTOS VARIÁVEIS	179,5763	73,17%	164,1310	71,34%	194,2072	74,72%
1.1. Mão de Obra	45,7118	18,63%	41,7776	18,16%	49,3650	18,99%
1.2. Concentrados	45,0899	18,37%	45,0899	19,60%	45,0899	17,35%
1.3. Minerais	3,8615	1,57%	3,8615	1,68%	3,8615	1,49%
1.4. Forragens Verdes	27,6461	11,26%	26,2086	11,39%	28,7973	11,08%
1.5. Silagem	7,7617	3,16%	0,0000	0,00%	15,4018	5,93%
1.6. Medicamentos	4,2657	1,74%	4,2657	1,85%	4,2657	1,64%
1.7. Inseminação Art.	3,6881	1,50%	3,6881	1,60%	3,6881	1,42%
1.8. Transporte	21,2215	8,65%	19,6872	8,56%	22,6719	8,72%
1.9. Energia e Comb.	4,0469	1,65%	4,0469	1,76%	4,0469	1,56%
1.10. Funerária	5,3054	2,16%	4,9218	2,14%	5,6680	2,18%
1.11. Reparos de benf.	3,2600	1,33%	3,2600	1,42%	3,2600	1,25%
1.12. Reparos de máq.	3,2600	1,33%	3,2600	1,42%	3,2600	1,25%
1.13. Remun. capital giro	4,4574	1,82%	4,0637	1,77%	4,8311	1,86%
2. CUSTOS FIXOS	65,8422	26,83%	65,9447	28,66%	65,7155	25,28%
2.1. Depreciação anual	32,4361	13,22%	32,4874	14,12%	32,3566	12,45%
2.2. Impostos e taxas	5,6869	2,32%	5,6869	2,47%	5,6869	2,19%
2.3. Remun. capital fixo	27,7192	11,29%	27,7704	12,07%	27,6720	10,65%
3. CUSTO TOTAL ATIVIDADE	245,4187	100,00%	230,0757	100,00%	259,9226	100,00%
Venda de animais	33,2038	13,53%	33,2038	14,43%	33,2038	12,77%
Custo total do leite	212,2149	86,47%	196,8719	85,57%	226,7188	87,23%
CUSTO TOTAL DA ATIVIDADE (US\$)	0,3243		0,3041		0,3435	
4. Preço rec. p/produtores no RS (US\$)						
4.1. Leite cola consumo	0,1886		0,1886		0,1886	
4.2. Leite indústria	0,1782		0,1782		0,1782	
4.3. Leite excesso 1	0,1404		0,1404		0,1404	
4.4. Leite excesso 2	0,1226		0,1226		0,1226	

FONTE: Elaborada a partir dos custos de produção da EMBRAPA

Tabela A3.2 - Custos de Produção da CCGL - Agosto de 1983

	Sistema A		Sistema B		Sistema C	
	Cr\$	Partic.	Cr\$	Partic.	Cr\$	Partic.
1-CUSTOS VARIÁVEIS	74,55	69,92%	98,70	68,44%	100,21	62,39%
1.1-Alimentação	38,89	36,48%	49,88	34,59%	53,29	33,18%
1.1.1-Pastagens	3,04	2,85%	12,46	8,64%	13,71	8,54%
1.1.2-Milho	3,35	3,14%	6,32	4,38%	5,10	3,18%
1.1.3-Alfafa	0,02	0,02%	2,08	1,44%	1,01	0,63%
1.1.4-Ração	31,49	29,53%	27,70	19,21%	31,01	19,31%
1.1.5-Sal	0,28	0,26%	0,22	0,15%	0,14	0,09%
1.1.6-Sal mineralizado	0,71	0,67%	1,10	0,76%	2,32	1,44%
1.2-Medicamentos e vacinas	5,14	4,82%	4,40	3,05%	4,08	2,54%
1.3-Inseminação	1,68	1,58%	2,60	1,80%	1,58	0,98%
1.4-Combustíveis e lubrif.	0,00	0,00%	9,62	6,67%	8,50	5,29%
1.4-Manutenção, cons. reparos	7,89	7,40%	11,51	7,98%	12,33	7,68%
1.5-Energia elétrica	1,45	1,36%	1,29	0,89%	1,03	0,64%
1.6-Funeral	2,25	2,11%	2,25	1,56%	5,25	3,27%
1.7-Taxa de serviços e retenção	2,70	2,53%	2,70	1,87%	2,70	1,68%
1.8-Frete	14,45	13,55%	14,45	10,02%	14,45	9,00%
2-CUSTOS FIXOS	32,07	30,08%	45,51	31,56%	60,40	37,61%
2.1-Depreciação	16,31	15,30%	23,55	16,33%	20,19	12,57%
2.2-Juros financiamento	14,65	13,74%	20,75	14,39%	39,36	24,51%
2.3-ITR	1,11	1,04%	1,21	0,84%	0,85	0,53%
CUSTO TOTAL (por litro)	106,62	100,00%	144,21	100,00%	160,61	100,00%
Trabalho Familiar	90,91	85,27%	46,92	32,54%	22,73	14,15%
Preço Remunerador	197,53	185,27%	191,13	132,54%	183,34	114,15%
CUSTO TOTAL (por litro) em US\$	0,1588		0,2149		0,2393	
Preço Remunerador em US\$	0,2943		0,2848		0,2732	
3. Preços rec. p/produtores no RS						
3.1. Leite cota consumo (US\$)	0,1490		0,1490		0,1490	
3.2. Leite indústria (US\$)	0,1385		0,1385		0,1385	
3.3. Leite excesso (US\$)	0,1147		0,1147		0,1147	

FONTES: Elaborada a partir dos custos de produção da CCGL.

Tabela A3.3 - Planilha de Custos de Produção - EMBRAPA
20.01.1994 - Coeficientes anuais

	CR\$	Partic.
1. CUSTOS VARIÁVEIS	103,48940	81,42%
1.1. Mão de Obra	28,16791	22,16%
1.2. Concentrados	28,74027	22,61%
1.3. Minerais	1,41824	1,12%
1.4. Forragens Verdes	12,35071	9,72%
1.5. Silagem	2,68454	2,11%
1.6. Medicamentos	6,18325	4,86%
1.7. Inseminação Art.	3,55519	2,80%
1.8. Transporte	10,63041	8,36%
1.9. Energia e Comb.	2,42267	1,91%
1.10. Seguridade Social	2,21754	1,74%
1.11. Reparos de Benf.	1,32975	1,05%
1.12. Reparos Máquinas	1,14887	0,90%
1.13. Remun. capital giro	2,64004	2,08%
2. CUSTOS FIXOS	23,61192	18,58%
2.1. Depreciação anual	11,05815	8,70%
2.2. Impostos e taxas	2,06231	1,62%
2.3. Remun. capital fixo	10,49146	8,25%
3. CUSTO TOTAL ATIVIDADE	127,10132	100,00%
Venda de animais	20,79718	16,36%
Custo total do leite	106,30414	83,64%
CUSTO TOTAL ATIVIDADE (US\$)	0,3123	
4. Preços rec. p/produtores no RS		
4.1. Leite cola consumo (US\$)	0,1916	

FONTE: Elaborada a partir da planilha da EMBRAPA

Tabela A3.4 - Evolução do volume de leite por cooperativa (em 1000L) - CCGL: 1977/92

COOPERATIVA	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Cotrimaio	0	0	0	0	5.845	24.274	24.771	24.106	26.913	31.243	36.874	45.420	47.378	46.493	49.999	55.731
Cotrijul	5.000	8.379	15.596	18.524	22.889	24.198	20.820	18.962	20.709	23.916	28.900	35.827	39.372	40.485	46.474	52.537
Cotirosa	0	0	0	0	2.355	15.298	13.895	12.258	13.564	15.890	20.322	25.969	28.808	28.215	31.755	37.463
Coolan	0	0	0	0	0	0	0	23.327	25.746	26.807	29.136	30.018	31.026	32.107	32.077	33.245
Cooperluz	0	0	0	656	4.478	9.013	9.036	8.057	9.115	11.434	15.062	17.888	18.766	18.689	21.229	24.015
Cotribé	0	0	223	2.574	5.811	6.843	6.613	6.291	7.489	8.455	9.131	11.126	12.705	13.690	15.385	19.408
Cotrisoja	0	0	41	1.021	2.401	5.253	5.254	3.204	4.382	6.015	7.486	9.758	11.124	11.647	13.580	18.283
Cotripel	2.300	2.388	4.133	6.522	8.641	9.235	8.732	8.207	9.341	10.420	11.691	13.716	14.528	14.438	15.787	17.334
Cotricampo	0	0	0	288	1.475	4.125	4.129	4.095	3.867	4.965	6.127	8.661	10.185	10.431	11.991	15.659
Cotrijai	0	0	0	653	2.914	4.169	4.019	4.220	5.644	6.947	7.669	8.726	9.257	9.675	10.378	13.719
Cotrisel	0	363	1.768	2.245	3.594	4.116	3.623	3.148	3.281	3.609	3.941	5.180	5.915	5.923	6.839	9.458
Cotrijuc	0	0	0	0	0	1.054	1.480	1.129	1.506	2.420	3.363	4.066	4.502	6.057	6.921	7.066
Cotrifred	0	0	0	0	1.104	2.815	2.647	2.743	2.945	3.637	4.611	6.274	5.599	4.902	4.871	5.567
Coopibi	0	0	0	0	0	0	1.880	2.464	2.556	2.903	3.107	3.298	3.250	2.883	3.148	3.399
Cotrisabel	0	0	0	229	1.125	1.251	1.148	995	1.125	1.232	1.464	1.717	1.989	2.111	2.517	3.237
Comtul	0	0	0	0	0	0	318	372	467	633	937	1.530	1.889	1.785	2.363	3.051
Valuruguai	0	0	256	1.551	2.157	2.837	2.398	2.246	2.627	1.793	2.178	2.321	2.651	3.397	3.226	2.805
Copalma	0	0	0	0	598	1.374	1.633	1.884	1.836	1.997	2.608	3.411	3.040	2.303	2.407	2.737
Coagrisol	0	84	328	613	1.856	1.777	979	854	944	1.271	1.332	1.359	1.612	1.623	1.616	2.000
Coopermarau	0	17	108	265	873	937	530	232	0	0	0	0	0	0	0	188
Comital	0	0	0	0	0	672	937	855	757	717	768	747	24	0	0	0
Coopesso	0	488	2.937	3.175	3.273	3.448	3.670	2.338	0	0	0	0	0	0	0	0
Cotrisa	0	237	3.035	6.191	11.733	21.077	19.034	15.638	13.402	0	0	0	0	0	0	0
Cotricruz	0	3	1.181	3.694	5.466	4.197	2.894	2.712	3.217	259	0	0	0	0	0	0
Coopara	0	34	445	880	915	572	132	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cotrisel	0	0	0	0	343	308	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coopetrigo	0	0	0	0	229	1.346	1.347	1.749	1.872	1.625	1.647	1.101	0	0	0	0
Vendecoop	0	0	0	0	1.023	1.386	1.154	881	895	812	677	538	440	334	0	0
Cotap	0	0	0	0	572	4.898	4.118	3.021	1.584	616	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7.300	12.003	30.051	48.901	91.471	158.281	147.076	155.988	185.584	189.616	199.001	238.873	253.808	258.188	291.561	326.903

FONTE: Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.5 - Participação das cooperativas, na produção de leite - CCGL: 1977/92

COOPERATIVA	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Cotrimoio	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,4%	15,5%	16,8%	15,5%	16,3%	18,4%	18,5%	19,0%	18,7%	18,1%	17,8%	17,0%
Cotrijul	68,5%	69,8%	51,9%	37,9%	25,0%	15,5%	14,2%	12,2%	12,5%	14,1%	14,5%	15,0%	15,5%	15,8%	16,5%	16,1%
Cotirose	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	9,8%	9,4%	7,9%	8,2%	9,4%	10,2%	10,9%	11,4%	11,0%	11,3%	11,5%
Coolan	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15,0%	15,5%	15,8%	14,6%	12,6%	12,2%	12,5%	11,4%	10,2%
Cooperluiz	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	4,8%	5,8%	6,1%	5,2%	5,5%	6,7%	7,6%	7,5%	7,4%	7,3%	7,5%	7,3%
Cotribá	0,0%	0,0%	0,7%	5,3%	6,1%	4,4%	4,5%	4,0%	4,5%	5,0%	4,8%	4,7%	5,0%	5,3%	5,5%	5,9%
Cotrisoja	0,0%	0,0%	0,1%	2,1%	2,6%	3,4%	3,6%	2,1%	2,6%	3,5%	3,8%	4,1%	4,4%	4,5%	4,8%	5,6%
Cotripel	31,5%	19,9%	13,8%	13,3%	9,4%	5,9%	5,9%	5,3%	5,6%	6,1%	5,9%	5,7%	5,7%	5,6%	5,6%	5,3%
Cotricampo	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	1,6%	2,6%	2,8%	2,6%	2,3%	2,9%	3,1%	3,6%	4,0%	4,1%	4,3%	4,8%
Cotrijel	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	3,2%	2,7%	2,7%	2,7%	3,4%	4,1%	3,9%	3,7%	3,6%	3,8%	3,7%	4,2%
Cotrisel	0,0%	3,0%	5,8%	4,6%	3,9%	2,6%	2,5%	2,0%	2,0%	2,1%	2,0%	2,2%	2,3%	2,3%	2,4%	2,9%
Cotrijuc	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	1,0%	0,7%	0,9%	1,4%	1,7%	1,7%	1,8%	2,0%	2,1%	2,2%
Cotrifred	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,7%	1,8%	1,8%	1,8%	2,1%	2,3%	2,6%	2,2%	1,9%	1,7%	1,7%
Coopibi	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,6%	1,5%	1,7%	1,8%	1,4%	1,3%	1,1%	1,1%	1,0%
Cotrisabel	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	1,2%	0,8%	0,8%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%
Comtul	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	0,8%	0,9%
Valuruguai	0,0%	0,0%	0,9%	3,2%	2,4%	1,8%	1,6%	1,4%	1,6%	1,1%	1,1%	1,0%	1,0%	1,3%	1,1%	0,9%
Copalma	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,9%	1,1%	1,1%	1,0%	1,2%	1,3%	1,4%	1,2%	0,9%	0,9%	0,8%
Coagrisol	0,0%	0,7%	1,1%	1,3%	2,0%	1,1%	0,7%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
Coopermareu	0,0%	0,1%	0,4%	0,6%	1,0%	0,6%	0,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Comital	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Coopasso	0,0%	4,1%	9,8%	6,5%	3,6%	2,2%	2,5%	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cotrisa	0,0%	2,0%	10,1%	12,7%	12,8%	13,5%	12,9%	10,2%	8,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cotricruz	0,0%	0,0%	3,9%	7,6%	6,0%	2,7%	1,8%	1,7%	1,9%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Coopera	0,0%	0,3%	1,5%	1,4%	1,0%	0,4%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cotrisal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Coopetrigo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,9%	0,9%	1,1%	1,1%	1,0%	0,8%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Vendecoop	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	0,9%	0,8%	0,6%	0,5%	0,5%	0,3%	0,2%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%
Cotap	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	3,1%	2,8%	1,9%	1,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL.

Tabela A3.6 - Crescimento da produção de leite por cooperativa - CCGL: 1977/92
Base 100- segundo ano de entrega da produção

COOPERATIVA	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Cotrimaio	0	0	0	0	0	100	102	99	111	129	152	187	195	192	206	230
Cotrijuf	0	100	186	221	273	289	248	226	247	285	345	428	470	483	555	627
Cotiroaa	0	0	0	0	0	100	91	80	89	104	133	170	188	184	208	245
Coolan	0	0	0	0	0	0	0	0	100	104	113	117	121	125	125	129
Cooperluiz	0	0	0	0	100	201	202	180	204	255	336	399	419	417	474	536
Cotribá	0	0	0	100	218	266	257	244	291	328	355	432	494	532	598	754
Cotrisoja	0	0	0	100	235	514	515	314	429	589	733	956	1090	1141	1330	1791
Cotripal	0	100	173	273	362	387	366	344	391	436	490	574	608	605	661	726
Cotricampo	0	0	0	0	100	280	280	278	262	337	415	587	691	707	813	1062
Cotrijal	0	0	0	0	100	143	138	145	194	238	263	299	318	332	356	471
Cotrisal	0	0	100	127	203	233	205	178	186	204	223	293	335	335	387	535
Cotrijuc	0	0	0	0	0	0	100	76	102	164	227	276	304	342	400	477
Cotifred	0	0	0	0	0	100	101	105	113	139	176	240	214	187	188	213
Coopibi	0	0	0	0	0	0	0	100	104	118	126	134	132	117	128	138
Cotrisabal	0	0	0	0	100	111	102	88	100	110	130	153	175	188	224	288
Comtul	0	0	0	0	0	0	0	100	126	170	252	411	449	474	635	820
Veluruguei	0	0	0	100	139	183	155	145	169	116	140	150	171	219	208	181
Copalma	0	0	0	0	0	100	119	123	119	145	190	248	221	168	175	199
Coegrisol	0	0	100	187	566	542	298	260	288	388	406	414	491	495	483	610
Coopermarau	0	0	100	264	808	868	491	215	0	0	0	0	0	0	0	1112
Comital	0	0	0	0	0	0	100	91	81	77	81	80	3	0	0	0
Coopasso	0	0	100	108	111	117	125	80	0	0	0	0	0	0	0	0
Cotrisa	0	0	100	204	387	694	627	522	442	0	0	0	0	0	0	0
Cotricruz	0	0	100	313	463	355	228	230	272	22	0	0	0	0	0	0
Coopera	0	0	100	153	206	129	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cotriset	0	0	0	0	0	100	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coopatigo	0	0	0	0	0	100	100	130	139	121	122	82	0	0	0	0
Vendacoop	0	0	0	0	0	100	83	63	64	58	48	39	32	24	0	0
Cotep	0	0	0	0	0	100	84	62	32	13	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	100	250	407	762	1302	1225	1300	1380	1413	1658	1988	2115	2134	2346	2724

Obs: A base 100 no segundo ano de entrega do leite, pela cooperativa visa eliminar distorções em função do mês em que a cooperativa iniciou a entrega
 FONTE: Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL.

Tabela A3.7 - Crescimento da produção de leite por cooperativa - CCGL: 1977/92 - ano a ano

COOPERATIVA	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Cotrimaio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415,30	102,05	97,32	111,64	116,09	118,02	123,18	104,31	98,13	107,54	111,46
Cotrijul	0,00	167,58	186,13	118,77	123,56	105,72	86,04	91,08	109,21	115,49	120,84	123,97	109,89	102,83	114,79	113,05
Cotirosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	649,60	90,83	88,22	110,65	117,15	127,89	127,79	110,93	97,84	112,55	117,98
Coolan	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,37	104,12	108,69	103,03	103,35	103,49	99,91	103,64
Cooperluiz	0,00	0,00	0,00	0,00	682,62	201,27	100,26	89,17	113,13	125,44	131,64	118,85	104,84	99,65	113,59	113,12
Cotribá	0,00	0,00	0,00	1154,26	217,99	121,96	96,64	95,13	119,04	112,90	108,00	121,85	114,19	107,75	112,38	126,15
Cotrisoja	0,00	0,00	0,00	2490,24	235,16	218,78	100,02	60,98	136,77	137,27	124,46	130,35	114,00	104,70	116,60	134,63
Cotripel	0,00	103,83	173,07	157,80	132,49	106,07	94,55	93,99	113,82	111,55	112,20	117,32	105,92	99,38	109,34	109,80
Cotricampo	0,00	0,00	0,00	0,00	512,15	279,66	100,10	99,18	94,43	128,39	123,40	141,36	117,60	102,42	114,96	130,59
Cotrijel	0,00	0,00	0,00	0,00	446,25	143,07	95,40	105,00	133,74	123,09	110,39	113,78	106,09	104,52	107,27	132,19
Cotrisal	0,00	0,00	487,05	126,98	160,09	114,50	88,04	86,89	104,22	110,00	109,20	131,44	114,19	100,14	115,47	138,30
Cotrijuc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,42	76,28	133,39	160,69	138,55	121,86	110,18	112,33	117,09	119,34
Cotrifred	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	236,87	101,22	103,63	107,36	123,50	126,78	136,07	89,24	87,55	99,37	114,29
Coopibi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131,06	103,73	113,58	107,03	108,15	98,54	88,71	109,12	108,04
Cotrisabel	0,00	0,00	0,00	0,00	491,27	111,20	91,77	86,67	113,07	109,51	118,83	117,28	114,68	107,21	119,23	128,61
Comtut	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116,98	125,54	135,55	148,03	163,29	109,08	105,75	133,88	129,12
Valuruguai	0,00	0,00	0,00	605,86	139,07	131,53	84,53	93,66	116,96	68,25	121,47	106,57	114,22	128,14	94,97	86,95
Copalma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229,38	118,85	103,12	97,15	122,07	130,60	130,79	89,12	75,76	104,52	113,71
Coagrisol	0,00	0,00	390,48	186,89	302,77	95,74	55,09	87,23	110,54	134,64	104,80	102,03	118,62	100,68	99,57	123,76
Coopermarau	0,00	0,00	635,29	263,89	306,32	107,33	56,56	43,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139,43	91,25	88,54	94,72	105,72	98,55	3,21	0,00	0,00	0,00
Coopasso	0,00	0,00	589,76	108,10	103,09	105,35	106,44	63,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotrisa	0,00	0,00	0,00	203,99	189,52	179,64	90,31	83,21	84,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotricruz	0,00	0,00	0,00	312,79	147,97	76,78	64,19	100,67	118,62	8,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coopera	0,00	0,00	0,00	152,81	134,56	62,51	23,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotrisel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,21	27,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coopatrigo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587,77	100,07	129,84	107,03	86,81	101,35	66,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendecoop	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136,46	82,66	76,34	101,59	90,73	83,37	79,62	81,63	75,91	0,00	0,00
Cotap	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	856,47	84,08	73,34	52,43	38,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL.

Tabela A3.8 - Número de produtores de leite por cooperativa - CCGL : 1980/92

COOPERATIVA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1990	1991	1992
Cotrimaio	0	0	5.450	5.532	5.790	6.405	6.574	7.619	7.570	7.167
Cotrijuí	2.953	3.246	3.283	4.971	2.887	3.457	3.596	5.916	5.013	4.509
Cotirosa	0	0	3.064	4.993	2.900	3.201	3.429	4.490	4.886	5.872
Coolan	0	0	0	0	2.723	2.787	2.864	2.936	2.737	2.669
Cooperluiz	0	1.420	1.750	2.731	1.586	1.868	2.252	2.371	2.658	2.861
Cotribá	538	767	845	1.421	825	941	1.045	1.277	1.373	S/A
Cotrisoja	341	372	700	677	393	662	815	572	1.181	1.370
Cotripal	758	760	810	1.274	741	808	907	972	1.008	1.013
Cotricampo	110	494	1.400	1.756	1.020	1.122	1.336	2.260	2.550	3.039
Cotrijal	S/A	500	406	801	465	714	766	1.047	970	1.080
Cotrisal	553	750	567	894	519	666	636	828	1.222	1.555
Cotrijuc	0	0	200	322	187	210	249	600	471	541
Cotrifred	0	S/A	500	833	484	553	586	899	807	850
Coopibi	0	0	0	S/A	266	354	382	249	235	248
Cotrisabel	S/A	150	120	207	148	167	171	234	288	248
Comtul	0	0	0	S/A	79	95	109	252	361	417
Valoruguai	150	155	115	119	69	83	52	73	82	71
Copalma	0	S/A	152	236	137	162	196	226	291	433
Coagrisol	S/A	510	400	231	134	184	214	208	201	S/A
Coopemarau	S/A	250	162	S/A	S/A	0	0	0	0	57
Comital	0	0	230	358	208	238	142	0	0	0
Coopasso	S/A	262	258	S/A	S/A	0	0	0	0	0
Cotrisa	S/A	987	3.355	4.590	2.670	S/A	0	0	0	0
Cotricruz	645	854	336	529	427	S/A	S/A	0	0	0
Coopera	255	339	151	S/A	0	0	0	0	0	0
Cotrisel	0	54	60	S/A	0	0	0	0	0	0
Copatrigo	0	S/A	287	510	296	349	297	0	0	0
Vendecoop	0	254	300	331	192	206	163	80	0	0
Cotap	0	S/A	642	814	473	S/A	S/A	0	0	0
TOTAL	6.303	12.124	25.543	34.130	25.619	25.232	26.791	33.109	33.904	34.000

Obs: Exercícios de 1987, 1988 e 1989 sem informação do número de produtores

S/A = Sem Informação

0 = Não houve entrega de leite pela cooperativa

FONTE: Elaborada a partir de informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.9 - Participação relativa do número de produtores de leite por cooperativa - CCGL : 1980/92

COOPERATIVA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1990	1991	1992
Cotrimaio	0,0%	0,0%	21,3%	16,2%	22,6%	25,4%	24,5%	23,0%	22,3%	21,1%
Cotriqui	46,9%	26,8%	12,9%	14,6%	11,3%	13,7%	13,4%	17,9%	14,8%	13,3%
Cotrirosa	0,0%	0,0%	12,0%	14,6%	11,3%	12,7%	12,8%	13,6%	14,4%	17,3%
Coolan	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,6%	11,0%	10,7%	8,9%	8,1%	7,9%
Cooperluiz	0,0%	11,7%	6,9%	8,0%	6,2%	7,4%	8,4%	7,2%	7,8%	8,4%
Cotribá	8,5%	6,3%	3,3%	4,2%	3,2%	3,7%	3,9%	3,9%	4,0%	...
Cotrisoja	5,4%	3,1%	2,7%	2,0%	1,5%	2,6%	3,0%	1,7%	3,5%	4,0%
Cotripal	12,0%	6,3%	3,2%	3,7%	2,9%	3,2%	3,4%	2,9%	3,0%	3,0%
Cotricampo	1,7%	4,1%	5,5%	5,1%	4,0%	4,4%	5,0%	6,8%	7,5%	8,9%
Cotrijal	...	4,1%	1,6%	2,3%	1,8%	2,8%	2,9%	3,2%	2,9%	3,2%
Cotrisal	8,8%	6,2%	2,2%	2,6%	2,0%	2,6%	2,4%	2,5%	3,6%	4,6%
Cotrijuc	0,0%	0,0%	0,8%	0,9%	0,7%	0,8%	0,9%	1,8%	1,4%	1,6%
Cotritred	0,0%	...	2,0%	2,4%	1,9%	2,2%	2,2%	2,7%	2,4%	2,5%
Coopibi	0,0%	0,0%	0,0%	...	1,0%	1,4%	1,5%	0,8%	0,7%	0,7%
Cotrisabal	...	1,2%	0,5%	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,7%	0,8%	0,7%
Comtul	0,0%	0,0%	0,0%	...	0,3%	0,4%	0,4%	0,8%	1,1%	1,2%
Valoruguai	2,4%	1,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Copalma	0,0%	...	0,6%	0,7%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%	0,9%	1,3%
Coagrisol	...	4,2%	1,6%	0,7%	0,5%	0,7%	0,8%	0,6%	0,6%	...
Coopemarau	...	2,1%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Comital	0,0%	0,0%	0,9%	1,0%	0,8%	0,9%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%
Coopasso	...	2,2%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cotrisa	...	8,1%	13,1%	13,4%	10,4%	...	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cotricruz	10,2%	7,0%	1,3%	1,5%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Coopera	4,0%	2,8%	0,6%	...	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cotrisel	0,0%	0,4%	0,2%	...	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Copatigo	0,0%	...	1,1%	1,5%	1,2%	1,4%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Vendecoop	0,0%	2,1%	1,2%	1,0%	0,7%	0,8%	0,6%	0,2%	0,0%	0,0%
Cotap	0,0%	...	2,5%	2,4%	1,8%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%									

Obs: Exercícios de 1987, 1988 e 1989 sem informação do número de produtores

FONTE: Elaborada a partir de informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.10 - Evolução do número de produtores de leite por cooperativa - CCGL : 1980/92
Base 100: Primeiro ano de entrega de leite pela cooperativa

COOPERATIVA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1990	1991	1992
Cotrimoio			100	102	106	118	121	140	139	132
Cotrijuí	100	110	111	168	98	117	122	200	170	153
Cotrirosa			100	163	95	104	112	147	159	192
Coolan					100	102	105	108	101	98
Cooperluz		100	123	192	112	132	159	167	187	201
Cotribá	100	143	157	264	153	175	194	237	255	...
Cotriroja	100	109	205	199	115	194	239	168	346	402
Cotripal	100	100	107	168	98	107	120	128	133	134
Cotricampo	100	449	1273	1596	927	1020	1215	2055	2318	2763
Cotrijel		100	81	160	93	143	153	209	194	216
Cotrisal	100	136	103	162	94	120	115	150	221	281
Cotrijuc			100	158	92	117	112	146	216	274
Cotifred			100	167	97	111	117	180	161	170
Coopibi					100	133	147	94	88	93
Cotrisabel		100	80	138	99	111	114	156	192	165
Comtul					100	120	138	319	457	528
Valoruguai	100	103	77	79	46	55	35	49	55	47
Copalma			100	155	90	107	129	149	191	285
Coagrisol		100	78	45	26	36	42	41	39	...
Coopemaraú		100	65	0	0	0	0	23
Comital			100	156	90	103	62	0	0	0
Coopasso		100	98	0	0	0	0	0
Cotrisa		100	340	465	271	...	0	0	0	0
Cotricruz	100	132	52	82	66	0	0	0
Coopera	100	133	59	...	0	0	0	0	0	0
Cotrisel		100	111	...	0	0	0	0	0	0
Copatrigo			100	178	103	122	103	0	0	0
Vendecoop		100	118	130	76	81	64	31	0	0
Cotap			100	127	74	0	0	0
TOTAL	100	192	405	541	406	400	425	525	538	539

Obs: Exercícios de 1987, 1988 e 1989 sem informação do número de produtores

FONTE: Elaborada a partir de informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.11 - Evolução do número de produtores de leite por cooperativa - CCGL : 1980/92 - ano a ano

COOPERATIVA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1990	1991	1992
Cotrimaio	101,5%	104,7%	110,6%	102,6%	115,9%	99,4%	94,7%
Cotrijuí	...	109,9%	101,1%	151,4%	58,1%	119,7%	104,0%	164,5%	84,7%	89,9%
Cotriosa	163,0%	58,1%	110,4%	107,1%	130,9%	108,8%	120,2%
Coolan	102,4%	102,8%	102,5%	93,2%	97,5%
Cooperluiz	123,2%	156,1%	58,1%	117,8%	120,6%	105,3%	112,1%	107,6%
Cotribá	...	142,6%	110,2%	168,2%	58,1%	114,1%	111,1%	122,2%	107,5%	...
Cotrisoja	...	109,1%	188,2%	96,7%	58,1%	168,4%	123,1%	70,2%	206,5%	116,0%
Cotripal	...	100,3%	106,6%	157,3%	58,2%	109,0%	112,3%	107,2%	103,7%	100,5%
Cotricampo	...	449,1%	283,4%	125,4%	58,1%	110,0%	119,1%	169,2%	112,8%	119,2%
Cotrijal	81,2%	197,3%	58,1%	153,5%	107,3%	136,7%	92,6%	111,3%
Cotrisal	...	135,6%	75,6%	157,7%	58,1%	128,3%	95,5%	130,2%	147,6%	127,3%
Cotrijuc	161,0%	58,1%	112,3%	118,6%	241,0%	78,5%	114,9%
Cotifred	166,6%	58,1%	114,3%	106,0%	153,4%	89,8%	105,3%
Coopibi	133,1%	110,7%	63,5%	94,4%	105,5%
Cotrisabal	80,0%	172,5%	71,5%	112,8%	102,4%	136,8%	123,1%	86,1%
Comtul	120,3%	114,7%	231,2%	143,3%	115,5%
Valoruguai	...	103,3%	74,2%	103,5%	58,0%	120,3%	62,7%	140,4%	112,3%	86,6%
Copalma	155,3%	58,1%	118,2%	121,0%	115,3%	128,8%	148,8%
Coagrisol	78,4%	57,8%	58,0%	137,3%	116,3%	97,2%	96,6%	...
Coopemarau	64,8%
Comital	155,7%	58,1%	114,4%	59,7%	0,0%
Coopasso	98,5%
Cotrisa	339,9%	136,8%	58,2%
Cotricruz	...	132,4%	39,3%	157,4%	80,7%
Coopera	...	132,9%	44,5%
Cotrisel	111,1%
Copatigo	177,7%	58,0%	117,9%	85,1%	0,0%
Vendecoop	118,1%	110,3%	58,0%	107,3%	79,1%	49,1%	0,0%	...
Cotap	126,8%	58,1%
TOTAL	...	192,4%	210,7%	133,6%	75,1%	98,5%	106,2%	123,6%	102,4%	100,3%

Obs: Exercícios de 1987, 1988 e 1989 sem informação do número de produtores

FONTE: Elaborada a partir de informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.12 - Litros de leite entregue por produtor das cooperativas ligadas à CCGL
1977-92 (diário)

COOPERATIVA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1990	1991	1992
Cotimaio	0,00	S/A	12,20	12,27	11,41	11,51	13,02	16,72	18,10	21,30
Cotriçuí	17,19	19,32	20,19	11,47	18,00	16,41	18,22	18,75	25,40	31,92
Cotirosa	0,00	S/A	13,68	7,62	11,58	11,61	12,70	17,22	17,81	17,48
Coolan	0,00	0,00	0,00	0,00	23,47	25,31	25,64	29,96	32,11	34,13
Cooperluiz	S/A	8,64	14,11	9,06	13,92	13,37	13,91	21,60	21,88	23,00
Cotribá	13,11	20,04	22,19	12,75	20,89	21,80	22,17	29,37	30,70	S/A
Cotrisoja	8,20	17,68	20,56	21,26	22,34	18,13	20,22	55,79	31,50	36,56
Cotripal	23,57	31,15	31,24	18,78	30,34	31,67	31,48	40,70	42,91	46,88
Cotricampo	7,17	8,18	8,07	6,44	11,00	9,44	10,18	12,65	12,88	14,12
Cotrijel	S/A	15,97	28,14	13,75	24,86	21,66	24,85	25,32	29,31	34,80
Cotrisal	11,12	13,13	19,89	11,10	16,62	13,50	15,55	19,60	15,33	16,66
Cotrijuc	0,00	0,00	14,44	12,59	16,54	19,66	26,63	23,09	34,44	35,78
Cotrifred	0,00	S/A	14,33	8,71	15,53	14,59	17,00	14,94	16,54	17,94
Coopibi	0,00	0,00	0,00	S/A	25,38	19,79	20,29	31,72	36,68	37,56
Cotrisabal	S/A	20,54	28,57	15,19	18,42	18,46	19,74	24,72	23,95	35,76
Comtul	0,00	0,00	0,00	S/A	12,91	13,47	15,91	19,19	17,93	20,04
Valuruguai	28,33	38,13	67,59	55,20	89,20	86,73	94,48	127,48	107,78	108,25
Copalma	0,00	S/A	24,77	18,96	33,69	27,66	27,92	27,92	22,67	17,32
Coagrisol	S/A	9,97	12,17	11,62	17,46	14,05	16,28	21,38	22,03	S/A
Coopermarau	S/A	9,56	15,84	S/A	S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	9,07
Comital	0,00	0,00	8,01	7,17	11,26	8,72	13,85	0,00	0,00	0,00
Coopasso	S/A	34,23	36,62	S/A	S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotrisa	S/A	32,57	17,21	11,36	16,25	S/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotricruz	15,69	17,53	34,22	13,95	17,40	S/A	S/A	0,00	0,00	0,00
Coopera	7,31	7,40	10,38	S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cotisel	0,00	17,41	13,98	S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coopatrigo	0,00	S/A	12,85	7,24	16,19	14,70	14,99	0,00	0,00	0,00
Vendecoop	0,00	11,03	12,75	9,55	12,57	11,91	13,65	11,44	0,00	0,00
Cotap	0,00	S/A	20,91	13,87	17,50	S/A	S/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21,26	20,67	16,76	11,81	16,68	17,98	17,35	21,20	22,75	26,34

Obs: As informações referentes aos exercícios de 1987, 1988 e 1989 não estão disponíveis

S/A = Sem informação

0,00 = Cooperativa não entregou leite no exercício

FONTE: Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.13 - Crescimento no nº de litros de leite entregue por produtor das cooperativas ligadas à CCGL - 1980/1992 - ano a ano

COOPERATIVA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1990	1991	1992
Cotrimaio	1,01	0,93	1,01	1,13	1,28	1,08	1,18
Cotrijuí	...	1,12	1,05	0,57	1,57	0,91	1,11	1,03	1,35	1,26
Cotrirosa	0,56	1,52	1,00	1,09	1,36	1,03	0,98
Coolan	1,08	1,01	1,17	1,07	1,06
Cooperluiz	1,63	0,64	1,54	0,96	1,04	1,55	1,01	1,05
Cotribá	...	1,53	1,11	0,57	1,64	1,04	1,02	1,32	1,05	...
Cotriroja	...	2,16	1,16	1,03	1,05	0,81	1,12	2,76	0,56	1,16
Cotripal	...	1,32	1,00	0,60	1,62	1,04	0,99	1,29	1,05	1,09
Cotricampo	...	1,14	0,99	0,80	1,71	0,86	1,08	1,24	1,02	1,10
Cotrijal	1,76	0,49	1,81	0,87	1,15	1,02	1,16	1,19
Cotrisal	...	1,18	1,51	0,56	1,50	0,81	1,15	1,26	0,78	1,09
Cotrijuc	0,87	1,31	1,19	1,35	0,87	1,49	1,04
Cotifred	0,61	1,78	0,94	1,17	0,88	1,11	1,08
Coopibi	0,78	1,03	1,56	1,16	1,02
Cotrisabal	1,39	0,53	1,21	1,00	1,07	1,25	0,97	1,49
Comtul	1,04	1,18	1,21	0,93	1,12
Valuruguai	...	1,35	1,77	0,82	1,62	0,97	1,09	1,35	0,85	1,00
Copalma	0,77	1,78	0,82	1,01	1,00	0,81	0,76
Coagisol	1,22	0,95	1,50	0,80	1,16	1,31	1,03	...
Coopermarau	1,66
Comital	0,90	1,57	0,77	1,59	0,00
Coopasso	1,07
Cotrisa	0,53	0,66	1,43
Cotricruz	...	1,12	1,95	0,41	1,25
Coopera	...	1,01	1,40
Cotrisel	0,80
Coopatrito	0,56	2,24	0,91	1,02	0,00
Vendecoop	1,16	0,75	1,32	0,95	1,15	0,84	0,00	...
Cotap	0,66	1,26
TOTAL	...	0,97	0,81	0,70	1,41	1,08	0,96	1,22	1,07	1,16

Obs: As informações referentes aos exercícios de 1987, 1988 e 1989 não estão disponíveis

FONTE: Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.14 - Número de produtores de leite, por estrato, das cooperativas associadas à CCGL
Exercícios de 1985 - 1986 - 1990 e 1993

ESTRATOS	1985		1986		1990		1993	
	Produtores	% S/Total						
0 - 10	14.137	42,70%	7.514	22,87%
11 - 20	10.537	31,83%	10.155	30,91%
21 - 30	4.237	12,80%	5.845	17,79%
31 - 40	1.841	5,56%	3.235	9,85%
41 - 50	875	2,64%	1.818	5,53%
0 - 50	26.826	95,04%	24.930	93,05%	31.627	95,52%	28.567	86,95%
51 - 60	504	1,52%	1.267	3,86%
51 - 70	271	0,82%	768	2,34%
71 - 80	197	0,60%	548	1,67%
81 - 90	122	0,37%	362	1,10%
91 - 100	100	0,30%	263	0,80%
51 - 100	1.102	3,90%	1.548	5,78%	1.194	3,61%	3.208	9,76%
11 - 150	194	0,58%	704	2,14%
51 - 200	234	0,71%
10 -	143	0,44%
11 -	297	1,05%	313	1,17%	288	0,87%	1.081	3,29%
11 -	94	0,28%
TOTAL	28.225	100,00%	26.791	100,00%	33.109	100,00%	32.856	100,00%

INTE : Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

Tabela A3.15 - Litros de leite entregue, por estratos de produtores das cooperativas associadas à CCGL
Exercícios de 1985 - 1986 = média mensal; 1990 e 1993 : média diária (em 1000 litros)

ESTRATOS	1985		1986		1990		1993	
	Litros	% S/Total						
0 - 10	84	14,61%	52	5,45%
11 - 20	153	26,61%	154	16,14%
21 - 30	103	17,91%	151	15,83%
31 - 40	64	11,13%	116	12,16%
41 - 50	39	6,78%	84	8,81%
0 - 50	10.636	78,01%	11.315	71,89%	443	77,04%	557	58,39%
51 - 60	28	4,87%	71	7,44%
61 - 70	18	3,13%	51	5,35%
71 - 80	15	2,61%	41	4,30%
81 - 90	10	1,74%	32	3,35%
91 - 100	9	1,57%	25	2,62%
51 - 100	1.908	13,99%	2.909	18,48%	80	13,91%	220	23,06%
11 - 150	24	4,17%	86	9,01%
11 - 200	47	4,93%
10 -	44	4,61%
11 -	1.091	8,00%	1.516	9,63%	52	9,04%	177	18,55%
1 -	28	4,87%
TOTAL	13.635	100,00%	15.740	100,00%	575	100,00%	954	100,00%

INTE : Elaborada a partir das informações fornecidas pela Divisão Técnica da CCGL

ANEXO IV

TABELAS GERAIS

Tabela A4.1 - Variação do dólar em relação à moeda brasileira :
12.76 a 03.90

MÊS/ANO	COTAÇÃO	MÊS/ANO	COTAÇÃO
12\76	12,373	12\79	42,53
05\77	14,1	01\80	43,89
12\77	16,05	02\80	45,31
01\78	16,25	03\80	46,8
05\78	18,406	07\80	53,88
06\78	18,687	12\80	65,5
07\78	18,967	03\82	148,21
08\78	19,251	03\83	417,54
09\78	19,536	03\84	1.335,00
12\78	20,92	03\85	4.450,00
02\79	22,25	03\86	13,84
06\79	25,655	03\87	22,14
07\79	26,115	03\88	114,55
08\79	27,775	03\89	1
10\79	30,415	03\90	42,56
11\79	32,04		

Obs: foram selecionados os meses cujos valores foram transformados em US\$

Fonte: Extraídos da Revista Suma Econômica